

O II Congresso de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História de Empresas, realizados na Universidade Federal Fluminense, de 13 a 16 de Outubro de 1996, obtiveram uma ampla resposta do mundo acadêmico e versaram sobre temas que se estendem da história agrária, urbano-industrial, a políticas públicas, finanças, economia internacional, pensamento econômico e história de empresas.

Ambos os eventos propiciaram a apresentação de trabalhos originais e pesquisas em andamento. As comunicações serão publicadas na íntegra, em quatro volumes temáticos, integrando contribuições de especialistas nacionais e estrangeiros, cujos trabalhos enfatizaram os casos brasileiro e latino-americanos. Trata-se de mais uma iniciativa da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), entidade fundada em 1993.

CONSULTA LOCAL

## II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

### 3ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS

# ANAI S

## VOLUME V

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
NITERÓI - 13 A 16 OUTUBRO DE 1996

1997

1

ANAI S  
330.9  
C849  
1996 U.S

75919  
434518

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO:** Eulália Maria Lahmeyer Lobo (coord.); Cezar Teixeira Honorato; Sonia Regina de Mendonça; Carlos Gabriel Guimarães; Theo Lobarinhas Piñeiro; Newton A. C. de Oliveira; Almir Pita Freitas Filho.

**COORDENADORES DE MÓDULOS:**

- Maria Yedda L. Linhares e Sheila de Castro Faria (História Agrária)
- Luiz Carlos Soares (Urbanização e Industrialização)
- Luiz Carlos Prado (Economia Internacional)
- Maria Antonieta Leopoldi (Políticas Públicas e Finanças)
- Fabio Sá Earp (História do Pensamento Econômico)
- Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Cezar T. Honorato (História de Empresas)

**ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS:** Sonia Regina de Mendonça e Carlos Gabriel Guimarães

**APOIO TÉCNICO:** Amara Rocha e Iraídes Coelho

**DIAGRAMAÇÃO:** Geraldo Ferreira de Souza Machado

**PATROCÍNIO:**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)

Presidente: Tamás Szmrecsányi

Vice-Presidente: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

Secretários: Flávio A. M. de Saes e Cezar Teixeira Honorato

Tesoureiros: Wilson Suzigan e Sonia Regina de Mendonça

**APOIO EDITORIAL:**

FAPERJ (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro)

**APOIO:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Pós-Graduação em História - UFF

CORECON - CONFECON

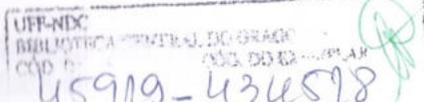
GRUPO UNILEVER

UNIBANCO

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF

Obs.: Os textos estão reproduzidos de acordo com os originais enviados.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>HISTÓRIA AGRÁRIA E DO PENSAMENTO ECONÔMICO</b> <i>Coordenadores: Maria Yedda L. Linhares e Sheila de Castro Faria Fábio Sá Earp</i>	
	<b>Importância da Pequena Propriedade na Formação do Mercado Interno Paulista.</b> <i>Regina Gadelha .....</i>	7
	<b>O Custo do Trabalho Escravo (Um Cálculo de Du Pont de Nemours).</b> <i>Antonio Penhalves Rocha .....</i>	21
<b>2</b>	<b>URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO</b> <i>Coordenação: Luiz Carlos Soares</i>	
	<b>O Comerciante e suas Atividades como Agente de Integração: O Caso da Região Platina. (1850/1920).</b> <i>Lilia Inês Zanotti Medrano .....</i>	40
	<b>Os Trabalhadores da Construção Civil, 1889-1914.</b> <i>Maria Lúcia Gitahi .....</i>	49
	<b>Cidade Flutuante: Os Portos do Rio de Janeiro Colonial.</b> <i>Fania Fridman e Mario Sergio Natal Ferreira .....</i>	63
<b>3</b>	<b>ECONOMIA INTERNACIONAL</b> <i>Coordenação: Luiz Carlos Prado</i>	
	<b>Um Estudo Comparativo entre as Leis de Patentes do Século XIX e a Lei 9.279, de 14.05.1996.</b> <i>Luiz Cláudio Ribeiro .....</i>	97

	<b>Mercado Mundial, História Universal e Revolução: Os Nexos Marxianos entre a Mundialização dos Mercados e o Desenvolvimento da História Global sob a Perspectiva da Revolução.</b>	
	<i>Muniz Ferreira</i> .....	107
	<b>A Crise Bancária de 1900 na Praça do Rio de Ja- neiro, vista sob a Ótica de Murtinho &amp; Vieira Souto.</b>	
	<i>Hildete Pereira de Mello</i> .....	126
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANÇAS</b>	
	<i>Coordenadora: Maria Antonieta Leopoldi</i>	
	<b>Bancos, Banqueiros e Financiamento Industrial - Rio de Janeiro, 1920-45.</b>	
	<i>Tereza Cristina de Novaes Marques</i> .....	142
	<b>Grupos Financeiros e a Organização da Burguesia Financeira no Brasil.</b>	
	<i>Ary Cesar Minella</i> .....	157
	<b>La Deuda Pública del México Colonial.</b>	
	<i>Guilhermina del Valle Pavón</i> .....	169
	<b>O Encilhamento e a Ideologia Nacional-Desenvolvimentista.</b>	
	<i>Adalton Franciozo Diniz</i> .....	182
	<b>Relações Executivo-Legislativo Pós 1945.</b>	
	<i>Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi</i> .....	196
	<b>População e Abastecimento: A Família Campo- nesa e a Produção Agroalimentar no Paraná (1850-1920).</b>	
	<i>Carlos Roberto A. dos Santos</i> .....	213

## I HISTÓRIA AGRÁRIA E DO PENSAMENTO ECONÔMICO

### IMPORTÂNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE NA FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO PAULISTA.

*Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha\**

Este trabalho aborda um tema polêmico entre os estudiosos da formação do mercado interno paulista. Trata-se do papel da pequena propriedade rural e sua importância quanto à formação do mercado interno, papel este atribuído em São Paulo aos imigrantes italianos, submetidos ao sistema de colonato nas lavouras de café. Este estudo representa continuidade às investigações que resultaram em nossa Tese de Doutorado, defendida em 1982 junto ao Depto. História da USP, intitulada: "**Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): estudo da colonização em São Paulo**".<sup>1</sup>. Os resultados deste estudo se baseiam nos documentos por nós compulsados no Arquivo do Estado de São Paulo, relativos à Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Os documentos abrangem contratos de compra e venda de terras, efetuadas pelo Estado para assentamento de pequenos proprietários, com a finalidade de produzirem gêneros alimentícios para o mercado interno paulista, estudos e projetos de técnicos da Secretaria da Agricultura, visando a fixação destes proprietários, demarcação de terras devolutas, preços de terras, relatórios e contabilidade relativos à administração dos núcleos coloniais, correspondência dos Comissários Gerais do Estado de São Paulo no exterior, vinda de imigrantes, via Londres, e valores trazidos pelos mesmos, listas nominais, etc.

Desde 1982, entretanto, discordamos das interpretações que ligam a formação do mercado paulista ao excedente de uma agricultura de subsistência produzida pelo trabalho imigrante no regime de colonato nas fazendas de café. Os dados de que dispúnhamos, confirmavam teses de autores como Thomas Holloway, Warren Dean, Cheywa Spindel, que haviam abordado o tema, relativizando a importância do excedente gerado pelos trabalhadores no contexto do colonato e a influência numérica dos estrangeiros, considerados como única mão-de-obra utilizada pelos fazendeiros paulistas. Dado o alto nível de

<sup>0</sup> Professora Titular da Faculdade de Economia e Administração da PUC/SP.

<sup>1</sup> Este estudo faz parte de uma pesquisa maior, em fase final, visando tese de Doctorat d'Etat, Ancien Régime, dirigida pelo Prof. Dr. Frédéric Mauro, Université Paris-X, Nanterre, intitulada *La petite exploitation à l'Etat de São Paulo: les rapports entre la propriété foncière et le capitalisme*.

exploração do sistema do colonato, a que estavam submetidos parceiros e colonos, não constituiu surpresa o fato de havermos encontrado poucos trabalhadores com capital suficiente para assegurar a compra de terras em lotes ditos *coloniais*, colocados à venda pelo Estado ou por particulares, nos núcleos e assentamentos surgidos após a crise de 1898. Por outro lado, encontramos um número significativo de trabalhadores brasileiros que tiveram acesso à compra de terras, apesar da política desenvolvida pelo Estado inicialmente não ser direcionada para os mesmos. Os dados estatísticos levantados, da entrada e saída de imigrantes em São Paulo, para o período entre 1890 e 1910, são eloqüentes quanto à possibilidade de fixação da mão-de-obra estrangeira. Entre 1890 e 1910 entraram no Estado um total de 757.388 imigrantes subvencionados e 363.396 imigrantes espontâneos, ou seja, indivíduos que emigraram por conta própria, perfazendo um total de 1.317.862 imigrantes. No mesmo período, retiravam-se do Estado 512.776 pessoas, perfazendo cerca de 38,9% do contingente imigratório. Outros dados estatísticos, porém, comprovam a pouca possibilidade que tiveram os trabalhadores italianos na compra dos lotes coloniais. Levantamento da população dos núcleos, por nacionalidade, abrangendo os nove núcleos coloniais criados após 1900, demonstra entre 1908 e 1911 a presença de 43,7% brasileiros nos assentamentos, 17,8% russos, 12,5% italianos, 11,2% alemães, 5,3% austríacos, 4,0% poloneses e o restante, 5,5%, elementos de diversas nacionalidades (espanhóis, suíços, portugueses, suecos, dinamarqueses, franceses, sírios).

Cabe observar que a totalidade de russos, alemães e austríacos que entraram em São Paulo, na primeira década do século XX, para aqui vieram por conta própria, trazendo importante pecúlio monetário de suas aldeias, em rublo ou marco, de valor não desprezível.<sup>2</sup> Estes imigrantes, ditos espontâneos, vieram atraídos por uma propaganda sistemática, especialmente direcionada para os países do Centro-Leste europeu, coordenada pelo Comissário Geral de São Paulo em Bruxelas e Antuérpia, Francisco Ferreira Ramos e seus auxiliares.

A pequena participação italiana na aquisição de terras em São Paulo, confirma a Tese de Beatriz Pellizzetti, analisando os pioneiros italianos do Brasil Meridional, que vieram espontaneamente para o Brasil, buscando a possibilidade de realização da utopia de um socialismo anárquico e romântico de pequenos proprietários, irrealizável no velho continente. Muitos destes pioneiros, que diferem em classe social, cultura e educação da grande massa de italianos vindos através do sistema de imigração subvencionada, haviam conhecido as possibilidades de vida e trabalho existentes nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, antes de se dirigirem para o sul, confirmando ser, a grande propriedade cafeeira, fator impeditivo ao acesso da terra desejado.

<sup>2</sup> O resultado destes dados, inéditos, deverão ser apresentados em nossa Thèse de Doctorat.

(1981. Pellizzetti:77-8). Chama, portanto, atenção, o fato de que a maioria dos adquirentes de pequenas propriedades em São Paulo, após a crise de 1898, tivessem sido brasileiros ou, então, imigrantes espontâneos, vindos diretamente com destino aos lotes de terras comprados, vendidos pela Secretaria da Agricultura.

A leitura da grande obra de A. Taunay, sobre o café, é esclarecedora quanto à possibilidade de ascensão social de trabalhadores nacionais, antes da crise, que puderam prosperar trabalhando, sobretudo, na abertura das fazendas de café - os chamados *formadores de café*, figuras nacionais ainda hoje presentes na economia de algumas regiões. (1939. Taunay.). Estes trabalhadores, remanescentes de posseiros expulsos de suas terras em decorrência da aplicação da Lei de 1850, não foram todos absorvidos pelos sistemas de parceria e colonato. Alguns puderam conservar sua independência, trabalhando na abertura de frentes pioneiras, no desbravamento e formação de novas fazendas de café, auxiliados por familiares e agregados, onde tinham o direito de extração da madeira e cultivo de subsistência que, sem dúvida, produziria excedente nos primeiros 4/5 anos de formação da cada fazenda. Assim, encontramos um número expressivo de trabalhadores nacionais, que puderam adquirir terras antes da crise, sem falar naqueles que, juntamente com os estrangeiros, puderam se beneficiar dos melhores preços alcançados na venda de sua participação na colheita do café.

Classificamos o grande movimento da compra de terras de latifúndios, pelo Estado, após a crise de 1898, como pertencente à segunda fase da política de assentamentos de núcleos coloniais. O estudo desta política demonstra estarmos diante de um processo de realização de verdadeira reforma capitalista da estrutura agrária do Estado, conscientemente conduzida pela elite paulista entre os anos de 1900 e 1920. A modernização das instituições paulistas, tal qual foram estruturadas nos albores da República, não deixa dúvidas quanto à clareza dos objetivos de seus dirigentes. Quase todos eram homens de educação apurada, cujas fortunas estavam ligadas ao café ou a setores de atividades imbricadas em seus interesses, fator já bem analisado por inúmeros autores. Desde 1982, entretanto, realizando o levantamento da legislação de terras, núcleos coloniais, imigração, colonização e trabalho, no Estado de São Paulo<sup>3</sup>, assinalávamos o fato de que a colonização, tal qual havia sido executada neste Estado, diferia essencialmente da desenvolvida em outras partes do país, insuficientemente povoados ou carentes de atrativos econômicos para o grande capital. (1982. Gadelha:149-50.). Aqui, a implantação da pequena propriedade, pelo Estado, se fez coexistindo ao lado do latifúndio

<sup>3</sup> Para conhecimento das ementas das leis referentes a terras devolutas, núcleos coloniais, imigração, colonização e trabalho em São Paulo, cuja legislação foi levantada pela primeira vez por nós, GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1982. pp. 365-401.

cafeeiro. Portanto, os assentamentos de pequena propriedade paulista devem ser analisados no contexto da própria acumulação cafeeira, como parte inerente de sua formação.

Não é mera demonstração de erudição, a citação da obra do alemão K.Kautsky, em 1902, pelo Deputado Veiga Filho, durante os debates de implantação da pequena propriedade em São Paulo. (1902.Anais). Kautsky, em notável trabalho intitulado a **Questão Agrária**, considerava vantajoso a combinação, lado a lado, de grandes e pequenas explorações agrícolas. Citando List, von Schütz e outros autores menos conhecidos, Kautsky afirmava: “o ideal da subdivisão da propriedade territorial, nas condições existentes atualmente - predomínio da propriedade privada e sistema da livre concorrência - seria uma mistura equitativa de grandes, de médias e de pequenas propriedades, as primeiras formando como que o ápice da pirâmide, de que as últimas constituiriam a base”. (1980.Kautsky:185). Esta idéia seria bem compreendida e assumida pela burguesia cafeeira do início do século, pois correspondia aos seus interesses de modernização do sistema agrícola paulista.

A política de compra, repartição e venda de terras, assumida pela Secretaria da Agricultura pode, portanto, ser dividida em duas grandes fases. A primeira, entre 1886 e 1895, correspondeu a um período em que o Estado pensou em criar núcleos de agricultores, voltados para a produção de gêneros de primeira necessidade, de forma a resolver a crescente demanda urbana por alimentos, responsável pela enorme carestia destes gêneros e saída de divisas do Estado. O setor de subsistência, produzido pelas famílias dos colonos, revelava-se apenas suficiente para atender às necessidades de consumo pessoal dos mesmos. Os Relatórios dos Secretários da Agricultura do Estado demonstram a inexistência de produção de gêneros alimentícios suficientes no período, confirmando não ter havido produção de excedentes comercializáveis em escala, a ponto de garantir o abastecimento dos mercados e, muito menos, haver assegurado a independência dos trabalhadores inseridos no sistema do colonato. (1982.Gadelha:151-3; Relatórios.1895, 1898,1899. Idem. 1977.Dean:168-9; 1984.Holloway:128-34; s/d.Denis:183-4). Como afirmamos, nesta primeira fase, anterior à crise mundial, a possibilidade de ascensão social de colonos, nacionais ou estrangeiros, inseridos na lavoura cafeeira, teria sido a mesma, dependendo das circunstâncias da produção, número de trabalhadores e composição do núcleo familiar. (1982. Gadelha:150-1,166-8; 1984. Holloway: 210-48).

É a segunda fase, iniciada a partir de 1900, que definirá mais claramente o papel dos núcleos no processo de acumulação e expansão capitalista cafeeira. Desde 1892 a carestia dos gêneros alimentícios se fazia sentir em todo o Estado, provocada pela escassez destes produtos e pelo aumento dos fretes, tanto marítimo (cujo transporte de cabotagem fora desarticulado pela Revolta da Armada) como terrestre. São Paulo sofria da falta de cereais e carnes, vendo-se obrigado a importar estes gêneros do exterior ou do sul do país. Em 1895 as importações de alimentos atingiam a cifra anual de 70.000.000\$000,

absorvendo praticamente toda as divisas provenientes das receitas do café. (1898. Firminiano Pinto. Relatório,1897:45). Para evitar o sangramento das finanças do Estado, a solução fora tentar promover o plantio de gêneros alimentícios e a criação de gado em terras marginais. (1893. Carvalho.Annaes,1892:786-7). Até a crise, portanto, a localização dos “núcleos de colonização” fora pensada como solução viável para áreas localizadas em zonas próximas da capital ou em regiões impróprias, de baixo rendimento para o café. Porém, o Governo praticamente não dispunha de terras reconhecidas devolutas no Estado. As poucas áreas, já reconhecidas, achavam-se em locais de difícil acesso, o que inviabilizaria o escoamento da produção dos núcleos. Assim, poucos núcleos anteriores a 1900 haviam progredido, seus moradores constituindo, sobretudo, a reserva de mão-de-obra de que dispunham as primeiras fábricas que, no Estado, começavam a surgir nas regiões de Jundiá, Mogi das Cruzes, São Roque, próximas à capital. Por outro lado, a ocupação das terras existentes em áreas novas, ainda pouco conhecidas e não demarcadas, provocavam a resistência dos possíveis proprietários, interessados na expansão das frentes cafeeiras, o que retardou a votação e aprovação do Códice de Terras do Estado até 1895. Nessa discussão, iniciada apenas em 1893, estava em jogo a proposta do Senado, que procurava limitar a especulação de terras, evitando a formação de latifúndios desprovidos de capital para produzir.

As divergências dos parlamentares, quanto à regulamentação da Lei Estadual de Terras, exigida pela legislação de 1850, expressam os interesses dos vários representantes do setor cafeeiro. De um lado, o grupo liderado por Luiz Piza, representante das zonas novas de Jaú, Ribeirão Preto, Araraquara, se opunha à proposta do Senado em restringir a área de venda de terras devolutas. Do outro lado, o grupo de parlamentares representando os interesses das zonas mais antigas de café, apoiava as propostas do Senado, que saiu vencedora em 1895 (Lei nº 323/1895). (1982. Gadelha:154-6). Entretanto, a ausência de um Registro Geral de Terras, em São Paulo, só estabelecido por Decreto em 1900, impossibilitou e dificultou a demarcação das terras das zonas novas, cujos proprietários ainda não haviam legitimado suas posses. Explica-se, portanto, a burla que se deu em larga escala, com títulos de propriedades vendidos através de descrições verbais da área. Desde a década de 1880, São Paulo assistira a um enorme crescimento especulativo do valor das terras. P. Denis calcularia, no início do século, o preço das terras paulistas como sendo dez vezes mais elevado do que em qualquer outra parte do país. (s/d.Denis:210-1).

A crise, que atinge o setor cafeeiro, em 1897, agravada pelas condições impostas pelo *Funding Loan* (1898), mudaria as expectativas das classes cafeeiras em relação à política agrária do Estado. O impacto desta crise é registrado por R.Simonsen: “Muitos fazendeiros não puderam manter seus contratos com os colonos; cessaram as aberturas de novas lavouras; surgiram repercussões internacionais; arrefeceu a corrente imigratória e começou

a se notar numerosa retirada de colonos".(1938.Simonsen:57-8). Também Monbeig demonstrou que a crise provocou verdadeiro freio na marcha de povoamento do Estado, embora não tenha sido suficiente para reduzir o nível da produção do café.(1952. Monbeig:100). O que, de fato, assistimos, foi um endurecimento da parte dos fazendeiros quanto aos salários dos colonos, com significativa redução da fração monetária destes salários, entre 1898 e 1902, quando o preço máximo pelo trabalho de carpa caiu de 150\$000 para 110\$000 anuais, enquanto o pagamento pela colheita baixou de 1\$000 para 400 réis por alqueire de 50 litros de café colhido. (1982.Gadelha:172).

Se, de um lado, a crise mundial atingia o nível dos lucros do segmento cafeeiro, não menos grave, portanto, seria seu repasse sobre os trabalhadores. Porém, do ponto de vista do capital, tornava-se necessário comprimir os custos da produção, visando manter elevada a taxa da acumulação. Amortecer este trauma foi, portanto, a função proposta pelo governo do Estado, antes mesmo de pensar em formas de atuação mais direta sobre o mercado cafeeiro, como foi o caso do Convênio de Taubaté. Importante Relatório da Secretaria da Agricultura, em 1898, esclarece este papel. Seu Relator, o Secretário de Estado Firmiano M. Pinto, analisando a crise, demonstra a necessidade do desenvolvimento de uma política agrícola voltada para a policultura, diminuindo as importações de alimentos, ao mesmo tempo em que se deveria procurar valorizar as terras e zonas cafeeiras. Como afirma o Secretário, estas terras representavam um imenso capital, que deveria ser melhor aproveitado. (1898.Relatório.Op.Cit.:46-65). Por isso, também era importante transformar as novas colônias, que viessem a se constituir, em "*viveiros de trabalhadores*", fixando a mão-de-obra em áreas próximas, ao alcance dos grandes proprietários. O Relatório propõe, como solução para a crise, a fundação de colônias de pequenos agricultores, ao lado das grandes fazendas de café e traça as linhas do novo projeto: "*Para a estabilidade, quer da grande como da pequena lavoura é indispensável fundar a pequena propriedade e introduzir pela imigração os braços necessários, repartindo-os convenientemente pela lavoura de café e pela de cereais, de maneira a que não falte a nenhuma esse elemento primordial*". (Idem.Idem:67). Segundo a proposta, os novos núcleos deveriam ser entregues a administradores competentes, orientados por técnicos da Secretaria e do Instituto Agrônomo de Campinas, sendo papel do Estado procurar multiplicar as fontes de produção de alimentos, sem contudo desorganizar o trabalho da grande lavoura.

É importante observar não termos encontrado, em nenhuma das fases em que analisamos os assentamento de agricultores, no pensamento dos governantes uma política visando valorizar, pelo povoamento, as regiões mais longínquas do Estado. Quando os Secretários da Agricultura reclamam da escassez de terras devolutas, referem-se àquelas situadas em áreas já povoadas, que permitissem escoamento da produção. Por isso, para executar a política de incentivos à cafeicultura, o Estado procuraria garantir a continuidade da valorização das terras, pensando primeiro naquelas de rendimento de-

eresscente ou consideradas de má qualidade para o plantio do café. Daí insistimos na diferença, fundamental, entre as duas fases da política de colonização e assentamento dos núcleos. Os núcleos, implantados após 1895, estarão situados nas zonas novas, consideradas estratégicas, em pleno coração das regiões cafeeiras do Estado, à exceção de Conde do Pinhal, único fundado em zona periférica, no nordeste do Estado, nas proximidades de Ubatuba. Por outro lado, a política de colonização, nesta fase, também difere por não visar o aproveitamento do pecúlio e incentivo à poupança do trabalhador rural. De resto, tornava-se difícil pensar na possibilidade de tal pecúlio, em período de crise. Nas zonas novas, o alto preço das terras, situadas próximas às estradas de ferro e às grandes fazendas de café, impediria sua aquisição por colonos que eventualmente possuíssem uma pequena poupança, sem a presença do Estado.

A proposta do Estado para a crise era realizar assentamentos nos municípios cafeeiros mais importantes ou suas proximidades, localizados de forma a facilitar o escoamento e venda dos gêneros produzidos pelos pequenos produtores. Não menos atrativo era o fato de se poder oferecer, aos futuros proprietários, a possibilidade de trabalho complementar nas fazendas de café, assegurando-lhes um eventual aumento de sua renda monetária. Assim, ao contrário do período anterior, o Governo priorizava o aporte trazido por imigrantes recém-chegados, vindos para São Paulo por conta própria, ou o de trabalhadores já possuidores de recursos suficientes para comprar terras nos lotes coloniais. (1898.Relatório.Op.Cit.:69). Como, porém, a maior parte das terras estavam monopolizadas em mãos de alguns poucos fazendeiros, o Governo propunha, em 1904, associar-se ao capital de particulares que, sem ônus algum, teriam as terras, ao redor de suas fazendas, valorizadas às custas dos cofres públicos. Os novos núcleos, portanto, foram implantados às margens das ferrovias, dentro das próprias zonas de café, com a importante função, também, de fixar a mão-de-obra, transformando os assentamentos em verdadeiros "*viveiros*", colocados ao alcance dos grandes proprietários. (1905.Botelho. Relatório,1904:132-3). Esta política permitiu a modernização e transformação do sistema de trabalho vigente na grande lavoura, libertando-a dos contratos prolongados, de até um ano de duração, característicos do colonato. De fato, a vigência destes contratos se reduziu cada vez mais, refletindo nas condições das frações monetárias e não-monetárias recebidas pelos trabalhadores, pois os novos núcleos forneceram, ao menos inicialmente, a mão-de-obra suplementar, diarista, importante na época das colheitas, reduzindo e impossibilitando as ameaças de paralisações dos trabalhadores regulares nestes períodos.

A política agrária, coordenada pela Secretaria da Agricultura, não foi aleatória. Segundo o Relatório apresentado, em 1900, pelo Secretário Antônio Cândido Rodrigues, ao Governador do Estado, Rodrigues Alves, a nova política de assentamentos tinha como objetivos: 1ª) aliviar os fazendeiros da obrigação de aumentar anualmente as plantações de café, com a finalidade de

oferecer aos colonos possibilidade de plantio de cereais entre as leiras do cafezal novo; 2º) aliviar os fazendeiros da obrigação de construir, às suas custas, moradias para os colonos, formar e cercar os pastos para as suas criações; 3º) habilitar os proprietários a ensaiarem o regime de trabalho por camaradas, sob o sistema de pagamento de salários monetários, reduzindo o custo da produção do café; 4º) aliviar os encargos do Tesouro com a introdução de imigrantes, mediante a fixação dos colonos em lotes de pequenas áreas de terras, de modo a se formarem os chamados viveiros de trabalhadores para a lavoura do café; 5º) desenvolver e criar no Estado muitas indústrias auxiliares, que só seriam vantajosamente desenvolvidas por pequenos proprietários. (1901. Rodrigues. Relatório, 1900:112-3). O Relatório salienta o papel essencial do pequeno agricultor, produzindo gêneros suficientes para comercializá-los no mercado interno, barateando os preços dos alimentos e possibilitando o rebaixamento dos salários. (Idem. Idem:106-9,112-3; Idem. Botelho. Relatório, 1904. Op. Cit.:133-4).

A promulgação do Decreto nº 751, de 15/03/1900, daria à Secretaria da Agricultura os poderes necessários para a execução desta nova política. (1982. Gadelha: 200-5; Collecção das Leis. 1900:73-83). Até então, a escolha das localidades para o estabelecimento dos núcleos era decisão do Congresso Estadual, sendo motivo de discordâncias entre os Parlamentares. O Decreto modificava este dispositivo, estabelecendo critérios técnicos para a escolha das áreas, elaboração e execução das plantas dos núcleos, que ficavam a cargo do pessoal técnico da 1ª Seção da Superintendência de Obras Públicas da Secretaria da Agricultura. (artigo 6). Esta Seção respondia por todas as operações necessárias à divisão interna dos espaços dos núcleos, desde a medição e discriminação dos lotes até a fixação dos preços da terra, que passava a depender de critérios como localização, fertilidade, águas etc. (artigos 3 e 7). O Decreto procurava atingir o duplo escopo: obter um melhor rendimento produtivo do núcleo, sem todavia descuidar dos interesses dos grandes cafeicultores, quer pela valorização das áreas marginais das fazendas, quer fornecendo trabalhadores em épocas de maior demanda por trabalho, como os períodos de colheita. Os lotes seriam distribuídos a imigrantes que quisessem, por conta própria, se estabelecer no Estado, e a todos aqueles que, residindo em São Paulo, provassem possuir recursos suficientes para se manter e se instalar em lotes coloniais, sem ônus para o Governo. (artigo 13). O Decreto, no entanto, é mais liberal que os anteriores pois, embora exigisse dos pretendentes a obrigação de possuírem família, permitia a compra de novos lotes pelos filhos que, embora solteiros, tivessem já completado 18 anos. (artigo 12). Quanto aos preços, estes foram fixados entre 2 e 20 réis por m<sup>2</sup> para os lotes rurais; 50 a 250 réis por m<sup>2</sup> para os lotes urbanos e 10 a 50 réis por m<sup>2</sup> para os chamados lotes suburbanos. (artigo 17).<sup>4</sup> Este artigo

<sup>4</sup> Os preços da terra, por hectare, em lotes coloniais, varia entre 10\$000 a 42\$872 p/ha (núcleos criados entre 1887-1895) e 20\$000 a 60\$000 (núcleos criados entre 1899-1910), a área média dos lotes sendo em torno de 25-30 hectares.

também regulamentava a forma de pagamento, concedendo um abatimento de 10% sobre o valor dos lotes à vista, bem como sobre as prestações pagas antecipadamente. Para os lotes a prazo, o pagamento podia ser efetuado em até 8 prestações anuais, a contar do primeiro, segundo ou terceiro ano do estabelecimento do colono. O Decreto, porém, concedia prazos maiores de pagamento, de até 12 anos, aos quais se incorporava o preço das residências e benfeitorias que a lei permitia financiar. (artigo 19). As propriedades, entretanto, permaneceriam hipotecadas ao Tesouro até a liquidação final das dívidas, atingindo não só a terra como todas as benfeitorias e melhoramentos que o colono efetuasse no lote. Assim, o colono não poderia transferir o lote a terceiros, antes de haver obtido o título definitivo da propriedade e quitado todos os seus débitos para com o Estado. (artigo 21 e 25).

A aquisição de um lote colonial obrigava o proprietário aproveitá-lo efetivamente, dentro de prazo de 6 meses, atestado através de uma área roçada e plantada determinada de, no mínimo, 5000 m<sup>2</sup>, tendo prazo de até um ano para construir casa de moradia permanente. (artigo 26). A falta do cumprimento deste artigo importava em perda do direito do lote e benfeitorias nele realizadas. Neste caso, o lote deveria ser vendido em hasta pública, com o Estado retendo o valor da dívida e entregando ao colono o excedente, que porventura obtivesse a mais na venda sobre o preço mínimo estabelecido. O artigo 31 impedia a ausência injustificada do colono, por espaço superior a 6 meses. Os colonos eram, ainda, responsáveis pelo deslocamento ou destruição dos marcos e divisas do lote, cabendo-lhes responsabilidade pela conservação, limpeza e desimpedimento das estradas e caminhos que passassem pelas terras; desobstrução de valetas e encaminhamento de águas pluviais, de modo a evitar a formação de depressões nas estradas que serviam o núcleo; remoção das árvores que caíssem sobre os caminhos ou cursos d'água, etc. As multas, nestes casos, eram bastante altas, variando entre 10 até 50\$000 (artigos 27-29). A preocupação ecológica dos técnicos também já pode ser observada na lei. Para impedir a devastação das matas e florestas, dentro das áreas comuns dos núcleos e nas cabeceiras dos rios ou córregos, impunha-se a obrigação dos colonos efetuarem o replantio das árvores que viessem a ser derrubadas.

Os efeitos positivos desta política, na economia paulista, pode ser melhor avaliada se considerarmos que a maioria das fazendas, durante a crise, já se achava onerada por compromissos que impossibilitavam sua venda a terceiros ou outro ato de alienação. Daí o Estado visar subsidiar os grandes proprietários, adquirindo as terras e arcando não apenas com as despesas de medição e divisão dos lotes, como também eximindo-os dos ônus, que passavam a ser assumidos pela Secretaria através dos chamados "*Contratos de Colonização por Meação ou Parceria*". As vantagens dos fazendeiros, em venderem para o Estado alguns alqueires de terras, eram evidentes. Dispondo muitas vezes de terras baixas ou impróprias para o café, podiam mais facilmente retalhá-las e vendê-las aos colonos, financiados pelo Estado. As-

sim, a formação da pequena propriedade, passava a ser vista como uma forma de capitalização, em época de dificuldades de crédito. Solucionava-se, desta maneira, parte do grave problema de levantamento de capital para custeio, modernização e ampliação das fazendas, reduzindo-se o custo da produção, além de poderem diminuir a possibilidade de greves e deslocamentos de trabalhadores, com a contratação de *camaradas* nos períodos de maior trabalho nas lavouras.

Conhecemos a íntegra de alguns contratos de venda e loteamento de fazendas, firmados entre o Estado e particulares, assinados entre 1900 e 1910. (1982. Gadelha: 228-39). O primeiro destes contratos de *parceria* foi firmado em 1905, entre o Governo e a Companhia "Pequena Propriedade", cujo sócio majoritário, Fernando Paranhos vendia parte das terras da Fazenda São José de Corumbatahy (Rio Claro), área de 4.317 hectares, destinada a constituir o Núcleo Colonial "Dr. Jorge Tibiriçá". Esta fazenda estava servida pela E.F. Paulista, que aí mantinha duas estações: Ferraz e Corumbataí.

Os lotes das propriedades seriam medidos e demarcados às custas do Governo e repartidos em igual proporção entre o Estado e a Companhia. Esta, além da metade dos lotes demarcados, recebia a quantia de 100:000\$000, preço estipulado pelo valor das terras da fazenda. Permanecia, propriedade da Companhia, a olaria e a serraria locais, bem como os armazéns que esta possuía nas Estações da Estrada de Ferro. Era cláusula contratual dos lotes, adquiridos pelos colonos, a entrega de toda a madeira deles retirada à serraria, que também detinha o monopólio do fornecimento de madeira para as obras do núcleo, obrigando-se, no entanto, a vendê-la com preço de até 20% menor do que o da madeira adquirida na cidade de Rio Claro. O preço dos lotes fora estabelecido em 150\$000 p/ha para terras de mata; 100\$000 p/ha, terras de capoeira; e 70\$000 p/ha, terras de campo, a serem pagos em parcelas de até 3 anos. Os lotes de "mata" eram os mais caros. Apesar disto seus proprietários só poderiam dispor comercialmente desta madeira, após haverem saldado o pagamento de  $\frac{3}{4}$  partes do preço do lote. Isto significava que teriam de entregar a maior parte da madeira à Companhia, pois, para produzirem, tinham de realizar a derrubada das matas, sem poderem delas se beneficiar. Tantas foram as vantagens impostas nos contratos que, em 1907, a Companhia ainda não havia colocado nenhum lote, de sua parte, à venda, apesar do Estado já ter vendido os seus, para cobrir os custos de implantação do núcleo. Documento inédito, localizado por nós, indica que, em 1907, a Companhia oferecia à Secretaria o restante dos 813 alqueires de terras ainda disponíveis da Fazenda São José de Corumbatahy, pela importância de 100:000\$000. (Proc. 342, de 04/07/1907. L. 7240).

O segundo contrato, celebrado em 1906 entre o Secretário da Agricultura Carlos Botelho e Bernardo Avelino Gavião Peixoto, estabelece a venda das terras da área conhecida por Sesmaria do Cambuhy (região de Araraquara), compreendendo 8 fazendas. Seu proprietário, o Conselheiro de Estado, Comendador Gavião Peixoto, obtinha 200:000\$000 pela venda de 2.500

alqueires de terras. O contrato estipula a "doação", para o Estado, de outros 2.500 alqueires, totalizando uma área de 5.000 alqueires, terras que foram consideradas de "superior qualidade". Em troca desta "doação", o Conselheiro teve seu nome perpetuado em um dos três núcleos coloniais implantados. Entretanto, ainda em 1906, quando do início da implantação dos núcleos, os técnicos da Secretaria reclamavam do verdadeiro engodo que fora a compra destas terras, por serem grande parte arenosas e outras alagadas, obrigando a realização de enormes trabalhos de drenagem antes de poderem receber os primeiros colonos.

A pesar dos custos e dificuldades desta implantação, os núcleos denominados Nova Paulicéa, Nova Europa e Gavião Peixoto foram assentados e progrediram, graças aos grandes investimentos de infra-estrutura efetuados pelo Estado na região. Estes núcleos permitiram a valorização das grandes fazendas dos arredores, dentre as quais figurava uma, propriedade pertencente ao Secretário Carlos Botelho. De fato, a ação de Carlos Botelho na Secretaria, ao mesmo tempo que lhe permitiu ampliar os negócios familiares, provocou o direcionamento do desenvolvimento da região centro-oeste do Estado, justificado por obras de infra-estrutura e construção de uma ferrovia, a E.F. Douradense, pelo Estado, que penetrava além de Araraquara, atravessando os novos núcleos. Esta valorização não evitou, em 1908, a abertura de um processo de indenização, contra a Secretaria, da parte do Conselheiro Gavião Peixoto, que se sentiu lesado, considerando baixo o preço pago pelas terras, agora valorizadas pela nova ferrovia. (Proc. 1883, 22/07/1908. L. 7260). Estes núcleos foram importantes, ainda, pois serviram de retaguarda, ajudando no avanço da frente pioneira o café, para além da região de Jaboticabal, ao mesmo tempo em que dinamizaram a economia local, com o estabelecimento de olarias, moinho de grãos e pequenas oficinas, que serviam toda a região.

O terceiro contrato que pudemos estabelecer, foi celebrado entre a Sociedade Anônima Usina Esther e a Secretaria da Agricultura, em 1907, permitindo o loteamento de 500 alqueires de terras pertencentes às Fazendas São Bento e Bôa Vista, no latifúndio conhecido por "Sesmaria do Funil". Esta sesmaria já sofrera anterior partilha e desmembramento de terras, adquiridas pelo Estado para o assentamento de um núcleo, denominado "Campos Salles", atual Cosmópolis. O principal sócio e acionista-proprietário da Usina Esther, Paulo de Arthur Nogueira, era ainda proprietário da E.F. Funilense, depois também adquirida pelo Estado, ligando a Usina Esther e suas terras à cidade de Campinas. No caso deste contrato, a própria Sociedade se encarregou dos trabalhos de medição, repartição e construção da infra-estrutura do novo núcleo, serviços que foram orientados pelos técnicos da Secretaria, e pelos quais recebia 12\$000 por alqueire de terras medido, equivalente à soma de 6:000\$000. Além destas vantagens, a Sociedade também usufruía do preço da venda dos lotes. Cada lote possuía água canalizada e área de 5 a 10 alqueires, vendido a preço elevado, entre 150\$000 a 400\$000 por alqueire, conforme a qualidade do solo. Em média, o preço era de 250\$000 p/alqueire,

o que significava um ganho, para a Sociedade, de 125:000\$000 pela venda das terras do núcleo denominado Arthur Nogueira. (1982.Gadella:237-8).

O quarto contrato, localizado, não difere muito dos anteriores. Trata-se da chamada *venda/doação* das terras denominadas "Mato Dentro", de propriedade dos Vereadores da Câmara Municipal de Taubaté, encabeçados pelo seu Presidente, Ten.-Coronel Francisco Gonçalves Pereira. Este contrato, verdadeira negociata, também foi realizado durante a gestão de Carlos Botelho, em 1906. Os lotes, repartidos e medidos pela Secretaria da Agricultura, foram vendidos pela Câmara de Taubaté para colonos de origem italiana. As terras, entretanto, se revelaram pura rocha, o que impossibilitou a implantação de qualquer tipo de cultura. Após sucessivas tentativas, da parte da Secretaria em solucionar o problema, os lotes acabaram sendo abandonados por seus ocupantes, sendo o prejuízo deste contrato absorvido pelo Estado.

Nossas pesquisas, no Arquivo do Estado, permitiram ainda a localização dos contratos firmados para a compra das terras onde se estabeleceria o núcleo de Nova Veneza e das terras chamadas "Conchal". No caso de Nova Veneza, em 1910 o Estado adquiriu, no Município de Campinas, 450 alqueires de terras da Fazenda São Bento, de propriedade de Fernando Pompeo de Camargo, por 60:000\$000; além de 320 alqueires, da Fazenda Barreiro, de propriedade de Eduardo Pacheco de Moraes, por 40:000\$000, para o estabelecimento do núcleo. (Proc.473,19/02/1910.L.7317).

Os contratos das terras do Conchal indicam a compra das fazendas Ferraz, Leme e Conchal, pertencentes a vários proprietários desta Sesmaria, área de 1.641 alqueires, cortadas pela E.F.Funilense. Estas terras foram adquiridas pelo preço médio de 73\$000 p/alqueire ou 114:523\$000 (preço total). Em março deste ano a Secretaria adquiriu, ainda, o restante da sesmaria, cerca de 1.000 alqueires, pertencentes a Alfredo Eduardo de Oliveira, pelo preço de 70\$000 p/alqueire ou 70:000\$000, incluindo benfeitorias. (Proc.508,03/03/1910.L.7335). Estes contratos, que valorizaram os arredores de Ribeirão Preto e Franca, parecem ter sido assinados com critérios mais técnicos que os anteriores, e receberam os assentamentos de 3 núcleos interligados, denominados Martinho Prado Junior, Visconde de Indaiatuba e Conde de Parnahyba.

Atualmente estamos trabalhando sobre novos contratos de vendas de terras por parceria ou meação, celebrados entre particulares e a Secretaria. Também temos examinado contratos de prestação de serviços pela Secretaria, através dos quais podemos verificar o aumento do interesse dos fazendeiros na venda das terras para assentamentos de pequenos proprietários, desde 1910, bem como o surgimento de áreas entregues ao sistema de arrendamento, incentivado principalmente pelas primeiras Cooperativas, que surgem no Estado, orientadas pela Secretaria da Agricultura e lideradas por pequenos proprietários-empresários, como no caso dos colonos de Campos Sales. Apesar de nem sempre haver podido prevalecer os critérios técnicos nos contratos analisados, pois a decisão final, política, estava nas mãos dos Secretários de Estado da Agricultura, cargo de confiança dos governadores, a análise da

política agrária desenvolvida em São Paulo, permite afirmar que, de modo geral seus dirigentes souberam cumprir sua função maior, de favorecer a continuidade do desenvolvimento do Estado, atingido pela crise, proporcionando a necessária condição interna para o surgimento, a diversificação e consolidação do mercado paulista. Desde 1912 podemos observar o êxito na política dos núcleos coloniais, permitindo a substituição de importações dos principais produtos, que oneravam a balança de pagamentos do Estado. Em 1915, quando da emancipação dos núcleos estudados, a pequena propriedade já podia ser considerada consolidada em São Paulo, vitoriosa nas zonas centrais do Estado, respondendo pela oferta de gêneros e matérias primas, e pelo surgimento de pequenas fábricas e oficinas, que se espalhavam pelo interior do Estado.

Os estudos que efetuamos, sobre a viabilidade econômica dos núcleos, comprovam o sucesso desta política. Amparados por uma legislação adequada, por facilidades de crédito e apoio de infra-estrutura privilegiada, a pequena propriedade se desenvolveu, ocupando a policultura espaço na produção ao lado do café e tornando o Estado de São Paulo modelo para a América Latina. Neste sentido, ainda, o aparelho de Estado soube se revelar moderno, muito além do que ocorria em outros Estados. A Secretaria se preocupou em criar toda a infra-estrutura de apoio aos núcleos, em fornecer assistência técnica direta aos agricultores através da orientação de técnicos Agrônomos, Inspectores Agrícolas pertencentes ao Instituto Agrônomo de Campinas, encarregados de visitas mensais às regiões de assentados, fossem pertencentes a núcleos oficiais ou estabelecidos por particulares. O Estado atuou na criação de campos de demonstração agrícola e zootecnia, premiando agricultores e criadores, organizando feiras e galerias de exposição e demonstração de maquinarias agrícolas, pesticidas e outros insumos, premiando inventores de máquinas e equipamentos, desenvolvendo e subsidiando a construção da infra-estrutura de comunicação, energia elétrica e transporte ferroviário eficientes, visando facilitar o escoamento da produção agrícola, direcionando a abertura e desbravamento das frentes pioneiras. No campo da educação e saúde, contratou pessoal especializado e realizou obras, que permitiram a instalação de escolas primárias e ambulatórios de saúde nos núcleos, logo beneficiando as pequenas cidades do interior.

Ao contrário do que indica a bibliografia sobre o Dr. Carlos Botelho, contudo, é nos contratos de compra de terras, posteriores ao período do seu Secretariado, que encontramos maior liberdade para a ação técnica do pessoal da Secretaria. A leitura dos laudos periciais, informes e relatórios revelam o grau de competência e probidade, característica dos técnicos da Diretoria de Terras da Secretaria. Prevalecerá, então, como condição para a compra de terras pelo Estado, ao lado da fertilidade natural do solo, a situação dos terrenos, em áreas que pudessem receber tratamento mecânico por arado, com nascentes suficientes para assegurar os serviços de irrigação nos núcleos, além de salubridade segura e proximidade das ferrovias. Os serviços de apoio, com

que puderam contar os pequenos agricultores paulistas, explicam em grande parte o sucesso dos núcleos. Como exemplo, citamos o Relatório do Inspetor Agrônomo Antônio de Milita, informando, em 1914, que a zona do Conchal constituía autêntico celeiro frutífero, exportando até mesmo para a Argentina. (1914. Inspetor Milita. Relatório:501). Pequenos proprietários diversificavam os cultivos, introduzindo-se culturas como o algodão e ampliando o sistema de arrendamento de terras. Os núcleos se tornaram, ainda, o *locus* onde surgiram as primeiras cooperativas do país, transformando São Paulo no "celeiro do Oeste" e, logo, atraindo trabalhadores de outras partes do país. A visão moderna da elite paulista, do início do século, finalmente, tornara realidade a pequena propriedade, mesmo se desenvolvida em função da acumulação maior dos grandes proprietários, os fazendeiros de café.

#### Bibliografia.

1905. BOTELHO, Carlos. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá. 1904.* São São Paulo, Brasil de Rothschild.
1893. CARVALHO, Alvaro. *Annaes da sessão ordinária e extraordinária de 189* "Discurso na sessão de 04/08/1892". São Paulo, Câmara dos Deputados.
1977. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.s/d.
- DENIS, Pierre. *O Brasil no século XX.* Lisboa, José Bastos.
1982. GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): Contribuição ao estudo da Colonização em São Paulo.* Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
1984. HOLLOWAY, Thomas H. *Rio de Janeiro, Paz e Terra.*
1980. KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* 3.e. São Paulo, Proposta.
1914. MILITA, Antonio de. *Relatório do Inspector Agrícola Antonio de Milita.* São Paulo, Boletim de Agricultura, 14.
1952. MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo.* Paris, Armand Colin.
1981. PELLIZZETTI, Beatriz. *Pioneirismo italiano no Brasil Meridional.* Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.
1898. PINTO, Firmiano M. *Relatório de 1897.* São Paulo, Espindola Siqueira. 1902. RODRIGUES, Antônio Cândido. *Relatório de 1900.* São Paulo, "Diário Oficial".
1938. SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da História do Café.* Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
1979. SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1939. TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil. (1727-1937).* Rio de Janeiro, Depto. Nacional do Café. 15 v.
1903. VEIGA FILHO. *Annaes da sessão ordinária de 1902.* São Paulo, Câmara dos Deputados.

## O CUSTO DO TRABALHO ESCRAVO\* (UM CÁLCULO DE DU PONT DE NEMOURS).

Antonio Penalves Rocha\*\*

Ao lado das críticas religiosas e jurídicas que a escravidão sofreu a partir da segunda metade do século XVIII, encontram-se as feitas em nome da Economia Política, que indicavam o alto custo do trabalho escravo e a superioridade do trabalhador livre. Diferentemente das outras, essas críticas "econômicas" foram elevadas à condição de categorias científicas, o que lhes deu um lugar tanto nos movimentos abolicionistas do século passado quanto num ramo historiográfico que estuda a escravidão no século XX.

No entanto, as práticas abolicionista e historiográfica perderam de vista que condenação da escravidão e Economia Política começaram a tomar corpo na mesma época. De fato, antes dos meados do século XVIII, só houve raras e descontínuas críticas à escravidão, em contraste com o processo que se montou contra essa instituição milenar a partir de então; data também da segunda metade do século XVIII, o aparecimento do primeiro grupo de pensadores que se autodenominou de *filósofos economistas*, e garantiu que suas idéias operavam dentro de uma nova ciência: a Economia Política; trata-se do pequeno grupo liderado por François Quesnay, que o século XIX chamou de fisiocratas.

Este trabalho tem o propósito de analisar um artigo publicado por Du Pont de Nemours, o principal divulgador da Fisiocracia, no qual há um cálculo pioneiro, nos termos em que foi apresentado, com preços dos custos do trabalho escravo. Mas, não é só por isso que ele merece atenção: nele também se pode surpreender as principais linhas do anti-escravismo da Economia Política dos fisiocratas, bem como os serviços que prestaram para condenar a escravidão.

Além disso tudo, considerados como estritamente econômicos, os enunciados anti-escravistas da Fisiocracia tiveram vida longa: foram mantidos pela Economia clássica inglesa e francesa, pelo marxismo, e, por fim, absorvidos por uma corrente da História econômica no século XX. Um exemplo é suficiente para mostrar a sobrevivência deles na nossa época. Em 1947, a revista *Annales (E.S.C.)* publicou um artigo de Marc Bloch, encontrado entre os seus papéis, intitulado "Como e porquê acabou a escravidão antiga"<sup>1</sup>, no qual encontra-se a reprodução das linhas gerais da noção dos custos da escravidão tal como foi desenvolvida pelos *economistas* e mantida pela Economia Política.

\* - Este trabalho é apenas uma parte de uma pesquisa mais ampla que venho realizando e só se tornou possível graças à uma Bolsa de Pesquisa que me foi concedida pelo CNPq.

\*\* Professor da USP.

<sup>1</sup> - este artigo pode ser encontrado no tomo I de uma coletânea dos trabalhos de Marc Bloch, intitulada *Mélanges Historiques*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1963.

ca ao longo do século XIX: “o escravo é mau trabalhador; seu rendimento é em todo lugar [tanto na sociedade do “*latifundia* romano quanto na das plantações das Índias Ocidentais”] avaliado como muito baixo. Ele representa, além do mais, um capital essencialmente perecível. O patrão que hoje, por morte ou doença, se vê privado de um trabalhador, terá, talvez, se o mercado de mão-de-obra for desfavorável, alguma dificuldade para o substituir; mas, se o substituir, não terá sofrido nenhuma perda, pois o salário, qualquer que seja o homem, permanecerá igual. O senhor, cujo escravo morria, adoecia ou envelhecia, devia, ao contrário, comprar outro; ele perdia integralmente a soma que havia pago pelo primeiro”(BLOCH, 1963, p.267).

O artigo de Du Pont de Nemours, que será o objeto desta análise, foi publicado naquele que se tornou o órgão de imprensa dos fisiocratas a partir de 1767, as *Efemérides do cidadão*. Mas, este periódico nem sempre esteve nas mãos deles. Quando foi posto em circulação, em 1765, era um semanário intitulado *Efemérides do cidadão ou Crônica do espírito nacional*, editado pelo abade Baudeau com o fim de informar sobre acontecimentos e publicações que contribuíssem para a prosperidade da França. Neste mesmo ano, os *economistas* haviam fundado também um periódico - o *Jornal da Agricultura, do Comércio e das Finanças* -, no qual foram publicados os artigos de Quesnay que deram unidade aos princípios da escola; aliás, foram estes mesmos artigos que Du Pont de Nemours reuniu em dois volumes no ano de 1768, sob o título: *Fisiocracia, ou constituição natural do governo mais vantajoso ao gênero humano*. O neologismo *fisiocracia*, que o século XIX usou para designar a escola, foi portanto criado pelo próprio Du Pont, e empregado pela primeira vez nesse título.

A vida do *Jornal* foi curta, e ele deixou de circular em 1766. Porém, no ano seguinte, Baudeau aderiu às idéias dos *economistas*, e fez das *Efemérides* o órgão de divulgação das idéias da escola. Em janeiro de 1768, Du Pont de Nemours, sucedendo Baudeau, assumiu a direção do periódico e o manteve como órgão de imprensa da escola até 1772, quando foi fechado pela censura. Sob a direção de Du Pont, seu título mudou para *Efemérides do cidadão ou Biblioteca racional das ciências morais e políticas*, sua publicação tornou-se mensal, alcançando a tiragem de 500 exemplares, quantidade estimada como expressão de sucesso para a época.

Quanto ao periódico, não há como discordar do juízo de Schumpeter, que lhe atribuiu um caráter similar ao dos “jornais científicos da ortodoxia marxista dos fins do XIX, especialmente o *Neue Zeit*: o mesmo fervor de convicção, talento polêmico semelhante, quase idêntica inabilidade em considerar qualquer problema senão através dos pontos de vista ortodoxos, capacidade considerável de destilar mordaz animosidade, e igual ausência de autocrítica” (SCHUMPETER, 1964, II, 284). Enfim, trata-se de uma publicação destinada exclusivamente à divulgação das idéias dos fisiocratas, o que significa que desempenhou o papel de veículo notadamente programático.

O artigo em que aparece o cálculo feito por Du Pont não é o único da história do periódico sobre a escravidão; há outros doze. O escolhido para

esta análise intitula-se “Terceira edição das *Saisons*, poema acompanhado de Notas, de Poesias fugitivas, de Contos morais e de Fábulas orientais”, e foi publicado no tomo VI de 1771. Na verdade, o editor das *Efemérides* já havia começado a resenhar esse mesmo livro - *Saisons* de Saint-Lambert - no tomo III de 1769, resenha esta que prosseguiu nos tomos IV e V do mesmo ano. Nesta última, anunciou que daria destaque a um dos seus contos, o *Ziméo*, pelo seu “fundo histórico” capaz de induzir o leitor a profundas reflexões “sobre a barbárie dos europeus, que se esqueceram do respeito ao homem, reduzindo seus irmãos da África a uma escravidão que a justiça condena, que a política se opõe, e que causa horror à humanidade”. Finalmente, em 1771, Du Pont oferecia aos leitores do periódico, num artigo longo, com mais de oitenta páginas, um resumo do *Ziméo* de Saint-Lambert, acompanhado de comentários sobre a escravidão negra.

A esta altura, cumpre esclarecer o procedimento que será adotado para analisar o artigo de Du Pont de Nemours. Como esta investigação não conta com uma série documental, que permitiria atestar as observações por meio de citações diversas, mas sim com um único documento da história da Economia Política, torna-se necessário reproduzir as linhas gerais do artigo para efetuar e comprovar a análise.

Ao apresentar o *Ziméo*, Du Pont informou que estava diante de um conto que “mostra o quanto a escravidão dos negros é odiosa e detestável”, e que acrescentaria a ele “um cálculo pelo qual nos orgulhamos de provar que (a escravidão) é um crime inútil e oneroso para nós”, cálculo este, explicou, concebido originalmente por Benjamin Franklin, em 1751.

De fato, Franklin escreveu um ensaio intitulado “*Observations Concerning the Increase of Mankind*”, no qual há um cálculo sobre custos do trabalho escravo. Pelas informações fornecidas nas notas de rodapé do *The Papers of Benjamin Franklin*, vê-se que esse ensaio teve sucessivas edições no século, e tornou-se muito rapidamente conhecido pelos economistas políticos europeus: Mirabeau deu seu aval a uma tradução francesa da edição de 1761 do ensaio, que se encontra na Biblioteca Nacional da França; a biblioteca de Adam Smith contava com dois exemplares do ensaio, e ele teria também exercido influência sobre Malthus, que o citou diversas vezes, sempre aprovando as observações de Franklin.

É na seção 12 do ensaio que se encontra o cálculo feito por Franklin, e merece ser reproduzido para que se verifique como foi usado por Du Pont de Nemours: “há uma opinião mal fundamentada segundo a qual pelo trabalho dos escravos a América pode competir com a Inglaterra em manufaturados de baixos preços. O trabalho do escravo jamais será tão barato aqui como o dos trabalhadores é na Inglaterra. Qualquer um pode calcular isso. Os juros do dinheiro nas colônias são de 6 a 10%. Os escravos custam, um pelo outro, 30 libras esterlinas por cabeça. Calculai então os juros (do dinheiro gasto) com a compra de um escravo, a insegurança ou risco que corre sua vida, seu vestuário e dieta, despesas com doença e perda de tempo, perdas com seu

desleixo nos negócios (o desleixo é natural no homem que não pode obter ganhos pelo seu próprio cuidado ou zelo), despesas com um feitor que o manterá no trabalho, e o seus furtos ocasionais - quase todo escravo é por natureza um ladrão -, e comparai o total com os salários de um manufaturador de ferro ou de lã na Inglaterra; vereis que o trabalho é muito mais barato lá do que tem sido o dos negros aqui. Por que, então, os americanos compram escravos? Porque os escravos podem ser mantidos durante o tempo que um homem desejar, ou fizer uso do seu trabalho; enquanto os homens assalariados costumam deixar seu senhor (freqüentemente no meio dos negócios) para cuidar dos seus próprios negócios". (FRANKLIN, IV, 1961, 229)

No artigo sobre o *Ziméo*, Du Pont sobrepoôs a exposição das suas proposições anti-escravistas ao conto. Deste modo, dividiu o artigo em duas partes: na primeira a apresentação do conto, depois um ensaio sobre o assunto. Sua versão do cálculo de Franklin está encaixada na segunda parte.

O conto propriamente dito é narrado por George Filmer, um personagem, que estava na fazenda de um amigo, Wilmouth, na Jamaica, quando ocorreu uma revolta de escravos na vizinhança sob a liderança de um negro chamado John, oriundo de Benin. Depois de massacrarem os proprietários, degolando-os ou enforcando-os, os negros fugitivos - *marons*<sup>2</sup> - se instalaram em vales férteis das montanhas, de onde só saíam para vingar os maus tratos sofridos por outros fugitivos.

Num determinado momento os *marons*, comandados por John, realizaram uma grande investida contra os brancos, derrotaram as tropas inimigas, exterminaram os vencidos, e assumiram o controle da planície que separava a fazenda de Wilmouth da cidade.

Enquanto isso tudo ocorria, a paz reinava na fazenda de Wilmouth, onde sempre prevaleceu a moderação na administração dos escravos: o proprietário permitia que cada um deles cultivasse um pedaço de terra, fornecendo-lhe os instrumentos, para que vendesse os frutos do trabalho; sempre cuidara também para que todos fossem bem alimentados e suficientemente vestidos; todas as tardes deixava que dançassem, e freqüentemente organizava grandes festas. Agora, com a guerra, essas práticas de Wilmouth surtiam seus efeitos: enquanto os fazendeiros, que ainda tinham o controle sobre suas terras, punham seus escravos a ferros, Wilmouth oferecia armas aos seus para enfrentar os *marons*, e solicitava-lhes lealdade: "se tenho sido duro para vós, matai-me, eu mereço; se tenho sido só um bom pai, defendei comigo minha mulher e meus filhos". Em resposta, os escravos manifestaram irrestrita fidelidade ao senhor e a determinação de defender a fazenda, até o último homem, de um ataque dos *marons*.

<sup>2</sup> - Será mantida a grafia *maron*, usada pelo editor das *Efemérides*, muito embora nos dicionários franceses se encontre o vocábulo *marron*, derivado da palavra espanhola *cimarron*, e não como ela aparece no texto de Du Pont. Seu significado corresponde ao de *quilombola* em português.

Entre os escravos havia um ancião chamado Francisco que, além de ser muito estimado por todos, pelo "seu espírito, seus conhecimentos sobre agricultura e seus costumes" recebia especial atenção do proprietário. Ele fora encontrado por Filmer numa praia de uma colônia espanhola, gravemente ferido pelos castigos que recebera do seu proprietário. No momento desse encontro, Francisco estava amparado pelos braços de uma jovem negra, que, para o socorrer, deixara no chão uma criança de poucos dias. Importa é que, comovido pela cena, Filmer comprou todos os três do senhor a que pertenciam, dispensou os devidos cuidados ao ferido, e os levou para a fazenda do amigo Wilmouth.

Como Francisco também tinha nascido em Benin, conhecia muito bem os costumes dos seus compatriotas, e sabendo que os *marons* atacariam a fazenda em que vivia, aconselhou Wilmouth e Filmer a mandarem um outro escravo de Benin para relatar a John as condições especiais que os escravos gozavam naquele lugar. O proprietário seguiu o conselho, no que foi muito bem sucedido. John, agora chamado Zimeo, pois retomara seu nome africano como era hábito dos *marons*, ao saber da situação privilegiada dos escravos de Wilmouth, declarou seu respeito pelo proprietário, e foi à fazenda na companhia de outros guerreiros.

Chegando nas terras de Wilmouth, Zimeo foi logo cercado pelos escravos que ali viviam, e lhes dirigiu uma questão: "Tomai uma decisão: me seguir para as montanhas, ou ficar com os seus senhores." Os escravos falaram todos de uma só vez sobre as bondades do senhor e o quanto eram felizes ali; conduziram Zimeo às suas cabanas para que visse que eram saudáveis e providas de comodidades; mostraram-lhe também o dinheiro ganho com a venda dos produtos que obtinham pelo próprio trabalho nas terras cedidas pelo fazendeiro. Em suma, "com lágrimas nos olhos", os escravos juraram a Zimeo que dariam suas vidas para não serem separados do seu senhor; todos, comenta o narrador, "pareciam acreditar que não exprimiam com bastante força o sentimentos de amor e reconhecimento."

Essas manifestações sensibilizaram Zimeo, que estendeu as mãos a Wilmouth e a Filmer, e declarou seu amor pelos dois brancos. Contou que não era cruel por natureza; sua crueldade nasceu quando fora escravizado por comerciantes portugueses, e separado dos "ídeos do meu coração": o sábio Matomba, a quem seu pai, um rei de Benin, havia confiado sua educação e a sua jovem esposa, Ellaroe, filha do mestre Matomba. "O negro", afirmou, "nascido para amar, quando é forçado a odiar torna-se um tigre, um leopardo, como me tornei".

Enquanto Zimeo narrava detalhadamente sua biografia, Francisco, o ancião que Filmer encontrara ferido, se aproximou do grupo que o escutava. O líder rebelde o reconheceu de imediato: Francisco era Matomba. Com gritos de alegria por encontrá-lo, diz Filmer, Zimeo efusivamente começou a nos abraçar. Em seguida, Francisco levou Zimeo até o local em que estava Ellaroe, a jovem negra que tinha amparado o ancião na praia; esta lhe apresentou uma

criança e disse: "Zimeo, eis teu filho; é por ele que Matomba e eu temos suportado a vida. Sem ele, sem ele, eu teria partido desse mundo, onde perdi aquele que conquistou meu coração".

No momento mesmo do reencontro da família, chegou a notícia de que as tropas inglesas estavam a caminho. Diante disso, Zimeo, Matomba, Ellaroe e o filho do casal se retiram da fazenda em lágrimas, "querendo carregar por toda a vida o nome de nossos escravos", narra Filmer.

À guisa de conclusão, Filmer fez algumas "reflexões sobre os negros". Os europeus, quando se referem aos negros, são como muitos homens que ocupam altos cargos, "começam por ser injustos, e acabam caluniando as vítimas das suas injustiças. Os negociantes que fazem o tráfico de negros, os colonos que os mantêm como escravos, cometem muitos erros para que acreditemos que falam a verdade". A primeira das injustiças dos europeus se dá quando atribuem aos africanos um caráter geral físico (nariz chato, lábios grossos) e moral (preguiçosos, velhacos, mentirosos e dissimulados); o caráter físico dos negros pode também ser encontrado entre outros povos, e os morais não são da natureza de um povo, mas da escravidão. Eles só têm um caráter geral: "a mesma cor; têm também muita sensibilidade; eis tudo o que têm em comum".

A África, observa Filmer, conta com uma grande variedade de povos, cujas produções, governos e religiões variam muito; assim, lá são encontrados "negros humanos, negros bárbaros; povos guerreiros e povos pusilânimes; be'os costumes, costumes detestáveis; o homem natural, o homem pervertido e em nenhuma parte o homem aperfeiçoado", sendo este último, para o narrador, o contemporâneo, o homem ilustrado. Não teria sentido algum, portanto, atribuir um caráter comum a todos os africanos, mas sim compreender que, no conjunto, vivem numa fase histórica diferente da dos europeus: mal conhecem a escrita; desconhecem a bússola e a imprensa, ou seja, "são as circunstâncias, e não a natureza da espécie, que decidiram a superioridade dos brancos sobre os negros". E, para concluir essas reflexões, comparou a África com a Europa: "(...) o que éramos há quatrocentos anos? A Europa, excetuando Veneza e Florença, talvez não valesse mais que o Congo e Benin. Eu viajei, eu fiz a história. Sim, os grandes povos entre os negros estão próximos da situação em que estávamos entre os séculos IX e XIV. As mesmas opiniões absurdas, as experiências, os sortilégios, os direitos feudais, as leis atrozes, as artes grosseiras, que existiam então entre nossos ancestrais, existem hoje entre os africanos".

Filmer encerrou suas reflexões, exortando os europeus a adotarem os preceitos do direito natural, sendo que o dinheiro não pode lhes dar "o direito de manter um único homem como escravo".

\* \* \*

O *Ziméo* pode ser considerado como um documento da história da Economia Política porque revela, por meio da ficção, partes do pensamento da

Fisiocracia. Com efeito, Saint-Lambert manifestou publicamente sua adesão à Fisiocracia no livro *Saisons*, e usou sua pena para desenvolver, em verso ou em prosa, muitos pontos do programa dos *economistas* (WELLEURSE, I, 192). É o que se vê, por exemplo, quando Zimeo faz um relato da educação que recebeu de Matomba, que lhe ensinou, entre outras coisas, "os detalhes da agricultura, que faz nascer todas as riquezas", ou então na recriminação da escravidão, feita por Filmer em nome do direito natural. Mas, nem só por isso o *Saisons* recebeu tantas atenções das *Efemérides*; segundo Schelle, os primeiros textos anti-escravistas publicados na Paris do início da segunda metade do século XVIII não tinham merecido atenção especial, "até o momento que Saint-Lambert fez o público se interessar pela sorte dos negros num pequeno romance, *Ziméo*" (SCHELLE, 1888, p.105).

O conto de Saint-Lambert tem propósitos moralizantes. De fato, o caráter do *Ziméo* é claramente pedagógico: o recurso dramático serve para informar que a escravidão negra transformou o mundo colonial no reino da barbárie. Mas, os horrores da escravidão parecem provocar uma estupefação que o leva à paralisia, pois há um "silêncio ensurdecedor" do conto sobre uma questão prática: o destino a ser dado aos escravos negros das colônias. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que o autor expressava seu repúdio aos horrores da escravidão, não hasteava uma bandeira que pudesse ser claramente identificada como abolicionista, isto é, seu texto nada diz sobre a libertação daqueles que viviam como escravos. O remédio imediato para eles era o abrandamento da escravidão, e o sucesso das medidas adotadas por Wilmouth é a prova de que ele funciona. Em parte, essa ambigüidade se deve a um racismo muito mal dissimulado pela idéia de que os europeus são superiores a todos os outros povos, sendo portanto preferíveis os trabalhadores brancos a eventuais negros livres. E não é só Saint-Lambert que considera a situação sob este prisma: como se verá mais adiante, esta foi também a posição de Du Pont de Nemours.

Mesmo emudecendo sobre a questão prática do destino a ser dado ao escravo, há a recusa da escravidão no conto, pois ela significa a violação do princípio fundamental do direito natural - a propriedade sobre sua própria pessoa, ou *propriedade pessoal* como a chamavam os fisiocratas, sem a qual os homens viveriam num estado de guerra permanente, tal como mostra a história narrada por Saint-Lambert. E esse direito natural está no núcleo da Economia Política dos fisiocratas, o que pode ser verificado pela definição que o próprio Du Pont de Nemours deu à ciência, e que se encontra numa célebre carta que enviou a Jean-Baptiste Say: "ela é a ciência do direito natural aplicado, como deve ser, às sociedades civilizadas. Ela é a ciência das constituições que ensina e ensinará, não somente aquilo que os governos não devem fazer para o seu próprio interesse e pelos interesses das suas nações, ou das suas riquezas, mas aquilo que eles não devem poder fazer diante de Deus (grifos do autor), sob a pena de merecer o ódio e o desprezo dos homens, o destronamento durante suas vidas e o flagelo sangrento da história depois das suas mortes" (DAIRE, 1971, p.397).

Essas idéias sobre o direito natural e a emergência de uma sociedade harmoniosa nos obrigam a voltar à questão da ambigüidade do conto diante da escravidão. Ou seja, compreende-se por que Saint-Lambert - e Du Pont seguirá o mesmo caminho -, embora fosse teoricamente contra a escravidão, na prática se limitava a reivindicar o seu abrandamento. Se esta medida fosse adotada haveria a possibilidade de as colônias conviverem em relativa paz com o trabalho escravo, ao passo que tanto o fim da escravidão quanto o advento de uma sociedade harmoniosa residiam somente no mundo das idéias.

O *Ziméio* exige um último comentário. Filmer expõe um ponto de vista que nos é familiar nas suas "reflexões sobre os negros", baseadas nas suas viagens e observações - "eu viajei, eu fiz a história". Algumas passagens da sua descrição dos africanos são marcadas por um certo relativismo cultural, ao mesmo tempo que dele se afasta por admitir que o único curso possível da história é o da história da Europa - os africanos estariam numa fase igual a que os europeus estiveram entre os séculos IX e XIV. O que de fato importa nisso é que suas considerações sobre o assunto partem do princípio de que a humanidade dos negros assumiu uma determinada forma devido a certas circunstâncias, numa época em que havia ainda quem acreditasse que os negros não faziam parte da humanidade, como por exemplo se vê num outro artigo das *Efemérides*. Refiro-me ao artigo "Explicação sobre a escravidão dos negros" do tomo IX de 29 de setembro de 1766, que reproduz, e critica, trechos de um livro chamado *Miscelânea interessante e curiosa, ou Resumo de História natural, moral, civil e política da Ásia, África, América e Terras Polares*, cujo autor não é citado. Para o autor do livro, o "caráter moral" impedia os negros de viver numa condição superior a que foram reduzidos pela escravidão, pois têm uma "alma tão negra quanto o corpo". Falta-lhes honra, idéias, conhecimento e, "se não têm o dom da palavra, só são homens na forma"; falta-lhes também raciocínio, aptidão para o estudo abstrato, pois a inteligência deles está abaixo daquela que se admira no elefante; o caráter dessas criaturas é dominado pela brutalidade, crueldade e ingratidão, e só pela força cumprem seus deveres; eles formam, enfim, uma raça que está num estágio intermediário da natureza, que "parece ascender do orangotango ao homem". A mesma idéia da animalidade dos negros pode ser encontrada no texto de um fisiocrata, isto é, no livro *Do Interesse Social*, que Le Trosne publicou em 1777. Na seção em que tratou das relações entre metrópole e colônia, escreveu "considero os negros como animais que servem à lavoura; e há muitos outros que os consideram da mesma maneira. Ora, isso posto, o interesse das colônias que empregam esses animais, é de comprá-los ao menor preço possível (...)". (DAIRE, 1971, 1021)

Nada permite colocar em dúvida a convicção de Saint-Lambert sobre a humanidade dos negros. No entanto, a aceitação dessa condição desempenha no conto o papel de um instrumento lógico. Assim procedendo, reconhecia que os negros estavam sob o amparo do direito natural, e, portanto, lhes

estava garantido o direito à propriedade pessoal, que funda todos os direitos, e à liberdade. Se, ao contrário, os negros fossem representados como animais, nada lhes estaria assegurado pelo direito natural, que aliás estipulava o direito de propriedade dos homens sobre eles.

\* \* \*

A análise da escravidão feita pelo editor das *Efemérides* se inicia depois da transcrição de trechos do texto de Saint-Lambert em mais de cinquenta páginas, nas quais as próprias palavras de Du Pont só aparecem para manter a ordem da narrativa.

No começo da exposição afirmou que não retomaria o conto, mas acrescentaria a ele outras observações sobre a escravidão negra, porque "Saint-Lambert é um poeta sublime; nós somos calculadores, não frios, porém severos". Com isso, o leitor fica sabendo que o conto de Saint-Lambert foi usado como pretexto para Du Pont de Nemours explicar suas próprias idéias anti-escravistas; o cálculo está imbricado nelas, e as reforça pela "aritmética política", segundo a expressão que o autor empregou para classificá-lo.

Como ponto de partida, universalizou seu repúdio à escravidão sob o argumento de que ninguém jamais pretendeu que por a ferros seus semelhantes, e tratá-los como animais de carga, fosse uma medida boa e louvável; "os particulares que têm escravos e os governos que os toleram, envergonham-se em segredo". Assim mesmo, continuam a usá-los, por acreditarem que estão fazendo uma grande economia, na medida que "o trabalho dos escravos, ao qual não se paga nem ordenados, nem salários, tem preço muito mais baixo do que o dos homens livres, aos quais é necessário pagar".

Além disso, acreditam também que tal pagamento acarretaria alta do preço do açúcar. No entanto, para Du Pont, essa idéia não era verdadeira; mas se fosse, seria preferível pagar mais caro o açúcar que "violiar tão cruelmente os direitos da humanidade". Ou seja, "dizer que é lícito escravizar um homem para ter seu trabalho a preço baixo, é dizer que é lícito assassinar numa estrada para se ter dinheiro a baixo custo". No dia-a-dia, particulares e governos que usam o escravo se enganam, pois "a injustiça é má administradora; ela paga tudo muito caro. Só a justiça paga o preço correto. É a beneficência que tem tudo a preço baixo."

Deste modo, Du Pont enfatizou dois pontos: primeiro, a escravidão é tão ilícita quanto matar para roubar, e, segundo, o injusto é dispendioso, ao passo que a beneficência "tem tudo a preço baixo". Ao afirmar que a escravidão é ilícita, Du Pont não pensava nas leis positivas - as leis feitas pelo Estado -, que abonavam a escravidão<sup>3</sup>; pensava, como se verá adiante, nas leis naturais, que a reprovam.

<sup>3</sup> - Na França, a legislação sobre a escravidão foi elaborada nos fins do século XVII e estava contida no *Code Noir*.

Embora o mundo regido pela beneficência fosse ao pé da letra ideal, Du Pont garantiu que a Economia Política iluminará o caminho que dará acesso a ele. Para alcançá-lo, há que se partir do cumprimento da "primeira e imperiosa" lei natural, a que determina que o "homem subsista pelo seu trabalho", e isto só é possível se ele tiver a propriedade da sua pessoa. Não basta ter a terra, é preciso investir para dela retirar as colheitas; é preciso ainda usar animais para os serviços e obter ajuda de semelhantes. "Ao homem sábio que não poupa investimentos; ao homem justo que não recusa pagar salários àqueles que cooperam com ele, que faz contratos livres, e os executa, pode se dizer que nada faltará, e que gozará do fruto legítimo da sua boa conduta. Viverá numa sociedade doce, nobre e vantajosa com a natureza e com seus semelhantes". Aquele que duplicar isso tudo, com "aparente prodigalidade", será "senhor, grande, possante, rico, feliz".

Ainda para Du Pont, "o estudo severo do homem e da natureza" não permite dúvidas sobre essa mudança; usando as orientações deste estudo, "paixões, que, pela ignorância, desolam a terra e perturbam a sociedade" se voltarão para o bem público. Este estudo indica ao ambicioso que para comandar é preciso ser justo, beneficente, sensível e virtuoso; ao egoísta que para enriquecer é preciso respeitar o "direito dos subalternos, estimulá-los ao trabalho com salários altos, ser não somente justo em relação a eles, mas também beneficente o nobre", e, assim, ele não terá motivos para temer a perda daquilo que confiou aos outros, que aliás passará a render altos ganhos. Esse estudo alerta também a "cupidez imbecil e feroz, que quer usurpar, subjugar, prender, pilhar, ter tudo por nada: aprisionai, tu te colocarás em guerra com a natureza e com os homens. Teus sucessos serão mais que incertos, serão odiosos, serão perigosos; tu nada tens, ou tens pouca coisa, e essa pouca coisa te custará cem vezes mais do que vale: toma outro caminho, chama para perto de ti os homens assustados, pare de lhes fazer mal, faça a eles o bem, e as forças deles cessarão de ameaçar a tua fraqueza, e os trabalhos deles se tornarão vantajosos para ti."

Assim, dois mundos são desenhados pela pena de Du Pont de Nemours: no mundo real, em que ocorre a violação dos direitos da humanidade com a escravidão, existe um estado de "guerra com a natureza e com os homens"; no outro, que excluirá a escravidão, uma "sociedade doce, nobre e vantajosa com a natureza e com os semelhantes". E não há nada de errado com certas paixões, como a ambição e o egoísmo, que, devidamente esclarecidas, podem ser transformadas em interesses que beneficiarão todos.

Com efeito, para o editor das *Efemérides*, o motor da conduta humana, "dado por Deus", é o interesse. Compete, portanto, demonstrar que o interesse está "sempre de acordo com a justiça mais severa, e quase sempre com a beneficência"; com tal demonstração, que deverá persuadir os homens a mudarem a conduta, a opressão e a maldade serão suprimidas, já que elas derivam da "má compreensão do interesse". O homem não veio ao mundo para fazer o mal; "o mais vil dos celerados, se tivesse o mesmo interesse em

fazer o bem ou cometer um crime, não se tornaria criminoso". E como até mesmo na natureza prevalecem as boas ações, é "a ignorância dos interesses próprios que cria os culpados".

Desse modo, Du Pont de Nemours mostrava que havia uma coincidência entre interesse e beneficência, ainda no esforço de convencer seus leitores das vantagens que obteriam num mundo diferente daquele em que havia a "guerra contínua". O cálculo sobre os custos da escravidão negra decorre da certeza do seu autor de que ela era usada por causa da má compreensão do interesse dos "particulares e dos governos". Noutros termos, Du Pont calculou para persuadir seus leitores de que a escravidão, como fruto de interesses equivocados, era um mal negócio.

O equívoco nasce da noção de que o preço do trabalho do escravo era mais baixo do que o dos homens livres, dado que seus custos se limitavam às despesas com alimentação. Esse "grande erro" ocorria, segundo Du Pont, porque "não se pensa sobre os custos de compra do negro, que são perdidos com sua morte; na curta duração da sua vida, que se arrasta nos ferros; na necessidade de recompensar sua perda com uma nova compra; nos juros dos fundos que essa consome; na obrigação de ter sobre um pequeno número de negros um outro negro ocioso, para lutar com golpes de chicote contra a preguiça inerente a todo escravo, e que é o seu primeiro meio de se vingar do senhor que o oprime; no perigo que se corre com os *marons*; nos custos da guerra que não se pode evitar com eles; no tempo inevitavelmente perdido pelos escravos em mil ocasiões; na sua inépcia natural e voluntária, etc., etc. etc. etc. etc."

Com poucas mudanças, o editor retomava os termos de Benjamin Franklin. No entanto, diferentemente do americano, o economista apreciou cada um desses itens, explicando-os, e atribuindo-lhes um preço. No fim das apreciações, elaborou o seguinte resumo:

"RESUMO da perda ou da despesa anual que ocasiona cada negro escravo nas nossas colônias

Juros do capital para aquisição de um escravo (preço pago, 1200 libras com taxa de 10% de juros por ano) ao fim de dez anos (tempo calculado para a duração da sua vida numa fazenda nas colônias)... 120 libras

Perda do negro, e por consequência do capital em dez anos, por ano... 120 libras

Juros do capital de custa um feitor (comprado por 1800 libras), repartido pelos (dez) negros que ele comanda ... 18 libras.

Perda do feitor, e do capital empregado para comprá-lo, em quinze anos, repartido pelos negros comandados... 12 libras

Alimentação e roupa do feitor sobre a base de 120 libras por ano, repartidas sobre os negros comandados... 12 libras

Alimentação e roupa de cada negro por ano ... 100 libras

Perigos e despesas de guerras contra os *marons*, custos da milícia, tempo perdido, fazendas queimadas, plantações destruídas, negros e brancos

degolados, mais um décimo sobre as avaliações precedentes, ou para cada negro escravo... 38 libras.

Ferramentas e utensílios avariados pela ignorância ou má vontade do escravo... *indefinido*

Tempo perdido... *indefinido*

Perdas sobre colheitas mal preparadas e mal feitas ... *indefinido*

Todas outras perdas e despesas inseparáveis da escravidão ... *indefinido*  
*total anual - 420 libras - não contados os quatro artigos indefinidos*

*- 420 libras na França, por ano, divididas por 300 dias de trabalho, correspondem a 28 sols por dia."*

Como havia na Europa entre vinte a vinte e cinco milhões de almas, que recebiam 30 libras por ano para subsistir, não faltariam trabalhadores livres europeus dispostos a receber as 420 libras nas colônias, que correspondiam ao "salário não pago" ao escravo. E a opinião de que os brancos não se adaptam ao clima das colônias não se sustenta, pois, desde os primeiros europeus que se instalaram no Atlântico Sul, já ficou clara a superioridade física do homem branco, "uma das espécies mais vivas e robustas que o Céu colocou sobre a terra".

Em seguida, considerou a escravidão como um regime que compromete o "sucesso do trabalho", e definiu alguns traços do caráter do escravo, que se mantiveram até hoje como categorias científicas definidoras da sua conduta. O escravo é preguiçoso, porque "a preguiça é o seu único prazer e o seu único meio de retomar do seu senhor uma parte da sua pessoa, que o senhor furtou por inteiro". O escravo é inepto, porque "não tem nenhum interesse de aperfeiçoar a sua inteligência". O escravo é mal intencionado, porque "está num verdadeiro estado de guerra com seu senhor".

Esses traços do perfil do escravo desapareceriam com os trabalhadores livres "da sua pessoa e proprietários dos seus ganhos". A necessidade faz com que aumentem seus ganhos, e a concorrência exercida pelos seus semelhantes os obriga a serem mais ativos e inteligentes. Além disso, com o emprego deles as despesas diminuirão, pois estarão mais dispostos ao trabalho, e serão menos tristes e aborrecidos. Tudo será feito "por melhores métodos, que aperfeiçoarão a cada dia, e realizarão pelo menos o dobro do trabalho executado pelos negros escravos; não custarão mais caro, como acabamos de ver, e seus salários, comparados com o produto do trabalho, representarão portanto cerca da metade do preço". Só haverá, enfim, ganhos ao empregá-los, mesmo que se pague a eles mais do que se gasta com os negros, "o que nos parece impossível, em vista do preço atual dos salários na Europa".

Retomando o que já tinha sido dito antes, o editor das *Efemérides* solicitou aos leitores que prestassem muita atenção nos cálculos: eles mostram "o quanto é necessário denunciar que o ato de violar da maneira mais dura os direitos dos semelhantes, ao invés de proporcionar ganhos, acarreta perdas imediatas (...) e denunciar um crime, horrível diante de Deus, que proíbe os

homens de se oprimirem e usurparem os direitos dos outros; atroz para aqueles que são suas vítimas, nocivo e ruinoso para os que o cometem".

Apresentou, em seguida, um projeto "sábio, ainda que tardio", para desenvolver a lavoura do açúcar na África, haja vista que Deus colocou originalmente lá os negros e a cana, que se degenerou ao ser levada para a América. Assim, os europeus poderiam "se estabelecer pacificamente nas costas africanas; enviar para lá artesãos, fabricantes de engenhos e caldeireiros, e dizer aos negros: amigos, vede bem essa cana, cortai-as, passai-as nas moendas que vos oferecemos, fazei o caldo ferver nos caldeirões que aqui estão, e nós lhes pagaremos bem o xarope que daí sairá. Sem dúvida eles se sentiriam mais bem amados vendendo o caldo da cana do que o sangue dos seus irmãos". Instalado esse sistema por um soberano europeu, muito depressa outros o imitarão, e os colonos da América poderão se dedicar a outras culturas.

Para finalizar, expressou sua esperança de que os governos "não permitam mais que se abuse do nome deles para autorizar a violação perpétua dos direitos mais preciosos da espécie humana, confiados pela Providência à sua guarda especial", e incitou "todos os cidadãos esclarecidos e iluminados a apressar pelos seus discursos e por seus escritos uma tão desejável revolução".

\* \* \*

O primeiro aspecto do artigo que salta aos olhos é formal: trata-se da descontinuidade entre o conto de Saint-Lambert e o ensaio de Du Pont de Nemours. De fato, pelo título do artigo se espera que todos os comentários do seu autor orbitem em torno da história narrada no conto. Mas não; já na introdução do seu texto, Du Pont retratou Saint-Lambert como um poeta sublime, identificou-se como calculador severo, "mas não frio", e deixou o conto de lado. Essa diferença entre as partes que, à primeira vista, parece fragilizar o artigo, na verdade o fortalece no que diz respeito aos objetivos persuasivos que quer alcançar. Realmente, a força do artigo deriva da reunião que ele preside de dois gêneros literários distintos: conto e o ensaio. Como ambos tinham na adesão aos princípios da Fisiocracia um denominador comum, o drama narrado pelo conto de Saint-Lambert apela à emoção dos leitores para que rejeitem a escravidão; o ensaio de Du Pont de Nemours, por sua vez, lança mão de argumentos racionais para demonstrar que a escravidão é nociva. Assim, ao reunir os dois gêneros num mesmo texto, Du Pont tentava persuadir seus leitores a rejeitarem a escravidão por meio do apelo emocional e da demonstração racional. E, deste modo, o artigo torna-se uma amostra do caráter programático do periódico, ou seja, daquilo que Schumpeter viu como seu "fervor de convicção"; se compreende também por que nas suas últimas linhas Du Pont concitou os cidadãos a escreverem e discursarem a favor de "um tão desejável revolução".

Passemos para o ensaio de Du Pont. Antes de qualquer coisa, é preciso considerar que o volume das suas publicações sobre a escravidão é incompa-

ravelmente maior do que o total das publicações sobre o mesmo assunto de todos os demais fisiocratas. Apesar disso, seus textos jamais se descolaram dos fundamentos da escola, ou deixaram de os propagar. O artigo baseado no *Ziméio* não foge desta regra: é da lavra de Du Pont o tratamento particular dado à escravidão negra no artigo, ao passo que os seus fundamentos reproduzem os da fisiocracia, edificados por François Quesnay e desenvolvidos pelos seus principais discípulos, Mirabeau, Le Mercier de la Rivière, o próprio Du Pont e Baudeau.

Tais fundamentos aparecem com muita clareza nos seguintes postulados: a escravidão viola cruelmente os direitos da humanidade; é tão ilícito escravizar quanto matar para se ter dinheiro a baixo custo; a injustiça é má administradora; primeira lei natural, a que determina que o "homem subsista pelo seu trabalho"; guerra com a natureza e com os homens e interesse como motor da conduta humana.

Para mostrar os vínculos desses postulados com a fisiocracia é preciso mostrar, pelo menos em linhas gerais, quais eram os fundamentos da escola. Para os fisiocratas, Deus submeteu o universo físico, todos os seres vivos e a sociedade a uma *ordem natural* imutável e harmoniosa. No entanto, a ordem natural social foi comprimida por uma série de erros humanos, que a lançaram a um estado de subjacência. Cabe, portanto, reconhecê-la, para dela obter o que é mais vantajoso e rejeitar o que é prejudicial à humanidade, pois o Autor da natureza, para o bem do gênero humano, depositou nela tudo o que é necessário à conservação, à felicidade e à multiplicação da espécie.

O modo de ser imutável e harmonioso da ordem se deve ao fato dela ser regida por *leis naturais* - físicas e morais, cujo conjunto Quesnay chamou de *lei natural* -, que só se diferenciam da ordem "como a parte do todo". Elas existem em tão grande quantidade que serão "eternamente desconhecidas", e aos fisiocratas interessava conhecer as mais diretamente relacionadas com o bem-estar da humanidade.

Mas, há um outro aspecto da lei natural: ela não só governa a ordem harmoniosa do universo, "evidentemente a mais vantajosa aos homens", como também possui um valor normativo. Ou seja, reconhecer a ordem significa aceitar que ela dita soberanamente leis naturais, que devem ser adotadas pelos homens para benefício da espécie; como escreveu Du Pont, "devemos nos conformar e nos submeter (a elas), sob pena de perder, na razão proporcional dos nossos erros e desvios, a faculdade de fazer o que nos será mais vantajoso" (NEMOURS, 1979, I, p.432). A rejeição deliberada ou a ignorância dessas leis acarreta a privação do uso do *direito natural* - definido por Quesnay como "o direito que o homem tem às coisas próprias ao seu usufruto" (ONCKEN, 1969, p.359) -, que, na sua essência, está submetido às leis físicas da ordem natural e geral do universo.

Assim, fecha-se "o círculo evidentemente traçado para a felicidade dos homens nesse mundo", segundo Du Pont; os homens só podem fazer uso do direito natural se se conformarem à lei natural, e só obedecendo-a podem

usufruir dos bens que a ordem natural lhes proporciona (NEMOURS, id., p.440).

Essas poucas linhas sobre um assunto que já consumiu rios de tinta, ajudam a compreender o real significado do vocábulo *fisiocracia* - governo da natureza -, na maioria das vezes equivocadamente confundido com a valorização da agricultura. Ajuda a compreender também porque Quesnay adotou a frase *Ex natura jus, ordo, leges; ex homine arbitrium, regimem et coercitio* como divisa.

De qualquer forma, para os fisiocratas a ordem social derivava da natureza, na medida que esta determinava aos homens, sob pena de sofrimento ou morte, o dever de realizar sua própria conservação. Ao determinar esse dever, estipulava também o direito à conservação, à propriedade da sua própria pessoa e à liberdade, sem as quais aliás não poderá haver conservação. De acordo com Du Pont, "os direitos de cada homem, anteriores às convenções, são a *liberdade* de prover a sua subsistência, o seu bem-estar, a *propriedade* da sua pessoa e das coisas adquiridas pelo trabalho da sua pessoa" (DAIRE, 1971, p.342). A propriedade pessoal, por seu lado, é o princípio primordial já que funda todos os demais direitos; sem ele não haveria nem propriedade mobiliária, nem propriedade fundiária e nem tampouco sociedade, como observou Mercier de la Rivière (RIVIÈRE, 1910, p.21).

Com esses princípios da fisiocracia, fica fácil entender o que Du Pont quis dizer no artigo sobre o *Ziméio*, quando considerou que a escravidão viola cruelmente os direitos da humanidade, e que é tão ilícito escravizar quanto matar para ter dinheiro a baixo custo. Se o escravo não tem o direito natural à sua conservação, porque não tem nem a propriedade da sua pessoa e nem a liberdade, a escravidão não está dentro dos quadros da lei natural; em consequência disso, a sociedade escravista está à margem da ordem natural social criada por Deus. Por isso mesmo, escravizar é tão ilícito quanto assassinar para se ter dinheiro a baixo custo.

Ainda dentro desse quadro, compreende-se por que a injustiça paga tudo a preço alto. Para os fisiocratas, o justo e o injusto precedem a própria ordem social, e, por estarem alojados na ordem natural, se relacionam com o bem físico e o mal físico, com o bem moral e o mal moral. Ao comparar o direito natural de Quesnay, Le Mercier de la Rivière e Du Pont com a teoria de Locke, Hasbach descobriu semelhanças entre eles no que concerne a suposição de uma sociedade essencialmente pacífica e a teoria da propriedade privada. Mas, encontrou também grandes diferenças. A primeira delas é que Quesnay derivou o direito do dever, apoiado nas idéias de Wolff, um filósofo alemão; a segunda, é que Quesnay deduziu aquilo que é justo daquilo que é útil. "Aquilo que é útil à conservação, à propagação, ao aperfeiçoamento, à felicidade dos homens é visto por ele como um estado de justiça que deve ser obtido pelas leis do Estado. Os prazeres e as dores que a natureza impõe a certas ações dos indivíduos são consideradas por Quesnay como sanções físicas das leis naturais." Para comprovar isso, Hasbach apoiou-se numa idéia de Du Pont,

segundo a qual "os escritores morais e políticos extraíram freqüentemente a justiça de qualquer uma das leis naturais que desenvolveram; mas, eles sempre se embaraçaram para encontrar a *sanção física* dessas mesmas leis. Quesnay começou por constatar a sua sanção física, e ela o conduziu ao reconhecimento da justiça" (HASBACH, 1893, p.764).

Desse modo, se, seguindo o postulado de Quesnay, os fisiocratas encontraram nas necessidades físicas os fundamentos do dever, do direito e da justiça, e indicaram que existem sanções físicas da lei natural, a injustiça cometida pela escravidão deve pagar tudo muito caro, a justiça o preço correto e a beneficência preços baixos. Enfim, a sanção física da lei natural no mundo econômico revela-se nos preços.

Como a beneficência é vantajosa a todos e, portanto, parte integrante da ordem natural, Du Pont indicou o método necessário ao proprietário de terra para fazer sua instalação na ordem social. Tudo começa com o cumprimento da "primeira e imperiosa" lei natural, a que determina que o "homem subsista pelo seu trabalho", ou seja, tudo começa com a adoção do princípio primordial da conservação, que se liga à propriedade pessoal e à liberdade. Em seguida, o proprietário, que já se submeteu ao princípio primordial, investirá na terra para obter as colheitas, usará animais para os serviços, será ajudado por semelhantes aos quais pagará salários e cumprirá os contratos. O resultado disso tudo será a instauração do melhor dos mundos, o da "sociedade doce, nobre e vantajosa com a natureza e com seus semelhantes"; nele "nada faltará, e (o dono da terra) gozará do fruto legítimo da sua boa conduta". Quem duplicar isso tudo, com "aparente prodigalidade", será "senhor, grande, possante, rico, feliz". Inversamente, se aprisionar o trabalhador estará declarada a guerra contra a natureza e os homens e, segundo Du Pont, o estado de guerra "não é, como pensavam Hobbes e seus sectários, aquele dos homens que viviam na simplicidade natural; é aquele da sociedade desordenada; é aquele da propriedade incerta e incessantemente exposta às violações clandestinas, exercidas sob o auspício de uma legislação arbitrária" (NEMOURS, id., p.493).

Pode ser observado que Du Pont de Nemours se dirigia aos proprietários de terra. De fato, eles eram tidos pelos fisiocratas como os principais agentes econômicos, porque a agricultura era a única atividade capaz de gerar um excedente, o *produit net*, como o chamavam. A partir dessa exortação aos proprietários, vê-se também que a desigualdade social é justificada pelo direito natural; há proprietários e assalariados, ou seja, há desigualdade de fortunas porque a natureza dotou os indivíduos de capacidades desiguais. E tal desigualdade deve se perpetuar, mesmo porque é um dever preconizado pela lei natural o respeito à propriedade exclusiva que os outros têm sobre suas próprias pessoas e sobre aquilo que adquiriram.

Ao definir o interesse como "motor da conduta humana", Du Pont expôs mais um dos princípios da fisiocracia: da mesma forma que a ordem social é erigida sobre a propriedade, a propriedade é sobre o interesse. Tanto é assim

que para Mirabeau "o interesse particular é o primeiro laço da sociedade, donde se segue que a sociedade está mais segura quando o interesse particular está sob protegido" (*apud* SCHELLE, 1900, p.480). Por ter tal relevância, Du Pont informou que ele foi "dado por Deus", e está "sempre de acordo com a justiça mais severa, e quase sempre com a beneficência".

Em suma, Hasbach lamenta que os fisiocratas não tenham publicado um manual de ética. Em vista dessa falta, imaginou quais seriam seus prováveis preceitos: "seja econômico e ativo; respeite a propriedade e a liberdade do outro; seja benevolente para com todos; a benevolência universal produz não só o maior bem-estar da sociedade, mas também o teu próprio, e pela constituição corporal e intelectual, tu estás destinado a ter relações com teus semelhantes; inversamente, tu serás também útil a teus semelhantes ao valorizar tua própria atividade econômica: todos os interesses são em definitivo solidários" (HASBACH, id., p.785). Como se pode ver, a maioria dos argumentos anti-escravistas de Du Pont está escorada por esses preceitos, quer dizer, a ética dá a tônica da crítica de Du Pont à escravidão. O cálculo não foi posto em cena para desempenhar o papel principal; sua função é secundária, pois serve como prova da veracidade de um arrazoado ético contra a escravidão. Para se verificar isto, basta acompanhar a seqüência do texto, e se terá a comprovação de que Du Pont calculou para demonstrar que a cobiça dos proprietários de escravos e dos governos é equivocada: só haverá ganhos justos e reais quando eles se submeterem às determinações da lei natural, ou, usando suas próprias palavras, é preciso "denunciar que o ato de violar da maneira mais dura os direitos dos semelhantes, ao invés de proporcionar ganhos, acarreta perdas imediatas".

Enfim, o cálculo de Du Pont não pode ser dissociado do conjunto de argumentos contra a escravidão dos negros. Com efeito, extraído deste conjunto não se sustenta como demonstração matemática de que o trabalho livre é mais barato que o do escravo pela simples e forte razão de que não foi feito para isso. Por isto mesmo, não faz sentido algum opor a ele outros números ou apontar erros do método da coleta de dados feita por Du Pont. Mas, de qualquer forma, como os números impressionam, o cálculo foi extraído do contexto em que foi elaborado, e tomado como aquilo que não era, isto é, como demonstração matemática dos prejuízos engendrados pela escravidão.

Seja tomado *per se*, seja como recurso para demonstrar, numa outra linguagem, a veracidade dos pressupostos éticos, o cálculo de Du Pont não atravessou mais de dois séculos incólume as críticas. Turgot, numa carta endereçada ao amigo Du Pont, escreveu: "Franklin também mostrou que o trabalho dos negros é mais caro do que parece à primeira vista por causa das substituições (dos escravos); mas, penso que nas nossas Ilhas, há uma vantagem em se ter escravos, não para a colônia, mas para os proprietários que querem ter mercadorias de alto valor venal para fazer rápida fortuna pelo comércio. Acredito ter dado, na minha obra [*Reflexões sobre a formação e a distribuição das riquezas*] as razões que tornam esse trabalho útil num país

em que a riqueza e o comércio precedam a população. Você não sabe que nas nossas ilhas um bom trabalhador recebe 6 libras por dia? Isto se transforma em 1500 libras por ano" (*apud* SEEBER, 1937, p.101). Nos fins do século passado, Gustave Schelle também submeteu à crítica os argumentos de Du Pont sobre a escravidão negra, por não serem "absolutamente conclusivos": "é verdade que escravidão, pela desmoralização que esta instituição provoca, causa males superiores às vantagens particulares que oferece; (mas) não é nada certo que o senhor possa ter mais ganhos materiais ao empregar homens livres que escravos" (SCHELLE, 1888, p.107). E, recentemente, McLain reduziu o cálculo "ao poder imaginativo" de Du Pont para "criar dados estatísticos plausíveis, visando sustentar um argumento favorável à abolição que, coincidindo com seu conceito de justiça moral, é estritamente baseado nos princípios fisiocráticos. Em síntese, Du Pont anima o seu leitor para que se convença do equívoco da escravidão, seja pela persuasão do exemplo estatístico (imaginário), seja pela força do seu argumento lógico da concepção fisiocrática ou ainda através do apelo romântico à moralidade do leitor" (McLAIN, 1977, p.122).

Embora Schelle e McLain tenham caracterizado os propósitos de Du Pont como abolicionistas, não é isto que mostra o seu texto. Com efeito, nele não se encontra nenhuma idéia ligada à libertação dos negros escravizados nas colônias ou à constituição de uma nova ordem social colonial que os mantivesse como trabalhadores livres. O que aparece no artigo é o projeto de Du Pont de transferir para a África a produção açucareira, usar o trabalho livre dos africanos e entregar a produção colonial de "outros gêneros" a colonos europeus. No curso deste seu projeto, criou espaço para se manifestar sobre a superioridade racial do branco, "uma das espécies mais vivas e robustas que o Céu colocou sobre a terra". Definitivamente, a abolição está fora dos quadros mentais desses pioneiros do anti-escravismo. Sendo impensável, gera a ambigüidade anteriormente apontada: ao mesmo tempo que esses homens pleiteavam o fim da escravidão, calavam-se sobre a questão crucial do futuro dos escravos das colônias.

Cabe lembrar, por fim, que o artigo de Du Pont foi publicado num periódico intitulado *Efemérides do cidadão ou Biblioteca racional das ciências morais e políticas*. A Economia Política era decerto uma dessas ciências, e as idéias de Du Pont, ao operarem dentro dela, recorreram aos princípios da Fisiocracia para combater a escravidão negra sob o argumento de que ela era um crime "horível diante de Deus, que proíbe os homens de oprimirem e usurparem os direitos dos outros; atroz para aqueles que são suas vítimas, nocivo e ruinoso para os que o cometem". Desse modo, se vê que a Economia Política dos fisiocratas comportava não só princípios econômicos como também religiosos e humanitários, pois, afinal de contas, ela era a "ciência do direito natural aplicado...". Estes mesmos princípios envolveram e determinaram o cálculo de Du Pont de Nemours sobre os altos custos do trabalho escravo. Mas, para efeitos práticos, houve uma verdadeira depuração, e por meio dela o cálculo

foi transformado em mais uma das demonstrações científicas da ineficiência do trabalho escravo.

#### Fontes Bibliográficas.

- BLOCH, Marc. "Comment et pourquoi finit l'esclavage antique" in BLOCH, Marc, *Mélanges Historiques*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1963.
- Éphémérides du Citoyen ou Bibliothèque Raisonnée des Sciences Morales et Politiques - "Explication sur l'esclavage des negres". 1766, t.IX.
- "Les Saisons". 1769, t.III, IV, V.
- "Troisième Edition des Saisons, Poeme accompagné des Notes, de Poésies Fugitives, des Contes moraux et des Fables orientales". 1771, t.VI.
- FRANKLIN, Benjamin. "Observations Concerning the Increase of Mankind" (1755) in *The Papers of Benjamin Franklin*, v. IV. New Haven, Yale University Press, 1961, 28v..
- HASBACH, G.. "Le fondement philosophique de l'économie politique de Quesnay et Smith". *Revue d'économie politique*, VII, 1893.
- LA RIVIÈRE, Le Mercier de. *L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques*(1767). Paris, Paul Geuthner, 1910.
- LE TROSNE, G.-F. *De L'Intérêt Social* (1777) in DAIRE, Eugene (org.), *Physiocratie* (1846), Genève, Slatkine Reprint, 1971.
- MACLAIN, James J.. *The Economic Writings of Du Pont de Nemours*. Newark, University of Delaware Press, 1977.
- NEMOURS, Du Pont. "Discours de l'éditeur" in *Physiocratie, ou constitution naturelle du gouvernement le plus avantageux au genre humain* (1768) in NEMOURS, Pierre Samuel Du Pont de, *Oeuvres politiques et économiques*. Introd. de Elizabeth Fox-Genovese, KPTO Press, Neldeln, 1979, 10 v..
- \_\_\_\_\_. *De l'origine et des progrès d'une science nouvelle* (1768) in DAIRE, Eugene, op. cit..
- \_\_\_\_\_. "1<sup>er</sup> Lettre - Dupont de Nemours a J.-B. Say" in DAIRE, Eugene, op. cit..
- QUESNAY, François. *Le Droit Naturel* (1765) in ONCKEN, Auguste (org.) *Oeuvres Économiques et Philosophiques de F. Quesnay* (1888), New York, Burt Franklin, 1969.
- SCHELLE, Gustave. *Du Pont de Nemours et L'École Physiocratique*. Paris, Librairie Guillaumin, 1888.
- \_\_\_\_\_. "Physiocrates" in SAY, M. Léon e CHAILLEY, M. Joseph (dir.) *Nouveau dictionnaire d'économie politique*. Paris, Guillaumin, 1900.
- SCHUMPETER, Joseph A.. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura (trad. port.), 1964, 3 v.
- SEEGER, Edward Derbyshire. *Anti-Slavery opinion in France during the second half of the Eighteenth Century*. Baltimore, The John Hopkins Press, 1937.
- WEULERSSE, Georges. *Le mouvement physiocratique en France (de 1756 à 1770)*. Paris/Haia, Mouton, 1968, 2 v.

## 2 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

### O COMERCIANTE E SUAS ATIVIDADES COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO: O CASO DA REGIÃO PLATINA (1850/1920).

*Lilia Inés Zanotti de Medrano\**

A Bacia do Prata e seus caudalosos rios - Paraná, Paraguai e Uruguai - banham uma extensa área da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Se observarmos como estes rios penetram nesses territórios, poderemos facilmente compreender o papel integrador que eles desempenharam nas épocas em que os meios de comunicação terrestres eram precários, lentos, inseguros ou inexistentes. Desde os tempos coloniais as pequenas embarcações que navegavam por estes rios uniam as povoações localizadas ao longo da região facilitando o intercâmbio de produtos para a subsistência entre a escassa população existente. Todavia, apesar da precariedade com que eram realizadas, essas atividades de intercâmbio comercial constituem as primeiras tentativas de integrar produtores e consumidores na ampla e desolada região.

Muitas vezes, os obstáculos naturais dos rios - as cachoeiras ou grandes saltos de água - que impediam a continuidade de uma navegação segura, faziam necessário a utilização de ambas vias de comunicação: a terrestre e a fluvial. Por isso, havia pontos de encontro onde as carretas, os animais de carga e a navegação fluvial se combinavam para permitir a chegada das mercadorias aos destinos respectivos. Foi o caso dos saltos Grande e Chico localizados no rio Uruguai, entre as cidades de Concórdia e Federación, na província argentina de Entre Ríos que dividiam o rio em dois setores. Para contornar os saltos por terra, as pequenas embarcações procedentes de Buenos Aires ou Montevideu transportavam as mercadorias até a cidade de Concordia fazendo ali a baldeação dos produtos e continuando por terra, em carretas, até retomar a navegação fluvial à altura do porto de Federación de onde continuavam viagem, a maioria das vezes, para o Rio Grande do Sul, província do Império Brasileiro.

Mesmo com a modernização da navegação que chegou ao Prata nos meados do século XIX ou com a expansão das ferrovias nas últimas décadas do mesmo século foi necessário, em repetidas ocasiões, recorrer às antigas práticas de combinar duas ou três formas de transporte: o barco e os animais de carga e mais tarde o trem, as pequenas embarcações e as de maior porte quando estas não podiam se aproximar aos portos, etc., configurando circuitos de comércio, muitas vezes temporários que envolviam personagens muito peculiares e típicos dessas atividades.

\* Departamento de História / Núcleo de Pesquisas - PUCCAMP - Campinas - SP

Durante o século XIX, os rios platinos foram o cenário de uma intensificação das atividades comerciais que eram produto, em parte, das profundas transformações da economia platina e de suas relações internacionais que alteraram o quadro sócio-econômico regional e pré-anunciavam importantes mudanças políticas, econômicas e culturais para os países platinos. Nos meados do século XIX despontavam já os primeiros sinais que marcariam o rumo das décadas posteriores e que acabariam por integrar o Prata ao mercado internacional.

Os rios interiores, que desde os tempos coloniais permaneciam fechados aos países estrangeiros foram abertos em 1852 à navegação e ao comércio internacional atraindo capitais e incentivando o comércio e a navegação no interior fluvial. O trânsito livre de mercadorias adotado estrategicamente pelos governos da Argentina e do Uruguai para atrair a grande quantidade de produtos procedentes da Europa que se destinavam aos países vizinhos, foi o mecanismo que consolidou a via comercial platina para o abastecimento de uma ampla zona das províncias brasileiras de Rio Grande do Sul e Mato Grosso, para o Paraguai, para o Uruguai e para as cidades do litoral fluvial argentino. A navegação dos rios da Bacia do Prata foi muito importante, também, para dar saída às produções locais destinadas ao mercado interno e externo.

Além disso, um elemento importante se incorporou a este quadro de mudanças no Prata. O processo migratório, que começou lentamente no início do século XIX, se acelerou nas últimas décadas do mesmo. Os imigrantes, em sua maioria europeus, em pouco tempo se incorporaram às atividades produtivas. Sua presença foi decisiva para o desenvolvimento da agricultura cerealeira, da indústria, da navegação e do comércio, entre outras atividades da vida cultural.

Foi assim que se configurou um intenso intercâmbio comercial. Nas fronteiras, o comércio e o contrabando eram praticados com a mesma intensidade e percorriam o mesmo caminho. Por outro lado, essas atividades geraram uma série de operações comerciais envolvendo um variado número de comerciantes e intermediários, de pequenos e médios portos, cada um com sua área de influência e uma variedade, também, de meios de transporte (MEDRANO, 1992) <sup>(1)</sup>.

Sob o estímulo desta atividade comercial, do comércio de trânsito livre e de sua natural consequência - o contrabando - nasceram e se desenvolveram inúmeros núcleos urbanos ao longo das margens dos rios que se incorporaram ao intercâmbio comercial com Buenos Aires e Montevideu e de toda a região banhada por estes rios. Cidades como Bella Unión, Salto, Paysandú, Mercedes, Fray Bento, Nueva Palmira, Carmelo, Constituição, San Eugenio, Tacuarembó e Rivera, em território uruguaio; Gualeguaychú, Concepción del

<sup>1</sup>. MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. "Un ciclo comercial en la Cuenca del Plata (1852/1920)", *Revista Complutense de Historia de América*, No. 18, Editorial complutense 1992, pp. 219-239.

Uruguay, Concordia, Federación, Monte Caseros, Paso de los Libres, Alvear e Santo Tomé, em território argentino; Uruguiana, Itaqui e São Borja, no Brasil - todas sobre o rio Uruguai -; Rosário e Santa Fé, às margens do rio Paraná; Asunción, capital do Paraguai e Corumbá, porto da província de Mato Grosso do Império Brasileiro que se vinculou ao exterior pelo rio Paraguai, formaram uma importante rede de comércio que começava em Buenos Aires e Montevideu e se interiorizava pelo amplo espaço platino.

Consolidaram-se, assim, circuitos de comércio interno com influência restrita a uma determinada área. Foi o caso de Concordia (Argentina) cuja influência comercial se espalhava até as fronteiras penetrando na campanha do Rio Grande do Sul no Brasil, do Uruguai e das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes; de Salto (Uruguai), o maior empório do comércio e do contrabando em território uruguaio e cuja importância comercial chegava, também, até os territórios fronteiriços da Argentina, do Brasil e do próprio Uruguai; Uruguiana (Rio Grande do Sul, Brasil), cujo porto era a mais importante escala do comércio e do contrabando aonde chegavam os produtos do exterior que abasteciam a campanha riograndense e Corumbá (Mato Grosso, Brasil), que se transformou na porta de entrada e saída do comércio matogrossense e de para sua ampla área de influência.

Todos esses circuitos internos dependiam de Buenos Aires e Montevideu que eram os dois grandes intermediários do Prata e disputavam entre si os benefícios do comércio regional. Efetivamente, os grandes comerciantes sediados nessas duas cidades mantiveram intensas e estreitas relações entre o exterior atlântico e o interior fluvial cuja importância se projetou além dos limites políticos dos países vizinhos.

No caso particular de Montevideu, o crescimento de seu comércio derivado em grande parte da expansão industrial européia que acelerou os contatos com o Prata, tinha também seus alicerces na exportação de produtos locais vinculados em sua maior parte às atividades da pecuária. Além disso, era o intermediário por excelência dos produtos tropicais brasileiros (açúcar, arroz, erva-mate, café, cacau, etc.) e da erva-mate e madeiras paraguaias que eram re-distribuídas ao porto de Buenos Aires ou às localidades do interior uruguaio e argentino.

Com o estímulo destas atividades mercantis se formou e consolidou uma comunidade de comerciantes importadores e exportadores que controlava o comércio que se interiorizava pelas vias fluviais concorrendo com Buenos Aires na dominação do espaço platino. Todavia, após 1880, esta forte comunidade comercial sentiu o impacto da modernização do transporte e comércio internacionais, bem como do crescimento da economia argentina e das medidas protecionistas adotadas por este país, que provocaram efeitos negativos e irreversíveis para o comércio fluvial montevideano e seus intermediários.

Em todo este processo é importante destacar a diversidade do elemento humano que tornou possível a vinculação de produtores e consumidores numa extensa área. Desde os grandes importadores de Montevideu até o proprietá-

rio de uma pequena embarcação em Uruguiana ou Corumbá, todos eram importantes. Cada um era o elo de uma corrente que não podia faltar. Isto porque, ao lado desses grandes comerciantes/intermediários ou importantes proprietários de companhias de navegação havia uma ampla gama de pequenos e médios comerciantes e transportistas, sem os quais não teria sido possível completar o circuito comercial. Por outro lado, ao que tudo indica, também esses grupos reproduziram relações de poder específicas num espaço mais restrito.

Numa tentativa de recuperar historicamente a diversidade cultural que representava o mundo do comércio fluvial platino do século XIX, acreditamos poder contribuir para o resgate de alguns dos seus aspectos destacando a atuação dos italianos procedentes da Ligúria no Norte da Itália nas atividades comerciais e de transporte fluvial realizadas pelos rios da Bacia do Prata.

A partir de 1820 e 1821 já podemos falar da existência dos primeiros assentamentos de italianos procedentes da região da Ligúria, especialmente genoveses, reconhecidos geralmente na documentação como sardos. Este termo era utilizado para indicar os súditos da casa de Sabóia que naquela época - em 1838 - contava entre seus domínios a Sardenha, o Piemonte, a Liguria e a Sabóia, formando o Reino da Sardenha e Piemonte.

Trabalhos como o de Niccolo Cuneo (1940), Tulio Halperin Donghi (1954), ou mais recentemente de E. Scarzanella (1983) e Mario Nascimbene (1987) se ocuparam de estudar aspectos sociais, políticos e econômicos da imigração ligure à Argentina explorando quase exclusivamente os relatórios dos cônsules sardos em Buenos Aires. Neste sentido, é importante assinalar que o barão Picolet d'Hermilion, nomeado em 1835 Cônsul Geral da Sardenha em Buenos Aires teve uma participação importante no restabelecimento das relações diplomáticas com o Reino de Sardenha, após o reconhecimento da independência argentina por esse governo. Por isso, seus relatórios consulares sendo uma importante fonte para o estudo desta primeira fase da imigração italiana para a Argentina, foram amplamente aproveitados<sup>(2)</sup>.

Mais recentemente e dentro de outra perspectiva, os estudos realizados por Fernando Devoto (1991), um importante estudioso da imigração italiana para a Argentina, vem chamando a atenção para a necessidade de focalizar a diversidade e complexidade do fenômeno migratório rioplatense dentro de um marco tão complexo e pluralista como foi, também, a imigração italiana para a América. Dentro deste contexto, em seu estudo sobre *Los orígenes de un barrio italiano en Buenos Aires, La Boca, 1830-1870*, afirma que o Rio da

2. NASCIMBENE, Mario C. *Historia de los italianos en la Argentina, 1835-1920*, Buenos Aires, CEMLA, 1987, p. 29. CÚNEO, Niccolo. *Storia dell' emigrazione italiana in Argentina, 1810-1870*, Milano, Garzanti Editore, 1940; SCARZANELLA, E. *Italiani d'Argentina*, Venice, Marsilio, 1983. HALPERIN DONGHI, Tulio. "Rosismo y Restauración Europea en los Informes del Consul Sardo en Buenos Aires, Baron Henri Picolet D'Hermilion (1835-1848)", *Revista de Historia de América*, número 37-38, México, jan. - dez, 1954, pp. 205-253.

Prata se converteu desde a terceira década do século XIX num polo de atração para um importante número de italianos procedentes do Reino da Sardenha, no norte da Itália - ligures particularmente - que se antecipou em quase cinquenta anos ao movimento massivo de imigrantes italianos, sendo um dos primeiros grupos a se inserir na sociedade argentina do início do século XIX com características sociais homogêneas <sup>(3)</sup>.

O autor identificou, também, alguns mecanismos que permitiram a construção de um espaço comum entre os italianos procedentes da Ligúria que arriavam ao Prata e que se articulou a partir do bairro de La Boca e em torno dos eixos fluviais dos rios Paraná, Uruguai, Paraguai e Rio da Prata onde exerciam suas atividades profissionais. Nestes mecanismos foram valorizadas as redes primárias como base de sustentação do movimento migratório ligo e do condicionamento espacial e profissional de seus integrantes <sup>(4)</sup>.

Com efeito, os dados do Censo de Buenos Aires de 1855 utilizados por Devoto permitem observar uma forte articulação familiar e uma identidade sócio-profissional entre os ligures do bairro de La Boca e a região italiana da Ligúria, consolidadas através de estreitas cadeias migratórias que se formaram a partir dos primeiros anos do século XIX e configuraram dentro da capital argentina, um espaço urbano - o bairro de La Boca.

Sabemos que o movimento migratório ligo teve uma íntima relação com os acontecimentos políticos ocorridos no Reino da Sardenha da década de 1820 a 1830. Porém, mais tarde já podemos apontar outros elementos de ordem econômica e social que lhe deram continuidade. Efetivamente, entre 1850 e 1870, a Ligúria passou por uma época de transição da navegação a vela à navegação a vapor o que provocou o declínio da pequena indústria navieira ligada a construção de navios a vela e teve que acompanhar a estruturação e crescimento da indústria naval moderna que começava a incorporar a utilização do vapor. Numa região onde a maioria das pessoas se dedicava a estas atividades é fácil imaginar suas consequências. Neste sentido, a década de 1860 a 1870 foi particularmente difícil pelo crescimento da desocupação operária que estava vinculada a esta indústria e pelos problemas sociais que dela decorreram <sup>(5)</sup>.

A imigração foi, portanto, uma saída para muita gente que se ocupava nessas atividades e o Rio da Prata um destino comum para muitos ligures das povoações ribeirinhas. Segundo estatísticas publicadas em 1858 no jornal La Borsa, de Gênova, um jornal de cunho liberal e favorável à imigração, havia nesse ano em Buenos Aires e Montevideu uns 80.000 ligures. Em 1874, esse

<sup>3</sup>. DEVOTO, Fernando. "The Origins of an Italian Neighbourhood in Buenos Aires in the Mid XIX Century", *The Journal of European Economic History*, (18), 1, 1989, pp. 37-64.

<sup>4</sup>. *Ibid.*, pp. 39.

<sup>5</sup>. FERRARI, Enrico Mario. "La Borza" di Genova e le origini del dibattito sull' emigrazione e le colonie, *Un Altro Veneto, Saggi e Studi di Storia dell' emigrazione nei secoli XIX e XX*, Emilio Franzina (org), Padova, Francisci Editore, 1983, p.229.

número se elevava para 114.600 indivíduos procedentes da Ligúria. Além disso, e sempre tentando relacionar a vocação dos ligures de La Boca pela navegação, já desde muito tempo atrás a maior parte dos armadores da Ligúria se dedicavam ao transporte de imigrantes para a América <sup>(6)</sup>.

O clássico trabalho, já mencionado, de Niccolo Cuneo (1940), historiador italiano que se dedicou a este tema utilizando documentação consular existente no Archivio di Stato di Torino do Reino da Sardenha assinala, também, algumas estimativas sobre a população italiana proveniente daquele Reino para o período que vai de 1830 a 1870 e que diferem substancialmente das anteriormente citadas. Segundo esses dados, em 1838 havia uns 8.000 sardos residentes no Rio da Prata, sendo que em 1835 e 1836 residiam em Montevideu 2.000 sardos e a população genovesa de Buenos Aires chegava a uns 5.000 indivíduos. Dos 8.000 sardos citados por Niccolo Cúneo, 3.000 se ocupavam do comércio de cabotagem e possuíam pouco mais de 600 embarcações que navegavam pelos rios platinos protegidas pela bandeira argentina. Como podemos observar, as quantidades apresentadas por Niccolo Cuneo e as publicadas pelo jornal La Borsa, não oferecem o mesmo panorama em relação ao número de imigrantes. Porém, ambos coincidem na importância do movimento migratório e dos antecedentes ocupacionais destes imigrantes na região de origem <sup>(7)</sup>.

Com efeito, os ligures, muitos dos quais já tinham experiência nas atividades vinculadas ao mar na região de origem chegavam ao Prata com a intenção de desertar dos navios, atraídos pelos altos salários que ganhavam seus "paesanos" nas atividades fluviais em Buenos Aires. O contato com outros ligures nas terras do Prata facilitou a vinculação profissional e conseqüentemente propiciou os casamentos entre membros da comunidade reproduzindo os valores culturais da região de origem e sobretudo favorecendo a formação de um núcleo importantíssimo de "homens de mar" nos arredores de Buenos Aires, na própria "Boca do Riachuelo", que por ser um pequeno rio se chamou Riachuelo.

A importância que ia adquirindo a participação dos ligures no comércio de cabotagem e no de "grande cabotagem" com os países vizinhos, como o Brasil por exemplo foi observada pelo cônsul do Reino da Sardenha ao referir-se à existência de uma numerosa comunidade ligo dedicada ao comércio e navegação que operava ativamente no Rio da Prata, no rio Uruguai, no rio Paraná e especialmente no comércio de cabotagem (ao qual se deve acrescentar o comércio com a Europa).

Domingo Faustino Sarmiento, referindo-se aos genoveses comentava: "...navegan las aguas del Plata los genoveses como patrones y tripulantes del cabotage ... "sin ellos no existiria el buque que ellos han creado, marinan y

<sup>6</sup>. *Ibid.*, p. 230.

<sup>7</sup>. NASCIBENE, Mario. *op. cit.*, p. 31.

cargan..." "...las boticas las tienen los italianos" y a su vez "... cultivan la tierra bajo el fuego de la baterías ...".

Ainda em 1870, chamando a atenção sobre os benefícios da imigração espontânea para o país e particularmente em relação aos ligures, Bartolomé Mitre dizia: "... a quién se debe el fomento de nuestra marina de cabotaje y la facilidad y baratura de los transportes fluviales? Cuáles son los marineros que tripulan los mil buques que enarbolan en sus mástiles la bandera argentina y hasta los tripulantes de nuestros barcos de guerra? Son los italianos descendientes de los ligures... Gualaguaychú, el Uruguay, Corrientes, el Paraná deben su crecimiento a la inmigración espontánea de la Italia ... Rosario debe también a ellos su riqueza".

Efectivamente, segundo C. Kroeber (1967) "estes italianos que começavam como pilotos de rio, marinheiros ou proprietários de pequenas embarcações de rio, etc., puderam fazer importantes fortunas e já nos meados do século XIX muitos italianos eram proprietários de terras e gado em Santa Fé, Paraná, Corrientes e na província de Buenos Aires - como Dodero, Giacinto Caprile, F. Delfino, Guastavino, A. Dunoyer, os irmãos Migone e Vincenzo Gianello, entre outros". A estes dados podemos acrescentar outros, pois, segundo o cônsul Carlo Belloc, havia uns 200 a 300 comerciantes, armadores e construtores navais que tinham formado consideráveis fortunas com as atividades navais. Não temos condições, ainda, de identificar se estes armadores e construtores navais já se dedicavam a essas atividades na região de origem italiana <sup>(8)</sup>.

José Carlos Chiaramonte (1991), num recente trabalho sobre os mercados do litoral faz referência, também, a outra atividade dos ligures relacionada ao comércio intermediário entre a Espanha e o Rio da Prata que era realizado pelos navios de bandeira sarda devido ao estado de guerra em que se encontravam com a antiga metrópole após a independência. Desta maneira, o comércio espanhol com suas antigas colônias pôde continuar sem sofrer interrupções <sup>(9)</sup>.

Como podemos observar, os italianos procedentes da Ligúria que começaram a chegar à Argentina nas primeiras décadas do século passado, se concentraram no bairro de La Boca em Buenos Aires e desde ali, em pouco tempo, já monopolizavam as atividades relacionadas com a navegação e com o comércio fluvial que se interiorizava através da rede fluvial platina. Por isso, desde esses primeiros tempos - nos finais do século XVIII e mais particularmente em torno de 1820 - La Boca já era um pequeno centro de atividades vinculadas ao mar. Ainda, durante o período rosista, alguns comerciantes e

<sup>8</sup>. KROEBER, Clifton. *La Navegación de los Rios en la Historia Argentina*, Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 115.

<sup>9</sup>. CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 91.

artesãos navais se concentraram neste bairro marginal de Buenos Aires amparados pelo uso da bandeira argentina em suas embarcações, autorizados pelo governador de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas a circular pelos rios interiores, uma atividade que era proibida aos navios estrangeiros.

Os ligures foram ocupando as terras em torno da boca do Riachuelo onde cultivavam verduras que vendiam no mercado de Buenos Aires ou aos navios que chegavam ao improvisado porto. Em pouco tempo começaram a aparecer algumas pequenas lojas e "pulperias" que atendiam às necessidades dos viajantes e da população local que por volta de 1850 chegava a 1.500 habitantes <sup>(10)</sup>.

Foi também ali que construíram suas casas, inicialmente de madeira que prevaleceram até os finais do século, quando foi introduzida a chapa de ferro que chegava como lastro nos navios. No século passado chamava a atenção o conglomerado de casinhas ou palafitas construídas em madeira e comunicadas entre elas mediante pequenas pontes, também de madeira. Junto a uma praia barrenta e suja e num cais de dois quilômetros aproximadamente, permaneciam amarradas desordenadamente, as pequenas e médias embarcações, as velhas carcaças de navios e alguns poucos bergantins.

Esse porto era o refúgio e lugar de carregamento daquela numerosa frota de pequenas embarcações que transportavam desde as províncias localizadas no litoral lenha e pedras; madeiras para a construção desde o Paraguai; frutas, grãos e farinha de trigo, etc. desde as províncias e levando para o interior e para os países vizinhos os produtos europeus que entravam em grandes quantidades, pelo porto de Buenos Aires.

Como consequência dessas atividades foram surgindo armazéns, hostais, casas de câmbio, teatrilhos, lojas de comestíveis em geral, depósitos de mercadorias e adegas entre os inúmeros comércios existentes, cujos proprietários eram, em grande parte, genoveses. Também, as atividades relacionadas com a indústria naval foram monopolizadas pelos sardos e, por isso, ali se concentrou a maioria destes estabelecimentos dedicados à importante indústria naval.

O predomínio da população italiana de origem genovesa deu as características tão peculiares ao bairro, considerado o maior bairro italiano da cidade de Buenos Aires onde o dialeto genovês era o meio de comunicação por excelência entre seus moradores. Efeitivamente, o viajante que chegava às praias argentinas nessa época, se surpreenderia se ouvisse alguma palavra da clássica língua de Cervantes uma vez que em seus ouvidos somente soaria o duro e enérgico dialeto genovês.

Analisando alguns indicadores sociais no bairro de La Boca de acordo com os dados do Censo Nacional de 1869, estes nos revelam a existência de uma grande concentração de imigrantes de origem ligure entre os estratos

<sup>10</sup>. BUCICH, Antonio. *Los Viajeros Descubren la Boca del Riachuelo*, Buenos Aires, 1963, p. 23.

mais baixos. Além disso, 75% dos italianos que residiam em La Boca eram analfabetos. Todavia, esses dados não mostram se esse índice de analfabetismo é referente à língua materna (o genovês) ou ao espanhol que talvez poucos aprenderam corretamente <sup>(11)</sup>.

As atividades profissionais às quais se dedicavam os ligures que nos revela o Censo de 1869 eram as seguintes: marinheiros (era a atividade dominante), calafates, construtor de navios (encontramos um, Bartolomé Solari, 46), capitão de navio (um também, José Pinnasco, 37), aparelhador de navios, proprietário de navios (um, Domingo Costa, 40) e comerciantes (atividades que compartilhavam com os espanhóis especialmente). O censo acrescenta um dado importante, que 95% desses indivíduos eram casados, permitindo inferir que La Boca não era apenas um bairro onde exerciam as atividades profissionais e sim o lugar de residência da família. Relatos da época fazem freqüentes referências à participação familiar nas atividades de navegação, quando as mulheres acompanhavam seus maridos nas viagens ou quando as mães encomendavam seus filhos, jovens e adolecentes, aos velhos marinheiros sardos para treiná-los na profissão de marinho <sup>(12)</sup>.

Quanto ao lugar de origem regional dos imigrantes de La Boca registrados no censo são: Barigoli, Gênova, Nervi, Napoli, Recco, Pelli, Barasso, Savone, Rapallo, Toscana e Bullasco? O Censo de 1895 acrescenta outros dados. La Boca tinha nesse ano, 38.164 habitantes dos quais 54% eram estrangeiros e destes 72 % eram procedentes da Itália. O número de marinheiros italianos ascendia a 1500, atividade que partilhavam com alguns alemães, austríacos, espanhóis, franceses. etc. Outras atividades vinculadas à navegação eram as de estivador, guarda-costa, "botero", calafate e agente marítimo (em geral exercida por argentinos). Todavia, ainda nessa data, a maioria esmagadora dos italianos era de marinheiros <sup>(13)</sup>.

Desta maneira La Boca foi se transformando num bairro onde as atividades predominantes estavam relacionadas com a navegação, com a incipiente indústria naval e com o transporte de mercadorias pelos rios para o interior platino, setores onde foi predominante a presença dos ligures. Assim, os genoveses passaram a controlar uma importante parte do transporte fluvial interno e outra importante parte do comércio internacional vinculando os mercados dos rios da Bacia do Prata com Buenos Aires e Montevidéu cumprindo um importante papel integrador.

<sup>11</sup>. CENSOS Nacionais da República Argentina, 1869 e 1895, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

<sup>12</sup>. Ibid.

<sup>13</sup>. Ibid.

## OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1889-1914.

Maria Lucia Caira Gitahi\*

O tema desta sessão, "**Força de Trabalho e Formação do Operariado**," oferece um **duplo foco** para organizar alguns apontamentos de pesquisa sobre os trabalhadores da construção civil no Brasil de 1889 a 1914. A expressão "**força de trabalho**" faz referência direta à **formação de um mercado de trabalho livre** no Brasil. Nas últimas décadas do século passado e primeiras deste, com a definição do país como exportador de café, há uma visível diversificação econômica e social, em um momento de intensa urbanização. A formação de um mercado de trabalho livre e a imigração em massa são processos correlatos que contribuem para a criação de uma sociedade mais complexa no Brasil, na qual, para efeitos deste trabalho, cabe salientar a emergência de uma classe operária.

A concentração operária teve lugar, como em outras áreas do assim chamado "Terceiro Mundo," primeiro nas indústrias da construção civil e dos transportes. A construção de portos e ferrovias assim como a reurbanização das principais cidades brasileiras no período foram alguns dos empreendimentos que primeiro reúnem um contingente significativo de trabalhadores livres. Afinidades de trabalho e residência assim como os outros múltiplos constrangimentos da condição operária oferecem a esses trabalhadores um solo histórico fértil ao florescimento de um movimento operário. Os trabalhadores da construção civil ocupam um papel central nesta **classe em formação** e em seu **movimento**. E aqui chegamos ao segundo foco, sugerido pela temática desta sessão: **a formação do operariado**. É no contexto destes dois processos mais amplos que esta comunicação situa a emergência e a atuação dos trabalhadores da construção civil durante a *belle époque*.

### 1 Formação do mercado de trabalho livre, diversificação social e construção civil.

No último quartel do século passado, com a assim chamada Segunda Revolução Industrial, o capitalismo mundial sofreu uma profunda transformação. O Brasil, que não desejava ficar à margem da economia mundial, teve que enfrentar grandes desafios para definir sua posição na então "nova" divisão internacional do trabalho. Entre os maiores, estavam dois: enfrentar a questão do trabalho escravo e promover a construção de uma infraestrutura de transportes, energética e urbana capaz de melhor conectar uma crescente produção cafeeira de exportação ao mercado mundial e ao mesmo tempo,

\* Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e membro do Laboratório de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo da mesma instituição.

reafirmar e redefinir a posição do país na então "nova" divisão internacional do trabalho.

Os grandes marcos da Abolição da Escravidão e da República, criaram o quadro político necessário a estas redefinições. Com o advento do período republicano, intensifica-se a formação de um mercado de trabalho livre e o esforço construtivo destinado à produção de um território organizado dentro dos "modernos" referenciais sócio-econômicos e culturais que então impunham-se, cresce e aprofunda-se. Associados à fixação do imigrante e à transformação das cidades, os programas de saneamento foram uma prioridade no início da República. Foram construídos serviços de abastecimento de águas, canais de drenagem e de esgotos. A instalação das hidrelétricas foi contemporânea a dos grandes centros mundiais (SZMRECSÁNYI, 1986). Em vários pontos do país, já vinham sendo construídas usinas hidrelétricas de pequeno porte quando, em São Paulo, a Light inaugurou em 1901 a Usina de Parnaíba, uma usina grande mesmo para os padrões mundiais da época (DIAS, 1986:60).

Construir uma infraestrutura moderna, requalificando as relações entre cidade e campo e os espaços produtivos no interior de ambos, assim como o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, não era apenas uma tarefa de construção física mas também de construção de instituições sociais voltadas para a busca intelectual e para a redefinição das relações sociais. A origem das primeiras escolas de Engenharia no Brasil faz parte deste processo. A Escola Politécnica do Rio, proveniente de sucessivas reorganizações da Academia Real Militar, é criada em 1874 (CUNHA, 1980), a Escola de Minas de Ouro Preto é fundada em 1875 (CARVALHO, 1978), a Escola Politécnica de São Paulo é fundada em 1894 e a Escola de Engenharia Mackenzie, em 1896 (SANTOS, 1985). Com isto inicia-se aqui, tanto o ensino superior da Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, quanto a pesquisa ligada aos materiais de construção.

O esforço de diversificação social era abrangente: era preciso criar os quadros superiores, os "oficiais" intermediários e um grande "exército" do trabalho, capaz de construir uma forma brasileira de "cidade moderna." A definição dos requisitos de uma qualificação do trabalhador era uma preocupação recorrente da elite naqueles anos e concretizou-se, não apenas nos cursos ministrados nas Escolas de Engenharia, mas também através dos Liceus de Artes e Ofícios<sup>1</sup> e outras escolas profissionais destinadas a formar estes "quadros intermediários" de um grande "exército do trabalho."

A formação de um mercado imobiliário inicia-se já na segunda metade do século passado. Mas no final do mesmo, com o grande impulso construtivo apontado aqui, ocorre paralelamente o estabelecimento da indústria da construção civil em bases empresariais. A constituição deste ramo industrial é

<sup>1</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é fundado em 1873 e que ganha novo prédio em 1900. Sobre o papel do mesmo na qualificação de trabalhadores para uma cidade em intensa urbanização ver GITAHY, 1986.

lenta e complexa, sendo que cada um de seus setores tem seu próprio ritmo de formação. Ao mesmo tempo, formam-se paulatinamente o mercado de locações, o de terrenos, o de moradias (XAVIER PEREIRA, 1990).

Estes processos mais amplos, aqui indicados sumariamente, naquilo em que dizem respeito mais de perto à formação de um grupo operário específico, os trabalhadores da construção civil, tiveram características próprias nas diferentes cidades do Brasil.

SZMRECSÁNYI (1993:) aponta que "no Rio o dinheiro e as políticas do Estado foram usadas promovendo serviços e obras urbanas," enquanto no estado de São Paulo a opção adotada foi a promoção do café, englobando um complexo de atividades muito mais diversificado, que não dispensava a polarização de seu vasto *hinterland* pela metrópole em formação. Assim os empresários da cidade de São Paulo encontraram "em seu próprio corpo excelentes oportunidades de investimento." O papel do Estado foi maior no Rio, enquanto que em São Paulo, a iniciativa privada modelou a expansão urbana.

Várias outras cidades foram igualmente transformadas. Basta lembrar que o engenheiro e sanitarista Saturnino de Brito elaborou planos urbanísticos gerais para cerca de 40 cidades brasileiras no período, entre elas a cidade de Santos, em que assumiu a Comissão do Saneamento.<sup>2</sup> Nestas cidades, reconstruiu-se o espaço público, disciplinou-se o padrão do assentamento, prescreveram-se áreas diferentes para diferentes funções, separaram-se os bairros proletários dos mais refinados e dos da "classe média." É interessante observar que estas mudanças sócio-econômicas, vividas desde o último quartel do século passado, só são elaboradas cultural e politicamente no momento seguinte. A *belle époque* assiste então a um amplo processo de construção de instituições que atravessa a sociedade tanto de cima para baixo, quanto de baixo para cima. São estas instituições que vão permitir à sociedade reorganizar-se e reproduzir-se, atualizando as transformações maiores que estava atravessando culturalmente e enfim equipar-se para enfrentar o século XX.

Pois foi nestas cidades em transformação que o movimento operário nasce e adquire voz, deixando sua marca característica na própria cultura urbana do período. Os trabalhadores da construção civil ocupam um papel crucial tanto nestas cidades, quanto neste movimento. Sua atuação será portanto entendida neste contexto mais amplo de formação da classe.

## 2 Diversificação e condições de trabalho na construção civil, 1889-1914.

Até a metade do século passado, a construção civil não estava ainda constituída como um ramo industrial. Não havia materiais de construção disponíveis para a venda em grandes quantidades, não havia construtoras em bases empresariais, não havia um mercado de trabalho livre. A própria terra só vem

<sup>2</sup> Ver sobre o urbanismo de Saturnino de Brito, ANDRADE, 1992: 77-81. Saturnino atuou também no saneamento de Belém, Paraíba e Aracaju. Entre 1920 e 1929, constituiu escritório de engenharia hidráulica no Rio de Janeiro no qual elaborou muitos dos seus projetos (VARGAS, 1994a: 93).

a tornar-se mercadoria com a famosa lei de 1850. Para discutir as condições de trabalho dos trabalhadores da construção durante as últimas décadas do século passado e o início deste, é preciso acompanhar a diversificação das atividades construtivas que levarão à constituição da construção civil como um ramo industrial distinto, com ao menos três subsetores interligados: o que chamaremos aqui (com um forte risco de anacronismo) de "construção pesada," materiais de construção e edificações.

A construção de uma infraestrutura de transportes, energética e urbana, começou pela implantação da rede ferroviária ainda antes da abolição da escravidão. As concessões das empresas ferroviárias proibiam o uso de trabalho escravo na construção das ferrovias. Como não havia construtoras, as próprias companhias ferroviárias assumiam incluindo a construção, mas subcontratavam trechos a intermediários que utilizavam o trabalho escravo lado a lado com o do trabalhador livre, apesar das restrições legais (MAUTNER, 1992: 64).<sup>3</sup>

As condições de trabalho no que hoje seria chamado de "construção pesada" não poderiam ser mais inóspitas.<sup>4</sup> Como aponta HARDMAN (1988:127), "... nas condições extremamente insalubres em que se realizavam essas grandes obras públicas, seria muito difícil reter um estoque regular de trabalhadores livres em empreendimentos de longa duração." E isto não se restringia ao caso das ferrovias construídas em sítios inacessíveis por empresas internacionais.<sup>5</sup> A construção do Porto de Santos foi um exemplo característico. As

<sup>3</sup> Estes trabalhadores "livres" frequentemente eram trazidos de diversas partes do mundo, como no caso da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: "O que foram estas migrações internacionais de força de trabalho para a construção de ferrovias? É nesse momento de meados do século XIX que se pode falar de um verdadeiro mercado de trabalho plenamente constituído em escala mundial. Quem o organiza são as próprias necessidades da produção capitalista em expansão. (...) É do exército industrial de reserva, das franjas do sistema capitalista que saíram seus contingentes massivos, excetuados os artifices mecânicos e outros ofícios qualificados. (...) O caráter das relações de trabalho irá também variar numa escala que compreende desde o assalariado livre até formas compulsórias de exploração, incluindo modalidades servis ou escravistas, todas elas comandadas pelo capital em sua forma mais moderna." (HARDMAN, 1988: 126-127).

<sup>4</sup> **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 15/05/1909. Este jornal, órgão de Confederação Operária Brasileira, registra a realização de comícios em São Paulo e Santos contra a empresa Machado de Melo que não garantia "condições mínimas de trabalho" aos seus operários engajados na construção da Noroeste. **A Tribuna**, Santos, 28/03/1909 e 1/04/1909, notícia protestos contra as condições de trabalho na construção da Noroeste e da São Paulo-Rio Grande.

<sup>5</sup> De outra forma, e já em outras condições, o drama repete-se, décadas mais tarde, durante a epopéia da construção rodoviária. "A situação dos trabalhadores das estradas é comovedoramente precária. Eram alojados em acampamentos de casas de sapé, com péssimas condições de alimentação, sem qualquer conforto e salubridade, além de muito mal pagos - por vezes, quase escravizados em razão do sistema de vales de comida devidos aos empreiteiros. Não tinham assistência médica; daí, a propalada "febre das estradas" - a malária, que por eles contraída, era disseminada em todo o território nacional, até a época da Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou a mecanização intensiva da construção rodoviária" (VARGAS, 1994b: 142). Esta descrição dos acampamentos mostra uma grande continuidade com a fotografia apresentada por REIS FILHO (1989: 27) do acampamento de obras ferroviárias da Serra Nova, em 1897.

companhias concessionárias, como a Docas de Santos no caso, constituíam seções de construção e seus agentes recrutadores percorriam o território nacional reunindo trabalhadores para as obras. Quando censuradas publicamente por seus métodos, sempre era possível passar a responsabilidade a subempreiteiros.<sup>6</sup> Observa-se um padrão semelhante na construção das hidrelétricas, iniciada neste período de uso intensivo de trabalho, transportando-se todo o material por meio de carroças de burro e carros de boi.<sup>7</sup> Por último, nas obras de saneamento, o abastecimento de águas, esgotos e urbanização, as condições de trabalho não variavam muito com relação ao que foi discutido até aqui. O fato de algumas destas obras terem sido empreendidas diretamente por órgãos públicos não chegou a alterar as condições de trabalho observadas.<sup>8</sup> **O Proletário** (2 e 15/06/1911) traz um artigo sobre as condições de trabalho dos operários do saneamento:

"(...) Enquanto nas obras particulares se trabalha oito horas, lá sendo uma repartição pública os trabalhadores são obrigados a trabalhar onze ou doze horas por dia. Quem conhece aquele serviço sabe perfeitamente o quanto ele é nocivo à saúde (...) e quanto é repugnante (...) mas (...) mais revoltante é o salário mesquinho. A maioria pais de numerosa família recebem de 3\$000 a 3\$500 por dia: tendo-se em conta os dias de chuva os quais não trabalham, (...) tem como ordenado mensal 60\$000 ou 70\$000 (...). Enquanto os engenheiros e chefes recebem somas fabulosas (...) os trabalhadores comem um muito rude pedaço de pão de modo a não morrer de fome (...) são insultados pelos feitores que são canalhas. A imprensa de grande formato (...) se desfaz em elogios a essa Comissão (...) esquecendo-se de que esses serviços estão sendo prestados (...) por todos os que lá trabalham (...) vegetando na mais negra miséria."

<sup>6</sup> "Em 1892, quando conseguiu a duplicação de seu capital, a Companhia envia agentes a diversos estados em busca de trabalhadores oferecendo salários quase tão altos quanto os do pessoal que trabalhava na extração da borracha no Pará. Das turmas conseguidas em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro nenhum operário chega a Santos, apavorados com as epidemias que devastavam a cidade. Em Alagoas, conseguiu-se uma turma de 500 trabalhadores; no entanto o governador barrou sua saída em Maceió. Os 600 segipanos com experiência em construção de ferrovias, reunidos pela Docas, chegaram a embarcar no vapor *Ondina*, mas o governador do estado os fez desembarcar. Dos 300 trabalhadores conseguidos na Bahia, a maioria conseguiu emprego no Rio de Janeiro, onde aportaram os navios do Lloyd. Menos de 50 chegaram a Santos. Finalmente, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vieram 2000 trabalhadores, que somados a 500 portugueses, com experiência na construção dos portos de Leixões e Lisboa. A epidemia de febre amarela, responsável por 1742 mortes registradas naquele ano, e a de varíola, com 823 mortes registradas, encarregaram-se de dispersá-los." (GITAHY, 1986: 74-75).

<sup>7</sup> **A Luta Proletária**, São Paulo, 22/02/1908 informa que nas obras da Cia. Light em Parnaíba, os operários são convidados a trabalhar ganhando "um jornal superior ao que eles costumam ganhar em São Paulo" mas sob condições "anti-higiênicas e insuportáveis" na escavação de túneis. Em 1925, nas obras da Usina de Cubatão, onde a malária era endêmica, e onde trabalhavam cerca de 4000 operários "... dispunha-se de um hospital e de um grupo de saneamento do acampamento." (VARGAS, 1994c: 161).

<sup>8</sup> **Terra Livre**, 05/08/1906, noticia uma greve dos trabalhadores da Comissão do Saneamento de Santos contra as péssimas condições de trabalho. A greve foi derrotada e as condições de trabalho mantiveram-se.

Apenas nas obras de edificação, ou seja, quando erguiam-se edifícios públicos ou privados de valor, havia alguma alteração neste quadro. Aqui havia utilização de trabalho qualificado e não apenas na função de "oficiais" dos "exércitos" de trabalhadores acima referidos.

Em suas memórias, um ativista de Santos contrasta o trabalhador do porto, oprimido e descalço, propenso ao alcoolismo, ao trabalhador da construção civil "que almoçava no trabalho, tinha hora para o café, trocava as roupas no trabalho, usava sapatos." Após tornar claro que a vantagem era relativa, por causa da insegurança do emprego e dos acidentes de trabalho<sup>9</sup>, que integravam o quadro geral da vida operária, enfatiza o nível cultural mais alto do trabalhador da construção civil, associado à natureza do seu trabalho. Em suas fileiras a porcentagem de analfabetos era menor, liam alguma coisa, tinham veleidades artísticas. Na época, os edifícios eram ornamentados e, por isto, os trabalhadores esforçavam-se muito para adquirir algum conhecimento de modelagem, escultura e principalmente desenho geométrico, conhecer as escalas e rudimentos de arquitetura.<sup>10</sup> Foi das fileiras destes trabalhadores que saíram os militantes operários.

A estrutura do ramo era muito diferente da que temos hoje tanto com respeito à organização dos negócios, quanto à qualificação dos trabalhadores. Pelo menos em São Paulo, no que diz respeito à construção habitacional, predominava a construção por encomenda, espaço de atuação também para pequenos empreiteiros, os mestres de obras, enquanto apenas iniciava-se a construção de habitações para o mercado (XAVIER PEREIRA, 1990). O primeiro aspecto a ser enfatizado é a situação favorável que os trabalhadores qualificados desfrutavam no mercado de trabalho. Com o imenso impulso do processo de urbanização de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, naqueles anos, era possível para estes trabalhadores pressionar e obter aumentos salariais.

<sup>9</sup> **A Vanguarda**, Santos, 28/01/1909. Sobre a necessidade de uma lei municipal protegendo os trabalhadores da construção atingidos frequentemente por acidentes de trabalho. "Queixam-se as classes trabalhadoras da construção civil em Santos que não tem absolutamente nenhuma garantia no seu trabalho, porque a ganancia dos empreiteiros (...) os leva a economizar forçosamente na elevação dos andaimes e nos alicerces das casas, de modo que as paredes estão sujeitas a desmoronar, como os andaimes a desabamentos, sendo que estes sobretudo se repetem a curtos intervalos." Notícias de acidentes de trabalho podem ser encontradas em **O Congresso**, Rio, 17/02/1906, 17/03/1906; **Novo Rumo**, Rio, 20/02/1906; **A Luta Proletária**, São Paulo, 7/03, 4/04 e 11/04/1908 e **A Tribuna**, Santos, 9/01/1909, 2/09/1910, 3/09/1910, 6/09/1910.

<sup>10</sup> Memórias de Severino Antunha in RODRIGUES, 1969 *apud* FAUSTO, 1976:129. Um entendimento mais completo do 'ecletismo' seria interessante para a compreensão da definição dos requisitos que o setor de edificações colocava para a qualificação dos trabalhadores do setor. Sobre o caso específico do papel do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo como centro difusor do *art-nouveau*, ver GITAHY, 1986:67-70.

De fato, seus salários eram razoavelmente mais altos do que os dos trabalhadores do porto, por exemplo, ou os dos operários fabris.<sup>11</sup>

A diversificação das atividades ligadas ao ramo da construção é visível durante todo o período considerado, no qual inclusive começam a formar-se as primeiras construtoras em bases empresariais<sup>12</sup>. Em São Paulo, por exemplo, desde as últimas décadas do século XIX, constitui-se um mercado de residências de luxo com a mudança dos cafeicultores para a capital. Emblemática da virada do século em São Paulo, foi a atuação de Ramos de Azevedo (1851-1928), por muitos anos diretor da Escola Politécnica e do Liceu de Artes e Ofícios, ao mesmo tempo. Convidado para organizar o curso de Engenheiros-Arquitetos da Politécnica (1894), foi professor, depois vice-diretor e diretor da escola. No Liceu, onde manteve-se como vice-presidente, exerceu uma direção efetiva de 1895 até sua morte em 1928 (LEMOS, 1993). Ao lado de todas estas atividades, dirigia seu escritório, reorganizado em bases empresariais, em 1907, com o nome "Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo," sendo formalizada a sociedade com Ricardo Severo e Arnaldo Dumont Villares.

Tratava-se de uma empresa construtora apoiada por toda uma estrutura elaborada por Ramos, quase um "holding familiar": o suprimento de vidros e azulejos e demais materiais importados era garantido pela "Importadora Ernesto de Castro," pertencente ao seu genro; o de madeira ficava a cargo de Alfredo Miranda, da "Serraria Central." A "Cerâmica Vila Prudente," também ligada à empresa, produzia tijolos, telhas e cerâmicas de boa qualidade. As ferragens, esquadrias de metal e outros elementos necessários ao acaba-

<sup>11</sup> Salários correntes na cidade de Santos, 1912.

Ocupações	Salários Diários
Doqueiros .....	4\$ a 5\$000
Pedreiros .....	5\$ a 7\$000
Carpinteiros .....	6\$ a 8\$000
Torneiros e Ferreiros .....	6\$000
Mecânicos e maquinistas .....	7\$000
Jardineiros .....	4\$ a 6\$000
Carroceiros .....	4\$ a 7\$000
Cocheiros .....	5\$000
Motoristas .....	7\$000
Carregadores de café da Cia. Docas .....	5\$000

Fonte: **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**, São Paulo, ano I, nº3, 2º trimestre de 1912.

<sup>12</sup> Para compreender o estabelecimento das construtoras em bases empresariais é preciso, ao mesmo tempo, atentar para o aspecto predominantemente urbano deste ramo industrial. XAVIER PEREIRA estudou a constituição do mercado de trabalho neste ramo da indústria em articulação com a formação do mercado imobiliário no período. As transformações das relações de trabalho são abordadas em conjunto com as transformações da propriedade e renda da terra urbana. Assim, também aponta ele, é preciso entender o mercado de compra e venda de imóveis em conjunto com o mercado de locação. Já em 1886, 70% dos chefes de família da cidade moravam em casa cedida ou alugada (XAVIER PEREIRA, 1988:68 e 1990).

mento das obras eram fornecidos pelo Liceu. Não devemos esquecer também dos “auxiliares” e “colaboradores”, recrutados por Ramos entre os colegas e alunos da Politécnica e do Liceu.<sup>13</sup>

A partir da simples observação das características da empresa de Ramos de Azevedo é possível destacar as oportunidades que o período abre para que vários tipos de empresas ligadas aos negócios da construção viessem a se constituir, dividindo mesmo atribuições. São os escritórios de engenharia e arquitetura, as construtoras que começam a operar em bases empresariais, um significativo comércio de importação de materiais de construção, assim como uma crescente indústria e comércio locais de materiais de construção, que procuram substituí-los, sobretudo os mais difíceis e caros de transportar. RIBEIRO (1993:4-5) afirma que o ritmo da construção civil aumentou muito em São Paulo no período aqui estudado: entre 1900 e 1910 o número de prédios construídos já era de 1000, média anual.

As indústrias de materiais de construção respondem a esta demanda, embora só após a Primeira Guerra Mundial a indústria de materiais de construção torne-se capaz de suprir as necessidades do mercado paulistano. A “indústria de minerais não metálicos” até 1910 dedicava-se principalmente à produção de telhas e tijolos. XAVIER PEREIRA (1990) narra as experiências de emprego de maquinário na produção de tijolos, cedo suplantadas pelas “modestas olarias acionadas manualmente.”<sup>14</sup> Já a “indústria metalúrgica” produzia pregos, encanamentos, serralheria. O enorme vulto da Companhia Mecânica Importadora (1890) que incluía fundição, seção de máquinas, serralha, carpintaria e olaria marcou paisagem paulistana do bairro operário do Brás (PAOLI, 1991:30).

Na *belle époque* crescem também as chamadas “indústrias extrativas” (as pedreiras, a extração de areia<sup>15</sup>, etc.). No Rio de Janeiro, o “Congresso União dos Operários das Pedreiras,” fundado em 1901, com sede no Botafogo, onde

<sup>13</sup> LEMOS, 1993:54 cita entre os colaboradores de Ramos alguns professores da Politécnica como Maximiliano Hehl, Victor Dubugras, Carlos Schalders assim como vários desenhistas e mestres do Liceu. “Além de tudo isso Ramos de Azevedo criou, juntamente com o capital de alguns familiares, a Companhia Iniciadora Predial, que na verdade foi o primeiro banco de financiamento imobiliário de São Paulo; promovia a construção do imóvel para quem fosse proprietário de terreno (certamente o terreno deveria ser hipotecado pela Companhia como garantia) e financiava a construção parcelando a dívida em muitos anos.”(GONÇALVES, 1977:18-19) SMZRECSÁNYI (1993: 214), lembra também que “...a produção material da cidade foi um processo comandado pelo capital e dedicado aos seus lucros, mas apenas parcialmente levado a cabo por ele. O Estado foi frequentemente um parceiro nem sempre obscuro da iniciativa privada.” E sem dúvida, importante cliente do escritório Ramos de Azevedo.

<sup>14</sup> LEMOS, 1983: 47. **Luta Proletária**, (São Paulo, 1/02/1980) descreve o trabalho nas olarias: “Submergidos na lama até a cintura, úmidos de suor, sujos de barro até os cabelos, seria difícil reconhecer nesses operários os semblantes humanos, de tal modo são eles embrutecidos pelo trabalho a que se dedicam.” Recebiam 3\$500 por 14 horas diárias de trabalho, além de desempenham sem compensação alguma outros serviços como: transportar lenha do barco até o forno, cobrir os tijolos em tempo de chuva, atender a fornalha por 6 horas da noite duas ou três vezes por mês.

<sup>15</sup> Ver MAGNANI, 1978 para a participação dos tiradores de areia do Tietê na greve de 1906 pela jornada de trabalho de oito horas.

havia cerca de 15 cantarias, reunia 600 associados quando de sua fusão com a “Associação de Classe dos Operários das Pedreiras.” Estavam presentes à cerimônia, representantes de vinte associações operárias da capital, incluindo as da construção civil: marmoristas, pedreiros, carpinteiros e artes correlativas.<sup>16</sup>

Esta maior divisão social do trabalho no ramo - algumas empresas especializam-se em materiais de construção, outras concentram-se nos projetos, outras ainda ficam com a construção propriamente dita ou combinam várias funções - vai transformando sua face. A construtora de Ramos de Azevedo não era a única. Outras construtoras começam a operar em maior escala ainda no período. Em 1912, Roberto Simonsen (1889-1948) organiza a Cia. Construtora de Santos.<sup>17</sup> A companhia foi ativa na urbanização de Santos: pavimentação de ruas, instalação da rede de esgotos, sargetas e meio-fio, tanto quanto na construção de casas e edifícios. Já em 1913, a Companhia era composta por 70 engenheiros e 18.000 empregados e trabalhadores e passa a atuar em diferentes cidades do país (GITAHY, 1992:172-173). Com a presença das grandes empresas, novos desafios sociais serão colocados, inaugurando já um outro período.

### 3 Os trabalhadores da construção civil e o movimento operário anterior a 1914.

Estas primeiras observações, colhidas de pesquisa ainda em andamento, trazem-nos de volta ao duplo foco desta sessão: a formação de um mercado de trabalho livre e a formação do operariado. Cabe apontar aqui o papel do trabalhador da construção civil nestes dois processos correlatos.

A enorme maioria dos trabalhadores do ramo estava submetida às piores condições de trabalho, sob relações sociais próximas do trabalho compulsório, nas obras da infraestrutura de transportes, energética e urbana que permitiram ao país integrar-se à economia mundial da época. Neste sentido, participaram da formação do mercado de trabalho livre desde seus primeiros passos, no período escravista, sempre recrutados nas franjas do sistema, alimentando a acumulação dos setores mais modernos do sistema capitalista.

Em um único setor, o das edificações, houve condições para a emergência da reivindicação operária, que foi encaminhada em conjunto com as dos demais grupos de trabalhadores urbanos através da organização de um movimento operário. Como se sabe, o movimento operário da *belle époque* foi mais importante pela sua própria existência, do que por eventuais ganhos

<sup>16</sup> O Congresso, Rio, 20/01/1906, 24/03/1906, 31/03/1906. Ver o mesmo periódico 23/06/1906 para a greve de Ponta de Areia “contra os poderosos empreiteiros da construção do Porto.”

<sup>17</sup> Formado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1908, trabalha como engenheiro da Southern Railway por dois anos, voltando a Santos para assumir a Comissão de Melhoramentos do Município, em 1911. No ano seguinte deixa a Prefeitura para organizar a sua construtora, que seria o núcleo inicial de suas variadas atividades empresariais. Dirigiu a Cia. Construtora de Santos de 1912 a 1940. (LIMA, 1963).

materiais que tenha atingido. Direitos adquiridos e conquistas materiais, na época, não eram transformados em legislação e exigiam repetidas batalhas para durar. As linguagens políticas por este veiculadas mostram os trabalhadores da construção civil da *belle époque* atualizados quanto aos debates políticos de seu tempo.

Até a Primeira Guerra Mundial, estes trabalhadores da construção civil foram os principais organizadores do movimento operário. Em Santos, eles foram os pioneiros da Sociedade Primeiro de Maio, fundada em 1904, e formavam o núcleo da F.Owazzu L.S. (Federação Operária Local de Santos), com sua escola noturna<sup>18</sup> e sua sala de leitura, onde livros anarquistas, publicações didáticas de vários feitios, e jornais e revistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Barcelona podiam ser encontrados. Seus sindicatos tinham reuniões semanais onde se discutiam notícias nacionais e internacionais assim como teorias sobre a transformação da sociedade<sup>19</sup>. Também em São Paulo e no Rio de Janeiro, os sindicatos da construção civil mantinham viva a chama da dignidade do trabalhador no sentido de impor respeito no local de trabalho,<sup>20</sup> recusando-se a trabalhar em condições obviamente perigosas,<sup>21</sup> restringindo o trabalho a oito horas,<sup>22</sup> e mantendo a união da "classe."<sup>23</sup>

Na *belle époque* uma fisionomia particular de cidade moderna veio a ser definida no Brasil. Nos bairros proletários, uma comunidade multicultural e multiétnica, baseada em afinidades de trabalho e de residência, veio à luz. Pobreza, tensões étnicas, falta de infraestrutura urbana, doença, alcoolismo, todos estes aspectos da vida proletária da virada do século continuam fazendo lembrar o quanto de destruição cultural e afetiva este processo de formação de classes também incluiu. No entanto, na vivência coletiva nestes bairros, ambiente insubstituível para a emergência do movimento operário, estes trabalhadores souberam empreender outro tipo de construção. Contribuíram com sua liderança e maior familiaridade com a ideologia e foram responsáveis pela continuidade organizativa do movimento, criando suas primeiras associ-

<sup>18</sup> **Jornal Operário**, Santos, 22/10/1905, sobre escola operária. **A Lanterna**, São Paulo, 8/01/1908, sobre a inauguração da escola noturna da FOLS. **A Terra Livre**, São Paulo, 5/02/1910, 22/03/1910, 1/05/1910, 22/05/1910 e 15/06/1910. De fevereiro a junho de 1910, notícia a campanha da F.O.L.S para reconstruir sua escola noturna, destruída pela polícia. Uma série de festas, peças teatrais, subscrições acabam com a reinauguração da mesma.

<sup>19</sup> Em uma consulta a três coleções da imprensa operária foram encontradas 35 referências às reuniões semanais dos trabalhadores da construção civil. **Luta Proletária**, São Paulo, 1908; **O Congresso**, Rio de Janeiro, 1905-1906; **O Carpinteiro**, São Paulo, 1905. (Agradeço a Rafael de Almeida Evangelista a coleta de dados nestas coleções e nas de **Novo Rumo** e **Guerra Social**). Ver também FAUSTO, 1976: 129-130 e **A Vanguarda**, Santos, 15/02/1909 sobre estas reuniões semanais.

<sup>20</sup> Ver "Aos trabalhadores da construção civil." **Germinal**, São Paulo, 22/06/1913. E ainda: "Uma existência." **O Congresso**, Rio, 24/03/1906; **A Vanguarda**, Santos, 21/02/1909, 13/03/1909.

<sup>21</sup> **O Congresso**, Rio, 17/03/1906; **Luta Proletária**, São Paulo, 7/03/1908, 4/04/1908 e 11/04/1908.

<sup>22</sup> **O Congresso**, Rio, 1/05/1906, 12/05/1906, 26/05/1906; **Luta Proletária**, São Paulo, 1/02/1908, 8/02/1908, 7/03/1908; **Correio Paulistano**, São Paulo, 17/05/1907.

<sup>23</sup> **O Congresso**, Rio, 8/12/1905, 17/02/1906, 14/04/1906; **Luta Proletária**, São Paulo, 16/05/1908.

ações, jornais, sindicatos. Através destes, na *belle époque*, classe operária fez ouvir sua própria voz.

Em São Paulo, observa XAVIER PEREIRA (1990), o pique da urbanização ocorre na última década do século passado, justamente quando desejava-se apagar a "mancha negra" da escravidão. Queria-se uma cidade à européia, construída por um trabalhador europeu. À figura do imigrante atribuem-se qualidades especiais e um privilégio no emprego das obras da cidade, enquanto o antigo trabalhador da construção, nacional e frequentemente escravo é aliado do mercado de trabalho ou subsiste apenas em suas franjas. Na década seguinte, este mercado de trabalho é marcado pela crescente industrialização da construção. O autoreconhecimento do imigrante enquanto trabalhador através da organização de um movimento operário viria com o fim de seu efêmero privilegiamento nas obras da cidade. A jornada de oito horas de trabalho foi obtida naquela cidade através de uma renhida campanha, incluindo uma série de greves em 1906 e 1907 (MAGNANI, 1978: 118-120, PINHEIRO e HALL, 1979:64).<sup>24</sup>

Em Santos, os pedreiros e serventes, carpinteiros e pintores alcançaram em 1907 (GITAHY, 1992:65).<sup>25</sup> Após a derrota da grande greve portuária de 1908 pela mesma reivindicação, com invasão da cidade, pela Marinha e Força Pública, o movimento operário local foi reduzido ao silêncio. Mas, em 1909, são justamente os incansáveis sindicatos da construção civil os primeiros a reorganizar-se.<sup>26</sup> Como outros grupos operários de seu tempo,<sup>27</sup> pressionados por uma situação desfavorável em termos de oferta de força de trabalho no mercado, estes sindicatos da construção civil lutaram e obtiveram a *closed shop*, assegurando-a e ao dia de oito horas de trabalho até a Primeira Guerra Mundial.<sup>28</sup> Contrariamente aos seus empregadores, os trabalhado-

<sup>24</sup> Alguns empregadores maiores demoram mais a ceder, é o caso de Ramos de Azevedo que só no ano seguinte aceita a jornada de oito horas para os marceneiros. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17/05/1907. De acordo com **La Battaglia**, São Paulo, 19/09/1909, durante o movimento dos pedreiros e serventes paulistanos por um salário mínimo e pelo pagamento semanal, "...os pequenos empreiteiros cederam, mas faltam os grandes."

<sup>25</sup> **Terra Livre**, Rio, 25/05, 24/06, 30/06, 14/07, 22/07, 4/08, 1/09, 28/09, 27/10, 12/11/1907. Cobre a campanha, obtenção e defesa da jornada de oito horas de trabalho. Os trabalhadores da construção civil santista foram os pioneiros da organização operária com a fundação da Sociedade Primeiro de Maio já em 1904 (GITAHY, 1992:61).

<sup>26</sup> **A Tribuna**, Santos, 8 e 13/01/1909 (pedreiros). **A Vanguarda**, Santos, 13, 21 e 23/01/1909 (carpinteiros, pintores, pedreiros e serventes). Em junho, os três sindicatos estavam em plena atividade de acordo com **A Tribuna**, Santos, 14 e 17/06/1909.

<sup>27</sup> Um exemplo, os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro (BATALHA, 1986).

<sup>28</sup> **A Tribuna**, Santos, 8/05, 10/05, 11/05, 12/05, 14/05, 15/05, 17/05, 19/05, 20/05, 21/05, 22/05, 24/05, 25/05, 26/05, 28/05, 3/06, 5/06, 7/06, 9/06/1909 para campanha da FOLS, incluindo greves localizadas, garantindo que a *closed shop* seja mantida pelas três categorias citadas e os fiscais do sindicato admitidos nas obras. As firmas empreiteiras aceitam, uma a uma, as condições da FOLS para evitar ou encurtar as greves. Outra campanha conduzida com simpatia local e êxito, em 1910, pelos trabalhadores da construção civil santista foi a luta pelo recebimento do salário no dia 5 de cada mês. Ver **A Tribuna**, Santos, 1,6,7, 8,10,13,14,15,17,18 e 20/09, 4,5,7,10,13 e 14/10/1910. **A Guerra Social**, Rio, 16/07/1911 e 15/10/1911, 24/04 e 12/07/1912 notícia que prosseguem as atividades, culminando em greve por uma tabela de salários mínimos. Trabalhadores da construção da Cia. City de Santos conseguem após greve sob violenta repressão a jornada de 9 horas.

res da construção civil santista não consideravam a *closed shop* exclusivista. Focalizavam a questão de outro ângulo: por que só os patrões tinham o direito de definir as regras para a organização do trabalho nos canteiros? Os sindicatos da FOLS eram contra as horas-extras que, na sua opinião, arruinavam a saúde e dignidade do trabalhador e a única maneira de encontraram para garantir a manutenção da jornada de oito horas foi o controle do mercado de trabalho via *closed shop*. Eles nunca excluíram os trabalhadores da "construção pesada." Ao contrário, buscaram repetidamente organizá-los no Sindicato de Ofícios Vários, filiado a FOLS, que conduziu batalhas memoráveis como a greve dos calceteiros pelas 9 horas de trabalho (contra o Município e diversos empreiteiros) que acabou com a invasão da sede da FOLS, em 1909.<sup>29</sup>

A situação torna-se mais difícil para os combativos sindicatos da construção civil no final do período considerado. Algumas poucas grandes construtoras começavam a operar no setor. Não convém esquecer que o atualizadíssimo Roberto Simonsen esteve nos Estados Unidos em 1911, o ano em que a grande discussão em matéria de gestão empresarial era o taylorismo, verdadeira "febre" entre os engenheiros locais. E que, ao organizar sua construtora, no ano seguinte, estava apenas iniciando seu papel de pioneiro e apóstolo do *scientific management* no Brasil. Não é de admirar que a greve dos canteiros de 1913, vitoriosa em todas as demais pedreiras de Santos, tenha encontrado inflexibilidade até a violência na da Cia. Construtora.<sup>30</sup> Era apenas um prenúncio das grandes mudanças que começavam a se esboçar.

Um ponto merece mais pesquisa e exploração. De fato, durante a *belle époque* a construção civil foi um celeiro de ativistas do movimento operário. Canteiros, pedreiros, carpinteiros, marmoristas e frentistas eram trabalhadores que dominavam uma habilidade específica.<sup>31</sup> Mesmo a hierarquia, nela

<sup>29</sup> "No Britador. Fome, fome e mais fome." **A Vanguarda**. Santos, 9/0/1909 sobre redução de salários dos operários municipais. **A Tribuna**. Santos, 5,8,11,12,13,14,16,17/06/1909 e **A Folha do Povo**. São Paulo, 11 a 17/06/1909 sobre a greve dos calceteiros. E sobre a invasão da sede da FOLS: **A Voz do Trabalhador**, Rio, 8 e 22/07, 30/09, 30/10 e 9/12; **A Tribuna**. Santos, 18,19,20,21 e 30/06/1909; **A Folha do Povo**. São Paulo, 19,20, 23,24,26,27/06 e 4/07/1909.

<sup>30</sup> Naquele mesmo ano, **A Lanterna**. São Paulo, 22/03/1913, noticia a vitória da greve dos operários canteiros-macaqueiros por 10% de aumento salarial em Santos. **A Lanterna**. São Paulo, 21 e 28/06/1913, **A Voz do Trabalhador**. Rio de Janeiro, 1/07/1908 e **Germinal**. São Paulo, 22/06, 1 e 5/07/1913. O movimento pedia a regularização dos pagamentos. Houve choque entre grevistas e "crumires" com 75 presos. As casas dos trabalhadores foram invadidas e vasculhadas na noite seguinte ao conflito. Vários trabalhadores foram enviados a São Paulo e torturados pela polícia.

<sup>31</sup> Como bem esclarece XAVIER PEREIRA (1990: 2) a utilização do trabalhador escravo ao lado do trabalhador livre nas construções do Brasil colonial foi frequente, constituindo-se em um dos "importantes fatores que minaram a existência das corporações como as que havia em Portugal. Por outro lado, estas corporações de ofício, num primeiro momento, careceram também de força jurídica e foram legalmente abolidas no início do Império." Também GAMA (1987: 107) aponta a impossibilidade do sistema de corporações, nascido do "trabalho livre e do surto de crescimento da economia urbana que se verifica na Europa na Baixa Idade Média," adaptar-se às condições coloniais. A Constituição de 1824 abole taxativamente as corporações. Portanto, não é aos ofícios artesanais que estou me referindo ao falar dos trabalhadores qualificados da construção civil no Brasil da virada do século. A palavra "ofício," tal como aparece nas fontes do período, refere-se antes a um "modelo

baseada, era mantida. O que estaria ocorrendo dentro dos canteiros de obras? Mudanças nesta hierarquia? Mudanças na qualificação?<sup>32</sup> Fica claro que o ramo sofreu profundas transformações durante a primeira metade do século XX no Brasil. É suficiente contrastar o pedreiro qualificado, orgulhoso, anarcosindicalista da época com o atual trabalhador da construção civil, um migrante sem instrução formal ou qualificação profissional, oprimido e mal pago.

#### Referências Bibliográficas:

- Andrade, Carlos Roberto Monteiro de. "A cidade como um corpo são e belo." in **Cidade e História**. UFBA/ANPUR. Seminário de História Urbana. Salvador, 21-23 de novembro de 1990; ANPUR, 1992: 77-81.
- Batalha, Cláudio H. de M. "Le syndicalisme 'amarelo'a Rio de Janeiro (1906-1930)." Université de Paris I, Pantheon-Sorbonne, U.E.R. d'Histoire, Thèse de Doctorat, juin 1986.
- Carvalho, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto. O Peso da Glória**. São Paulo, Nacional/FINEP, 1978.
- Cunha, Luís Antonio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- Dias, F.S.C. "A Usina de Parnaíba." **História e Energia**. São Paulo, nº1, maio de 1986.
- Espírito Santo, José Marcelo. "Samuel/Christiano das Neves." in **Catálogo de desenhos de arquitetura da Biblioteca da FAU/USP**. São Paulo, FAU/USP, 1988:57.
- Fausto, Bóris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. São Paulo, DIFEL, 1976.
- Gama, Ruy. **A Tecnologia e o Trabalho na História**. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987.
- Gitahy, Maria Lucia Caira. "Qualificação e Urbanização em São Paulo: A experiência do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1873-1934." in Ribeiro, Maria Alice Rosa. **Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.
- Gitahy, Malu. "Porto de Santos, 1888-1908." in Prado, Antônio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil. Memória, Lutas, Cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1986: 64-81.

sócio-cultural," a uma maneira de pensar a organização do trabalho, característica da época. Tanto que ocupações industriais recém-criadas como a dos ferroviários, por exemplo, eram pensadas nestes termos. Estou apenas apontando, como faz HOBSBAWM (1977: 234 e 1987:349-371, por exemplo), que a economia mundial do longo século XIX apoiava-se largamente no trabalho qualificado em quase todos os seus setores e que dependia em grande medida deste. Voltando ao caso em discussão, um certo número de trabalhadores qualificados era necessário para a intensa atividade construtiva que ocorreu no período (tanto para a "construção pesada" quanto para as edificações), como bem compreendeu a elite paulista contemporânea. (Ainda mais que havia o problema da militância política destes trabalhadores a ser enfrentado.) A promoção de uma instituição privada voltada para formar mais operários aptos a atuar neste mercado de trabalho, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, é a maior prova do reconhecimento desta necessidade. Ver GITAHY, 1986.

<sup>32</sup> Com relação a estas mudanças, que apenas começavam a esboçar-se no período estudado, o que importa reter aqui é: a) que a hierarquia nos processos de trabalho altera-se muito com a introdução do par engenheiro com formação científica/mestre qualificado para ler o desenho traçado agora com maior precisão e transmiti-lo aos operários divididos em diversas equipes executoras de operações manufatureiras; b) que os processos produtivos introduzidos na época trazem visíveis alterações nas qualificações existentes, extinguindo várias delas e criando outras num processo cuja riqueza de possibilidades não foi ainda explorada pela pesquisa histórica.

- Gonçalves, Ana Maria do Carmo Rossi. "A Obra de Ricardo Severo." São Paulo, FAU/USP, 1977 (Trabalho de Graduação Interdisciplinar, mimeo).
- Hardman, Francisco Foot. **Trem Fantasma. A modernidade na selva.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Hobsbawm, Eric J. **A Era do Capital, 1848-1875.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Hobsbawm, Eric J. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Lemos, Carlos A.C. **Ramos de Azevedo e seu escritório.** São Paulo, Pini, 1993.
- Lima, Heitor Ferreira. **Mauá e Simonsen. Dois Pioneiros do Desenvolvimento.** São Paulo, Edaglit, 1963.
- Magnani, Sílvia I.L. "A Classe Operária vai à luta." **Cara a Cara**, Campinas, maio de 1978, nº1, 105-124.
- Mautner, Yvonne. "A era das estradas de ferro: o trabalho assalariado na indústria da construção." in **Espaço e Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, ano XII, 1992, nº 36.
- Paoli, Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)." **Espaço e Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, ano XI, 1991, nº 33.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. (orgs.) **A Classe Operária no Brasil, 1889-1930 (documentos).** São Paulo, Alfa-Omega, 1979, (vol.1).
- Reis Filho, Nestor Goulart. **Aspectos da História da Engenharia Civil em São Paulo, 1860-1960.** São Paulo, Kosmos/CBPO, 1989.
- Ribeiro, Maria Alice Rosa. "A cidade de São Paulo nos anos vinte." Comunicação apresentada à sessão "Mundos do Trabalho" do Primeiro Congresso Brasileiro de História Econômica, São Paulo, FEA/USP, 1993.
- Rodrigues, Edgard. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil.** Rio de Janeiro, Laemert, 1969.
- Santos, Maria Cecília Loschiavo. **Escola Politécnica (1884-1984).** São Paulo. USP, 1985.
- Szmercsányi, Maria Irene, "Rio e São Paulo" in **Revista USP**, São Paulo, Março/Abril. Maio, 1993, 17: 202-219.
- Szmercsányi, Tamás. "Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899-1939." **Revista de Economia Política.** São Paulo, jan-abr. 1986, vol. 6, n.1.
- Vargas, M. "Obras de Saneamento (Abastecimento de Água, Esgotos e Recuperação de Terras)" in Motoyama, Shozo (org.). **Tecnologia e Industrialização no Brasil. Uma perspectiva histórica.** São Paulo, Ed. UNESP/CEETEPS, 1994a: 85-112.
- Vargas, Milton. "Construção de Estradas" in Motoyama, Shozo (org.). **Tecnologia e Industrialização no Brasil. Uma perspectiva histórica.** São Paulo, Ed. UNESP/CEETEPS, 1994b: 137-156.
- Vargas, Milton. "Construção de Hidrelétricas" in Motoyama, Shozo (org.). **Tecnologia e Industrialização no Brasil. Uma perspectiva histórica.** São Paulo, Ed. UNESP/CEETEPS, 1994c: 157-189.
- Xavier Pereira, Paulo César. **Espaço, Técnica e Construção.** São Paulo, Nobel, 1988
- Xavier Pereira, Paulo César. "Questão da Construção: Urbanização e Industrialização em São Paulo, 1872-1914." Depto. de Ciência Política/FFLCH-USP, 1990 (tese de doutorado).

## CIDADE FLUTUANTE: OS PORTOS DO RIO DE JANEIRO COLONIAL<sup>1</sup>

Fania Fridman e Mario Sergio Natal Ferreira

É a mais airosa e amena baía que há em todo o Brasil (Anchieta)

### Introdução.

Os portos, que ao longo da História representaram a alma das cidades,<sup>2</sup> intermediaram no Brasil Colônia as relações entre a cidade do Rio de Janeiro e os engenhos de açúcar, as minas de ouro e as fazendas de gado, de gêneros alimentícios e de café. Além disso, nos ancoradouros aportavam mercadorias estrangeiras como vestuário, maquinaria ou escravos que eram transportadas para outras regiões do país. Reconhecemos a cidade colonial brasileira como um espaço urbano subordinado aos arredores rurais, seu *hinterland*. Esta concepção espacial, de território, remeteu-nos aos portos existentes no termo do Rio de Janeiro no período que vai desde a fundação da cidade, em 1565, até meados do século XIX, quando o Brasil se torna independente de Portugal.

Nos dois primeiros séculos de ocupação da cidade, o porto do Rio de Janeiro localizou-se em pontos abrigados e não passavam de cais. Os navios ancoravam na Baía de Guanabara e a ligação com a terra se estabelecia através de botes que desembarcavam passageiros e mercadorias e recebiam mantimentos e água (Joppert, 1965). A situação geográfica era propícia já que a Baía além de protegida por montanhas, possuía águas profundas. Os portos coloniais não se constituíam ainda em indústrias flutuantes, característica que passaram a apresentar a partir do século XIX com o advento da navegação a vapor e de grande porte. Segundo Soares (1965) o Rio de Janeiro Colonial era, ao mesmo tempo, porto, fortaleza, capital e a porta do *hinterland* e foi em torno do porto que a cidade começou a crescer. Este ensaio pretende revelar os dados primários e secundários coletados pela pesquisa concernente à questão fundiária que vimos desenvolvendo.

O trabalho expõe elementos relativos à localização (dentro da Baía de Guanabara ou próximos às paróquias rurais), à propriedade (ordens religiosas, grandes proprietários rurais ou instituições públicas) e ao tipo de mercadorias transacionadas. A periodização que utilizamos refere-se aos ciclos econômicos pelos quais passou a economia carioca e fluminense a partir da con-

\* Professora do IPPUR/UFRJ e pesquisadora do CNPq; arquiteto e mestrando do IPPUR/UFRJ.

<sup>1</sup> Trata-se de uma versão preliminar. O texto é parte da pesquisa "Propriedade fundiária e produção do espaço do Rio de Janeiro" desenvolvida junto ao IPPUR/UFRJ com o apoio do CNPq e da SR-2/UFRJ. Charles Ribeyrolles escreveu em 1858: "Em certos pontos da baía é como uma floresta de mastros, vergas e velas; é como uma cidade flutuante."

<sup>2</sup> Expressão cunhada por Maria Therezinha de Segadaes Soares (1965).

quista portuguesa. A hipótese de que os portos desempenharam o papel de vetores de urbanização será questionada. Iremos relacionar estes equipamentos - docas, cais, embarcadouros, ancoradouros, marítimos e fluviais e próximos a trapiches e mercados - com os diversos ciclos pelos quais passou a economia e o processo de expansão urbana carioca.

### O porto do açúcar. O Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII.

O primeiro ciclo econômico pode ser apontado como aquele do escambo do pau-brasil entre portugueses e índios.<sup>3</sup> No caso carioca, antes mesmo da fundação da cidade, esta troca se dava através do porto de São Tiago (Santiago), aos pés do Morro do Castelo.<sup>4</sup> Os franceses, atraídos pela riqueza e a geografia estratégica da região do Rio de Janeiro e com o intuito de criar a França Antártica, se estabeleceram (1555-1567) inicialmente na ilha de Serecipe, depois Villegaignon,<sup>5</sup> e na ilha de Paranapuã, hoje Governador. Em 1560, os portugueses, sob o governo de Mem de Sá, dispersaram-nos das ilhas ao arrasar suas fortificações sem, entretanto, expulsá-los da região. Ainda em meados do século XVI, antes da fundação da cidade, a expedição de Martim Afonso de Sousa, o Araribóia, levantou uma casa-forte com um estaleiro em local conhecido por Buriquioca, depois porto de Martim Afonso, localizado na Praia do Susano ou da Saudade.<sup>6</sup> Este porto pode ser considerado como o primeiro construído pelos portugueses na Baía de Guanabara.

A fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565 ocorreu por questões de segurança e de defesa do território já que não havia uma política colonizadora por parte da Coroa Portuguesa. Seu sítio inicial, a Vila Velha, localizado na entrada da Baía de Guanabara entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão, serviu de base ao ataque definitivo aos franceses e à dominação da baía. A partir de então a cidade pôde ser transferida para o Morro do Castelo, onde as condições de sobrevivência eram mais propícias segundo os critérios dominantes na época: existência de água, de bons ventos e de segurança. A idéia religiosa assim como a de defesa predominavam. A cidadela, cercada por muralhas, possuía dois fortes, o de São Sebastião e o de São Januário. Lá encontravam-se a Casa da Câmara, a cadeia, os quartéis, o Colégio dos Jesuítas, a Sé, os Armazéns da Fazenda Real e casas de moradia. Estabeleceram-se as autoridades militares, civis e religiosas que receberam sesmarias em todo o termo da cidade, após a definição, pela metrópole, de uma política de povoamento e ocupação territorial.<sup>7</sup> Como esta política estava baseada sobretudo na lavoura da cana, iniciou-se o ciclo do açúcar.

<sup>3</sup> Sobretudo na faixa litorânea entre as atuais cidades Niterói e São Gonçalo.

<sup>4</sup> Parece que este morro era cercado por lagoas. Teixeira (1967) localiza um ancoradouro na marinha de Pina-Sapé, entre a Lagoa do Boqueirão e a zona alagadiça ao sul do Morro do Castelo.

<sup>5</sup> Onde foi construído o forte Coligny.

<sup>6</sup> Hoje Avenida Pasteur, onde encontra-se o campus Praia Vermelha da UFRJ.

<sup>7</sup> Mem de Sá além de nomear autoridades, modificou as delimitações das terras da Câmara e fixou os preços dos gêneros alimentícios vendidos aos habitantes.

Coaracy (1964) nos revela que os índios que auxiliaram os portugueses na conquista também receberam terras nas cercanias da enseada do Rio de Janeiro.<sup>8</sup>



<sup>8</sup> Para Fleiuss (1928) estes aldeamentos floresceram graças aos jesuítas.

Antes mesmo do final do século XVI, parte do *hinterland* carioca, às margens da Baía de Guanabara e as freguesias rurais, já estava ocupada. Com o assentamento estimulado, a penetração para o interior fluminense no século seguinte aconteceu através dos engenhos e das fazendas de exploração de madeira, instalados próximos ao curso dos rios Meriti, Suruí, Sarapuí, Iguaçu, Pilar, Saracuruna, Magé (ou Magepe), Inhomirim, Guapimirim, Macacu,<sup>9</sup> Guaxindiba e Guasunhão (ou São Gonçalo). À beira destes rios estabeleceram-se os portos fluviais do Grande Magepe, Velho da Piedade ou de Iguaçu, Iriri, Pilar ou Estrela ou Charem e Inhomirim. Com a transferência da Vila Velha para o morro do Castelo o porto da cidade mais procurado para o desembarque das canoas e das embarcações de maior porte continuou sendo o da praia da Piaçava ou de Santa Luzia,<sup>10</sup> na base do Morro do Descanso ou do Castelo. Era neste ancoradouro que chegavam, em pequenos botes, os produtos da Metrópole assim como dos engenhos e chácaras dos arredores da cidade.

Sem o risco das invasões, no final do século XVI a cidade iniciou a descida para a várzea. O estabelecimento da população, que se fixou em torno do morro, consolidou-se entre 1610 e 1630. Este fato, decorrente da necessidade econômica de se aproximar do litoral, permitiu a expansão urbana e a atividade portuária foi deslocada para a praia de Dom Manuel onde localizava-se o porto dos Padres da Companhia. Tal embarcadouro, resguardado pelo pontal do Calabouço, localizava-se na Porta da Cidade, posteriormente conhecida por Beco da Música, onde foi edificada a Casa do Sal. Em 1603 o governador Martim Corrêa de Sá mandou construir uma bateria à beira mar na ponta de São Tiago para impedir ataques à praia, isto é, ao porto. Segundo Silveira (1965) este ancoradouro, privado, entre a Ilha das Cobras e o Calabouço, foi o primeiro "dotado de facilidades portuárias, depois transferido para outro local, mais protegido no interior da baía" (pg. 268). O guindaste dos jesuítas<sup>11</sup> era alugado aos que utilizavam seu movimentado desembarcadouro e próximos a ele instalaram-se os armazéns de sal, na esquina das ruas Direita e André Dias (ou Domingos Manuel ou Duarte Vaz Pinto),<sup>12</sup> e de óleo de peixe. Além de proprietários destes equipamentos, aos jesuítas atribuíram-se privilégios como a liberdade de comércio, que era realizado em seus navios não revistados pelas autoridades, e o não pagamento de impostos. Estes direitos foram mantidos até 1759, quando de sua expulsão de todas as colônias portuguesas.

É importante ressaltar que a conquista da planície foi incentivada pela presença de ordens religiosas, sobretudo dos beneditinos, jesuítas,

<sup>9</sup> Trata-se de um rio caudaloso e navegável.

<sup>10</sup> Hoje rua de Santa Luzia.

<sup>11</sup> O guindaste localizava-se à rua da Misericórdia, depois do Guindaste e posteriormente Travessa Costa Velho.

<sup>12</sup> Respectivamente as atuais Primeiro de Março e Rosário. O depósito de sal localizava-se nas casas de Marcos de Azevedo Coutinho, Gaspar de Figueredo e a Gaspar de Mesquita.

franciscanos e carmelitas. Os primeiros instalaram-se no morro de São Bento e aos do Carmo foram oferecidas sesmarias no embarcadouro da Piaçava e no Morro da Conceição, ambas recusadas. Estabeleceram-se no Terreiro da Polé,<sup>13</sup> onde, no século XVII, estava a porta da cidade. Os jesuítas, como vimos acima, instalaram-se no Morro do Castelo, o ponto mais estratégico da Baía, e os franciscanos no morro de Santo Antônio.<sup>14</sup> O centro econômico, administrativo e religioso da cidade deslocou-se para a praia Dom Manuel onde canoas atracavam à porta das casas. A rua Direita constituiu-se em eixo principal no qual a presença de trapiches, armazéns, igrejas e fortificações se tornaram marcantes (Bernardes, 1995).

Na várzea, a cidade passou a apresentar um traçado regular para o qual Paulo Santos (1965 e 1968) supôs a participação do engenheiro italiano Battista Antonelli quando aqui esteve, em 1582, a serviço do Reino Unido de Espanha e Portugal, acompanhado por setenta artífices. Este engenheiro teria elaborado projetos de obras portuárias que foram enviados a Madri.<sup>15</sup> Para tal ocupação ocorreram aterros de lagoas<sup>16</sup> e retificação da orla marítima que permitiram o surgimento de novos ancoradouros, além de obras de defesa da cidade. Estes empreendimentos foram decorrentes do fato da navegação marítima constituir-se no único sistema de transporte para a Metrópole e no principal meio de deslocamento tanto aos demais centros da Colônia como às localidades do termo da cidade, atingidas através de pequenos portos. Estes foram surgindo em vários pontos da baía, como Caju, Inhaúma, Maria Angu, Irajá e Porto Velho, na foz do rio Merity. Fora da baía, nas localidades de Pedra e Sepetiba, na freguesia de Guaratiba, citamos os portos fluviais de Marapicu, no rio Itaguaí e o da Figueira, no canal da barra de Guaratiba, por onde eram escoados os cereais e o açúcar (Silveira, op.cit.).

A produção do recôncavo da baía dedicava-se à cultura da cana-de-açúcar, exportada para a Metrópole, e aos gêneros alimentícios para o consumo da população da cidade. A via fluvial, principal acesso ao interior, assumiu um importante papel para o escoamento e para a ocupação da região. Inúmeros pontos de embarque de açúcar surgiram nos rios navegáveis ainda que, para Bernardes (op.cit.) nenhum desses numerosos pequenos portos fluviais tenha crescido a ponto de influenciar a transformação dos povoados em vilas, questão que discutiremos adiante. Citamos como portos de movimento intenso, os de Pilar, das Caixas e Suruí, que só perderiam importância com a

<sup>13</sup> Depois conhecido por largo do Carmo ou do Paço, hoje Praça XV.

<sup>14</sup> À exceção dos carmelitas, as ordens religiosas no século XVI preferiam a altura. (ver Fridman, 1994a).

<sup>15</sup> O autor indica outros engenheiros que poderiam ter influenciado este traçado: Baccio da Filicaia, que reformou os portos, o português Francisco de Frias de Mesquita que esteve no Rio, entre 1617-1618, depois de ter projetado as cidades de São Luis do Maranhão e Santa Tereza, e o francês Michel de Lescolles que, em 1649, tomou posse na Câmara do Rio de Janeiro como Engenheiro de Sua Magestade encarregado de elaborar as plantas da cidade.

<sup>16</sup> Para a conquista da planície contribuíram os jesuítas com os primeiros aterros.

construção das estradas de ferro no final do século XIX. A expansão da cana-de-açúcar no recôncavo provocou mudanças na cidade do Rio de Janeiro através de sua função portuária e comercial. Segundo Lamego (1945) “uma cidade única e um só porto satisfazem as necessidades de intercâmbio de toda a vasta zona do recôncavo, onde um produto básico de uma indústria esparsa em núcleos numerosos, de toda parte era atraído para o mercado monopolizador do Rio de Janeiro”.

Quanto ao binômio porto-defesa verificamos que em 1585 a cidade possuía duas fortalezas, um forte, quatro baterias e um fortim - São Sebastião, São Tiago, Nossa Senhora da Guia, São João, São Teodósio, São José, Lage e São Martinho, e em meados do século XVII havia cinco fortalezas - Santa Cruz da Barra (Nossa Senhora da Guia), São João, São Tiago, São Sebastião, Lage e São Francisco Xavier de Villegagnon. Havia ainda o forte de Santa Cruz (na rua Direita) e quatro baterias na fortaleza de São João. As Igrejas do Carmo e da Candelária protegiam-se com seus redutos (Pondé, 1967). João Teixeira que fez a Carta da Baía de Guanabara em 1640 declarou que o porto do Rio de Janeiro era o melhor e mais seguro da costa do Brasil e um dos melhores do mundo “(...) pela abundância de açúcar que nele há e de outras fazendas de preço, como também pelo muito que dele se negocia para o Rio da Prata, de que vem a ser a terra riquíssima” (apud Ferrez, 1972, pg. 17).

Freire (1914) nos indica que nas imediações do Largo do Paço e na direção nordeste o governo proibiu qualquer tipo de construção para manter a praia desimpedida tanto para o movimento das mercadorias quanto para a defesa. Esta medida ocorreu no primeiro ano da administração Duarte Corrêa Vasqueanes (1645-1648) quando uma vereança estabeleceu a todos que possuísem chãos na várzea que os roçassem no prazo de um mês sob pena de multa de seis mil réis (Dunlop, 1964). Além disso, o governador, apesar de contrário ao estabelecimento da população na várzea, promoveu a venda de chãos na marinha, com exceção da área fronteira ao Convento do Carmo, com a obrigação dos moradores construírem um cais à beira mar, o que nem sempre foi obedecido. O produto desta venda concorreu para a defesa da cidade com a transformação do fortim da Laje em fortaleza em 1646, e a construção de uma muralha que percorria o porto de Piaçava para impedir o desembarque. Anos mais tarde, em 1679, o desembargador João da Rocha Pita exigiu que a Câmara adquirisse os chãos do rossio em frente ao convento para não prejudicar a vista dos carmelitas, o desembarque de mercadorias e a defesa da cidade. Em 1686 o Rei manteve a propriedade dos religiosos com a obrigação de não edificar o local, e em 1711 quando os oficiais da Câmara quiseram lá instalar quitandas e cabanas, os protestos dos carmelitas surtiram efeito, o que confirma seu poder junto às autoridades reais (Azevedo, 1969 e Fridman, 1994).

As medidas revelam a preocupação com a segurança da cidade frente às possíveis invasões. Para Freire (op.cit.) o desenvolvimento agrícola e o número de habitantes eram, entretanto, insuficientes para tal defesa. Tal fenô-

meno, segundo Vieira Fazenda (1921), pode ser analisado pela idéia de que o campo dominava econômica e politicamente a cidade. Esta questão foi discutida por geógrafos e urbanistas *clássicos* (ver Holanda, 1936, Azevedo, 1956, Goulart Reis Filho, 1968 e Marx, 1991) cuja formulação compartilhamos. Para Santos (1981) “desde os tempos coloniais, foi-se acentuando certo antagonismo entre a vida urbana e a vida rural. Mesmo dentro da área do termo da cidade do Rio de Janeiro pode ser assinalada a diferença de costumes entre o habitante da cidade e o que mourejava no recôncavo.(...) No Rio de Janeiro, nota Oliveira Viana, a camada social mais elevada conservava-se arredia da cidade em suas chácaras afazendadas.”(pg.171)

Quanto ao deslocamento no Rio Colonial é preciso referir a tradição indígena de transporte por canoas<sup>17</sup> preferência que, segundo Oliveira Neto (1965), foi responsável pelos péssimos caminhos terrestres. Sua abertura dependia da iniciativa privada, o custo era elevado e, segundo cronistas, tais vias inundavam em época de chuvas.<sup>18</sup> Para o interior as trilhas dos índios, dos animais selvagens ou do gado bovino foram aproveitadas pelos conquistadores portugueses para a abertura dos chamados caminhos dos muleiros (Silva, 1934). Para Oliveira Neto (op.cit.) os eixos de expansão urbana foram delineados pelos caminhos que buscavam a zona agrícola: para o norte, os caminhos do Capueirussu e o de Matacavalos levavam aos engenhos dos jesuítas e, para o sul, o caminho da Carioca, que costeava o mar até chegar a Botafogo, era acesso para o Engenho D'El Rei, um dos primeiros instalados na cidade às margens da lagoa de Sacopenapã, depois Rodrigo de Freitas. Este foi inclusive o primeiro caminho e permitiu a ligação da Vila Velha com a cidade. Como vimos, fora da área *urbana* existiam chácaras e engenhos, e na região que englobava os atuais bairros do Flamengo até a Gávea o escoamento da produção se dava pelos rios Carioca e Berquó, navegáveis. O primeiro desaguarda na praia do Sapateiro, depois Flamengo, em local onde navios faziam aguada e o Berquó percorria o atual bairro de Botafogo<sup>19</sup> e lançava suas águas na praia, onde foi construído um embarcadouro. É preciso ressaltar que as principais vias terrestres destas localidades foram construídas posteriormente sobre o leito destes rios. Desta forma, ainda que os caminhos tenham desempenhado uma função importante para o acesso a determinadas localidades, mesmo nestes casos seu traçado baseou-se no sistema de transporte *por água*.

Sugerimos que os ancoradouros ou portos assumiram o papel de vetor de expansão ou de atração de uma localidade. Cabe distinguir, nesta questão, as

<sup>17</sup>Em 1646 surgiram as primeiras posturas sobre o frete marítimo e fluvial. A partir de 1630 foi iniciado o uso de liteiras, redes e serpentinas para pequenos percursos mas os veículos à roda só apareceram em meados do século seguinte.

<sup>18</sup>No início do século XVII, um caminho ligava o morro do Castelo ao de São Bento composto por duas ruas de grande importância no Rio Colonial - as ruas Misericórdia e Direita que se ligavam no Largo do Carmo.

<sup>19</sup>Sobre o leito do rio Berquó surgiu a rua de mesmo nome, depois General Polidoro.

zonas agrícola e urbana. Na época colonial o *hinterland* dedicava-se unicamente à produção agrícola ou de extração que era deslocada ao porto do Rio para ser exportada para Portugal. Neste sentido havia uma estreita relação entre o porto do Rio de Janeiro e seus arredores. Mas os pequenos ancoradouros dos arredores não desempenharam um papel de vetor de expansão urbana. Pensamos que caberia ainda estabelecer conexões entre os portos e a propriedade fundiária, o que vai recolocar a questão relativa à privatização de equipamentos públicos tratada em Fridman (1994b). Vejamos as sesmarias cedidas às *grandes* ordens religiosas:

No final do século XVI os beneditinos receberam a sesmaria de Manoel de Brito que chegava até o porto na Prainha, conhecido pelo nome de seu proprietário, Braz de Pina, posteriormente Cais dos Mineiros,<sup>20</sup> importante ponto de embarque e desembarque da cidade (Greenhalgh, 1947). Aos padres foi solicitada, no início do século XVII, a doação de parte das terras vizinhas ao porto sob a alegação de que pertenciam ao Senado da Câmara e, ao se negarem a fazê-lo, tiveram suas casas incendiadas pela população que apoiava a decisão do Conselho. Na Prainha os marinheiros instalavam suas barracas, faziam serviços de conservação de navios e na localidade conhecida por Chacrinha, até o início do século XVII considerada arrabalde da cidade, moravam os pescadores.<sup>21</sup> Em 1616 um acordo firmado através da intermediação do rei sugeriu ao Mosteiro que cedesse vinte braças ao longo da Prainha. Como tal medida não foi respeitada as casas, que já haviam sido reconstruídas, foram postas abaixo em 1628 por ordem da Câmara com o argumento de que atrapalhavam o embarque e desembarque da população (Fridman, 1994a).

Ainda na mesma sesmaria, em 1669 os beneditinos doaram ao Governo parte de sua propriedade para a construção de uma fábrica de fragatas.<sup>22</sup> A localidade havia sido aforada pelo Mosteiro à Junta do Commercio da Companhia Geral pela escritura de 1656 (Boiteux, 1908). Esta instituição, criada em 1654 em Portugal para monopolizar o comércio entre a Colônia e a Corte, construiu armazéns e casas de negócios com frente para a rua Direita.<sup>23</sup> Como a Junta fazia sistemáticas queixas ao Rei, o Mosteiro resolveu conceder os terrenos na Praia de São Bento à Sua Majestade para a construção da fábrica, hoje Arsenal da Marinha (Fonseca, 1957). Cabe assinalar ainda a existência de um cais, na base do Morro de São Bento, construído pelos monges e equipado com um guindaste que descarregava mercadorias no Mosteiro. A Ilha das Cobras ou da Madeira, em frente ao Mosteiro, também pertenceu à sesmaria dos beneditinos a partir de 1593.

<sup>20</sup> Braz de Pina era um contratador da armação de baleias. O cais corresponde hoje à Praça Mauá.

<sup>21</sup> Havia um braço de mar que entrava pela atual rua Visconde de Inhaúma.

<sup>22</sup> A fábrica fora ordenada pela Carta Régia de 2 de janeiro de 1666.

<sup>23</sup> A Junta ao acabar com a liberdade de comércio propiciou a subida dos preços dos gêneros alimentícios, o que ocasionou uma crise monetária que culminou com a circulação de moedas falsificadas e uma grave crise da economia colonial (Dunlop, 1964).

Os religiosos eram proprietários, desde 1667, dos Engenhos de Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena, que correspondiam a 10 km<sup>2</sup> na atual Barra da Tijuca e 2 km<sup>2</sup> em Jacarepaguá. Produziam basicamente açúcar, carne, um pouco de anil e material de construção como tijolos, telhas e madeira (Fridman et alii, 1995). Estes bens chegavam à cidade pelo mar ou por caminhos pelo interior que alcançavam o porto em Irajá. De Irajá seguiam em pequenas embarcações pela baía de Guanabara até o *centro*. O rio Irajá cuja nascente encontra-se em Campo Grande, era navegável em curto espaço. O rio Meriti, que nasce na serra do Bangu e se junta com os rios Pavuna e das Pedras, era navegável até seu porto. Por este rio eram escoados mantimentos e materiais de construção por pequenos barcos (Souza, 1881). Desde 1666 a chácara que ia da Água dos Marinheiros até a praia de Botafogo fazia parte de seus domínios que incluíam ainda uma sesmaria que partia junto ao rio Catete ate atingir o morro do Mundo Novo.<sup>24</sup> No termo da cidade os beneditinos receberam terras na Ilha Grande em frente à Angra dos Reis, a sesmaria de Maricá, perto de Niterói em direção aos Campos de Goitacazes e, a partir de 1615, a fazenda de Iguassu.<sup>25</sup> Receberam ainda enormes extensões de terras às margens do rio Saracuruna (Fridman, 1994a).

Os jesuítas ao chegarem na cidade receberam várias concessões entre as quais todas as terras desde o rio Catumbi até Inhaúma. Citamos a do "Iguaçu e suas águas" doada em 1567. O Rio Comprido, que era navegável, atravessava as propriedades do Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristovão e desaguava no Saco de São Diogo. Na praia Formosa havia a ponte de São Diogo, ou do Cortume ou dos Marinheiros, local que os navios ancorados na baía de Guanabara faziam aguada e onde quatro naus francesas desembarcaram em 1571 mas foram dispersadas por Salvador de Sá (Ferrez, 1972).<sup>26</sup> O pantanal de São Diogo<sup>27</sup> abrangia quase toda a área que vai do sul do morro da Providência até as encostas dos morros de Paula Matos e Santos Rodrigues e no sentido leste-oeste ia das proximidades da atual Praça XI até pouco além da Ponte dos Marinheiros.

Segundo Barreiros (1965a e 1965b) a Gamboa Grande, o braço do mar que penetrava através do Saco de São Diogo, era navegável por canoas e faluas e encontrava-se localizada entre o cais da Gamboa e o de São Cristovão, isto é, inserida na grande propriedade territorial jesuítica onde plantava-se cana de açúcar e produzia-se farinha de mandioca e cal. No Engenho Velho havia uma fábrica de açúcar e lá passavam os rios São Francisco Xavier e Maracanã, este último teve seu curso desviado para que suas águas banhassem suas fazendas. Os rios e seus afluentes Trapicheiro, Joana e Catumbi

<sup>24</sup> Que tomava as atuais ruas Paissandu, Senador Corre, Conde de Baependi e Praça José de Alencar.

<sup>25</sup> No atual município de Duque de Caxias.

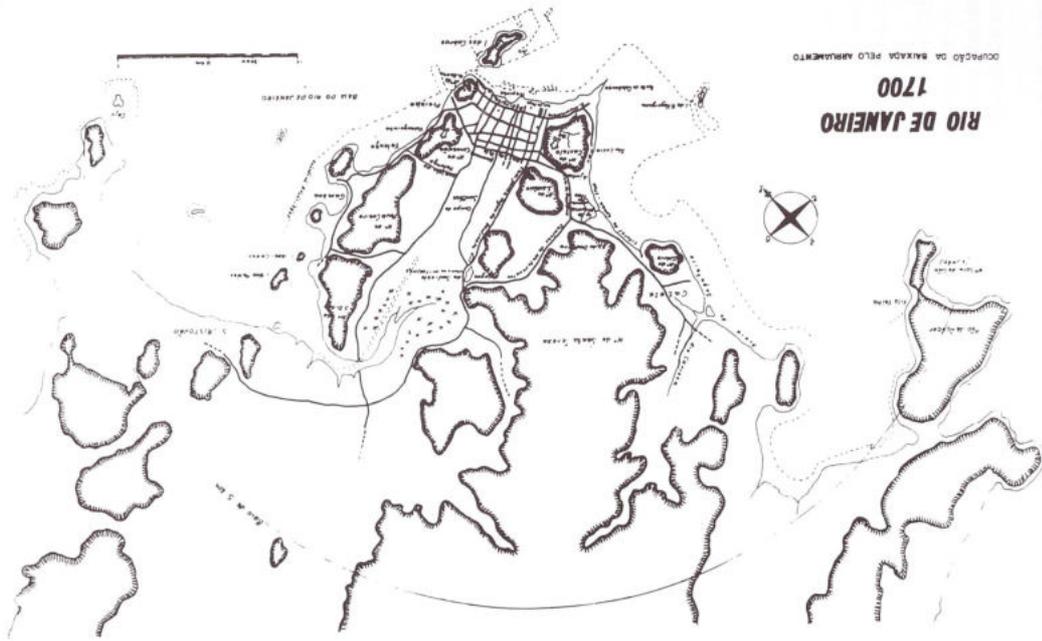
<sup>26</sup> Neste local situava-se a aldeia de Martim Afonso de Souza.

<sup>27</sup> Foi aterrado no século XVIII.

também desaguavam no Saco de São Diogo (Mello Moraes, s.d.). Os Padres da Companhia usavam o transporte marítimo nos deslocamentos em suas fazendas, e sobretudo entre o Colégio, no morro do Castelo, e suas terras. Pelo exposto podemos perceber que a região do mangal de São Diogo constituía-se em um importante porto pertencente aos jesuítas onde, em 1711, desembarcaram os franceses.



Outra sesmaria dos loyolistas foi a Fazenda de Santa Cruz, recebida como doação ainda no século XVI e que teve sua área acrescida posteriormente através da aquisição de outras datas de terras e da grilagem.<sup>28</sup> Nesta fazenda produziram farinha, anil, arroz, açúcar e carne além dos artefatos das oficinas (lanoaria, serraria, marcenaria, entre outras), bens que eram escoados pelo



<sup>28</sup> A sesmaria de Santa Cruz, que se estendia do mar em Sepetiba até o sertão da Paratiba do Sul, na serra do Mar, totalizava a área de 12 km em quadra.

rio Guandu e pelos canais do Itá<sup>29</sup> e de São Francisco (Lamego, 1964, Fridman et alii, op.cit), navegáveis até a Baía de Sepetiba, onde estava o porto. Havia uma comunicação por terra entre Santa Cruz e São Cristóvão<sup>30</sup> que passava por suas terras de Inhaúma, Irajá e Iguassú. Foi por esta estrada que os franceses, aportados em Guaratiba em 1710, chegaram à cidade. Cabe acrescentar que o Colégio dos padres recebeu a Ilha de Villegagnon.<sup>31</sup>

Para finalizar, os carmelitas possuíam um engenho em Irajá e terras próximas à aguada dos Marinheiros, entre as atuais ruas Senador Vergueiro e Marques de Abrantes (Fridman, 1994c). Em 1629 os religiosos do Carmo receberam doação de sesmaria em Guaratiba, onde organizaram a Fazenda da Pedra com engenho e criação de bois e de cavalos. Estas terras partiam do rio Guandu, dos jesuítas, até atingir Guaratiba e localizavam-se próximas ao Porto das Pedras.

### O Porto do Ouro. O Rio de Janeiro no século XVIII.

Nos setecentos o porto a serviço da produção açucareira tornou-se também do ouro. Na Baía de Guanabara, em frente à cidade, fundeavam navios de guerra para comboiar a frota que seguia anualmente para Portugal, dado o perigo representado pela presença de corsários. No início do século XVIII chegavam ao Rio de Janeiro mercadorias européias e, pelos navios ingleses e holandeses, do Oriente (Japão e Índia). Em termos de defesa havia o forte de São Sebastião, também conhecido como forte Vermelho ou dos jesuítas, que protegia a cidade e o ancoradouro, o de Santa Luzia ou de Santiago, o forte de Laje e três fortalezas Santa Cruz, São João e São Francisco Xavier de Villegagnon (Pondé, op.cit.). Pelo interior havia a proteção natural dos pântanos e mangues.

O ouro e as pedras preciosas das regiões auríferas vinham pelo Caminho dos Guaianases, trilha aberta pelos índios que passava pelas baías de Angra e Sepetiba, Parati, onde havia um porto, para atingir São Paulo, Santos,<sup>32</sup> Ubatuba e as Minas, seguindo o roteiro dos bandeirantes. Conhecido como Caminho Velho, era considerado perigoso por causa dos piratas.

<sup>29</sup> Rio artificial, de 10 km de extensão, aberto pelos exímios engenheiros jesuítas que foram aos Países Baixos aprender as técnicas de construção de diques. Outra obra monumental para a época foi o desvio do excesso de água, em época das chuvas, do rio Guandu para o rio Itaguaí cujas margens eram campos destinados à agricultura.

<sup>30</sup> Depois conhecido como caminho das Minas e Estrada de Santa Cruz.

<sup>31</sup> Com a expulsão dos franceses no século XVI a ilha de Villegagnon foi repassada para os padres jesuítas. Nesta ilha havia um ancoradouro protegido. No século seguinte, com a epidemia de varíola, o Senado a indicou como local de quarentena. O restante da ilha passou a ser arrendada pelos padres.

<sup>32</sup> Como Parati e Santos tornaram-se importantes portos de carregamento de ouro, a carta régia de 9 de maio de 1703 mandou fundar nestas cidades as casas de Registro de Ouro, alfândegas interiores, para examinar os passageiros, cobrar impostos e trocar ouro por moedas.

Dado o risco, Garcia Rodrigues Paes obteve autorização para abrir, em 1698, o Caminho Novo, ligação direta entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, concluído pelo Coronel Domingos Rodrigues em 1723.<sup>33</sup> Ambos receberam sesmarias e ao primeiro coube ainda cinco mil cruzados anuais (Silva, op.cit.).

Os carregamentos passaram então a ser despachados pelo porto fluvial de Estrela ou Pilar, que ficava a uma légua para dentro do rio Inhomirim e de lá eram transportados para a cidade. Era o porto mais utilizado da baía pelos muleiros vindos de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Sarhou, 1964). Na baía a navegação era feita por veleiros.<sup>34</sup> Havia a alternativa dos portos de Nóbrega, no rio Iguassu, e do Inhomirim, depois subindo o rio Morobahi (Silva, op.cit.). Com o fechamento do porto de Santos pela Carta Régia de 1711, cujo objetivo era o término do contrabando com as províncias do Prata através da Colônia do Sacramento, o Rio de Janeiro assumiu o papel de único porto do ouro e dos diamantes para a Metrópole e responsável pelo abastecimento de arroz, açúcar, aguardente, couro, feijão, farinha, milho, toucinho, peixe, sal, tecidos e escravos para a população das Minas. O porto do Rio de Janeiro mantinha também cabotagem com outras áreas da capitania e com o sul do país. Cabe lembrar que a atividade comercial exercia-se na praia Dom Manuel, no porto dos jesuítas, isto é, no porto do ouro.

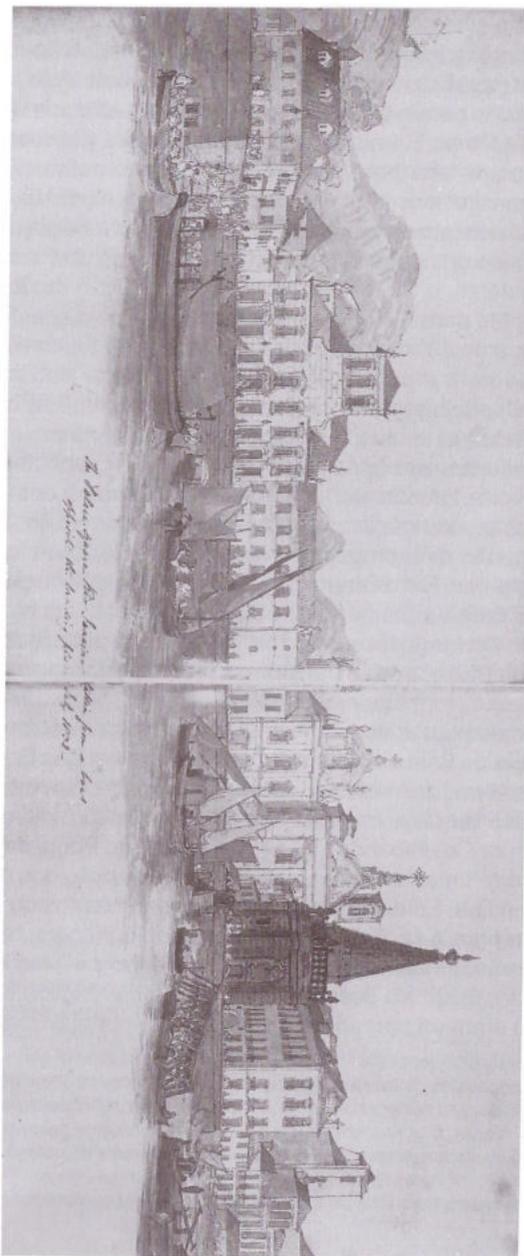
A região do norte fluminense, sobretudo nos Campos dos Goitacazes, dedicada à produção do açúcar, carne salgada, couro, queijo, aves, milho, feijão, porcos, algodão e madeira para construção, acredita-se que enviasse suas mercadorias para o Rio de Janeiro, a partir do século XVII, pelo rio Iguaçú ou pela foz do rio Paraíba (Lamego, 1945). E durante os setecentos através de *embarcações próprias* (Lisboa, apud Lamego) já que estaleiros instalaram-se em São João da Barra, que se transformou em importante porto. Recorde-mos que os maiores proprietários daquela localidade, além dos Sete Capitães, eram os beneditinos e os jesuítas. Devemos citar também alguns dos portos do outro lado da Baía de Guanabara, sobretudo em São Gonçalo, como o da Ponta da Pedreira, da Madama, do rio Marimbondo, Novo, da Boa Vista (embocadura do rio Imbuçu onde se fixaram os jesuítas no século XVII, na região conhecida por Columbandê), do Morro da Luz, da Ponta das Ostras, da Ponta da Itaoca, da Ponta de São Gabriel e toda a extensão dos mangues até a foz do rio Guaxindiba. Estes foram muito ativos em meados do século XVIII porque escoavam para a capital além dos produtos agrícolas, telhas, tijolos, areia, lenha e carvão, fundamentais para a construção *civil*<sup>35</sup> estimulada com a transferência da capital. No desembarcadouro do rio Macacu havia o Porto das Caixas, onde eram embarcadas caixas de até trinta quilos de açúcar.

<sup>33</sup> Há uma outra informação de que foi concluído por Bernardes Soares de Proença em 1725.

<sup>34</sup> Sarhou (op.cit.) assinala que os brigues, escunas, brigues-escunas, patachos, sumacas, bergatins, iates, barcas, galeras, rascas, faluchos, charruas e balandras recolhiam os passageiros e produtos vindos de fora, e as faluas, perus, botes, canoas e caiques davam conta do tráfego interno entre os portos.

<sup>35</sup> Na verdade os maiores construtores eram as ordens religiosas e irmandades.

Com tamanha atividade portuária e comercial da cidade, foi construído em 1702 o cais da Alfândega e proibida a entrada de navios estrangeiros no porto.



O governo português, que não confiava na proteção das naus inglesas, estabeleceu um imposto sobre a importação que foi revertido na reforma das fortificações. Apesar das medidas, em 1710 a esquadra do francês Duclerc, após tentativas em Copacabana, desembarcou em Guaratiba e a guarnição seguiu por terra até Jacarepaguá, São Cristovão e Catumbi na conquista da terra carioca. O comandante foi rendido no Trapiche da Cidade, preso e posteriormente assassinado. No ano seguinte nova esquadra francesa, do almirante Duguay Trouin, atravessou a Baía sem encontrar resistências. Parte da tropa desembarcou na Praia Formosa, como assinalamos anteriormente, e do Mosteiro de São Bento o chefe francês fez sua casa forte. A cidade foi exigido vultoso resgate<sup>36</sup> mesmo após o saque.

Guaratiba, localizada no termo da cidade e onde Duclerc desembarcou, constituía-se em uma das mais importantes passagens do ouro vindo das Minas pelo Caminho Velho (Peixoto, 1906) que, com sua costa desamparada, era muito visitada por piratas. É digna de nota a produção de amendoim, milho, arroz, feijão, trigo, café, cebola e abóbora além da criação de animais domésticos. Lá havia os ancoradouros da Pedra de Guaratiba, na Fazenda da Pedra dos carmelitas, da Praia Funda, do Capão e do Culmain. Os portos do Capão e de Guaratiba, assim como o de Sepetiba dos jesuítas, relacionavam-se com vilas das baías de Sepetiba e de Ilha Grande. No final do século XVIII, em 1779, havia vinte e três portos nas freguesias localizadas mais a oeste da cidade, sendo quatro em Guaratiba: Barra de Guaratiba, do grande proprietário local, Praia da Pedra, dos carmelitas, Praia de Sepetiba e Barra do rio Itaguahy, dos jesuítas. Neste último podiam ser carregadas quarenta caixas de açúcar (Santos, 1965). Cabe acrescentar ainda o atracadouro na Ilha do Ribeiro.

A região de Santa Cruz era ocupada pela Fazenda de Santa Cruz dos padres jesuítas que lá permaneceram até sua expulsão em 1759. A principal produção era a de carne bovina<sup>37</sup> seguida pelo açúcar, anil, mandioca, arroz, além de frutas e legumes. Na fazenda, como já vimos, havia rios navegáveis e canais onde canoas e iates navegavam até o litoral (Gama, 1875). Pelo porto de Sepetiba os jesuítas mandavam para o porto dos padres da Companhia, na praia Dom Manuel, 500 bois anuais, verduras e legumes para a manutenção do Colégio (Gerson, 1965). Este ancoradouro também servia aos demais engenhos da localidade como o Novo, de Fora, do Morgado, da Ilha, da Bica e da Pedra.

Na atual zona oeste da cidade observemos que na Baixada de Jacarepaguá os engenhos de açúcar dominavam a paisagem no século XVIII. Pelo porto de Sernambetiba eram escoados o açúcar, farinha, milho, arroz, carne seca e algodão, e recebidas manufaturas e vinhos. Neste porto foram construídos importantes depósitos de sal. Como assinalamos anteriormente, a produção

<sup>36</sup> Seiscentos mil cruzados em moeda, cem caixas de açúcar e duzentos bois (Coaracy, op.cit.).

<sup>37</sup> Havia na Fazenda vinte e dois currais e mais de treze mil cabeças da gado vaccum.



um túnel perfurado na rocha que atravessava o edifício do Mosteiro até a fralda do morro, "mas a sua entrada não era visível a olhos indiscretos porque se penetrava nela por uma bem construída casinhola que só se abria em casos determinados." (pg. 90) Tal contenda foi resolvida, em 1729, com uma carta régia, salomônica, favorável ao uso da ilha pelos religiosos e pelas autoridades.

No governo Gomes Freire (1733-1763) as construções extra-muro, proibidas até então, foram permitidas "prevalecendo no fim do século a idéia generalizada na Europa de Cidade Aberta, corrente nos tempos modernos" (Santos, 1965, p.55). Foi construído um chafariz que não só proporcionava comodidade à população como servia para o abastecimento dos navios. O Governo ergueu em 1762 na faixa entre o morro de São Bento e o cais da Prainha o Arsenal da Marinha, referido acima, cuja primeira atividade foi a de estaleiro<sup>40</sup> e na ponta do Calabouço ou do Trem, o Arsenal de Guerra. Pôs abaixo o Morro das Mangueiras,<sup>41</sup> a lagoa do Boqueirão sofreu um aterro e foram abertas as ruas do Passeio e das Belas Noites (hoje Marrecas). A partir da transferência da capital do Vice-Reinado de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, que significou o reconhecimento de sua importância econômica e política, a cidade ultrapassou a Rua da Vala.<sup>42</sup> Foram modificados a vida e o aspecto da cidade e presenciou-se o crescimento populacional e das construções no sentido norte e oeste facilitados não apenas pela melhoria dos caminhos para o interior, mas também pelos portos de Irajá e dos rios que desaguavam no fundo da baía como Magé, Piedade e Iguaçu (Cruls, 1965). Novas edificações foram erguidas na Prainha e a região passou a assumir sua *vocação* portuária. Estes equipamentos, que surgiram em decorrência do crescimento do porto comandado pela mineração, provocaram a expansão da cidade naquela direção.<sup>43</sup> Outros melhoramentos visavam equipar a cidade convenientemente como capital: a construção de chafarizes, do Aqueduto, a iluminação e calçamento das ruas, e finalmente a cobertura das ruas da Vala e do Cano. Em 1799 na Praça do Carmo ergueram-se com as pedras do Muro da cidade escadas e rampas para o desembarque de passageiros, obra influenciada pelo que fora executado em Lisboa após o terremoto.<sup>44</sup>

Os navios atracavam além da Ilha das Cobras e os passageiros, bagagens e mercadorias eram transportados em catraias e canoas até a rampa do cais. Para Silveira (op.cit.) estas foram as primeiras instalações acostáveis.

<sup>40</sup> O terreno do Mosteiro foi doado mas o Conde da Cunha, visando alargar a área do Arsenal, comprou em 1769 um armazém e o seu terreno na praia, situado abaixo do dormitório dos frades, por 1:175\$000, quantia exorbitante para a época (Joppert, op.cit. e Boiteux, op.cit.).

<sup>41</sup> O morro das Mangueiras era um prolongamento do morro de Santa Tereza.

<sup>42</sup> Entretanto a área urbanizada era pequena, restrita à faixa que ligava o Morro do Castelo ao de São Bento. Todo o restante era considerado arrabalde, pouco integrado ao tecido urbano.

<sup>43</sup> O Trapiche do Sal consistia de um corredor de armazéns com cais retangular. Nele eram depositados sal, pequenos volumes de açúcar e outros produtos vindo do recôncavo para consumo domiciliar. Próximos ficavam os armazéns que a Companhia do Porto utilizava para seus vinhos.

<sup>44</sup> O cais Pharoux, no Largo do Paço, teve sua obra finalizada no século XIX.



Foram surgindo ao longo das praias do Mercado, dos Mineiros, dos Peixes e de Dom Manuel, seguindo sobretudo pela Prainha até São Cristóvão, região de chácaras, inúmeros pontos de desembarque, trapiches e instalações de reparo naval. Nestas localidades construíram-se inúmeras baterias para a sua defesa. À Prainha e à Saúde chegavam o açúcar, madeira, couros, cal de marisco e gêneros alimentícios dos engenhos e das fazendas do recôncavo e os manufaturados vindos da Europa. A partir de 1769, os escravos passaram a desembarcar no cais Valongo para onde havia sido transferido o mercado. Lá instalaram-se armadores, o comércio atacadista e de escravos, os trapiches de sola e os pescadores, atividades que até então localizavam-se na marinha da cidade. Estes dados nos revelam uma tendência à especialização dos portos: o desembarque de passageiros e mercadorias nobres se concentravam nos atracadouros entre os morros do Castelo e de São Bento, ficando os ancoradouros do Valongo, Saúde e Gamboa recebendo os produtos trazidos pelas naus de maior porte ou aquelas do recôncavo.

Tais atividades proporcionaram também ao litoral entre a Prainha e a Praia Formosa uma ocupação de caráter urbano, ocorrida no final do século XVIII, que foi acompanhada pela abertura de ruas, dessecação dos brejos do Valongo e apoiada pela implementação de um sistema de transporte marítimo com os demais bairros. Estes serviços coexistiram com as chácaras que mantiveram-se até meados do século XIX quando os terrenos foram loteados (Cardoso et alii, 1987).<sup>45</sup>

Cabe acrescentar que no século XVIII para as chácaras e engenhos de Botafogo havia dois caminhos terrestres, o velho e o novo, correspondentes às atuais ruas Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes. Entretanto, como já assinalado, veleiros e botes a remo já eram bastante utilizados para a ligação, por mar, entre a praia de Botafogo e o Valongo.<sup>46</sup> Com respeito à ligação do porto do Rio de Janeiro com as Minas, no final do século existiam três caminhos: o primeiro, chamado de Estrada Geral, a antiga Estrada de Santa Cruz dos jesuítas que passava pelas freguesias de Inhaúma, Irajá, Jacutinga e atravessava os rios Meriti, Pavuna, Sarapuí e Taipu. Os outros dois partiam do porto da Estrela, subindo pelos vales dos rios Pilar e Inhomirim.<sup>47</sup> É importante salientar que para a cidade do Rio de Janeiro e seu *hinterland*, o transporte marítimo e fluvial da produção era realizado em embarcações próprias e o serviço público restringia-se ao deslocamento da população.

#### O porto do café. O Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

O ciclo de mineração que impulsionou a economia brasileira até o final do século XVIII decaiu com a exaustão das jazidas. Em consequência houve um estímulo às atividades agrícolas como a produção do açúcar e a cultura do

<sup>45</sup> Para Lamarão (1991) neste período ainda persistiam chácaras no Morro da Conceição, Prainha, Livramento, Saúde e Valongo e a área da Gamboa era escassamente ocupada.

<sup>46</sup> "No século XVIII por trinta réis fazia-se, em embarcação à vela ou a remo, a viagem desde o Valongo até São Cristóvão ou Botafogo." (Oliveira Neto, 1965, pg. 354).

<sup>47</sup> Parece que o porto de Pilar podia ser atingido por terra também através de Irajá, Meriti e transpondo os rios Sarapuí e Aguassu.



café, esta iniciada timidamente em 1760 no Rio de Janeiro. A primeira plantação de café na cidade localizou-se na atual Rua Evaristo da Veiga na cerca dos padres capuchinhos, passando posteriormente para os maciços da Tijuca, Pedra Branca e Mendanha, onde se deu o primeiro grande cafezal carioca. Destacariamos no governo do Marques de Lavradio (1769-1779) as plantações de café na Gávea, Botafogo, Tijuca,<sup>48</sup> Jacarepaguá,<sup>49</sup> Santa Cruz,<sup>50</sup> Guaratiba, Campo Grande<sup>51</sup> e Inhaúma.<sup>52</sup>

Nas terras da freguesia de Santa Cruz em 1799 já havia vinte mil pés de café e, entre 1800/1801, colheram-se 153 arrobas que eram escoadas pelo rio Itaguaí até chegar ao porto em Sepetiba. Ao longo do século XIX a rubiácea encontrou condições ideais na atual zona oeste e na Província (no vale do Paraíba), além da disponibilidade de mão de obra vinda das minas ou de terras até então dedicadas à cultura açucareira. Para Lobo (1978) neste contexto conformou-se uma burguesia mercantil que tornou o Rio de Janeiro o centro das atividades comerciais brasileiras articuladas à Revolução Industrial inglesa em uma nova estrutura de dependência engendrada pelo capitalismo. A cidade, até então escoadouro da produção agrária, se transformou em entreposto comercial de todo o sul e centro do país (Ferrez, 1972). O Rio de Janeiro mantinha-se distribuidor de escravos e de produtos manufaturados, fenômeno fundamental para a transformação da economia do Rio de Janeiro, agora urbana e profundamente atrelada ao porto.

A vinda da família real e de sua corte, em 1808, fez do Rio de Janeiro a nova sede do governo português, mudança que proporcionou benefícios econômicos para a expansão da cidade e imprimiu um novo rumo ao processo de emancipação política do Brasil. O rompimento do Pacto Colonial, marcado pela Abertura dos Portos às Nações Amigas e os tratados de comércio entre Portugal e a Inglaterra, significaram a integração do Brasil ao mercado mundial. Desta forma as atividades de importação e exportação cresceram no país sobretudo no Rio de Janeiro. Outras medidas foram promulgadas como os Alvarás relativos à liberdade de estabelecimento de fábricas, agora incentivadas pela isenção de tarifas aduaneiras para as matérias primas e de impostos de exportação para os manufaturados nacionais. A tabela 1 a seguir é ilustrativa do processo de *concentração comercial* exercida pelo porto carioca.

<sup>48</sup> O holandês João Hoppman possuía plantação no sítio de Mataporcos (hoje o lado ímpar da rua Haddock Lobo até o morro do Barro Vermelho) e posteriormente na província, no Vale do Paraíba.

<sup>49</sup> Na fazenda da Serra havia vinte mil pés de café.

<sup>50</sup> Os antigos engenhos de Itaguaí e de Piaí.

<sup>51</sup> Fazenda do Mendanha, fundada por Luiz Vieira de Mendanha, depois de propriedade do Padre Antônio do Couto da Fonseca.

<sup>52</sup> A Fazenda do Capão, em Inhaúma, que pertencia ao Bispo José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, produziu, em 1792, 160 arrobas de café.

**TABELA 1:** Exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro para Portugal (em arrobas)

ano	exportação RJ	produção Brasil	reexportação
1796	8.455	14.684	Veneza, Hamburgo
1800	41.131	51.668	Hamburgo, Itália
1806	70.481	74.125	Itália, Holanda, França e Hamburgo
1812	126.173	134.493	Itália
1818	45.949	56.128	Itália, Holanda
1819	33.305	37.732	Itália

fonte: Oliveira (1984)

Ainda que reconheçamos a produção do café da Província, a exportação pelo porto do Rio dependia também das plantações estabelecidas no litoral norte e no nordeste de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Zona da Mata em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Pará e Goiás. O autor afirma que para o Rio a cultura do café "devia estar atomizada, distribuída em pequenos parques, que não ultrapassariam dez mil arbustos" (Oliveira, op.cit., pg.243). Visando facilitar o transporte foi construída a Estrada da Polícia<sup>53</sup> para ligar Minas ao Rio de Janeiro, ligação que havia sido proibida por sete atos régios, entre 1725 e 1758, como medida de defesa do porto do ouro. Com o mesmo objetivo a navegação marítima costeira cresceu e destacamos o porto de Angra dos Reis como aquele que recebia o produto das fazendas de seu *entorno* como também de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, além da navegação pela Baía. O porto do Rio de Janeiro já não dependia apenas da produção *local*, porque sua atividade fundamental tornou-se a comercial e não apenas a de escoamento da agricultura dos arredores. Neste sentido, a cidade se adequou às condições impostas pelo capitalismo, isto é, *se urbanizou*. E o porto se industrializou e *se concentrou*. Uma última observação quanto à tabela apresentada refere-se à reexportação por Portugal para cidades e países da Europa (sic).

Outra questão que pretendemos apresentar refere-se à *especialização* dos portos, fenômeno relacionado ao surgimento das relações capitalistas, apontado anteriormente. O caso refere-se sobretudo àqueles receptores das mercadorias, antes do rompimento do Pacto Colonial. A tabela 2 a seguir revela dados nesta direção.

<sup>53</sup> Pelo Intendente-geral de Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana.



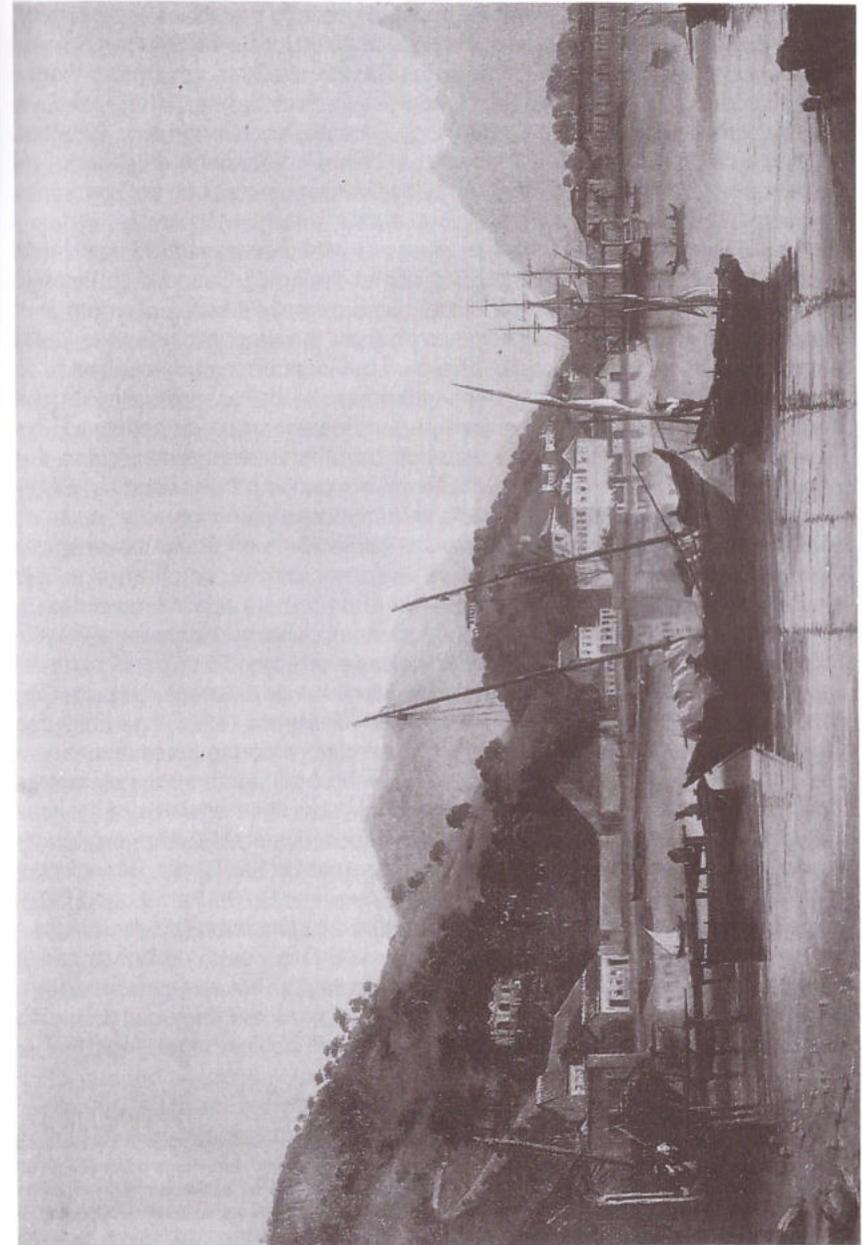
dades rurais ou mesmo adquirirem terrenos nos arredores da cidade e se dedicarem à cafeicultura, “que se ia tornando a coqueluche da época” (Oliveira, op.cit., pg.241), incentivados pelo aumento do mercado consumidor com a chegada da Corte. Entre 1796 e 1802 saíram do Brasil para Portugal 23.901 arrobas de café e, em 1804, 39.741 arrobas sendo 36.358 embarcadas para Lisboa, 2.044 para o Porto e o restante para os portos de Tomo Vieira, Figueira, Angola e Rio Grande, o que confirma, em primeiro lugar, um enorme incremento da produção cafeeira apresentada na tabela 1 e, em segundo, uma mudança na tendência do Porto com maior importador de café mostrada pela tabela 2.

No século XIX o Rio de Janeiro cidade se *espalha* mais rapidamente ao transpor definitivamente os limites do núcleo urbano colonial. A população carioca que era de 43.376 habitantes em 1799 praticamente dobra em 1819 ao atingir 90.000 pessoas.<sup>61</sup> As fazendas em Botafogo, Flamengo, Glória, Catete, Laranjeiras e Cosme Velho sofreram parcelamentos e foram ocupadas por casas e chácaras. O litoral do Caju à praia de Botafogo adensou-se e a Cidade Nova<sup>62</sup> conquistada após a ida do príncipe para São Cristóvão e o decreto de isenção da dízima para a região (Santos, 1965). As enseadas da Prainha, Valongo, Alferes e Gamboa, com uma atividade portuária intensa, sofreram novos aterros e Companhias de Navegação lá instalaram-se para o transporte de passageiros e de carga. Cabe uma observação aqui no intuito de salientar o surgimento deste serviço, agora prestado por empresas. Alguns proprietários de pequenas unidades de produção possuíam transporte próprio (navios, canoas) para escoar a sua produção para a cidade e até mesmo para fora do país, como é o caso do francês José Francisco Deremusson que funda o Curtume do Francês (1821), no Saco do Alferes em São Cristóvão, provido de cais.

Foi promulgado um decreto em 1809 relativo ao aforamento de terrenos da praia da Gamboa e do Saco dos Alferes para instalação de armazéns e trapiches de trigo e couro. Os antigos proprietários locais receberam o usufruto dos terrenos já que a orla foi aterrada para a construção de um novo cais. Multiplicaram-se os embarcadouros e os grandes armazéns de exportação do

<sup>61</sup> Uma das primeiras ordens baixadas por D. João VI, visando resolver o problema de moradia para a corte foi a proibição de se possuir mais de uma casa, armazém ou loja sob pena de ser entregue aos portugueses, o famoso PR apelidado pelo povo como “Ponha-se na rua”. Luccock (1975), inglês que visitou o Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, relatou que o comércio varejista estava instalado na rua da Quitanda e o atacadista na mesma rua perto do mar. Algumas casas de campo localizadas em São Cristóvão eram acessíveis apenas pelo mar e no Engenho Velho havia canoas e chalupas à espera de frete vagando pelos rios. Para além dos limites citados acima havia poucas casas.

<sup>62</sup> Na Cidade Nova não havia água, da mesma forma que no Valongo, Gamboa e Saco do Alferes. A população se abastecia no chafariz da Praça do Carmo ou em São Cristóvão e transportavam a água em canoas. Para solucionar esta questão D. João VI determinou que a água do rio Comprido fosse conduzida através de calhas a um chafariz provisório de madeira na Campo de Santana (Silva, 1965).



café entre a Prainha e a Gamboa que, na primeira década do século XIX, tornaram-se altamente lucrativos. Na década de 30 inúmeros trapiches já operavam no local ou próximos, como o dos Bastos, do Cleto, da Ordem (considerado o melhor armazém), da Pedra de Sal, da Prainha, do Colhete, da Saúde, da Gamboa, da Ilha das Enxadas, do Damião, do Valongo e do Calafate, na ponta do Caju, todos privados com exceção do Trapiche da Cidade. Na Gamboa, próximo ao morro da Saúde, localizava-se o trapiche do Ferreirinha que possuía duzentos escravos.

Verificamos que o aumento da produção de café provocou uma dinamização do litoral até o Saco de Alferes. Em 1832 as praias da Saúde e do Valongo foram aterradas e, em 1835, a Prainha, o que permitiu a instalação de manufaturas como estaleiros, fundições, serralherias, ferrarias, oficinas de trabalho em metal, de velas de sebo, de velas para navio, marcenarias e serrarias da Prainha à Gamboa. Havia na Prainha tabernas, barbeiros, armazéns de madeira, de carne e de café, e um cais para o desembarque de pessoas.<sup>63</sup> Na segunda metade do século os morros do Livramento, tradicional reduto dos capoeiras, e da Conceição e Saúde foram ocupados por residências. Surgiram também as indústrias que contavam com seus próprios cais, entre as quais apontamos o Moinho Fluminense, na Saúde e a Fábrica Nacional de Vidro de São Roque, na Gamboa. Nas ilhas Ambrosio ou dos Ferros, e Caju ou Cajueiros havia fábricas de cal.

Este local, até então de moradia de pessoas pobres, valorizou-se. A valorização ocorreu também quando a localidade se tornou um porto especial para embarque e desembarque de mercadorias e de passageiros para São Cristovão, Inhaúma e Irajá. Segundo o Padre Perereca (1981) nas Ilhas das Moças, do Cortume e dos Cães viviam comerciantes portugueses endinheirados. Muitos comerciantes moravam na Prainha onde também instalaram-se os fazendeiros de café (segunda residência) ou seus agentes. As casas comissárias localizavam-se nas ruas São Pedro, General Câmara e Alfândega. As casas dos ensacadores encontravam-se nas de São Bento, Beneditinos, Municipal, Visconde de Inhaúma e Saúde (Gerson, 1970). Para Lobo (1978) “esse quadro geral de artesanato, manufatura e indústria no Rio de Janeiro e circunvizinhanças apresenta os traços típicos de um centro urbano, inserido numa zona de produção escravista e de plantação, em que prevaleciam a falta de estímulo à atividade fabril, a escassez, a predominância da fabricação de artigos de luxo, a precariedade da técnica e do equipamento.”(pg.114)<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Em 1834 a força foi desarmada.

<sup>64</sup> Segundo o viajante J.Friedrich von Weech (apud Lobo, op.cit.) o melhor negócio era investir no açúcar ou no café apesar da primeira opção exigir mais investimento (alto custo dos animais de carga e de montagem do engenho e alambique) e o preço da café ter subido em relação ao do açúcar entre 1828 e 1873. Havia outras alternativas como a criação de vacas leiteiras, manufatura de cal, sabão, óleo vegetal e processamento de produtos tropicais como café, açúcar, cachaça, farinha de mandioca, beneficiamento do arroz, anil, fibras vegetais e fabricação de tecidos rústicos de algodão, que ocupavam o segundo plano.

Devido ao aumento das atividades portuárias e comerciais da cidade foi baixado um regulamento, em 1831, que delimitava três ancoradouros no litoral. A lei determinava que os de Villegagnon, Boa Viagem e Gragoatá fossem destinados à melhoria das embarcações, os das Ilhas das Cobras e das Enxadas para a descarga de mercadorias e, para as embarcações à espera de carga, aqueles existentes entre o Trapiche do Sal e o Valongo. Os passageiros, chegados à cidade por transatlânticos ancorados na ilha de Villegagnon, eram transportados em botes para o Cais dos Mineiros ou o Cais Pharoux.<sup>65</sup> As mercadorias, encaminhadas aos trapiches da Saúde e da Gamboa. Cabe assinalar que neste mesmo ano foi extinto o depósito de escravos no Valongo. Parece-nos importante dizer que tal regulamento veio a normatizar uma *divisão espacial portuária* que já existia.

Em direção ao fundo da Baía citamos os portos de Inhaúma e Maria Angu<sup>66</sup> no recôncavo. O porto de Iguazu, existente no rio do mesmo nome, tornou-se referência fundamental para o escoamento da rubiácea das fazendas do interior até o vale do Paraíba. Neste porto também eram embarcados farinha, milho, arroz, carne seca e algodão. Como vimos anteriormente Iguazu consistia, até o início da exportação cafeeira, um ponto no caminho entre a cidade do Rio e o porto de Pilar ou Estrela, situado a 3 léguas acima da foz do rio (Luccock, op.cit.). “Nesta época a vila da Estrela era o principal empório de comércio com Minas Gerais, parte de São Paulo, Goiás e Mato Grosso: pois aí é que se estabeleceu a comunicação dessa província com o Município Neutro” (Silva, op.cit., pg.99). Na segunda metade do século tornou-se a mais opulenta das vilas com um sistema de transportes marítimo/fluvial e ferroviário que chegava até Gramacho. O porto do Iguazu “a mais de dez léguas do seu vazadouro e até ali era navegável por embarcações de certo porte. A cultura do café, no século XIX, deu-lhe grande prestígio” (Cruls, 1965. pg. 131). O porto Velho de Piedade, ou de Iguazu, era escoadouro da produção das fazendas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais desembarcada na praia de Braz de Pina ou Cais dos Mineiros. Devemos nos referir ainda o rio Macacu, navegável por 34 km, onde circulavam embarcações até o porto das Caixas. De lá eram embarcadas as caixas de açúcar e o café produzidos na região de Cantagalo. Para Coaracy (1964) os portos Estrela, Magé, Mauá, Porto das Caixas representavam as portas do interior.

As vilas comerciais anexas aos portos fluviais que faziam a ligação entre as regiões produtoras e o porto da cidade do Rio, experimentaram em um curto período o apogeu e a decadência. Inúmeras navegações a vela ou a vapor estabeleciam relações flúvio-marítimas entre a cidade e o recôncavo como também intensificou-se o movimento pelas estradas. Atingiram o auge

<sup>65</sup> O cais tinha esse nome em homenagem ao francês Louis Adolphe Pharoux que lá possuía um hotel.

<sup>66</sup> Neste havia a ponte da Fazenda Grande onde, em outubro, desembarcavam os romeiros da Igreja de Nossa Senhora da Penha.

de suas funções com o ciclo do café, porém com a implantação do sistema ferroviário, a abolição da escravidão e a exaustão das terras da baixada, entraram em declínio.

Iremos nos deter na questão dos transportes *públicos*: A partir da segunda década do século XIX o transporte de passageiros foi estimulado com o surgimento da navegação a vapor, cuja primeira tentativa foi fracassada. A Sociedade Navegação de Niterói, autorizada a funcionar por decreto de 1834, partia da praia Dom Manuel, então o principal mercado para legumes e aves, para a Praia Grande em Niterói. Para os portos da Estrela<sup>67</sup> e das Caixas (Villa Nova) foram inaugurados serviços diários em 1840 pela Companhia de Navegação Niterói e Inhomirim. Estabeleceram-se carreiras regulares, a partir de 1843 e 1844, ligando o Saco do Alferes a Botafogo que passavam pelo Cais Pharoux e atracavam no cais construído na altura da atual rua São Clemente (Renault, 1978). Havia também a ligação de São Cristóvão ao Caju. Outras linhas partiam da Prainha para São Cristóvão com parada no Valongo. Cabe dizer que ainda nas primeiras décadas do século XIX foram implantados serviços regulares mensais para Bahia, Santos, Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba e Mambucaba. As linhas de navegação foram abandonadas com a construção das vias férreas<sup>68</sup> da Raiz da Serra e Cantagalo e aquelas para Botafogo sofreram a concorrência da linha de bondes para o Jardim Botânico.

Devem ser apontados ainda os portos secundários de cabotagem de comércio com o sul como Guaratiba, Sepetiba, Itaguaí e Mangaratiba. Mangaratiba foi importante porto do café e, segundo Silva (op.cit.), para lá convergia um quarto da produção fluminense e parte do café paulista e mineiro. Pela ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e estas vilas, finalizada em 1855, passavam 1.500.000 arrobas de café além de gêneros alimentícios, materiais de construção, combustíveis (lenha, carvão), ferro e peles vindos do sul do país. Após a proibição do tráfico negreiro, surgiram pontos de desembarque clandestino de escravos como Macaé, Cabo Frio, Mangaratiba, Angra dos Reis e Marambaia.

### Conclusões.

Para finalizar vamos recuperar as questões que foram delineadas no trabalho. Pudemos perceber que no Rio de Janeiro colonial a localização dos portos era estratégica do ponto de vista da segurança e, neste sentido, protegidos pelo sítio natural ou por fortes. Além disto os ancoradouros eram de propriedade privada, o que denota uma profunda relação entre os portos, a produção da terra e os grandes proprietários, muitos dos quais constituídos pelas ordens religiosas. Os donos das terras eram os donos das águas. Quanto

<sup>67</sup> Os passageiros desembarcavam nos ancoradouros, *privados*, de Francisco Alves Machado Martinho e de Joviano Varela.

<sup>68</sup> O primeiro decreto ferroviário, de 1835, previa a construção de uma estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais e Rio Grande.

à especialização dos portos não encontramos indicadores até o século XIX; todos os produtos desembarcavam nos mesmos cais. Entretanto o envio para Portugal era exclusivo e, neste sentido, sobressai no Rio Colonial o significado assumido pelo porto dos Padres da Companhia no escoamento do ouro, por exemplo. Percebemos, também, uma mudança profunda a partir da articulação comercial com o capitalismo inglês, através do café, quando os armazéns, estaleiros e portos tornaram-se atividades lucrativas e um ímã para a urbanização. Nosso trabalho sugeriu também a especialização pelo porto receptor europeu.

Quanto o significado dos portos como vetores de expansão urbana apontamos que na colonização fluminense os portos escoavam produtos agrícolas ou extrativos de uma região, ou do *hinterland*, para serem enviados para a metrópole. Neste sentido os portos das fazendas, isto é, os portos *locais* não assumiram o papel de indutores de transformação, o que foi distinto do papel desempenhado pelos portos localizados dentro da cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX implementaram-se as vias férreas e os bondes que ocasionaram a decadência destes portos locais, isto é, aqueles localizados no recôncavo da Baía e na área rural, hoje zona oeste. A cidade aquática se torna terrestre ainda que o significado de indústria flutuante em que se transformaram os portos seja digno de referência. Finalmente, discutimos o caráter de equipamento público que passaram a apresentar concomitante às mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil e na então capital nacional.

### Agradecimentos.

Este texto contou com o apoio das bolsistas Isabela Penna Firme Pedrosa e Priscila Barreto Sampaio e da pesquisadora Maria José Coelho da Silva, a quem agradecemos a colaboração.

### Bibliografia.

- Abreu, Maurício de Almeida (org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*, Coleção Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1992.
- Albuquerque, Cylene Chaves (coord.) *IHGB 150 anos*, Rio de Janeiro, Studio HMF, 1990.
- Araújo, José Pizarro de Sousa Azevedo *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 10 vols., 1951.
- Associação dos Geógrafos Brasileiros *Aspectos da geografia carioca*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1962.
- Azevedo, Aroldo Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva, *Boletim* nº 208, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1956.
- Azevedo, M. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira, 1969.
- Barreiros, Eduardo Canabrava *Variação física da orla marítima*, in *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, 1965.

- *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro - ensaio - 1565-1965*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.
- Boiteux, Lucas A. Marinha de Guerra do Brasil, in *Revista Marítima Brasileira*, abr-jun 1908.
- Brasil *Portos e navegação do Brasil*, Rio de Janeiro, s.n.t., 1940.
- Bernardes, Lysia e Soares, Maria Therezinha Segadas *Rio de Janeiro: cidade e região*, Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.
- Cardoso, Elizabeth Dezouart et alii *História dos bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo*, Rio de Janeiro, João Fortes Engenharia/Editora Index, 1987.
- Carvalho, Carlos Delgado de *História da cidade do Rio de Janeiro*, Coleção Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1994.
- Castro, Ana Viveiros de e Cezar, Paulo Bastos *A Praça Mauá na memória do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro/São Paulo, João Fortes Engenharia/Editora Ex Libris, 1989.
- Coaracy, Vivaldo O Rio de Janeiro no século XVI, in *Aconteceu* 11 (125): 20-25, abr.1964.
- O Rio de Janeiro no século XVIII, in *Aconteceu* (130):19-47, set. 1964.
- *Paquetá imagens de ontem e hoje*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, Coleção Rio 4 séculos, vol.4, 1965.
- *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1988.
- Correa, Magalhães O sertão carioca, in *RIHGB* (167), 1936.
- Costa, Dídio I. A. História marítima do Rio de Janeiro, in *Revista Marítima*, jul-set. 1943.
- Cruls, Gastão *Aparência do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965.
- Dunlop, C.J. Vereanças da Câmara no século XVII, in *Aconteceu* (127):44-50, jun.1964.
- Eulálio, Alexandre Convivência no Rio de Janeiro. Século 1: 1565-1665, in *Aconteceu* 11 (125): 30-33, abr.1964.
- Fazenda, Vieira Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro in *RIHGB* (140) 1921, (142) 1940, (143) 1924, (147) 1927, (149) 1943.
- Ferrez, Gilberto Um panorama do Rio de Janeiro em 1775, in *Separata da RIHGB* (233) 1956.
- João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713, in *RIHGB* (242) 1959.
- O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro, in *Separata da RIHGB* (268) 1965, (278) 1968.
- *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto 1555-1800*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- *Pioneiros da cultura do café na era da Independência*, Biblioteca do Sesquicentenário, Rio de Janeiro, IHGB, 1972.
- *C Paço da cidade*, Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- Freire, Felisbello *O Rio de Janeiro, história da cidade do Rio de Janeiro de 1564 a 1700*, Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1914.
- Fleiss, Max *História da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*, São Paulo, Melhoramentos, 1928.
- Fonseca, Augusto Machado *Subsídios para a história marítima do Brasil*, vol. XVI, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1957.

- Fridman Fania A propriedade santa: o patrimônio territorial da Ordem de São Bento na cidade do Rio de Janeiro, texto apresentado no II Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, UFBa/ANPUR, 1992, in *Revista Brasileira de Geografia*, nº 55 e 56, 1994 (a) (no prelo).
- *Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro Colonial*, texto apresentado no Seminário Cidade e Imaginação promovido pelo PROURB/UFRJ, Rio de Janeiro, novembro de 1994 (b) (Anais do Seminário no prelo).
- *Os donos do Rio em nome do Rei*, trabalho apresentado no III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Universidade de São Carlos/ANPUR, 1994 (c).
- Fridman, F. Macedo, V. L., Ferreira, M. S. e Braz, E. G. *Rio de Janeiro Imperial: propriedade fundiária e produção do espaço nas freguesias rurais*. Trabalho apresentado no Seminário Reflexões sobre as artes e as ciências no período da monarquia no Brasil: 1808 a 1889, Fórum de Ciência e Cultura, dezembro 1995.
- Gama, José Saldanha História da Imperial Fazenda de Santa Cruz, in *RIHGB* (38) 1875.
- Gerson, Brasil *História das ruas do Rio*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965.
- *O ouro, o café e o Rio*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1970.
- Goulart Reis Filho, Nestor *Evolução urbana do Brasil (1500/1720)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- Governo do Estado do Rio de Janeiro *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos/SEAF, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.
- Greenhalgh, Juvenal Terrenos em que se estabeleceu o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, in *Revista Marítima*, jan-jun 1947.
- Holanda, Sergio Buarque de *Raízes do Brasil*, Coleção Documentos Brasileiros, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936.
- Joppert, Maurício A engenharia hidráulica no Estado da Guanabara, in *Quatro séculos de cultura*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1965.
- Lamego, A. R. *O homem e o brejo*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1945.
- *O homem e a Guanabara*, Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1964.
- Lamarão, Sergio Tadeu de Niemeyer *Dos trapiches ao porto*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- Leivas, Luís Cláudio Pereira e Scavarda, Levy *História da intendência da marinha*, Diretoria de Intendência da Marinha, Ministério da Marinha, 1972.
- Leivas, Luis Cláudio Pereira Terrenos de marinha e terrenos da Marinha: do patrimônio nacional às origens do patrimônio naval, in *Revista Marítima*, out-dez 1977.
- Levy, Maria Bárbara *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*, Coleção Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, EDUFRJ, 1994.
- Lisboa, Balthazar da Silva *Annaes do Rio de Janeiro*, 8 vols., Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1967.
- Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer *Historia do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- Luccock, John *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1975.

Martins Filho, E. Vias e meios de comunicação, in *RIHGB* (288), jul/set 1970.

Marx, Murillo *Cidade no Brasil, terra de quem?*, São Paulo, Edusp/Nobel, 1991.

Melgaço, Barão de Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, in *RIHGB* (47), 1884.

Mello Junior, Donato *Rio de Janeiro Planos, plantas e aparências*, Rio de Janeiro, Edição Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio/João Fortes Engenharia, 1988.

Mello Moraes Filho *Quadros e crônicas*, Rio de Janeiro e Paris, H. Garnier, s.d.

Oliveira, José Teixeira *História do café no Brasil e no mundo*, Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora Ltda., 1984.

Oliveira Neto, Nestor A evolução dos transportes, in *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, 1965.

Peixoto, Eduardo M. Apontamentos sobre a freguesia de Guaratiba, in *RIHGB* (47 parte II) 1906.

— São Diogo, in *Renascença*, ano IV, nº 39, 1907.

Pereira da Silva, A.G. A capela de São Christovão, in *Renascença*, ano IV, nº 42, 1907.

Pondé, Francisco de Paula e Azevedo *A defesa militar do porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1967.

Renault, Delso *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1978.

Ribeiro, Saboya Evolução da cidade do Rio de Janeiro, in *Quatro séculos de cultura*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1965.

O RIO de Janeiro em 1872 visto pelo Pastor F.L. Langstedt, in *RIHGB* (299) 1973.

*O RIO de Janeiro uma cidade no tempo*, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, Diagraphic Projetos Gráficos e Editoriais Ltda, 1992.

Santos, Luiz Gonçalves dos (Pe. Perereca) *Memória para servir à história do Reino do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981

Santos, Noronha *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 2 vol., 1934.

— *Freguesias do Rio Antigo*, Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965.

— *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora Ltda, 1981.

Santos, Paulo Quatro séculos de arquitetura na cidade do Rio de Janeiro, in *Quatro séculos de cultura*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1965.

— Formação de cidades no Brasil Colonial, in *Anais do V Colóquio Internacional de Estudos luso-brasileiros*, Coimbra, 1968.

Sarthou, Carlos *Passado e presente da baía de Guanabara 1565-1965*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1964.

Seidler, Carl *Dez anos no Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1980.

Silva, Moacir *Kilometro zero, rodovias cariocas, irradiação rodoviária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, s.n.t., 1934.

Silva, Rosauero Mariano A luta pela água, in *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, 1965.

Silveira, Icarahy da Orla marítima e evolução da área portuária, in *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, 1965.

Soares, Maria Therezinha de Segadaes Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVII, jul/set 1965, nº3.

Souza, Augusto Fausto A Bahia do Rio de Janeiro, sua história e descrição de suas riquezas, in *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil* 64:5-155, 1881, parte 2.

Teixeira Filho, A. Curiosas cartas da Baía de Guanabara, in *Revista Marítima*, abr/jun 1966 e abr/jun 1967.

Vianna, Hélio *Baixada de Jacarepaguá: sertão e zona sul*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

### 3 ECONOMIA INTERNACIONAL

#### UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS DE PATENTES DO SÉCULO XIX E A LEI 9.279, DE 14.05.1996.

Luiz Cláudio Ribeiro\*

Na segunda metade do século XIX ocorreu uma alteração da base técnica brasileira que permitiu que empresários, inventores e intelectuais ligados à produção tecnológica se integrassem ao "bloco histórico", alterando as formas tradicionais de relacionamento com o núcleo do Estado<sup>1</sup>. Isso resultou num aprofundamento da chamada "vocaçao agrícola"<sup>2</sup> e na elaboração da produção agro-industrial sob padrões capitalistas.

Ao inventor-empresário<sup>3</sup>, agente das inovações tecnológicas do período, coube produzir máquinas de beneficiamento para os produtos agrícolas - em especial as de preparo do café - destinados à exportação, cada vez mais necessárias quando o país aumentava continuamente sua produção para exportação e para o consumo interno.

Desde a Carta Régia de 28 de abril de 1809 o Estado brasileiro estimulava a entrada de artefatos visando promover as atividades produtivas através de uma política de isenção de impostos de importação de matérias-primas e máquinas e da criação dos prêmios com dinheiro de loterias para financiar "indústrias". Ao mesmo tempo, o Alvará de 1809 continha dispositivos para tentar atrair para o Brasil as máquinas em uso nos países europeus.<sup>4</sup>

\* Mestre em História Econômica (FFLCH/USP), Professor do Depto História/UFES e da FAESA II (Vitória/ES). Contato: Tel/Fax (027) 225-1920.

<sup>1</sup> Cf. HONORATO, César. *O polvo e o porto*. SP, Hucitec, (no prelo).

<sup>2</sup> CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro. [por] Elizabeth von der Weid [e outros]. RJ, 1977.

<sup>3</sup> Cf. RIBEIRO, Luiz Cláudio. *Ofício Criador: invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil (1870-1910)*. SP, FFLCH/USP (dissertação de mestrado), 1995. (mimeo).

<sup>4</sup> Alvará de 28 de abril de 1809 destinava fundo de sessenta mil cruzados da Loteria Nacional do Estado para as "manufaturas e artes", além de conceder 14 anos de privilégio industrial para as novas invenções de máquinas. Cf. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. RJ: Imprensa Nacional, 1891. Para aprofundar essa questão, consultar: BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da indústria no Brasil*. Niterói: F&S Studio, 1993.

Com a Independência, maior prioridade às inovações foi dada através da lei de 1830, com o que o Brasil se tornou o quinto país a aprovar uma lei específica para as patentes industriais<sup>5</sup>. Tal legislação dava garantias ao inventor brasileiro, expressando também a aceitação do princípio do direito internacional de patentes e premiando o introdutor de máquina estrangeira no Brasil.

Essa lei reservava a introdução da máquina no Brasil ao próprio autor estrangeiro. Contudo, ela não assegurava no país os mesmos direitos de inventor ou patenteador que reservava aos detentores de patentes de origem nacional; apenas confirmava a patente estrangeira facultando ao seu detentor trazer a invenção para o Brasil.

A peculiaridade da legislação brasileira de 1830 estava na intenção de incentivar o patenteador estrangeiro a popularizar sua inovação no país, de tal forma que ao ser introduzida ela pudesse ser logo assimilada pela "indústria" nativa. Por outro lado, a mesma lei dificultava a concorrência estrangeira ao tornar patenteável apenas invenções aqui produzidas ou, quando estrangeiras, registradas no Brasil em primeira mão.

Dentro dessa política de atração e divulgação de "indústria útil", o Estado também apoiou um plano da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>6</sup> (SAIN) para exibir ao público equipamentos importados para que fossem copiados e desenvolvidos no Brasil. Isso aconteceu num momento em que os "machinismos" exibidos e seus componentes eram em geral de madeira e metal e podiam facilmente ser reproduzidos nas "oficinas" brasileiras.<sup>7</sup>

Entretanto, a popularização da máquina a vapor e o avanço da mecânica e da siderurgia no século XIX propiciaram uma maior complexidade à organização industrial fazendo com que também o Brasil passasse por adaptações legais ao contexto tecnológico internacional. Para isso, as exposições universais funcionaram como uma vitrina da modernidade industrial e cultural que o Brasil procurava acompanhar.

No século XIX, a palavra "indústria" era entendida como o conjunto das atividades inventivas, fabris, agrícolas e comerciais do Brasil, com prioridade para agricultura.<sup>8</sup>

No último quartel do dezenove, o incremento a essas "indústrias" era também discutido num contexto que contemplava a extinção da escravidão, a imigração e a importância de um "salto tecnológico", em instituições e entida-

<sup>5</sup> A esse respeito consultar: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Op. cit., e CRUZ, Hêlio N. da e TAVARES, M.A.R. "As patentes brasileiras de 1830 a 1891". *Estudos Econômicos*. São Paulo, 16 (2): 205-225, maio/agosto, 1986. p. 211.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre a SAIN e seus desdobramentos, consultar: CARONE, E. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. RJ, Cátedra, 1978. e *CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO*. Op. cit.

<sup>7</sup> Cf. SILVA, J. L. Werneck da. *A SAIN (1827-1904) na formação social brasileira*. Isto é o que me parece. Rio de Janeiro: ICHP/UFF (dissertação de mestrado), 1977. 2 v. (mimeo).

<sup>8</sup> *CENTRO INDUSTRIAL...* Op. cit. p. 12.

des técnico-científicas como a SAIN, a Escola Polytechnica (1874) e o Clube de Engenharia (1880).<sup>9</sup>

Na década de 1880 observa-se um crescimento da oferta de máquinas de beneficiamento de café e uma tendência maior à especialização das empresas brasileiras ou estrangeiras fabricantes de máquinas agrícolas que aqui se instalavam.<sup>10</sup>

Com a aprovação da lei de patentes em 14 de outubro de 1882, os inventores nacionais e estrangeiros receberam garantias que não apareciam na lei anterior. Ela ocorreu num momento em que a ampliação da produção dos países capitalistas<sup>11</sup> ensejou um aumento da produção dos principais produtos de exportação brasileiros - em especial o café, demonstrando a necessidade de uma lei de patenteamento atualizada àqueles tempos que desse conta daquele momento de maior complexidade das técnicas e das relações político-econômicas internacionais. Ela resultou da participação do Brasil na Convenção Universal de Paris, instalada em 1880 com a finalidade de discutir e formular uma legislação internacional de proteção à propriedade industrial.<sup>12</sup>

Já no primeiro artigo estavam as garantias do inventor:

*Art. 1 A lei garante pela concessão de uma patente ao autor de qualquer invenção ou descoberta a sua propriedade e uso exclusivo.*<sup>13</sup>

O mesmo artigo também definiu "invenção", considerando:

- 1º - invenção de novos produtos industriais,*
- 2º - invenção de novos meios ou a aplicação nova de meios conhecidos para se obter um producto ou resultado industrial,*
- 3º - o melhoramento de invenção já privilegiada, se tornar mais fácil o fabrico do producto ou uso do invento privilegiado ou se lhe augmentar a utilidade.*<sup>14</sup>

A lei de 1882 manteve o reconhecimento da reciprocidade das patentes estrangeiras da lei de 1830, porém ampliava as garantias dos patenteadores, permitindo-lhes o direito de propriedade sobre suas patentes já depositadas no exterior.

<sup>9</sup> Cf. LOBO, Eulália et all. *Questão habitacional e o movimento operário*. RJ, Ed. UFRJ, 1989. pp.27-28. A respeito da história do Clube de Engenharia, desde sua fundação, ver: HONORATO, C. (coord.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. RJ, Clube de Engenharia/Odebrecht, 1996.

<sup>10</sup> Esse assunto é tratado em RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Op. cit.

<sup>11</sup> A respeito, consultar: KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa no século XIX*. Lisboa: Ed. 70, 1987.

<sup>12</sup> Cf. CRUZ, H.N. da e TAVARES, M.A.R. Op. cit.

<sup>13</sup> Lei 3.129, de 14 de outubro de 1882.

<sup>14</sup> Idem. Ibidem.

Essas garantias demonstram, por si mesmo, ter havido no Brasil uma relativa alteração da base tecnológica e do estágio concorrencial, uma vez que até o período de desenvolvimento industrial e tecnológico sob a lei anterior, não existia uma defasagem dos equipamentos industriais que não permitisse que as inovações mais requeridas fossem logo aperfeiçoadas pelos inventores brasileiros, a exemplo do que ocorreu a partir das primeiras máquinas importadas da Europa para serem copiadas e adaptadas ao trato do café.<sup>15</sup>

Porém, a partir da década de 1870 a ampliação do mercado exportador atraiu o interesse dos fabricantes e inventores estrangeiros que passaram a se instalar no Brasil e procuraram meios de patentear suas invenções como forma de sobreviver ao meio concorrencial.<sup>16</sup>

Assim, a expansão em grande escala da lavoura cafeeira ampliou as oportunidades de negócios para a produção de equipamentos da indústria agrícola. A demanda por máquinas de beneficiamento para as safras cada vez maiores de café e outros produtos agrícolas foi atendida com uma "mudança técnica" e com um incremento do setor industrial de máquinas agrícolas brasileiro. Esse desenvolvimento tecnológico do setor industrial dava-se graças aos inventores e fabricantes brasileiros e estrangeiros que se instalavam nas regiões produtoras e nos centros de comercialização de café, principalmente.<sup>17</sup>

Para os requerimentos de invenções com patentes estrangeiras a nova lei reservava um período de até sete meses de prioridade para que o inventor estrangeiro requeresse os direitos também no Brasil.<sup>18</sup>

Aqui, a patente estrangeira valia tanto quanto o prazo na nação de origem até o máximo de 15 anos, extinguindo-se ao fim desse prazo ou quando fizessem os direitos da patente de origem.<sup>19</sup>

Sob as garantias da legislação de 1882 a produção de máquinas agrícolas no país ampliou-se, de forma que a lavoura cafeeira exportadora - em expansão contínua - fosse acompanhada das inovações que necessitava. Nas cidades também foram sendo montados os engenhos-centrais de beneficiamento de café mecanizados, que absorveram tarefas das fazendas, liberando mais a mão-de-obra para atuar apenas na lavoura, e contribuíram para especializar ainda mais a agricultura.

Porém, não houve uma substancial mudança dos métodos agrícolas e da forma de exploração da mão-de-obra. Ao contrário, a máquina surgia como única solução tecnicamente viável e politicamente aceitável para incrementar os negócios agrícolas, principalmente os da cafeicultura, enquanto desocupava mão-de-obra para uso na lavoura.

<sup>15</sup> Essa situação é discutida em RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Op. cit

<sup>16</sup> Idem. Ibidem.

<sup>17</sup> Idem. Ibidem.

<sup>18</sup> Lei 3.129, de 14 de outubro de 1882.

<sup>19</sup> Idem. Ibidem.

Entre a lei de patentes de 1882 e a lei que está para entrar em vigor, foram aprovadas outros dois códigos de propriedade industrial no Brasil, sendo a Lei 7.903 de 27 de agosto de 1945, e a Lei 5.772, de 21 de dezembro de 1971.

Sinalizando o momento histórico em que foi criada, a lei 9.279, de 14 de maio de 1996 denota intenção na continuidade do país com o desenvolvimento econômico e tecnológico que o mundo tem experimentado nas últimas décadas. Seu Art. 2º destaca que a propriedade industrial tem relação com o "interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País". Tal referência ao "social" não estava presente de forma tão explícita nos textos anteriores.

Da mesma forma que as leis antecessoras, a lei 9.279 reafirma a reciprocidade internacional do direito de patentes, desde que a invenção atenda aos "requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial". Entretanto, como os códigos de propriedade industrial brasileiros são "datados" pela evolução científica e tecnológica - o que é bem salutar, essa lei não considera invenção

*descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos (...), programas de computador em si (...), apresentação de informações (...) [e] o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germosplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.*<sup>20</sup>

Quanto às leis de patentes tratem dos seres vivos, o primeiro antecedente surgiu na legislação de 1945 que, apesar de voltada para o desenvolvimento industrial mais descolado do conceito de "indústria" da lei anterior, em seu Art. 3º, estendia ainda a proteção ao domínio de "indústrias agrícolas e extrativas", concedendo privilégio a "variedades novas de plantas"<sup>21</sup>. Porém, mais à frente, o mesmo texto (art. 29) afirmava que tal questão "...dependerá de regulamentação especial".

Outro ponto digno de destaque na nova legislação de patentes é a definição de "novo" passível de ser patenteado. Na lei de 1830, o "novo" - e isso não surpreende - não aparecia tão explícito. Sua caracterização se dava por contraste com o que conhecido, na medida em que a lei fazia cessar a patente já concedida quando era provado

<sup>20</sup> Lei 9.279, de 14.05.1996. Essa lei entrará em vigor um ano após sua publicação, exceto aos artigos 230, 231, 232 e 239.

<sup>21</sup> Lei 7.903, de 27.08.1945. Art. 3º, item a.

*...ao que se diz inventor, ou descobridor, que a invenção, ou descoberta, acha-se impressa, e descripta tal qual elle a apresentou, como sua.*<sup>22</sup>

Na lei de 1882, a questão receberia outro tratamento com a explicitação do que era entendido como "novo" e patenteável:

*entendem-se por novos os productos, meios, applicações e melhoramentos industriaes que até ao pedido da patente não tiverem sido, dentro ou fóra do Império, empregados ou usados, nem se acharem descriptos ou publicados de modo que possam ser empregados.*<sup>23</sup>

Omissa em 1945, a definição de "invenção" naquela conjuntura ganharia maior clareza em 1971, momento em que o conhecimento científico puro estava mais diferenciado do conhecimento aplicado. A lei 5.772, deste ano, demonstrou pela primeira vez que "uma invenção é considerada nova quando não compreendida pelo estado da técnica". Esse mesmo texto encontra-se repetido na lei de 1996.

O texto de 1971 - sendo seguido pelo de 1996 - também define que:

*o estado da técnica é constituído por tudo que foi tornado acessível ao público, seja por uma descrição escrita ou oral, seja por uso ou qualquer outro meio, inclusive conteúdo de patentes no Brasil e no estrangeiro, antes do depósito do pedido de patente...*<sup>24</sup>

Nesse caso, a legislação atual aponta para a situação de especialização existente no campo da produção de conhecimento técnico-científico profissional existente em nossos dias, tal como ocorria nas leis anteriores desde o século XIX. Aliás, como pleiteara a SAIN a partir de década de 1860 quando começou a tecer críticas a Lei de 1830 que não lhe permitia uma intervenção explícita nos exames prévios das patentes requeridas.

Dessa forma, em seu artigo 13, a lei de 1996 sustenta que

*a invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.*<sup>25</sup>

<sup>22</sup> Lei de Patentes de 1830. Esta Lei não recebeu numeração.

<sup>23</sup> Lei 3.129, de 14 de outubro de 1882.

<sup>24</sup> Lei 5.772, de 21.12.1971.

<sup>25</sup> Lei 9.279, de 14.05.1996.

Portanto, os legisladores brasileiros entenderam que "estado da técnica" é o estado em que se encontra o conhecimento de qualquer natureza, desde que tenha sido divulgado de qualquer forma no mundo, a critério de pessoa especializada. Isso pressupõe - e destaca - um entendimento do caráter progressivo da difusão da ciência incorporado à "indústria" já presente no Brasil no início do século XIX. Esse mesmo entendimento volta à tona nas leis mais recentes, quando a tecnologia já está "naturalmente" incorporada aos assuntos estratégicos do Estado.

Tal compreensão nos revela que a política de patenteamento vem sendo utilizada pelo Estado como estratégia da promoção da "indústria útil" desde 1830, mostrando que se pretendia, a esse nível, instalar uma base estrutura produtiva diversificada, diferenciada dos padrões vigentes na maior parte do período colonial, que permitisse fortalecer a economia brasileira, sobretudo nos arredores da corte do Rio de Janeiro. Por isso, a lei de 1830 reservava um prêmio ao introdutor de "indústria" estrangeira.<sup>26</sup>

Na lei seguinte - de 1882, preparada num ambiente de transformação das relações de produção<sup>27</sup>, em que o "bloco histórico" se ampliava e aprofundava-se a "vocalização agrícola" do país - era vedado o patenteamento das invenções "...que não offerecerem resultado práctico industrial"<sup>28</sup>, numa alusão ao momento propício ao patenteamento de invenções que incrementassem a implantação da divisão social do trabalho na economia brasileira.

Na conjuntura seguinte, refletindo já uma concepção intermediária entre o antigo sentido de 'indústria' do princípio do século XIX e o sentido do termo em nossos dias, a lei de patentes de 1945 permitiu uma continuidade do favorecimento às invenções destinadas ao meio agrícola ao mesmo tempo em que ocupava-se da indústria de bens de capital e de consumo intermediários e duráveis.

Nesse ponto, ela não alterou substancialmente a lei de 1882; também considerou patenteável a invenção "...suscetível de utilização industrial"<sup>29</sup> num momento em que se iniciava no Brasil a instalação das indústrias de base e de bens de consumo, sem, no entanto, deixar de contemplar a mesma proteção "...ao domínio das indústrias agrícolas e extrativas."<sup>30</sup>

<sup>26</sup> A esse respeito, consultar: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Op. cit.

<sup>27</sup> Segundo SANDRONI, o conceito marxista das relações de produção designa "...o conjunto das relações econômicas que se estabelecem entre os homens, independentemente de sua consciência e de sua vontade, no processo de produção e reprodução de sua vida social. No capitalismo, a relação de produção fundamental é a que ocorre entre capitalistas (compradores da força de trabalho) e proletários (vendedores da força de trabalho. A base das relações de produção está nas relações de propriedade sobre os meios de produção. O caráter das relações de produção depende de quem sejam os proprietários dos meios de produção e de como se realizam a união desses meios com os produtores diretos." SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. SP: Best Seller, 1994.

<sup>28</sup> Lei 3.129, de 14 de outubro de 1882.

<sup>29</sup> Lei 7.903, de 28.08.1945.

<sup>30</sup> Idem. Ibidem.

Porém, deve-se atentar para o caráter proibitivo da lei de 1945, à garantia de patentes não diretamente relacionadas com a indústria de transformação. Uma pesquisa mais aprofundada talvez encontre nessa negativa uma tentativa de favorecimento ao desenvolvimento das indústrias química, farmacêutica e metalúrgica nacionais através da cópia das inovações estrangeiras, tal como fora experimentado com as máquinas agrícolas na vigência da lei de 1830 até sua substituição pela lei de 1882.

Comparativamente, a lei de 1882 mostrava-se mais **liberal** que sua antecessora na medida em que "facultava" patenteamento de "... invenção de novos meios ou aplicação nova de meios conhecidos para se obter um producto ou resultado industrial [e de] productos alimentares, chimicos ou pharmaceuticos..." ao resultado de um exame prévio e secreto a critério do governo. Tal orientação foi também **liberal** em relação à lei do final do Primeiro Governo Vargas que **vetava** patenteamento

*às invenções que tiverem por objeto substâncias ou produtos alimentícios e medicamentos de qualquer gênero; (...) as invenções que tiverem por objeto matérias ou substâncias obtidas por meios ou processos químicos; (...) as concepções puramente teóricas; (...) a justaposição de órgãos conhecidos, a simples mudança de forma, proporções, dimensões ou de materiais, salvo se daí resultar, no conjunto, um efeito técnico imprevisto, (...) as ligas metálicas e misturas com qualidade intrínsecas específicas, perfeitamente caracterizável pela sua composição.*<sup>31</sup>

Tal posicionamento foi aprofundado após vinte e seis anos, na lei de 1971, editado sob inspiração também nacional-desenvolvimentista, agora sob ótica militar. Essa legislação parece apostar no desenvolvimento dos vários ramos estratégicos da ciência e da tecnologia, relacionados com o setor petroquímico, siderúrgico, biogenético, químico-farmacêutico e da física nuclear mantendo livre no país o uso dessas descobertas científicas feitas no exterior. Esse Código da Propriedade Industrial de 1971, que **fecha** ainda mais o reconhecimento de patentes não diretamente relacionadas a bens de capital de última invenção, em seu art. 9º **nega** patenteamento para

*...b) as substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos, ressaltando-se, porém, a privilegiabilidade dos respectivos processos de obtenção ou modificação; c) as substâncias, matérias, misturas ou produtos alimen-*

<sup>31</sup> Idem. Ibidem,

*tícios, químico-farmacêuticos e medicamentos, de qualquer espécie, bem como os respectivos processos de obtenção ou modificação; d) as misturas e ligas metálicas em geral, ressaltando-se, porém, as que, não compreendidas na alínea anterior, apresentarem qualidades intrínsecas específicas, precisamente caracterizadas pela sua composição qualitativa, definida quantitativamente, ou por tratamento especial a que tenham sido submetidas; (...) f) os usos ou empregos relacionados com descobertas, inclusive de variedades ou espécies de microorganismo, para fim determinado; g) as técnicas operatórias ou cirúrgicas ou de terapêuta, não incluídos os dispositivos, aparelhos ou máquinas; (...) i) as concepções puramente teóricas; j) as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e seus respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico.*<sup>32</sup>

Em relação ao mesmo assunto, a legislação de 1996 nega patenteamento (art. 10), por **não** considerar como

*invenção ou modelo de utilidade (...), o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.*<sup>33</sup>

Mais adiante, no artigo 18, ela também enquadra como não patenteáveis

*(...) II - as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico e III - o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novi-*

<sup>32</sup> Lei 5.772, de 21.12.1971.

<sup>33</sup> Lei 9.279, de 14.05.1996.

*dade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.*<sup>34</sup>

Em seguida, o texto da lei não descuida em esclarecer que os

*...microorganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.*<sup>35</sup>

Portanto, a lei de 1996, a par do desenvolvimento das pesquisas levadas a cabo pela engenharia genética e pela biotecnologia em nível internacional, vem garantir o direito de propriedade aos cientistas e empresas criadores de novos organismos desenvolvidos por manipulação genética com fins industriais.

Serão eles uma realidade a ser alcançada a longo prazo? oferecerão algum perigo à existência humana e à natureza, no sentido de substituí-los e superá-los? Quem sabe! De qualquer forma, tal pré-disposição em garantir seu patenteamento não escapa ao perfil "avant-garde" do Estado brasileiro quanto às inovações industriais verificadas nas legislações anteriores.<sup>36</sup>

Como já foi demonstrado acima, desde a lei de 1882 o Estado brasileiro reconhece a reciprocidade de patentes registradas em outros países signatários da Convenção de Paris e com os quais o Brasil mantém tratado de convenção específica. Quanto a isso, a lei atual não apresentou alteração, na medida em que estabelece prioridade aos pedidos de patentes depositados em países que mantem acordo com o Brasil ou em organizações internacionais, dentro dos prazos estabelecidos na Lei.

E para manter os acordos de reconhecimento das patentes desenvolvidas também nas áreas da biotecnologia e química farmacêutica, a lei de 1996 criou uma barreira à cópia praticada na indústria nacional, estabelecendo no Art. 42 o direito da ação jurídica do detentor da patente para impedir terceiros de utilizar industrial ou comercialmente seu objeto de patente sem consentimento explícito.<sup>37</sup>

Entretanto, a legislação preservou ao interesse científico o direito de utilizar-se do "estado da técnica" para avançar em tecnologia e desenvolvimento de novas patentes. De acordo com o art. 43 faculta o uso das patentes desde que sem caráter comercial e praticado com finalidade experimental relaciona-

<sup>34</sup> Idem. Ibidem.

<sup>35</sup> Idem. Ibidem.

<sup>36</sup> A respeito, consultar RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Op. cit.

<sup>37</sup> Lei 9.279, de 14.05.1996.

do a pesquisas científicas ou tecnológicas. No caso dos medicamentos, a lei admite para casos individuais, que profissionais habilitados preparem produto patenteado com base em prescrição médica. No âmbito da biotecnologia, desde que sem fins econômicos, a lei permite a utilização do produto patenteado como "...fonte inicial de variação ou propagação para obter outros produtos".<sup>38</sup>

Assim, a lei de 1996 reconhece de pronto a aplicação da ciência em processos produtivos, ou seja, a correlação entre o progresso industrial, a tecnologia e os assuntos da propriedade industrial.

### **MERCADO MUNDIAL, HISTÓRIA UNIVERSAL E REVOLUÇÃO: OS NEXOS MARXIANOS ENTRE A MUNDIALIZAÇÃO DOS MERCADOS E O DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA GLOBAL SOB A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO.**

*Muniz Ferreira\**

*"As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem."*

Karl Marx. *Manifesto do Partido Comunista* (1848).

### **ESPECTROS DE MARX NUM MUNDO GLOBALIZADO**

Vivemos em um tempo de formosas promessas. Espectadores que somos do colapso dos sistemas totalitários, do desanuviamento termo-nuclear e do advento de uma pretensa nova ordem mundial, contemplamos agora a gestação de um *admirável mundo novo* cujos contornos emanam do *mercado global*. Já que teríamos tido nossas mentes deformadas por décadas de concepções *nacionalistas, estatistas* e, sobretudo, *protecionistas*, estaríamos no momento sendo reeducados na cultura da *interdependência, do interesse privado e do livre comércio*. Acostumados a focar a cena mundial pelas lentes do conflito e da rivalidade entre os estados temos sido instruídos de que, contemporaneamente, as manobras diplomáticas estão sendo substituídas pelos acordos comerciais, os exércitos pelas empresas e os combates pela concorrência pacífica entre as mercadorias.

<sup>38</sup> Idem. Ibidem.

\* Professor da Universidade Federal da Bahia.

Uma autêntica revolução teria sacudido de alto a baixo o cenário mundial, impondo um rumo novo, portanto, às relações internacionais. Não estaríamos mais na época dos enfoques estratégicos e dos jogos de poder político entre as nações. "O comércio", como sentenciou Cobden, "é a grande panacéia que, como um descobrimento benéfico, servirá para inocular o gosto agradável e sadio da civilização a todas as nações do mundo". "O gosto agradável e sadio da civilização". Concretamente, o comércio internacional é um manancial de virtudes. Uma de suas mais importantes e significativas realizações seria a propagação da consciência acerca da inutilidade da guerra e a certeza da superioridade da paz. Como dizia Andrew Ure:

Convencidas enfim de que a guerra é um jogo no qual sempre se perde, as nações estão convertendo suas espadas e seus mosquetes em instalações fabris e se opõe umas as outras em uma disputa que não é sangrenta mas sim formidável, a disputa comercial. Já não são enviadas tropas para combater em campos distantes, senão fábricas para superar a seus antigos inimigos na posseção de mercados estrangeiros.

Poucas passagens poderiam nos trazer uma imagem tão familiar dos processos atuais de dismantelamento dos arsenais estratégicos e da conversão dos complexos militares em indústrias civis. Mas há um elemento anacrônico nesse discurso: a alusão à "espadas" e "mosquetes"!

Afinal de que época estamos tratando? É quando nos vem a recordação de que Cobden e Ure foram homens do século XIX! Isso pode significar que as expectativas atualmente alimentadas talvez não sejam tão recentes assim. Que as representações de um mundo integrado pela economia, pacificado pelo mercado e enriquecido pelo comércio contam já com uma história mais do que centenária. Enfim, que a perspectiva da constituição de um mundo sem fronteiras, gerador de oportunidades ilimitadas de satisfação e progresso aproxima-se bem mais de antigas aspirações cosmopolitas do que de um reflexo efetivo dos mais recentes sucessos da realidade econômica internacional. Uma breve recensão das concepções elaboradas desde um século e meio atrás, acerca dos desdobramentos previsíveis do sistema de comércio internacional nos revela uma curiosa correlação. Quase toda a intelectualidade progressista daquela época (e no bojo de tal intelectualidade é possível situar, tanto a corrente liberal, quanto a socialista), tomava como ponto de partida pressuposições análogas acerca das conseqüências do processo de formação do mercado mundial capitalista. Nesse sentido é interessante recuperar as formulações de um autor que, situado nas antípodas do liberalismo e do livre-cambismo, empreendeu uma reflexão singular sobre o fenômeno da mundialização dos mercados internacionais de então, ou, se preferirmos, da *globalização*: Karl Marx.

### **Weltmarkt, Weltgeschichte e os Desvios Marxianos Segundo Kostas Papaioannou.**

A compreensão marxiana acerca da dinâmica do funcionamento do comércio internacional de seu tempo, bem como dos desdobramentos deste no âmbito da política mundial foi pioneiramente tematizado pelo ensaísta e escritor grego-francês, Kostas Papaioannou. Em um ensaio bastante erudito publicado no ano de 1967, sob o título *Marx y la política internacional*, aquele autor se esforçou no sentido de remover o véu do desconhecimento que até então cobria (e com efeito ainda hoje cobre) uma parcela considerável da produção intelectual do pensador alemão referente aos temas internacionais. Movido pela intenção de diferenciar Marx do marxismo, e seu legado teórico das contrafações dogmáticas do chamado "marxismo-leninismo", Papaioannou procedia à uma interpretação singular da obra do pensador alemão, na qual se destacavam as seguintes postulações;

a) Marx teria apreciado de forma extremamente favorável o processo de formação do mercado mundial (*Weltmarkt*), identificando-o ao ingresso da humanidade na era da história universal (*Weltgeschichte*). Mais do que isso, o teórico revolucionário alemão haveria caracterizado aquele sucesso histórico como uma das mais importantes realizações da burguesia enquanto classe, em sua fase ascendente, ou como afirmava no referido texto,

*Um dos principais títulos de glória da burguesia é precisamente haver 'criado a história verdadeiramente universal fazendo com que cada nação civilizada dependesse do mundo inteiro e aniquilando a antiga exclusividade natural das diversas nações'.* (Papaioannou, 1991: 397).

Essa interdependência universal propiciaria, na leitura de Papaioannou, a socialização dos bens mais avançados produzidos pela cultura humana e permitiria o aparecimento de "seres universais", resultado da superação das limitações locais e nacionais. Tal constatação teria ainda proporcionado um argumento fundamental para a cristalização da crítica que Marx, a partir de uma posição histórico-materialista, dirigiria à dialética idealista de G.W.F. Hegel,

*'com a extensão da atividade ao plano da história universal' os indivíduos tem sido submetidos a uma potência cada vez mais massiva que não é 'nenhum ardil do weltgeist', mas que em última instância revela ser o mercado mundial* (Papaioannou, 1991: 399).

Outra relevante atribuição do mercado, apontada por Papaioannou no pensamento de Marx, teria sido a emancipação da sociedade civil em relação ao Estado. Tratar-se-ia, possivelmente, da recuperação, por parte do demiurgo

da filosofia da práxis, da elaboração desenvolvida por Hegel, na qual o mercado era concebido como o epicentro da sociedade civil.

A partir da menção ao reconhecimento por Marx dos progressos históricos produzidos pelo advento do mercado mundial, Papaioannou situa o autor do *Manifesto Comunista* no âmago da intelectualidade cosmopolita do século XIX, que via no desenvolvimento da grande indústria e a extensão do comércio internacional o prenúncio do ingresso da humanidade em uma era de paz e progresso entre os povos,

*Na obra de Marx, existe toda uma concepção da história na qual a mística sansimoniana das estradas de ferro como agentes da confraternização universal, o anticolonialismo dos "radicais" ingleses, a crença manchesteriana nas virtudes pacificadoras do comércio e, last but not least, a fé revolucionária no internacionalismo proletário se aliam para dar uma imagem completamente irreal das tendências mais profundas que se apresentavam na Europa dos nacionalismos nascentes e das guerras européias, coloniais e logo mundiais. (Papaioannou, 1991: 400).*

Interessado em desmitificar as lendas sobre a superioridade, o ineditismo e o distanciamento intelectual de Marx frente a seus contemporâneos, tantas vezes reiteradas pela hagiografia "marxista-leninista", Papaioannou acaba por assimilar as reflexões marxianas sobre o assunto ao pensamento claramente apologético dos liberais, cosmopolitas utopistas e livre-cambistas dos séculos XVIII e XIX. Desta forma Constantin Pecquer é apontado como o "principal inspirador do jovem Marx" e sua pretensa fé na indústria e no comércio como substitutos das guerras e rivalidades internacionais leva o marxólogo helênico a perfilar Marx ao lado de nomes como os de Friedrich List, Chateaubriand, J.B. Say e Auguste Comte. Chama também atenção na citação antes reproduzida o lugar subalterno que ocuparia na percepção marxiana ("last but not least") sua "fé revolucionária no internacionalismo proletário".

b) Em seu entusiasmo pelas virtudes pacificadoras, emancipatórias e universalizantes da grande indústria e do mercado mundial Marx haveria somado seu discurso aquele das correntes etnocêntricas predominantes no seio da intelectualidade européia de então. Tal circunstância teria levado esse teorizador da solidariedade internacional dos trabalhadores à justificação do colonialismo europeu. O substrato teórico de tal posicionamento por sua vez, Papaioannou vai buscar na persistência no pensamento de Marx da concepção hegeliana acerca da superioridade cultural do Ocidente em relação ao Oriente,

*Com efeito, tanto para Marx quanto para Hegel o curso da história se desenvolve a partir do Oriente na direção do Ocidente (...) a era da história*

*'verdadeiramente universal profetizada na ideologia alemã, a koiné realmente ecumênica anunciada no Manifesto, não designa em absoluto nenhum Panteão sincretista mas significa plenamente a soberania total e definitiva da modernidade ocidental sobre a Terra inteira. (Papaioannou, 1991: 418).*

O Oriente, com suas tradições despóticas, seus sistemas sociais comunitários, suas estruturas de castas, seu pensamento marcado por referências míticas e religiosas e sua economia agrária dominada por supostas "sobrevivências de tipo feudal"(sic), teriam sido objeto de uma apreciação altamente crítica por parte do fundador do materialismo histórico,

Marx desconheceu os estremecimentos românticos diante da sabedoria oriental. No hinduísmo somente reconheceu um 'culto bestial da natureza cuja degradação se manifesta em que o homem, soberano da natureza, cai de joelhos para adorar a Khanuman, o macaco, e a Shabbala, a vaca'. (...) Para Marx e Engels, a história 'realmente universal' era exclusivamente a do Ocidente, de sua expansão triunfal no mundo, de seu duelo secular com a 'barbárie oriental'. (Papaioannou, 1991: 419)

Baseado em tais conceitos Marx teria visto a dominação européia na Ásia não apenas como um fenômeno histórico desejável, como também inevitável. Mesmo confrontado com a chocante realidade da destruição violenta das estruturas asiáticas tradicionais e suas implicações sociais, expressa na ruína das comunidades aldeãs, Marx haveria justificado tais fenômenos como necessários e avançados, identificando na ocorrência dos mesmos "a única revolução social que a Ásia jamais conheceu",

No que pese ao seu aspecto inofensivo, essas idílicas comunidades aldeãs sempre foram a base mais sólida do despotismo oriental e mantinham o espírito humano dentro dos limites mais estreitos, fazendo dele um dócil instrumento da superstição e da escravidão da rotina, privando-o de toda grandeza e de toda energia histórica. (...) Não devemos nos esquecer que essas pequenas comunidades levavam a marca infamante das castas e da escravidão, que submetiam o homem às circunstâncias materiais em vez de incitá-lo a dominá-la. (Marx-Engels, 1978: 47)

Seria portanto, na persistência das relações sociais baseadas no sistema de castas e nucleadas pelas comunidades aldeãs, que Marx visualizava as razões do “atraso” asiático em relação ao ocidente. Convém observar que, embora passível de manifestação da presença de desvios etnocêntricos e evolucionistas, a perspectiva de Marx diferenciava-se claramente das tendências deterministas que vinculavam aquele mesmo suposto “atraso” à fatores geográficos e/ou raciais. Por outro lado, a única possibilidade de libertar as populações orientais deste pretensso quadro de estagnação e represamento das energias materiais e espirituais repousaria, segundo ele, sobre a ação das forças européias de dissolução, ou seja a grande indústria e o comércio internacional. Mais do que isso, enxergada sob a ótica revolucionária, a inserção dos países asiáticos na divisão capitalista internacional do trabalho, ofereceria a possibilidade de generalização das relações capitalistas de produção no seio das sociedades orientais, pré-requisito fundamental para a incorporação de tais sociedades ao processo da revolução mundial.

Porém, o movimento de expansão colonial européia e efetivação de uma economia mundial comandada pelo capital, longe de haver eliminado com as guerras e os conflitos internacionais não fez senão multiplicá-los. Marx como observador atento e corresponde europeu do periódico estadunidense *New York Daily Tribune* analisaria a quase totalidade dos referidos conflitos. Tais análises confrontariam Marx com uma realidade diferente daquele imaginada pelos profetas do cosmopolitismo burguês, ou seja a da suposta incompatibilidade entre a ampliação das relações econômicas internacionais e a guerra. Segundo Papaioannu a resposta marxiana à esta contradição se faria através da dissociação entre dois fenômenos reconhecidamente coetâneos, porém divergentes: os interesses econômicos da burguesia européia e os apetites expansionistas das aristocracias remanescentes. Do entrechoque entre estas duas tendências surgiria como resultado uma política externa que não exprimiria exatamente os interesses econômicos da burguesia das nações capitalistas, podendo mesmo significar a sua negação. Tratava-se, segundo Papaioannu, da versão marxiana da idéia da autonomia da política em relação à economia aplicada aos estudo dos problemas internacionais. Essa autonomização da política exterior, provocada pela pressão dos interesses aristocráticos sobre a ação internacional dos estados, manifestar-se-ia inclusive no caso mais paradigmático de desenvolvimento capitalista conhecido por Marx: a Inglaterra. A vigência dessa determinação explicaria a vigência de contratendências ao processo de formação da *Weltgeschichte* pensada por Hegel e Marx, expressa na efetivação das políticas protecionista (adequada à preservação dos interesses dos grandes proprietários rurais) e nos atos belicosos (também compatível com a tradição guerreira das aristocracias européias) sendo, em contrapartida estranha às perspectivas cosmopolitas da burguesia. Seria baseado em tal presunção que Marx examinaria a política externa inglesa em relação ao império dos tzares, pedra de toque de outras

das controversas caracterizações do pensamento de Marx por Papaioannou: a *russofobia*.

c) A proclamação de uma pretensa russofobia marxiana constituiu um dos temas prediletos da marxologia ocidental no período da Guerra Fria. Para que se tenha uma idéia, no ano de 1962, a casa editora Frederick Ungar de Nova Iorque, publicou uma coletânea de artigos publicados por Marx no *New York Daily Tribune* intitulada *Marx vs. Russia*. Nesta obra, os autores esforçavam-se por relacionar determinadas afirmações de Marx a respeito do expansionismo territorial do império russo, o caráter autocrático e reacionário de sua política externa, sua ação opressiva em relação aos vizinhos menores da Europa Oriental e da Ásia Central, com o comportamento internacional da então União Soviética. Lamentavelmente, o excessivo denodo dos organizadores do trabalho não se deteve nem mesmo diante de reprováveis mutilações dos textos marxianos, fazendo com que fosse oferecido ao leitor pouco mais do que uma peça de propaganda anti-soviética em detrimento da necessária recuperação das visões críticas de Marx a respeito daquele estado que, para importante segmento da esquerda socialista européia do século XIX constituía uma das principais ameaças às liberdades e ao progressos dos povos da Europa e da Ásia menor. Mais criterioso e objetivo Kostas Papaioannou entende nas críticas de Marx ao pan-eslavismo e aos acordos diplomáticos com a Rússia a oposição do pensador revolucionário ao despotismo e ao expansionismo daí decorrentes. Segundo o estudioso greco-francês, Marx identificava no Império Tzarista uma assombrosa cidadela da mais contra-revolucionária das aristocracias européias, e explicava a política de alianças da Inglaterra “burguesa” com aquele império autocrático através de argumentos que realçavam a autonomia da política externa britânica em relação aos próprios interesses econômicos do capitalismo inglês,

*(...) Marx contra toda tentativa de explicação econômica da política exterior (...) se empenhou em demonstrar, com desconcertante riqueza de detalhes, que toda a política russa da Inglaterra sempre havia sido sistematicamente nociva para os interesses comerciais ingleses. Assim, as famosas Revelações sobre a história da diplomacia no século XVIII (1856) nos ensinam que o sentido real da política inglesa por ocasião das guerras russo-suecas - política de 'traição à Suécia' - e de 'convivência com a Rússia - foi transfigurada pelos 'falsificadores oficiais' e outros 'inventores de pretextos comerciais' destinados a dar à política inglesa 'a aparência de uma ação conforme os interesses do comércio'.* (Papaioannou, 1991; 411).

De fato, toda a ampla correspondência jornalística produzida por Marx acerca dos temas internacionais de seu tempo, bem como, dois de seus livros menos conhecidos: *Palmerston e a Rússia* e *Herr Vogt* parecem confirmar as suposições de sentimentos anti-russos elaboradas por alguns autores. Nessas duas últimas obras é realizada uma denúncia contundente das manobras realizadas pela diplomacia russa, bem como da ação de seus agentes supostamente infiltrados nas próprias chancelarias ocidentais. Contudo às acusações de russofobia em Marx parecem não resistir ao confronto com as opiniões externadas por ele em sua correspondência com dois intelectuais socialistas russos, nos anos de 1877 e 1878, Vera Zassulitch e N. Danielson. Nestas cartas Marx aprecia de forma surpreendentemente otimista as possibilidades do sucesso da revolução na Rússia, chegando ao extremo de defender (para opróbrio dos críticos seu evolucionismo) a possibilidade de que aquele país transitasse ao socialismo sem conhecer todas as agruras do desenvolvimento capitalista, desde que, sua revolução democrático-camponesa fosse secundada pelas revoluções proletárias na Europa Ocidental.

d) A expectativa de um triunfo da revolução socialista a curto prazo se inscreve no rol das ilusões históricas alimentadas por Marx. Outras ilusões se referem ao alcance real dos processos de desenvolvimento industrial e constituição do mercado mundial cultivadas pelo fundador da tradição marxista. A determinação com que o autor d'O Capital descreve fenômenos como a superação das barreiras nacionais, a padronização dos hábitos de consumo e interdependência entre os povos, a difusão dos padrões culturais mais avançados, enfim, o conjunto de fenômenos atualmente identificados ao processo de globalização, surpreende por sua precocidade,

Mediante a exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Com o grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas ou logo o serão. Estão sendo superadas por novas indústrias que processam matérias-primas que já não provêm do interior, senão das mais distantes regiões e cujos produtos são consumidos não apenas em seu país de origem mas em todas as nações do mundo. As antigas necessidades até então satisfeitas pelos produtos nacionais são substituídas por novas necessidades que para sua satisfação reclamam os produtos dos países e dos climas mais afastados. (Marx e Engels, s/d: 24).

Além disso, a convicção de que a burguesia já cumprira, em plena década de 40 do século XIX, sua grande missão histórica de haver resgatado a maior

parte da população européia do "cretinismo da vida nos campos" e, através de um desenvolvimento sem precedentes da técnica industrial, haver conduzido a ciência ao apogeu de seu desenvolvimento, seria mais tarde autocriticada por Engels como pressuposições precipitadas,

*'(...) todas as poderosas criações anteriores do vapor e do maquinismo foram reduzidas a nada, comparadas com o imenso impulso conhecido pela produção dos vinte anos que se seguiram a 1850'. A situação na época do Manifesto, dirá o próprio Engels em 1892, 'nos parece na atualidade comparativamente insignificante e quase antediluviana'. (Papaioannou, 1991: 406)*

Mais do que isso, a maioria dos logros econômico-sociais que eram apresentados como consolidados em 1848, apresentavam-se, efetivamente, em estágio embrionário de constituição,

*'na época em que o Manifesto glorificava à burguesia por haver "criado cidades imensas e salvo uma parte crescente da população do cretinismo da vida nos campos", os camponeses continuavam representando a grande maioria da população nos países 'em vias de desenvolvimento' da Europa Ocidental. (Papaioannou, 1991: 406)*

Com base no que foi afirmado na bem informada análise de Papaioannou, o Marx que em meados do século XIX testemunhou os processos de desenvolvimento capitalista que geraram uma divisão capitalista internacional do trabalho e a constituição do mercado mundial, foi um intelectual prisioneiro de ilusões cosmopolitas e evolucionistas. Deslumbrado pelo avanço técnico, projetou como consolidado na realidade de então, um quadro cujos esboços mal haviam aparecido. Prisioneiro de preconceitos inexplicados contra os povos eslavos, mais particularmente contra o povo russo, teria comprometido a coerência teórica de sua perspectiva histórico-materialista através de concepções racistas. Entusiasta das transformações econômico-sociais provocadas pela expansão internacional das relações capitalistas haveria incorrido na justificação da dominação colonial européia na Ásia e norte-americana no México.

### **Mercado Mundial, Política Internacional e Revolução - Uma Leitura Alternativa dos Nexos Marxianos Propostos por Papaioannou.**

Foi sob influência direta da tematização hegeliana que Marx iniciou a formulação de suas concepções acerca da *história universal*. No pensamento de Hegel o desenvolvimento de uma *Weltgeschichte* correspondia a um

movimento do "Espírito Universal" (*Weltgeist*) no sentido de sua objetivação. Tal movimento poderia ser reconhecido em determinados períodos da história, particularmente quando, sob a hegemonia cultural greco-romana e a supremacia político-militar do império dos césares constituiu-se a *oikouménē* unificada, marco do advento de uma época histórica "universal" (*catholiké*). Esse desenvolvimento haveria possibilitado, por sua vez, o aparecimento de "indivíduos histórico-universais" (*Weltgeschichtlichen Individuen*), título reservado apenas a grandes personalidades como Alexandre e César, tidos como o corolário humano dessa evolução. As matrizes da interpretação histórica em questão remontam à obra de Políbio, historiador romano do terceiro século, tendo sofrido sob a pluma de Hegel as reelaborações adequadas à sua conformação ao sistema fenomenológico do filósofo idealista alemão.

A atitude adotada por Marx diante de tal problemática reproduziria as linhas gerais de seu posicionamento contraditório diante do legado intelectual de Hegel. Ao mesmo tempo em que acolhia em seu pensamento a reflexão sobre o possível advento de uma *Weltgeschichte* distanciava-se da solução proposta por Hegel ao problema, ou seja, a identificação da essência desse processo com movimento de objetivação do *Weltgeist*. Em lugar disso, tentaria produzir uma resposta teórica segundo a qual a configuração da história universal encontraria o seu fundamento em uma outra processualidade, a saber: aquela representada pela ação das forças *materiais*. Esse movimento intelectual de Marx, o conduziria, ainda na primeira metade dos anos 1840, a afastar-se do núcleo dos jovens hegelianos de esquerda, no seio do qual se formara intelectualmente e iniciara sua atividade como pensador e publicista. Contudo, esse trânsito intelectual não se completaria sem o concurso decisivo daquele que viria a ser nas décadas vindouras seu grande amigo e colaborador: Friedrich Engels.

O jovem Engels, então com pouco mais de vinte anos de idade, publicara, em fevereiro de 1844 nos *Anais Franco-Alemães (Deutsche-Französische Jahrbücher)* um ensaio intitulado *Esboço de uma Crítica da Economia Política (Umriss zu Einer Kritik der Nationalökonomie)*. Este trabalho, cujas deficiências seriam criticadas décadas mais tarde pelo seu próprio autor em carta dirigida a Wilhelm Liebnicht (13/04/1871) teria, segundo alguns biógrafos, impressionado profundamente Marx e reavivado seu interesse pelo estudo da economia política. Tratava-se de uma análise crítica da evolução das idéias econômicas desde as concepções mercantilistas até os clássicos do liberalismo econômico. Vazado em uma linguagem acusatória e marcado por forte reducionismo teórico, o texto de Engels representa uma manifestação singular de denúncia das implicações geradas pela mundialização da economia regida pelas leis do capital. O pessimismo e a ironia corrosiva demonstrados pelo autor neste ensaio colocavam-no na contramão do grosso da intelectualidade européia de então, dominada por representações favoráveis acerca do desenvolvimento do mercado mundial. Em primeiro lugar, Engels confrontava a crítica liberal ao mercantilismo colocando em cheque a moralidade e o

caráter pretensamente humanitário da atividade comercial no período pós-mercantilista (liberal),

Smith tinha razão ao elogiar a humanidade do comércio. Nada no mundo é absolutamente imoral; o próprio comércio, por um lado, presta homenagem à moralidade e à humanidade. Mas que homenagem! A lei do mais forte, a vulgar pilhagem da Idade Média humanizou-se com o aparecimento do comércio, e este também foi humanizado, entrando no sistema mercantilista como etapa inicial daquilo que se caracterizou pela proibição da saída de dinheiro; e por sua vez, o próprio sistema mercantilista sofreu transformações humanizadoras. (Engels, 1979: 8).

E manifestava sua descrença nas perspectivas civilizatórias pretensamente geradas pela expansão do comércio europeu em direção às áreas "atrasadas" do planeta,

Civilizaram os confins da terra para conquistar um campo de expansão para a sua ambição rasteira, criaram uma confraternização de povos que é apenas uma confraria de ladrões, e diminuíram as guerras para ganhar muito mais em tempo de paz, para elevar a um nível extremo a hostilidade particular e a guerra infame da concorrência! (Engels, 1979: 8)<sup>1</sup>.

É finalmente, na abordagem da idéia mais cara ao liberalismo econômico de então onde Engels manifestava de forma mais radical o seu pessimismo,

A livre concorrência, principal palavra de ordem dos economistas atuais, é uma impossibilidade. O monopólio, mesmo que não o tenha conseguido, pelo menos apresentava a intenção de preservar o consumidor das vigarices. Mas a liquidação do monopólio abre largamente todas as portas à

<sup>1</sup> É enorme a distância que separa o Engels, autor destas linhas, daquele que já em 1848, criticava o "moralismo" e a defesa dos princípios "abstratos" de justiça por parte daqueles que, como Bakunin, reprovavam os "enérgicos yanques" por haverem arrebatado a Califórnia das mãos dos "preguiçosos mexicanos". A própria crítica do Engels maduro ao texto em questão, através da mencionada carta a Wilhelm Liebnicht, foi feita a partir de posições nitidamente "realistas" e, como preferiria Papaioannou "apologéticas". Tal constatação, a meu ver, não corrobora as conclusões do marxólogo grego, já que como procuro provar neste trabalho, a leitura feita por K. P., embora pertinente é insatisfatória.

charlatanice. Quando dizem que a concorrência contém em si o remédio para a vigarice, que ninguém comprará coisas de má qualidade - ou seja: que cada um deve ser um conhecedor de cada artigo que adquire, o que é impossível - justifica-se a necessidade do monopólio sobre muitos produtos. As farmácias etc., devem ter um monopólio. E o artigo mais importante, o dinheiro, tem precisamente a maior necessidade de ser monopolizado. Cada vez que deixou de ser monopólio do Estado, o meio de circulação produziu uma crise comercial e os economistas ingleses, entre eles o Dr. Wade, reconheceram, também neste caso, a necessidade do monopólio. Mas nem o monopólio oferece garantias contra a moeda falsa. Seja por que lado for que se tome a questão, um aspecto é tão difícil quanto o outro: o monopólio engendra a livre concorrência e esta, por sua vez, o monopólio; por isso, é preciso que ambos desapareçam e que estas dificuldades sejam ultrapassadas pela supressão do princípio que as gera<sup>2</sup>. (Engels, 1979: 27).

A acuidade da crítica empreendida pelo jovem Engels neste texto descortinariam um novo horizonte teórico diante dos olhos de um também jovem Marx, em luta pela autonomização de seu pensamento das influências idealistas do sistema de Hegel. Com efeito, desde os anos 1842-1843 em uma série de artigos publicados na *Gazeta Renana* sobre a miséria dos vinhateiros do Mosela, Marx pela primeira vez se confrontara com a necessidade de analisar questões relacionadas à propriedade privada e às condições materiais de existência das classes subalternas. As obras que redigiria em seguida, como *A Questão Judaica*, *Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* aprofundava a crítica às concepções hegelianas e, já aqui, neo-hegelianas do Estado, antecipando os elementos do que mais tarde viria a ser conhecido como uma "concepção materialista da história, a saber: a anterioridade da sociedade civil em relação ao Estado, o reconhecimento das diferenças de classe e a determinação econômica. Percepção aprofundada após a leitura por Marx de outra obra de Engels, dedicada ao estudo da *Situação*

<sup>2</sup> Essa passagem ricamente problemática reúne dois elementos teóricos tremendamente controversos na crítica do jovem Engels ao que poderíamos chamar de "capitalismo liberal" do seu tempo: a repugnância pela autonomia do econômico e pela onipresença do dinheiro a partir de uma posição romântica (recuperação da intencionalidade positiva contida no monopólio). E a antecipação dos elementos analíticos que fundamentarão, décadas mais tarde, as análises lenineanas e pós-lenineanas sobre os processos de transformação da livre concorrência em monopólio.

da *Classe Trabalhadora Na Inglaterra*, pungente libelo contra a super-exploração do proletariado britânico por parte da burguesia insular. O que o texto engelsiano oferecia ao intelectual de Tréveris era, fundamentalmente, a possibilidade de complementar a crítica "ao estado de coisas vigente", tema caro aos hegelianos de esquerda, a partir da análise da vida material e do movimento da sociedade civil. A economia e as relações sociais substituindo o *Espírito e o Estado* esse seria o primeiro passo para, segundo os fundadores da tradição marxista, recolocar a dialética "sobre seus próprios pés", libertando-a do idealismo e das insuficiências metafísicas contidas no pensamento de Hegel.

Por todas essas razões, o encontro teórico dos dois jovens intelectuais alemães se faria sob o signo da necessidade de empreendimento de um "ajuste de contas" com as influências hegelianas anteriormente dominantes no próprio pensamento de ambos. Além disso, tratava-se de criticar o fundamento filosófico das esquerdas liberal e democrática dos estados alemães, então confrontados com o problema da revolução política e da unificação nacional. A necessidade de apoiar a ação política em uma visão apropriada da história conduziria os dois amigos à crítica da concepção hegeliana da *história universal*. Empreendimento que, ao ser realizado colocaria os postuladores do materialismo histórico em confronto com a tradição hegeliana,

(...) *esta transformação da história em história universal não é sob qualquer aspecto um simples ato abstrato da parte da autoconsciência ou do espírito universal ou de qualquer outro espectro metafísico, senão um ato material, empiricamente verificável. Um ato comprovado por cada indivíduo na medida em que este vem e vai, come, bebe e veste a si mesmo.*<sup>3</sup>

Nesta obra, tão decisiva para o destino da nova corrente de pensamento elaborada pelos dois autores, seria possível encontrar passagens que ratificariam o reconhecimento por eles (Marx e Engels) do caráter eminentemente progressista, em termos históricos do desenvolvimento da grande indústria e do comércio mundial:

Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinhança imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha

<sup>3</sup>Engels, Friedrich & Marx, Karl. *The German Ideology*. Progress Publishers, Moscow, 1976, p. 59.

atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomençar tudo do ponto de partida. (...) Apenas quando o intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações foram arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas estará assegurada. (Marx & Engels, 1976: 75-76).

Porém nas páginas deste mesmo trabalho é possível localizar o protagonista das transformações históricas cujas condições materiais seriam geradas pelo desenvolvimento da grande indústria no plano internacional: a classe operária,

Genericamente falando, a grande indústria cria em todo lugar as mesmas relações entre as classes da sociedade, e dessa maneira destrói as características peculiares das várias nacionalidades (...) enquanto a burguesia de cada nação ainda mantém interesses nacionais específicos, o desenvolvimento da grande indústria cria uma classe que em todas as nações possui os mesmos interesses e para a qual a própria nacionalidade é idéia morta; uma classe que se encontra efetivamente desembaraçada em relação ao velho mundo e que, ao mesmo tempo com ele se defronta. Para o operário não apenas a sua relação com o capitalista que a grande indústria torna insuportável, mas o próprio trabalho. (Marx e Engels, 1976: 82).

Tal descrição, cuja pertinência histórica também seria mais tarde negada pelo Engels maduro ( Papaioannou, 1991; 406-407), é expressão de uma concepção acerca da função histórica da grande indústria, enquanto elemento gerador das condições materiais para o advento da revolução. Formulada em sua primeira obra conjunta, jamais seria abandonada pelos dois revolucionários ao longo de suas vidas, perpassando toda compreensão que ambos tiveram das relações internacionais. Nesse sentido, a autocrítica feita pelo último Engels à precipitação escatológica com que ele e Marx pressentiram, em plena década de 40 do século XIX, aproximar-se o dia do “dobro de finados” do capitalismo, momento apocalíptico no qual os expropriadores seriam expropriados, diz respeito apenas ao desconhecimento de ambos em face da realidade econômica e social concreta daqueles tempos. Até o fim de suas vidas Marx e Engels defenderam coerentemente a concepção, elaborada naqueles anos de juventude, acerca da transitoriedade histórica do capitalismo e sua superação

através da ação revolucionária da classe operária. Sensível às transformações que nos quarenta anos que separam o Manifesto de 48 e Introdução, escrita por Engels ao livro de Marx, As Lutas de Classes Na França (1848-1850), haviam se verificada na realidade econômica e social dos principais países europeus, o amigo de Marx confrontaria o “revolucionarismo” da juventude com o “realismo revolucionário” da maturidade,

Quando explodiu a Revolução de Fevereiro estávamos todos sob a fascinação da experiência histórica anterior, principalmente da relativa à França, no concernente ao modo pelo qual concebíamos as condições e o desenrolar dos movimentos revolucionários. (...) Era, portanto, lógico e inevitável que nossas concepções sobre a natureza e a marcha da revolução “social” proclamada em Paris em fevereiro de 1848, da revolução do proletariado, estivessem fortemente coloridas pela lembrança dos modelos de 1789 e de 1830. (...) Mas a História também nos desmentiu revelando que era uma ilusão nosso ponto de vista daquela época. Ela ainda foi mais longe: não somente dissipou nosso erro de então, mas, igualmente, subverteu totalmente as condições nas quais o proletariado deve combater. É hoje em dia obsoleto sob todos os aspectos o modo de luta de 1848. (Engels, 1956: 13)

Assim como o Engels de 1871 chamava de “antediluvianas” as condições de desenvolvimento da grande indústria apreciada precipitadamente por ele e Marx nos anos 40, também o Engels de 1895 estigmatizava como “obsoleto” o conceito cultivado por eles acerca das perspectivas da revolução proletária naquela mesma década. Tais retificações, convém reiterar, não conduziram este pensador ao abandono de suas perspectivas revolucionárias e sim a admitir a necessidade de uma compreensão mais abrangente, objetiva e bem informada da realidade e a adequação dos métodos de luta às condições histórico-sociais concretas. É por isso que, a crítica do Engels de 95 às tradições insurrecionais de 48 desemboca na revalorização das ações legais de massas e no apelo à utilização apropriada do sufrágio universal. Em outras palavras à uma aceitação cabal das instituições democrático-representativas.

#### **Comércio Internacional e Colonialismo.**

Poucos aspectos das formulações de Marx e Engels são tão controversos quanto aqueles que se referem ao entendimento que ambos tinham do problema nacional. É bem conhecida a tematização proposta por Friedrich Engels nas

páginas da "Neue rheinische Zeitung" (Nova Gazeta Renana) nos anos 1848-1849, acerca dos chamados "povos sem história". Ao apreciar as reivindicações de autonomia nacional apresentadas por algumas lideranças das populações eslavas da Europa centro-oriental, Engels procedia a classificação destas em dois grupos: o das "nações históricas" e o dos chamados, "povos sem história". À primeira classificação corresponderiam aquelas nações que, ao longo de sua história já haviam conhecido a experiência de organização de um estado nacional (casos de Rússia e Polônia), à segunda classificação corresponderiam os casos dos povos que por não terem usufruído daquela experiência não possuíam autenticidade histórica enquanto nações, sendo suas reivindicações autonomistas tidas como artificiais e reacionárias. Nesta curiosa definição engelsiana a trajetória percorrida até então por algumas nações era vista como um fato consumado, quase natural, recuperando a conhecida fórmula hegeliana, o real era racional e o racional era real. O próprio reconhecimento da Polônia como "nação histórica", em oposição aos eslavos do sul estava condicionada a um certo "realismo político" *avant-la-lettre*, o qual se baseava na suposição de que o restabelecimento da independência nacional da Polônia afastaria a Rússia da Europa e enfraqueceria os três principais estados autocráticos da Europa centro-oriental: a Prússia, a Áustria e a Rússia. Porém, antes mesmo das elucubrações engelsianas, Marx na Questão Judaica recusava legitimidade às reivindicações particulares de autonomia política e civil aos judeus da Alemanha. Essa desconsideração pelas reivindicações nacionais de certos povos pode ser interpretada de duas maneiras: ou como manifestação de racismo e etnocentrismo da parte dos dois pensadores, ou como exemplo da subordinação, por eles, da resolução da questão nacional à solução do problema da revolução proletária internacional. Se levarmos em conta a defesa feita, pelos fundadores da tradição marxista, das causas nacionais dos povos poloneses e irlandeses (a emancipação nacional da Irlanda sendo vista por eles como um elemento constitutivo da luta contra o capitalismo britânico) talvez tenhamos acolher a segunda alternativa.

O posicionamento adotado por Marx e Engels diante da questão colonial reproduz as linhas de força de seu posicionamento diante das possibilidades revolucionárias geradas pela grande indústria e a formação do mercado mundial. Dissociados de qualquer inclinação romântica e de qualquer relativismo cultural, verão na penetração do capital europeu nas áreas coloniais um passo importante no sentido da ruptura do isolamento dos povos estabelecidos em tais regiões, bem como da dissolução das relações econômicas e sociais entendidas como arcaicas e conservadoras. Porém, uma ressalva merece ser feita. Além de reconhecer o significado essencialmente positivo, em termos históricos, representado pelo desenrolar dos processos mencionados, Marx e Engels jamais hesitaram em denunciar as implicações opressivas e desumanizadoras dos mesmos. Até mesmo ao admitir que a destruição da manufatura tradicional indiana e a dissolução das bases da comunidade tribal naquele país representaram uma autêntica revolução social, não se eximiram

de assinalar que a Inglaterra havia atuado ali como um instrumento inconsciente da história, já que sua ação fora movida pelos interesses mais vis e fora estúpida na maneira de os impor (Marx, 1978; 47).

Porém, a definição mais precisa acerca da concepção marxiana do significado da expansão colonial europeia na segunda metade do século XIX, foi manifesto em uma carta de Marx a Engels, datada de 8 de Outubro de 1858,

"(...) Não podemos negar: pela segunda vez, a sociedade burguesa conheceu seu século XVI (quer dizer, a era das grandes expedições transatlânticas que originaram a primeira fase da sociedade capitalista); contudo acreditamos que este novo século XVI será o dobro de finados para esta sociedade da mesma maneira que o outro século saudou seu nascimento. A verdadeira missão da sociedade burguesa é criar o mercado mundial, pelo menos em suas grandes linhas, assim como uma produção condicionada pelo mercado mundial. Como o mundo é redondo esta missão parece concluída depois da colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão. Neste ponto um importante problema se apresenta: a revolução no continente é eminente é adquirirá rapidamente um caráter socialista; mas não será ela malbaratada nesta pequena região do planeta uma vez que em uma área muito maior o movimento da sociedade burguesa ainda continua em ascensão".

(Apud, Levrero, 1975:18)

#### **Qual Rússia? Sobre a "Russofobia de Marx".**

As primeiras palavras que Marx escreveu sobre a Rússia estigmatizavam a natureza despótica e expansionista da autocracia czarista. Suas derradeiras palavras sobre esse país foram declarações de fé nas perspectivas da revolução que poderia ocorrer ali. Essa variação de atitudes ocorreu ao longo de um período de cerca de 30 anos no curso dos quais o interesse do autor transitou do estudo da política externa e das ações internacionais do Estado Russo para o estudo das peculiaridades de uma sociedade na qual Marx vislumbrou a possibilidade de um caminho original para o socialismo. Na primeira fase das observações marxianas sobre o império dos czares destacava-se a correlação estabelecida por ele entre as aspirações territoriais da aristocracia russa e a política expansionista do referido estado. Concebido como um estado pré-burguês e pré-moderno o império czarista imprimiria a sua atuação internacional a marca de uma determinação predominantemente política, em lugar da busca da realização de objetivos econômicos; "os russos só confiscam por razões políticas", escreveria Marx a Engels em 2 de novembro de 1867. Seria essa identificação da política externa do governo imperial russo com a

projeção internacional dos interesses de uma aristocracia tida por muitos, e não apenas Marx e Engels, como a mais retrógrada da Europa, que determinaram a postura de hostilidade permanente de Marx para com todas as iniciativas russas no cenário internacional. Esta razão, e não qualquer manifestação de "anti-eslavismo" (sic), parecem explicar a oposição marxiana a qualquer acordo com aquele império e a convocar a resistência do operariado organizado na Primeira Internacional e da opinião pública dos países anglo-saxões face às articulações da diplomacia russa junto às chancelarias ocidentais. Mais do que isso, Marx adotaria uma postura inflexível de denúncia dos interesses expansionistas russos em todos os conflitos militares em que o tzarismo esteve envolvido, chegando ao ponto de manifestar solidariedade para com o Império Otomano durante a guerra da Criméia. Assim, ao definir expressamente sua posição diante do conflito em uma carta dirigida a Wilhelm Liebnicht, com data de 4 de fevereiro de 1878 Marx dirá:

Apoiamos decididamente os turcos por dois motivos:

1) porque temos estudado o campesinato turco - ou seja, a massa do povo turco - e temos visto nele o representante indubitavelmente mais ativo e nobre dos camponeses europeus;

2) porque a derrota da Rússia acelerará consideravelmente a revolução social na Rússia e, por conseguinte, a revolução social em toda Europa. (Apud, Levrero, 1975; p. 80).

Por outro lado, manifestou completa antipatia pelo pan-eslavismo, visto por ele como um simples instrumento a serviço do tzarismo, o que lhe valeria a acusação de racismo, por parte de Mikhail Bakunin. Porém, um exemplo de que tais posturas não impediram Marx de observar atentamente as características da formação social russa e, a partir daí vislumbrar perspectivas revolucionárias. Em carta endereçada a Engels datada de 11 de janeiro de 1860, Marx afirmava,

Em minha opinião a coisa mais importante que está ocorrendo no mundo é, por um lado, o movimento dos escravos americanos. e por outro lado o movimento dos escravos na Rússia. Assim, portanto, o movimento social foi iniciado no Ocidente e no Oriente. (Apud, Levrero, 1975: 79).

### Conclusões.

Em conclusão às considerações pontuais tecidas nesse trabalho sugiro alguns elementos para a formulação de uma interpretação alternativa sobre as perspectivas de Marx face às questões referentes à mundialização dos mercados e ao desenvolvimento de uma história universal:

a) Ao considerar as implicações decorrentes da formação de um mercado mundial do ponto de vista da história humana, Marx saúda os ganhos das civilizações permitidos pela diminuição da distância entre os povos, pela generalização das conquistas da ciência e da técnica e pela subsunção das relações econômicas e sociais tradicionais à lógica do capitalismo. Porém, longe de identificar em tais processos um fim da história, ou o advento de uma cosmópolis moderna, Marx via em tais processos, fundamentalmente a criação das pré-condições materiais e espirituais para o avanço da humanidade em direção a formas mais avançadas de organização social.

b) O reconhecimento das possibilidades civilizatórias engendradas pelo desenvolvimento da grande indústria e a expansão do comércio internacional não impediram Marx de perceber seus aspectos "colaterais", a saber: a acentuação das rivalidades comerciais, a subordinação dos povos periféricos às relações de exploração capitalistas e à opressão colonial.

c) A pretensa "russofobia" de Marx pode ser mais adequadamente enfocada enquanto expressão dos sentimentos anti-autocráticos do autor. As habituais tentativas de redução da inflexível oposição de Marx às ações internacionais do império dos tzares à um pretense "racismo" ou "etnocentrismo" deste pensador não resistem à confrontação a elucidação das causas de sua oposição ao expansionismo russo por ocasião da guerra da Criméia, bem como de suas apreciações amplamente positivas sobre a perspectiva da revolução naquele país.

d) Por último, o ponto nodal desta leitura: a idéia de que as concepções marxianas acerca dos processos internacionais em questão foram formuladas tendo como fio condutor as perspectivas do teórico revolucionário alemão acerca da revolução mundial. Esta afirmação permite questionar interpretações como a bem informada análise de Papaioannou, e procura eximir Marx das acusações de cosmopolitismo, etnocentrismo e apologia incondicional do capitalismo e da modernidade ocidental, justificativa do colonialismo e da dominação européia sobre as regiões mais "atrasadas do globo". Contudo, ao delimitar o perfil das reflexões marxianas sobre a história mundial e as relações econômicas internacionais de seu tempo, traz à luz o caráter problemático da concepção marxiana da revolução, de seu messianismo proletário e suas projeções precipitadas sobre a proximidade do triunfo do socialismo no mundo.

### Bibliografia.

- ENGELS, Friedrich. "Esboço de crítica da economia política". *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 5: 1-29, 1979.
- LEVRERO, Renato. *Nación, metrópoli y colonias en Marx y Engels*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1975.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1956.

- \_\_\_\_\_. *História de la vida de Lord Palmerston - Palmerston y Rusia*. Buenos Aires, Editorial Rescate, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *La Russie*. Paris, Union Générale D'Éditions, 1974.
- \_\_\_\_\_. *La Chine*. Paris, Union Generale D'Éditions, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The German Ideology*. Moscow, Progress Publishers, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o colonialismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Textos*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.
- PAPAIOANNOU, Kostas. *De Marx y del marxismo*. México, D. F. Fondo de Cultura Económica, 1991.
- ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos "sin história"*. México, D. F. Cuadernos del Pasado y Presente, 1980.
- RUBEL, Maximilien. *Crônica de Marx*. São Paulo, Editora Ensaio, 1991.

## A CRISE BANCÁRIA DE 1900 NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, VISTA SOB A ÓTICA DE MURTINHO & VIEIRA SOUTO

*Hildete Pereira de Melo\**

### Introdução

Na primeira década republicana transcorreram importantes mudanças na economia brasileira: a disseminação do trabalho assalariado, um surto industrial e a inserção do país na economia internacional. Mudanças estruturais muitas vezes ocorrem junto com crises políticas; e os anos 1890 foram recheados tanto com a luta pela consolidação da República, como com o embate doutrinário pela condução da política econômica entre os defensores do metalismo, a conversibilidade integral de papel em ouro, e os papelistas que lastreavam a moeda em títulos.

O advento da República teve, como primeira orientação da política macroeconômica, a gestão do Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Este, apesar de metalista, achava que era incompatível a perfeita conversibilidade do papel-moeda em ouro com o problema do balanço de pagamentos do Brasil<sup>1</sup>. No campo monetário, Rui Barbosa conservou a Lei Bancária de 1888 (Visconde de Ouro Preto), permitindo o estabelecimento de bancos de emissão; estes substituiriam o Tesouro na emissão de notas. Esta emissão requeria dos bancos o depósito de títulos do Governo como reserva para a emissão, fornecen-

\* Professora Dra. da Faculdade de Economia da UFF.

<sup>1</sup> O trabalho contou com a ajuda da bolsista Camile Scanferla Araujo.

<sup>2</sup> Sobre a gestão de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda veja "Finanças e Política da República (1892)", Rio de Janeiro, Cia Imprensa e Pelaez, Carlos Manuel "As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945", em Revista Brasileira de Economia, vol.25, nº 3 jul/set. 1971.

do assim os recursos monetários necessários ao desenvolvimento econômico do país. O impacto dessas idéias no plano da política econômica em 1890/91 gerou um processo inflacionário conhecido como Encilhamento (1891) e muitos atritos na consolidação republicana.

A derrocada da experiência heterodoxa de Rui Barbosa foi seguida nos demais governos republicanos por hesitações e atropelos no Balanço de Pagamentos, típicos de uma economia primária-exportadora, que culminaram com a assinatura do *Funding Loan* de 1898 (Governo Campos Salles) e uma condução extremamente severa da política macroeconômica pelo Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Esta orientação gerou uma crise bancária em 1900 e a morte do que se poderia considerar como a última instituição (Banco da República do Brasil) herdada das idéias papelistas daquela década e que tivera papel destacado na condução da política econômica dos governos anteriores.

Este artigo tem como objetivo recuperar os lances desta disputa contrapondo os dois principais autores das idéias metalistas e papelistas<sup>3</sup> Joaquim Murinho e Vieira Souto<sup>4</sup> no momento final da crise, quando os metalistas definitivamente assumiram a plena condução da política econômica brasileira até o desfecho da crise de 1929.

### 1 Metalistas e Papelistas

A polêmica entre os defensores da escolha do ouro como padrão monetário, isto é de que o país deve manter o valor de sua unidade monetária em igualdade com o valor de um determinado peso de ouro<sup>5</sup> metalistas, e os que adotam o papel-moeda lastreada em títulos públicos como padrão monetário<sup>6</sup> papelistas, refere-se a uma etapa do desenvolvimento da economia capitalista da transição da moeda-mercadoria (ouro/prata) para a moeda crédito. Antes do surgimento do papel-moeda era natural escolher um ou mais metais como dinheiro, ou seja como meio de troca. A mercadoria eleita para este fim é o padrão monetário; Keynes afirmou que a escolha do ouro baseou-se na tradição<sup>7</sup> e Weber (1964, 207), definindo o dinheiro, escreveu que do ponto de vista da evolução histórica este aparece como o criador da propriedade individual. Neste processo o dinheiro serve como meio de pagamento e como meio de troca. Destas duas funções a mais antiga é a de meio de pagamento e os metais preciosos foram adquirindo ao longo do tempo o caráter de base normal da organização monetária devido às facilidades de transporte, conservação, valorização e divisibilidade. Desde a primeira regulação monetária feita por César em Roma, adotando o padrão ouro, os metais preciosos proporcionaram a base econômica para o estabelecimento de relações fixas no regime monetário. Keynes, no *Treatise on Money* (II, 150/151), afirmou que isto não se deu por que os metais amoeáveis sejam uma riqueza mais autêntica do que outros, mas porque graças ao seu efeito sobre os preços

<sup>3</sup> Veja A *Treatise on Money*, J.M.Keynes, CWJK, Macmillan, 1971, Londres, vol.VI, cap.35, 258.

forneçam a mola do lucro. Na última metade do século XIX o ouro tem a hegemonia completa como padrão monetário<sup>3</sup>, e o período compreendido entre 1880/1919 foi de apogeu do regime de padrão ouro, este administrando o sistema monetário internacional, sob a batuta da Inglaterra. A notável estabilidade macroeconômica e prosperidade, lastreadas na hegemonia do padrão ouro comandado pelo Banco da Inglaterra, melhoraram a competitividade das exportações britânicas, permitindo a internacionalização do sistema financeiro inglês e da sua economia. O peso da Inglaterra no comércio mundial, nos serviços de transportes e seguros, bem como a praça londrina como sede dos mercados organizados de commodities, fizeram da libra esterlina uma moeda internacional de reserva sem afetar o regime do padrão ouro, por excesso ou escassez de oferta.

Neste cenário foi que se desenvolveu o debate entre Murtinho e Vieira Souto com as duas possíveis alternativas de política econômica. Penso que Murtinho estava envolto nas teias do centro hegemônico da City, ferrenho defensor da estabilidade, preso à idéia da moeda mercadoria; Vieira Souto, como estava comprometido com um projeto de crescimento econômico, tratava a questão monetária como fundamental para o financiamento do desenvolvimento.

Vejamos como estas noções foram desenvolvidas na teoria econômica: no *Tract on Monetary Reform* (1923), Keynes lembra que a moeda e os contratos são intimamente ligados. A moeda é criada através dos contratos e instrumento de acordos contratuais. As instituições que regulam o dinheiro nas sociedades mercantis têm como fundamento uma lei que dispõe com que meios pode ser legalmente saldada uma dívida, mas não precisa definir o que vai ser empregado como meio de troca; a idéia do dinheiro se origina no débito. Mas, os débitos também podem ser compensados com outro débito. Este procedimento pode ser utilizado por comerciantes que façam compras e vendas entre si, mas nem todas as dívidas podem ser liquidadas assim. Existindo um terceiro a quem credores pudessem transferir seus direitos contra os devedores a situação estaria resolvida. Este é o papel do banqueiro, que oferece facilidades para compensar e liquidar dívidas, além de combinar esta função com emprestar a curto prazo. O cheque é um instrumento para transferir dívidas. O crédito bancário é o principal meio de pagamento, o dinheiro de curso legal ilimitado é um meio subsidiário. O crédito bancário pode existir sem o dinheiro: a noção de dinheiro depende do débito, enquanto que a de débito não depende de dinheiro (Hawtrey, 1951,9). Trata-se o cheque como sinônimo de moeda bancária, mas esta não é criada diretamente pelo banco, sim pelas pessoas que usam talões de cheques. O portador do talão de cheques só pode

<sup>3</sup> O ouro é e sempre foi um produto escasso, e novas fontes de suprimento foram descobertas sempre a longos intervalos de tempo. Em meados do século passado os descobrimentos das minas de ouro da Austrália e Califórnia, e o aprimoramento de técnicas de mineração e refino, revolucionaram os mercados de metais preciosos mundiais e a expansão após 1848.

emitir estes até uma certa soma convencionada entre ele e seu banqueiro. A relação entre o volume total de depósitos em qualquer período e o volume do total de cheques que circulam durante tal período constitui a relação entre a quantidade de dinheiro existente e a quantidade de dinheiro que se torna disponível durante certo período. O que interessa é determinar o volume do estoque de dinheiro de um país, e neste caso o que se deve considerar são os depósitos. A moeda bancária é criada pelos banqueiros quando concedem aos portadores de talões de cheques o direito de emití-los. Os banqueiros regulam o volume de seus depósitos, fazendo variar o total de empréstimos feitos aos clientes, em regra geral mantendo certa proporção entre os depósitos e o que chamam suas reservas. Por sua vez, o volume de depósitos deve manter relação com o volume de moeda corrente, por que o dinheiro bancário é conversível; desconta-se o cheque e este é transformado em moeda corrente pelo banco que emitiu o talão de cheque. A regulamentação da oferta de dinheiro corrente permite controlar indiretamente a oferta de crédito bancário. Esta é uma das principais funções do padrão-ouro. A oferta de ouro é limitada; se a moeda corrente é lastreada no ouro, sua oferta estará restringida. Com o papel-moeda sua emissão pode ser ilimitada, não há nada que possa manter as operações de empréstimos dos bancos dentro de certos limites. Porque não só os governantes podem abusar de emissões excessivas, estas também ocorrem pelo excesso do crédito bancário concedido à sociedade. Há uma tendência na sociedade mercantil a emprestar, pois os bancos lucram com estas operações e o aumento dos empréstimos permite uma expansão das vendas gerando um círculo vicioso: quanto mais empréstimos, mais vendas, mais estímulos a fazer novos empréstimos. Há necessidade de uma influência externa para controlar esse processo. Essa influência é exercida pelas autoridades que emitem o dinheiro (Governo ou Banco Central) e que têm domínio absoluto sobre a emissão do papel-moeda para estimular ou refrear o crédito<sup>4</sup>.

No mundo em que predomina o regime do padrão ouro, o mercado de ouro é o mercado de divisas com padrão-ouro. Foi a firme administração inglesa, nos anos 1880/1914, das taxas de câmbio sobre o ouro que historicamente induziu muitos países a estabelecerem ou restaurarem no final do século passado este regime. Portanto, que as autoridades monetárias brasileiras tenham perseguido com tanto afinco este regime está ligado à inserção da economia primário-exportadora brasileira na ordem mercantil mundial da Pax Britannica, dominada pelo padrão-ouro. Todo o sistema internacional de pagamentos gravitava em torno de u'a moeda padrão, na qual eram definidas as taxas de câmbio das moedas nacionais. Desta maneira as autoridades monetárias, para evitar a oscilação das taxas de câmbio, eram levadas a sacar sobre suas

<sup>4</sup> Este trabalho não tem como objetivo discutir o regime de padrão-ouro. Veja sobre o assunto A. Bloomfield (1959); R.G. Hawtrey (1951); J.M.Keynes (1971, CWJMK); R.Triffin (1972 e 1964), P.Villar (1980).

reservas em ouro. A expansão do comércio mundial no final do século foi possibilitada pelo uso do padrão-ouro que deu novo significado ao conceito de mercado de câmbio de divisas, enquanto organização para a liquidação de débito, por compensação. Mas o fabuloso desenvolvimento mercantil trouxe uma novidade: "...o ouro foi retirado de circulação, não passa mais de mão em mão (...) a longa era da moeda-produto finalmente cedeu lugar à era da moeda simbólica. O ouro deixou de ser uma moeda, um tesouro (...) tornou-se uma coisa mais abstrata<sup>3/4</sup> apenas um padrão de valor (...) transacionado de tempos em tempos, em quantidades muito pequenas, por um grupo de bancos centrais" (Keynes, VI, 258/69). Esta é a essência do debate entre metalistas e papelistas travada no Brasil na virada do século. No Brasil, na década de 1890, haviam quase desaparecido as moedas de ouro e prata e aumentado as de níquel e bronze como simples moedas de troca; a circulação metálica perdia importância em favor da circulação das notas bancárias. Portanto, a economia brasileira refletia o que Keynes conceituava como a desmaterialização da moeda, isto é, a nota bancária antes aceita com relutância tornou-se de uso habitual, embora o cheque tivesse nestes anos pouca circulação.

## 2 De Rui a Murtinho - o Ministério da Fazenda nos anos 1890.<sup>5</sup>

Quando da proclamação da República em 1889, já havia no País uma rede bancária constituída<sup>6</sup>. O regime monetário permaneceu idêntico ao do Império, um sistema de papel-moeda inconversível; até 1896 as cédulas eram emitidas tanto pelo Tesouro como pelos bancos privados comerciais<sup>7</sup>. Durante os anos 1890 o sistema bancário enfrentou dificuldades; a pluralidade de emissão acabou numa política frouxa de crédito, nestes anos de transição para o regime republicano. A Lei de janeiro de 1890 autorizava a utilização de títulos públicos como cobertura para a emissão. Isso gerou uma expectativa de oferta ilimitada de crédito para socorrer a lavoura e as incertezas políticas da derrocada da monarquia<sup>8</sup>. Com a abolição da escravatura haviam sido concedidos créditos aos fazendeiros de café para fazer frente aos novos encargos com os trabalhadores agrícolas. Estes adiantamentos à lavoura cobriram parte dos créditos inadimplentes dos fazendeiros e gerou uma massa de novos financiamentos. O problema foi que estes empréstimos foram em sua maioria superiores ao próprio capital nominal dos bancos e mesmo ao capital realizado. O montante dos adiantamentos à lavoura chegou à cifra de

<sup>5</sup> Foram ministros da Fazenda: sob Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa (o primeiro da era republicana), Tristão de Alencar Araripe, Barão de Lucena; sob Floriano Peixoto: Rodrigues Alves, Serzedelo Corrêa, Felisberto Freire, A. Cassiano do Nascimento; sob Prudente de Moraes: Rodrigues Alves e Bernardino Campos; sob Campos Salles: Joaquim Murtinho.

<sup>6</sup> Este artigo não tem como objetivo discutir a reforma monetária do Visconde de Ouro Preto de 1888. Veja Calógeras, J. Pandiá "A Política Monetária do Brasil", traduzido do original "La Politique Monétaire du Brésil (1910)", São Paulo, Cia Editora Nacional, Brasileira, Vol. 18, 1960.

<sup>7</sup> Calógeras (1960) fez um levantamento de todos os bancos emissores do Brasil desde 1808 até 1910.

<sup>8</sup> Veja sobre o tema Goldsmith, R. W., "Brasil 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação", São Paulo, Editora Harper & Row do Brasil Ltda/Bamerindus, 1986.

172.000:000\$000; estes créditos à lavoura foram unicamente realizados pelos bancos nacionais e significaram uma alavancagem enorme em relação ao capital bancário, sendo a origem da inflação e da especulação bursátil (Encilhamento) de 1891. "Há mais bancos no Rio do que na praça de Londres, o capital nominal deles é de 1.690.000 contos, e o realizado, de 714.000. Na praça do Rio só ha elementos para tantas organizações bancarias pelo jogo de cauções de uns e outros bancos" (Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 26/8/1891)<sup>9</sup>. A excitação dos negócios, a especulação e a inflação acabaram transformando o breve experimento papelista do Ministro Rui Barbosa numa aventura, desvirtuado pela febre especulativa então reinante e como não havia um banco central ou um órgão de supervisão bancária, esta idéia de moeda crédito transformou-se em sinônimo de anarquia. Em defesa de sua política Rui Barbosa afirmou "A febre das especulações não nasceu, portanto, das finanças republicanas. Era enfermidade preexistente, que, durante as últimas semanas da Monarquia, se exacerbava até as proporções do delírio agudo" (Finanças e Política da República, 1892). Com o colapso do mercado de ações e a desvalorização do mil-réis (1893) o sistema bancário tentou uma reorganização, mas sua fragilidade se arrastou até a crise bancária de 1900, quando a política monetária ortodoxa de Murtinho provocou uma redução do sistema bancário sem precedente na história do País.<sup>10</sup>

## Joaquim Murtinho (1848-1911)<sup>11</sup>

Mato-grossense, vem para a Capital do Império na década de 1860; matriculou-se no Curso de Engenharia Civil da Escola Central, onde se bacharelou-se em 1870. Devido ao seu interesse pelas idéias de Samuel Hahnemann, em 1873 colou grau como Doutor em Medicina. Tentou fazer uma carreira política via uma cadeira na Câmara dos Deputados, representando Mato Grosso, mas teve preterida sua intenção. Exercendo a medicina homeopática, tornou-se uma figura preeminente na Capital Federal com uma privilegiada clientela. Insistiu novamente com a política e em 1886 tentou mais uma vez conseguir uma vaga na Câmara dos Deputados pela sua província de origem, mas deci-

<sup>9</sup> Citado por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1923).

<sup>10</sup> O Jornal do Comércio, "Não há quem ignore o descomunal desenvolvimento que tiveram as transações no trimestre de agosto a outubro. Títulos houve, que sem fundamento ou explicação plausível, subiram 30% em um dia e 150% em um mês", 18 de dezembro de 1889. No mesmo dia, na seção "Questões Econômicas", este Jornal escrevia "Que fatores concorreram, para manter este entusiasmo em escala progressiva durante três meses?". Os auxílios à lavoura para o qual o Estado emprestava sem juros a longo prazo, a execução da lei da pluralidade dos bancos de emissão, geraram uma onda de fundação de bancos para utilizar os auxílios pecuniários à lavoura. "A febre do jogo propagou-se por todas as classes da população, criando esperanças insensatas, e estendeu-se das ações de bancos aos títulos das companhias de toda espécie" Jornal do Comércio, 18/12/1889. Sobre a gestão financeira de Joaquim Murtinho veja também Carlos Inglez de Souza, (1924), A Anarquia Monetária e suas Consequências, São Paulo, Monteiro Lobato 7 Cia Editores.

<sup>11</sup> Sobre a trajetória de Joaquim Murtinho veja Faria, Fernando Antônio, "Os Vícios da Re(S)Pública - Negócios e Poder na Passagem para o Século XX", Rio de Janeiro, Notrya Editora, 1993.

didamente a política imperial não o aceitava. Com a República elege-se Senador por Mato Grosso e entra pesado nos grandes negócios. Faz-se presidente do recém-criado Banco Rio e Mato Grosso e iniciou uma escalada política importante nas primeiras décadas republicanas.

Um dos problemas cruciais daqueles anos era a questão das estradas de ferro. Na sua maioria tinham sido construídas com garantia de juros do Governo Federal e também dos estaduais; a desordem com que tinham sido traçadas nas décadas anteriores fazia que muitas ferrovias apresentassem déficits crônicos, cobertos pelos cofres públicos, urgia uma solução para a questão. Quando o engenheiro Eduardo dos Guimarães Bonjean solicitou ao Senado federal a licença para o arrendamento das ferrovias de propriedade da União, isto desencadeou um debate sobre a questão e colocou o Senador Murinho na arena política: como ardoroso defensor da iniciativa privada condenava a participação do Estado nas atividades de bancos, ferrovias, fábricas, fornecimento de água e esgoto, afirmando que quando isto acontecia criava-se um precedente perigoso pondo em risco a eficácia do sistema representativo. A República precisava implantar de vez a liberdade econômica e eliminar os gastos desnecessários. O parecer era favorável ao arrendamento<sup>12</sup>. Com o afastamento temporário de Prudente de Moraes para tratamento médico, assumiu o vice Manoel Victorino que fez uma reformulação ministerial, convidando Murinho para a Pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas. Sua passagem pelo Ministério deixou mais uma marca ideológica no exercício do poder, registrados na sua "Introdução ao Relatório de 1897" (Faria, F.A., 1993, 246), do que uma ação enérgica na administração pública<sup>13</sup>. Nesta sua primeira passagem pelo poder executivo (nov/1896 à out/1897) Murinho limitou-se à "defesa e sustentação da idéia" de privatização do Estado e a colocar este a serviço da acumulação privada, sedimentando tanto suas idéias sobre darwinismo social<sup>14</sup>, como um maior conhecimento da máquina burocrática, atributos essenciais na sua gestão posterior no Ministério da Fazenda<sup>15</sup>.

O Governo Prudente de Moraes chegava ao fim do seu mandato no meio de uma crise de Balanço de Pagamento, queda dos preços do café, paga-

<sup>12</sup> Vejam Joaquim Murinho, (Relator) "Parecer sobre o Arrendamento de Estradas de Ferro", Rio de Janeiro, Anais do Senado Federal, nº 212, 1896.

<sup>13</sup> A passagem de Murinho por este Ministério, e o seu apelo ao Presidente da República para fazer uma reforma monetária, tornou-se uma peça econômica usada por mais de 40 anos na discussão da economia brasileira; veja sobre o assunto Pelaez, C.M., 1971)

<sup>14</sup> "Já fui classificado de bárbaro por sustentar semelhante doutrina, como se eu fosse o criador dessa lei da natureza e como se eu pudesse impedir a sua aplicação." Joaquim Murinho (1897) refere-se à teoria evolucionista do naturalista inglês Charles R. Darwin que considera a seleção natural como o principal fator da evolução dos seres vivos. Murinho aplicava esta idéia ao tecido econômico, defendendo que na luta para sobreviver no meio econômico, só as empresas mais aptas e fortes são as que permanecem.

<sup>15</sup> Veja o relatório de Joaquim Murinho "Introdução ao Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1897" em Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Joaquim Murinho, em maio de 1897, 9º ano da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.

mento dos juros em atraso e amortizações de empréstimos passados, aliada à periódica escassez de cambiais que o obrigaram a negociar para fazer face a obrigações do serviço da dívida a u'a moratória junto a Casa Rothschild, tradicionais financistas do Império do Brasil. No decorrer desta negociação foi eleito presidente da República o paulista Campos Salles que, mesmo sem tomar posse, numa viagem a Londres, comprometeu-se com o empréstimo consolidado pelos Rothschild - *Funding Loan* de 1898: os pagamentos dos juros sobre alguns empréstimos foram protelados por 3 anos e as amortizações por 10 anos. Foram emitidas obrigações de um novo empréstimo a 5%, garantidas pelas receitas alfandegárias do Rio de Janeiro, no valor de 8,6 milhões de libras. A gestão do *Funding-Loan* foi o grande feito de Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda da administração Campos Salles, conhecido como o salvador das finanças brasileiras. A principal preocupação da política econômica do Governo Campos Salles e do seu Ministro Murinho era com a valorização do meio circulante. Murinho acreditava que num país como o Brasil, onde circulava uma enorme massa de papel-moeda de curso forçado, o ouro perdia sua importante função de agente da circulação e ingressava na categoria de simples mercadoria. Não sendo medida de valor, passava a ser ele próprio medido, tal qual as demais mercadorias, pela unidade de papel inconvertível, donde resultava que, quando os preços das mercadorias se elevavam, o preço do ouro, que funcionava, neste sistema "papelista" como mercadoria, também aumentava e o aumento desse ágio se traduzia via queda cambial. Assim, o resgate do papel-moeda era a saída para alavancar a taxa de câmbio (elevação) com a conseqüente valorização do meio circulante nacional. Os metalistas identificavam no excesso de papel-moeda o fator crucial para explicar a crise brasileira<sup>16</sup>. Murinho na sua primeira exposição ministerial (1899) assim a analisava: "A crise financeira depende por sua vez, não tanto da diminuição da massa de rendas do estado, mas da redução do valor da unidade dessa massa (...) A crise financeira é, (...) do regimen que produziu a superabundância de papel-moeda no mercado. As duas crises são (...) semelhantes em sua expressão geral: superabundância de café em relação ao consumo, superabundância de papel-moeda em relação ao valor da circulação; (...) As grandes emissões, que excitaram a febre de negócios, desen-

<sup>16</sup> Campos Salles assim analisa a crise em sua mensagem presidencial "Vem daí a elevação do preço do ouro e o conseqüente aumento dos preços dos objetos importados fazendo subir consideravelmente o custo de produção de tudo quanto exportamos. Por outro lado, esse excesso de papel-moeda, gerando a falsa crença da superabundância de capitais, produziu funestíssima agitação febril, que penetrando no seio da própria lavoura e deu desenvolvimento demasiadamente rápido à produção do café, abrindo margem à especulação, com grande detrimento de seu preço de venda. Nas indústrias manufatureiras a ação maléfica daquele agente tornou-se ainda mais sensível. A mania das grandezas, engendradas por aquelas emissões, determinou a criação de indústrias em toda parte, de todas as variedades imagináveis. Não tardou muito para que a realidade viesse à tona apagar as ilusões, e as liquidações bruscas e violentas, produzindo perdas consideráveis, concorreram para destruir grande parte da fortuna particular e pública, empobrecendo cada vez mais o país."

*volvendo os canaas da circulação monetária, invadiram os campos destruindo a calma, a prudência e a sabedoria no espírito dos agricultores, infiltrando-lhes a ambição de grandes fortunas realizadas com grande rapidez”.*

A política econômica do Ministro Murinho estava fundada em concepções rudimentares sobre a natureza do ajustamento necessário para solucionar as dificuldades da Balança de Pagamento do país. Para Murinho esta dificuldade era causada pelo excesso de emissões, as quais produziam uma pseudo-abundância de capitais e como consequência, o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização exagerada do café. Assim, a indústria brasileira crescerá, naqueles anos, lastreada na emissão de uma massa colossal de papel-moeda inconvertível, isto gerava indústrias ineficientes, quanto ao câmbio era favorável a sua valorização “produzir barato o que importamos caro e importar barato aquilo que produzimos caro” (J. Murinho, 1897, 407). Nivelada a taxa de câmbio à paridade do ouro, as indústrias ineficientes e os bens importados seriam comprados a preços mais baixos. Quando assumiu a pasta da Fazenda em 1898, Murinho generalizava que a crise econômica brasileira era resultante da política monetária de Ouro Preto/Rui Barbosa, conhecida como Encilhamento. Na sua análise havia uma crise econômica e outra financeira. O aspecto financeiro era engendrado pelo excesso de emissão de notas e o econômico pelo crescimento desenfreado da produção de café, que provocava uma queda nos preços internacionais e a subsequente política de depreciação cambial. Esta política cambial mantinha a renda do setor cafeeiro e gerava um excesso de café nos próximos anos<sup>17</sup>. Baseado nestas premissas Murinho destacava 4 problemas para a política econômica nacional: 1) - A existência de produtores ineficientes no mercado de café; 2) - A proteção tarifária e as emissões de moeda resultavam em indústrias artificiais; 3) - Déficits Orçamentários; 4) - Emissões de papel-moeda em desproporção com os negócios. O programa econômico de Murinho concentrou-se em corrigir o excesso da produção cafeeira, pelo darwinismo econômico; isto é, aquela deve ser reduzida pela seleção natural, eliminando-se os produtores ineficientes. Quanto à questão da depreciação cambial, foi criada uma taxa sobre o ouro (tarifa-ouro): em 1898 10% do valor das taxas de importação seriam pagos em espécie, em 1899 haveria um aumento de 5% e a partir de então acréscimos anuais até estabilizar a taxa de câmbio. Esta taxação serviria para cobrir os gastos com a dívida externa e também evitaria que o Tesouro fizesse compras de divisas esporádicas quando da liquidação de juros e principal dos antigos empréstimos. Todavia, a medida de Murinho de maior impacto foi o empréstimo de consolidação da dívida externa contraído pelo Presidente Campos Salles, embora ele não tenha sido o autor dessa medi-

<sup>17</sup> No período 1889/1891 houve aumento do volume de moeda e depreciação cambial, em 1894 na administração de Rodrigues Alves houve uma certa estabilização tanto da taxa de câmbio, quanto do volume de moeda, entre 1896/1898 houve pequenas variações cambiais. Pelaez (1971) conclui que há um exagero nas afirmações de descalabro monetário, com exceção do período conhecido como Encilhamento.

da<sup>18</sup>. Como o empréstimo foi contraído num período de crise econômica, a deflação resultante do enxugamento do meio circulante resultou no pânico bancário de 1900, que fechou a Praça do Rio de Janeiro com desdobramento nas praças santista, da Bahia e de Pernambuco. A crise bancária levou à falência o Banco da República e mais outras 17 instituições financeiras. Foi o fim da política papalista ensaiada no início da década, houve uma grave contração dos negócios, mas o Ministro Murinho teve enorme sucesso na execução de suas reformas e acabou consagrado como o saneador das finanças da República.

#### **Vieira Souto (1849/1922).**<sup>19</sup>

O carioca Luiz Raphael Vieira Souto cursou a Escola Militar da Praia Vermelha; com o fechamento desta devido à Guerra do Paraguai ingressou na *Escola Central*, onde formou-se engenheiro. Destacado aluno foi em seguida convidado para ser repetidor interino da Cadeira de Máquinas; nestes anos, processava-se a transformação da Central em Escola Politécnica<sup>20</sup>. O primeiro posto de trabalho como engenheiro foi na Estrada de Ferro Macaé-Campos, como fiscal de obras, na qualidade de representante do Governo. Destacou-se no ano de 1875 como crítico de um plano geral de melhoramentos para a cidade do Rio de Janeiro, escrevendo 14 artigos no *Jornal do Comércio* (9/10/1875 a 2/1/1876) onde demolia algumas das soluções apresentadas. Foi o início de uma carreira de grande polemista, cujo o ponto alto foi a polêmica travada com Murinho sobre a política econômica. Foi diretor do Departamento de Obras Públicas da Municipalidade do Rio de Janeiro, presidente da Comissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro (1903/1906), depois diretor da Companhia do Porto do Rio de Janeiro. Como engenheiro foi responsável por inúmeras obras na Capital Federal: demolições do Morro do Castelo, do Morro de Santo Antônio, aterros das Praias da Glória e de Santa Luzia, construtor do Edifício da Exposição Nacional de 1922.

<sup>18</sup> O plano foi elaborado por Tostal, um diretor do banco inglês London and River Plate Bank, e assinado por Campos Salles, em Londres, antes de ser empossado como Presidente. Retrospecto Comercial do *Jornal do Comércio*, 1898. Uma análise cuidadosa sobre o Funding-Loan veja em Pelaez (1971)

<sup>19</sup> Há uma escassa produção biográfica sobre Vieira Souto; veja Adolfo Morales de Los Rios Filho, “Dois Engenheiros Ilustres: Pereira Passos e Vieira Souto”, 1951, Rio de Janeiro, Editora A Noite e Dr. Getúlio das Neves, Necrológio de Vieira Souto, *Revista Brasileira de Engenharia*, Julho de 1922. Sobre o economista Vieira Souto Santiago Fernandes no livro “Ouro - A Relíquia Bárbara”, dedica um capítulo a ele, mas infelizmente discute mais os argumentos econômicos de Joaquim Murinho combatendo o papel-moeda, do que o brilhante ensaio de Vieira Souto sobre economia monetária.

<sup>20</sup> A mudança da Escola Central para Escola Politécnica foi uma grande reforma no ensino de engenharia no País (decreto nº 5600, de 25 de abril de 1874), os autores foram o Ministro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira e o Dr. em Ciências Matemáticas José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco. Esta reforma criaria um curso geral que conferia o título de Engenheiro-geógrafo e diversos cursos especiais: Engenharia Civil, de Minas, Artes e Manufaturas, Ciências Físicas e Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais.

A profissão de economista foi adquirida exercendo o magistério. Vieira Souto foi professor durante 30 anos da Escola Politécnica assumindo a cátedra de Economia Política, Direito Administrativo e Estatístico, pela jubilação do Visconde de Rio Branco, num renhido concurso público, com a tese "Aplicações do Cálculo das Probabilidades ao difícil ramo das Estatísticas Moraes". No seu necrológio Getúlio das Neves escreveu "O engenheiro não foi menor do que o professor como é fácil de verificar" (Revista Brasileira de Engenharia, julho de 1922). Da sua prática enquanto professor Vieira Souto consolidou uma vivência com os temas econômicos e a literatura internacional, que ao longo daqueles anos se expressou nos diversos artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro. O mais célebre foi a coleção de artigos publicados no jornal "O Correio da Manhã" em novembro e dezembro de 1901.<sup>21</sup> Estes artigos serão a base para nossa discussão.

A primeira questão tratada por Vieira Souto refere-se à discordância de associar a crise financeira nacional à política financeira do Império e da República de déficits orçamentários cobertos, ora por empréstimos, ora por emissão de papel-moeda. Discordando da posição de Murtinho quanto a esta questão ele argumenta que o orçamento é uma previsão de receitas e despesas normais e não se pode englobar despesas extraordinárias e especiais como déficits orçamentários, porque estes foram oriundos de despesas especiais, cobertos por recursos também especiais. Para justificar seu ponto de vista cita inúmeros exemplos de países europeus que aumentaram de 6 a 12 vezes suas dívidas (Vieira Souto, 1902, 347) e completa citando como exemplo de países sem dívidas a Libéria que não recorreu ao crédito público e não tem dívida e a Turquia que conseguiu amortizar 17% de sua dívida nos últimos 25 anos. "É certo que de 1889 a 1898 muitos erros foram cometidos, sendo o principal deles a permanência dos déficits orçamentários; mas é mister considerar como atenuante as circunstâncias dispendiosas que cercam qualquer mudança de regime político, a revolta de 6 de setembro, o movimento de Canudos" (Vieira Souto, 1902, 355)

Vieira Souto fazia a ponte entre a questão da moeda mercadoria (metal) e o papel-moeda. Vejamos, "quando o papel-moeda ainda não fora inventado e o crédito público ainda não havia nascido, os governos (...) para acudir despesas extraordinárias (...) usando do direito régio de fabricação exclusiva da moeda (...) estatuíam que, a partir de certa data, fosse o numerário recebido pelo dobro, triplo, etc., do valor legal indicado no cunho (...) ou mandavam <que> fossem as moedas refundidas, introduzindo-se em sua composição o

<sup>21</sup>Os artigos discutindo a política econômica do Ministro Murtinho foram inúmeros: em setembro de 1900 vários deles foram publicados no jornal oposicionista "A Imprensa", que tinha como redator-chefe o próprio Rui Barbosa. Os artigos do "Correio da Manhã" foram publicados posteriormente com o título "O Último Relatório da Fazenda", 1902, Rio de Janeiro, Editor L. Malafaia Junior, republicado por Nisia V. Luz (org), 1980, Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho, Brasília, Senado Federal/Casa de Rui Barbosa. Escreveu também "A Situação Econômica" obra de 1901.

*dobro ou triplo de liga e reduzindo-se à metade ou terça parte a quantidade de metal fino (ouro ou prata) que elas anteriormente continham."*

Numa visão antecipada das idéias keynesianas, Vieira Souto já reconhecia que a moeda e os contratos são intimamente ligados: "O papel-moeda e os empréstimos públicos representam aperfeiçoamentos dos processos outrora empregados (...) hoje não há economista ou financista (...) todos reconhecem o enorme poder adquirido pelo crédito público, o seu uso cada vez mais frequente e mais vasto" (350). Continuando, Vieira Souto afirmava que a administração de Murtinho tinha na verdade sobrecarregado o povo de impostos, queimado o saldo das receitas governamentais, desfalcado a circulação monetária atrofiando o comércio e a indústria, e finalizado com uma crise bancária que aniquilou com as instituições financeiras nacionais e abandonou a lavoura cafeeira à seleção natural.

A originalidade do pensamento de Vieira Souto está ligada à compreensão do fenômeno monetário, relacionando a moeda ao débito, fugindo da idolatria da relíquia bárbara, como denominou Keynes (1923). Seu entendimento sobre esta questão fica patenteado quando, analisando o *Funding*, concluiu que a incineração do papel-moeda deveu-se unicamente aos políticos brasileiros que atribuíam à abundância de papel-moeda no meio circulante todos os males econômicos e financeiros da economia nacional. Para os credores ingleses a questão era que o Brasil honrasse seus compromissos; isto é, que ao final de 3 anos voltassem a pagar, pontualmente, os juros da dívida externa. Assim, a queima dos saldos orçamentários não foi uma exigência; era facultativa. Diante da crise comercial, pela escassez de numerário e contração progressiva da circulação, o Ministro Murtinho poderia ter dado outro curso à política econômica se não fosse ferrenho adepto das idéias metalistas. Mas a obstinação de Murtinho era enorme e este acreditava que "A circulação metálica é essencialmente diferente da constituída por papel-moeda; na primeira a matéria circulante representa riqueza real acumulada e a eliminação de parte dessa matéria determina um empobrecimento na circulação; na de papel-moeda, porém, o elemento circulante é uma simples promessa de pagamento, um simples título de dívida e a destruição de parte desses elementos, diminuindo os encargos do devedor, aumenta o seu crédito e o valor dos títulos que ficam em circulação" (J. Murtinho, 1900). Vieira Souto argumentava que o raciocínio econômico do Ministro era simplista, porque acreditava que a destruição de parte dos títulos da dívida de um devedor diminuirá os encargos deste; isto é, se um indivíduo resgata seu título, isto aumenta seu crédito, mas não o valor dos que ficaram em circulação, *salvo o valor moral, que outra coisa não é senão crédito*. Destruir parte dos títulos sem pagar o indivíduo estará sujeito às penas do Código Criminal (atual Penal). Na essência, Murtinho está afirmando que a moeda metálica representa uma riqueza acumulada e sua retirada empobrece a circulação enquanto que o papel-moeda representa um simples título de dívida cuja destruição enriquece o devedor. Vieira Souto pergunta: "as apólices guardadas no cofre (...) as letras que esperam o dia do

vencimento na carteira de um banco, não representam riqueza acumulada porque são títulos da dívida (...) Se um devedor enriquece pela subtração de um título de dívida, não empobrece na mesma proporção o credor, vítima daquele ato?" Há um entendimento perfeito no pensamento de Vieira Souto de que o papel-moeda é um instrumento de troca e indispensável elemento da atividade produtiva. O que interessa não é a equivalência em ouro da moeda, mas o seu papel na circulação como base de todos os contratos e negócios.

Um outro ponto levantado por Murtinho para o enxugamento do meio circulante estava ligado à questão da taxa de câmbio. Para ele o câmbio dependia da quantidade de papel-moeda em circulação, e a taxa de câmbio se elevava sempre à proporção que se retirava ou queimava aquele papel. Esquecia o Ministro que a taxa de câmbio atesta apenas a diferença a pagar ou receber entre diferentes praças num dado momento. Os exemplos citados por Vieira Souto para refutar a questão do câmbio alto e baixo demonstram sua maturidade intelectual; ele acabava por concluir que o câmbio melhorou de 1899 para 1901, porque a importação diminuiu, houve redução das rendas e lucros, diminuíram as remessas de divisas para o exterior. A recessão econômica foi a responsável pela enorme deflação ocorrida naqueles anos, baixaram os preços de quase todos os produtos no mercado interno, mas isto foi efeito do arrefecimento geral da atividade econômica. *"Dr. Murtinho argumenta desta forma: a queima de papel-moeda é que produz a alta da taxa cambial e esta alta traz a fortuna para todos. Nós replicamos: a queima do papel, esterilizando todas as atividades e embarçando todas as transações, pela escassez de meio circulante, acarreta a redução de todas as rendas individuais e restringe todas as importações de mercadorias. À medida que se elevam as privações do povo, este consome menos mercadorias importadas, e o câmbio tende a subir. O câmbio é em tal caso o espelho da miséria pública."*

A crise bancária de 1900 na Praça do Rio de Janeiro é um exemplo dos sabores da economia, cuja política econômica estava sendo conduzida nos velhos cânones da ortodoxia monetária. Quando em setembro de 1900 rebentou a crise, os efeitos dos abusos do crédito originados das grandes emissões de 1890 a 1894 já tinham desaparecido, restando apenas liquidar algumas hipotecas e cauções de títulos que não constituíam crédito comercial. Para Vieira Souto o Ministro Murtinho não tinha noção sobre a natureza e as funções do crédito comercial; para este o crédito deve ser facultado ao comerciante na proporção do dinheiro que ele possui, o capital de giro, quando a base do crédito mercantil é o capital representado pelas mercadorias do seu estoque e os lucros esperados. A centelha que acendeu a fogueira da crise foi dada pelo conflito entre a diretoria do Banco da República<sup>22</sup> e o Ministro da Fazenda. Para Murtinho, este banco concentrara em sua carteira todas as loucuras da Bolsa e *"como todos os outros que se envolveram nas especula-*

<sup>22</sup> Este banco era resultante da fusão do Banco Nacional do Brasil, do Conde de Figueiredo e do Banco dos Estados Unidos do Brasil do Conselheiro Mayrink.

ções da Bolsa, era antes bazar do que banco; nele se encontrava de tudo, menos dinheiro para descontos." Um dos problemas do Banco era que este havia herdado as carteiras do Banco do Brasil e do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil; estas transbordavam de ações e debêntures de empresas falidas, que haviam sido fundadas em 1890/91. Mas o próprio Murtinho na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados *"reconheceu que foi o próprio Governo quem havia impingido a maior quantidade de quinquilharias avariadas, que, não encontrando compradores, foram atravancando o bazar e enchendo-lhe as prateleiras, até que um dia o Governo resolveu pôr no andar da rua os proprietários do estabelecimento e assumir a direção do balcão para negociar sob sua responsabilidade, mas por conta deles, todos os alcaides."*

Na visão de Vieira Souto as causas da crise estão relacionadas à determinação do Dr. Murtinho de elevar a taxa de câmbio. A despeito dos esforços, esta teimava em conservar-se inferior a determinação oficial; o Ministro atribuía isto à especulação dos bancos ingleses junto com os jogadores de câmbio. A queima de papel-moeda não conseguia chegar na taxa ideal, quando o Conselheiro Amaral apareceu pedindo o primeiro auxílio para o Banco da República, que foi de bom grado concedido, em ouro, porque este teria de ser vendido pelo banco que necessitava de papel, e a venda contribuiria para elevar o câmbio, como desejava o ministro. Uma das causas da dificuldade do banco era escassez de meio circulante produzida pela queima, o que fazia os depósitos diminuírem e as retiradas aumentarem; a contração obrigava o comércio a recorrer ao instrumento de trocas, o crédito, que supre a insuficiência de moeda. Em julho de 1900 voltou o Banco a pedir auxílio ao Governo que lhe emprestou 600 mil libras, vendidas com grande prejuízo aos bancos estrangeiros, os quais previamente elevaram a taxa de câmbio, para faturarem lucros extraordinários com o ouro comprado a bom preço. Estas operações com ouro realizadas com prejuízo pelo banco tornaram-se conhecidas, o que gerou um clima de desconfiança na praça. Foi aí que o Conselheiro Amaral, desanimado com os paliativos onerosos, deliberou pedir um apoio eficaz em papel-moeda. Mas o Ministro estava entusiasmado com o expediente adotado que tinha elevado a taxa de câmbio, e resistiu ao pedido de empréstimo em papel, poderia ser ouro. O gerente do Banco Alemão (Pettersen), conhecido especulador na Praça carioca, escreveu uma carta que afirmava que a taxa de câmbio não era mais elevada devido à especulação cambial de certos bancos (ingleses); como o Ministro tinha a força representada no cofre do Tesouro, necessitava apenas de um instrumento e o mais adequado para isto era o Banco da República. A intervenção do Governo no Banco fez de Pettersen o diretor da carteira de câmbio do falido Banco da República, só que em 8 meses de administração aquele dilapidou o patrimônio do Banco. O escândalo não foi apurado, Pettersen fugiu para o Uruguai e de lá voltou para a Alemanha.

A liquidação do Banco da República em 17 de outubro de 1900, levou à suspensão dos pagamentos do Banco Rural e Hipotecário, do Comercial, do Rio de Janeiro, do de Depósitos e Descontos, do de Crédito Móvel, do Franco-Brasileiro, do Intermediário, do Ítalo-Brasileiro, do da Lavoura e do Comércio, os bancos da Bahia, o Banco de Pernambuco. Destes só o Banco da Lavoura e do Comércio reabriu suas portas depois da tempestade, os outros foram liquidados ou faliram (D.T.Viana, 1962, 201). Pandiá Calógeras afirma que foram 17 bancos fechados e liquidados no rastro da liquidação do Banco da República; Vieira Souto afirmou, e os números atestam, que esta crise liquidou ou inutilizou todos os bancos nacionais. Os bancos estrangeiros, que desde o início de 1900 haviam se expandido muito, com abertura de várias filiais em outras praças do país, continuaram incólumes. Em 1905, nos escombros do Banco da República, foi organizado o atual Banco do Brasil como banco comercial de depósitos e descontos, o qual em breve tornar-se-ia o primeiro banco nacional do país. Em 1910 o Brasil possuía 21 bancos comerciais dos quais 5 eram estrangeiros. Com exceção do Banco do Brasil e de 3 estrangeiros que operavam nas principais praças do País, os demais só operavam nos próprios Estados onde foram criados. Este foi o resultado da política econômica saneadora do Murinho nas finanças brasileiras. Emitir papel-moeda é um crime! E arrasar todos os bancos nacionais, promover a bancarrota geral, o que é?

### Conclusões.

Para Murinho a crise bancária não o desviou do “*caminho duro e áspero dos princípios*”; quanto aos resultados, “*só o futuro poderá medir-lhes o valor*”. Vieira Souto vaticinava que o julgamento da História seria duro com este triste episódio. A História oficial foi generosa com o Ministro e quem foi esquecido foi o autor da mais brilhante crítica da política econômica da estabilidade produzida nos marcos da economia primária-exportadora. Provavelmente, para esta economia não se punha tão fortemente a questão do financiamento, que é vital para uma economia industrial. O café não dependia deste crédito para prosseguir sua marcha triunfal como a principal *commodity* do Brasil; a lição que os fazendeiros tiraram disso foi que era preciso organizar a oferta nacional, já que a supremacia brasileira no mercado mundial de café era evidente. Assim, a ortodoxia econômica podia seguir o seu curso no comando da política cambial, que eles tomariam suas cautelas. Este ponto de vista foi defendido por Pelaez (1971) ao interpretar a assinatura do Convênio de Taubaté (1906), como uma reação dos cafeicultores à política de Campos Salles/Joaquim Murinho, promovendo uma intervenção oficial no mercado de café, muito longe do ideário liberal, cuja política sustentou a economia cafeeira por mais de 2 décadas.

### Bibliografia.

#### Jornais

JORNAL DO COMMERCIO - vários anos  
RETROSPECTO DO JORNAL DO COMMERCIO - vários anos  
A IMPRENSA - vários anos  
CORREIO DA MANHÃ - vários números  
REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA - vários números

#### Oficiais

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Joaquim Murinho, em maio de 1897, 9º da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional;

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, no ano de 1899, 11º da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional;

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, no ano de 1900, 12º da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional;

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, no ano de 1901, 13º da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional;

ANAIS DO SENADO FEDERAL, “*Arrendamento das Estradas de Ferro*”, Relator Joaquim Murinho no parecer da Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas, nº 212, 17 de novembro de 1896;

#### Livros e Artigos

ANDRADA, ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE, (1923), **Bancos de Emissão no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Livraria Leite Ribeiro;

BARBOSA, RUI - (1892), **Finanças e Política da República**, Rio de Janeiro, Cia. Impressora;

BLOOMFIELD, A., - (1959), **Monetary Policy under the International Gold Standard: 1880-1914**, Washington, Federal Reserve Bank of New York;

CALÓGERAS, PANDIÁ - (1960), **A Política Monetária do Brasil**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasileira;

FARIA, FERNANDO A., (1993), **Os Vícios da Re(S)Pública - Negócios e Poder na Passagem para o Século XX**, Rio de Janeiro, Notrya Editora;

FERNANDES, SANTIAGO (1967) - **Ouro - A Relíquia Bárbara - De Bretton Woods ao FMI no Rio**, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura;

FILHO, ADOLFO MORALES DE LOS RIOS - (1951) **Dois Engenheiros Ilustres: Pereira Passos e Vieira Souto**, Rio de Janeiro, Editora A Noite;

GOLDSMITH, R.W., - (1986), **Brasil: 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação**, São Paulo, Editora Harper & Row do Brasil Ltda/Bamerindus;

HAWTREY, R.G. - (1951), **El Padrón Oro en la Teoría y en la Práctica**, Madrid, Aguilar;

KEYNES, J.M. - **A Treatise on Money**, Londres, Macmillan, CWJMK, vol.III, cap. 35, 1971;

\_\_\_\_\_, (1923), **Tract on Monetary Reform**, Londres, Macmillan, CWJMK;

LUZ, NÍCIA V. (org) (1980), **Idéias Econômicas de Joaquim Murinho - Cronologia, Introdução, Notas Bibliográficas e Textos Selecionados**, Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa de Rui Barbosa;

- PELAEZ, C.M. - "As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945", Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, vol.25, nº3, jul/set 1971;
- SOUSA, CARLOS INGLEZ DE, (1924), **A Anarchia Monetária e Suas Consequências**, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia Editores;
- TRIFFIN, R. - (1972), **O Sistema Monetário Internacional**, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura;
- VIEIRA, DORIVAL T. (1962) - **Evolução do Sistema Monetário Brasileiro**, São Paulo, Boletim nº 24, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, reimpresso pelo IPE/USP em 1981;
- VIEIRA SOUTO, L.R. (1902) - **O Último Relatório da Fazenda**, Rio de Janeiro, L.Malafaia Junior, reimpresso por Nícia V. Luz (1980);
- VILLAR, P. - (1980), **Ouro e Moeda na História 1450-1920**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra;
- WEBER, M. - (1964), **Historia Económica General**, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica;

#### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANÇAS

##### BANCOS, BANQUEIROS E FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - RIO DE JANEIRO, 1920-45.

*Teresa Cristina de Novaes Marques\**

Esta comunicação é um desdobramento da pesquisa que venho realizando sobre empresas bancárias no antigo Distrito Federal, entre 1920 e 1945.

Exploro alguns aspectos da trajetória de um nome de grande importância no cenário empresarial carioca dos anos 20: os Sotto Maior. Com presença na indústria (Fiação de Tecidos Corcovado), nas finanças (Banco Português do Brasil e Cia. Sagres de Seguros) e no grande comércio de atacado de tecidos (Sotto Maior & Cia). A trajetória desta família, de estreitas ligações com a colônia portuguesa na cidade do Rio, é ilustrativa de uma possível relação entre bancos e capital industrial neste período da história da economia carioca.

A questão da origem do capital industrial é analisada aqui à luz dos comportamentos econômicos das firmas e seus gerentes. Em outros termos, busco reconstituir as estratégias empresariais e avaliar seus efeitos em uma perspectiva histórica.

##### **As motivações como objeto de estudo.**

Antes de prosseguir nas questões substantivas referentes ao percurso do grupo empresarial focado, convém definir o meu objeto de análise. Na metodologia empregada em análises organizacionais, as motivações e estra-

\* Aluna do Mestrado em História da UFRJ. Projeto de tese: *O setor bancário privado carioca. Os Bancos Boavista e Português do Brasil - um estudo de estratégias empresariais.*

tégias são os componentes fundamentais necessários para a reconstrução da trajetória de uma organização empresarial. Devo, no entanto, explicar porque elegi as estratégias e não as motivações empresariais por objeto de estudo.

Definindo motivações, eu diria que são escolhas racionais que resultam da leitura do ambiente de negócios pelo gerente<sup>1</sup> da firma, enquanto a estratégia de empresa é um processo decisório que é determinado pelo ambiente de negócios presente em um dado momento histórico. O caminho lógico da tomada de decisão pode ser descrito pelo seguinte processo:

1) Há o **Mundo Econômico**, que em outras palavras é o mercado<sup>2</sup>. Em termos concretos, o mundo exterior à firma é composto pelos demais concorrentes; pelo movimento dos preços; pelas oscilações na demanda; pelo surgimento de oportunidades de negócios alternativas; pela disponibilidade de tecnologias, e outros tantos fatores que devem ser levados em consideração no momento da decisão.

2) O gerente da firma (neste momento é o proprietário da mesma) faz uma leitura do **Mundo** (usando de informações cuja obtenção não é problema no paradigma de firma neoclássica, mas é problema em uma abordagem institucionalista). Esta leitura do **Mundo** gera uma **motivação**, que pode ser traduzida por uma meta a ser atingida.

3) Na terceira etapa do processo o gerente toma a **decisão**.

4) Na quarta etapa, ele estabelece as **estratégias** de investimento visando atingir a meta definida.

5) As estratégias de investimento geram efeitos patrimoniais, financeiros, etc.

Análises de estrutura de organizações, muito em voga atualmente, têm por objeto as motivações que orientam a tomada de decisões dentro da organização empresarial. Em se tratando de um estudo histórico, as fontes disponíveis passam a condicionar a eleição do objeto. Para atingir as motivações deveríamos ter acesso a um tipo de documento de circulação restrita à empresa<sup>3</sup>. Como dispomos apenas dos efeitos das decisões (a quinta etapa do processo), concretizados em balanços, grau de imobilização do capital, valor de ações em bolsa, etc., podemos no máximo, tecer conjecturas sobre quais tenham sido as razões para a escolha de uma determinada estratégia. É por força da disponibilidade de fontes, portanto, que elegi as estratégias e não as motivações por objeto<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>A figura do proprietário e o gerente da firma não se confundem necessariamente, apesar de no caso em questão tratem-se da mesma pessoa.

<sup>2</sup>No meu entender, a noção de mercado se insere em algo mais amplo que seriam os condicionamentos institucionais, nos quais se inclui a mentalidade empresarial da época.

<sup>3</sup>Relatórios de circulação restrita, cartas entre sócios, ou mesmo depoimentos orais dos envolvidos no processo.

<sup>4</sup>Com as fontes disponíveis posso no máximo, conjecturar quais tenham sido as motivações que levaram a empresa a escolher uma determinada opção de investimento. Em outras palavras, disponho de alguns traços arqueológicos para recompor o conjunto de preferências do tomador de decisões.

Definido o escopo do trabalho, passo agora a definir em que debate teórico e historiográfico esta investigação se insere.

### Historiografia do crédito industrial no Brasil.

A primeira grande questão presente na discussão historiográfica em torno da origem do crédito industrial no Brasil diz respeito ao papel dos bancos privados no desenvolvimento econômico. Prevalece na produção acadêmica um consenso sobre a pouca relevância do crédito privado no crescimento industrial, que estaria restrito ao financiamento de curto prazo, deixando a descoberto a enorme demanda por crédito de longo prazo só atendida pelo Estado através do Banco do Brasil<sup>5</sup>, e mais tarde, pelo BNDE. Nesta linha de pensamento, dentre os mais reconhecidos autores que se dedicaram a pesquisar o assunto estão Bárbara Levy (1994) e Conceição Tavares (1973). Ambas identificam a origem de financiamentos para projetos industriais como composta majoritariamente de lucros retidos nas próprias firmas industriais. Mais recentemente Sochaczewski (1993), retornou à idéia de que o sistema bancário privado teve tímida participação no crescimento econômico.

Alguns estudos de caso recentes vêm questionando esta posição trazendo novos elementos para avaliar o papel do sistema financeiro privado no desenvolvimento industrial. Como é o caso do trabalho da economista neo-zelandeza Gail Triner<sup>6</sup> que mostrou através de consistente pesquisa empírica a relação positiva entre oferta de crédito bancário e o crescimento do produto industrial nas primeiras três décadas deste século. Do ponto de vista da agenda de investigação das grandes linhas de desenvolvimento macroeconômico, o trabalho de Triner representa uma importante contribuição. Seu grande mérito é chamar a atenção da comunidade acadêmica para o papel exercido pelos bancos comerciais privados no crescimento da produção industrial substitutiva de importações, bem como para os constrangimentos institucionais<sup>7</sup> que impuseram limites ao crescimento da atividade bancária no Brasil.

Mas ainda persiste na agenda de pesquisa de histórica bancária no Brasil um espaço de investigação pouco explorado, que compreende desde as relações entre os empresários industriais e o sistema bancário, seja na forma de participação acionária direta ou mediada por laços pessoais, à relação que se

<sup>5</sup> A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial no Banco do Brasil, em 1937, é tomada como um marco definitivo na oferta do crédito à atividade industrial no âmbito da economia brasileira. Todo investimento industrial antes de 1937 é atribuído ao auto-financiamento, isto é, à retenção de lucros.

<sup>6</sup> TRINER, Gail. The formation of modern Brazilian banking, 1906-1930: opportunities and constraints presented by the public and private sectors. in, *Latin American Studies*, n.28, 1996.

<sup>7</sup> O termo instituição no campo da História Econômica Institucional permanece ainda controverso. Há autores (Hodgson, 1993) que usam o termo instituição referindo-se ao comportamento econômico prevalente, algo como a mentalidade da época. Neste caso, o termo se enquadra no conceito de estrutura de longa duração e pouca determinação causal. Há autores (Douglass North, 1984) que usam o termo referindo-se ao arcabouço legal e regulatório que informa a atividade empresarial. Neste caso, instituição é também uma estrutura, porém historicamente determinada no todo social.

estabelece entre os empresários e as instituições bancárias oficiais, particularmente no Rio de Janeiro dos anos 30, então capital da República e centro político-decisório do país.

Esses são, em linhas gerais, os principais pontos característicos da historiografia do crédito industrial no Brasil. Em termos de debate teórico, no entanto, este trabalho procura explorar as implicações gerenciais que derivam do tipo de crédito escolhido para o investimento industrial. No caso, as alternativas seriam a escolha de um financiamento industrial via débito bancário ou via reaplicação de lucros retidos.

Voltemos ao caso da Cia. Corcovado e suas relações com a elite empresarial portuguesa do Rio de Janeiro.

### Cia. Fiação e Tecidos Corcovado.

Temos escassas informações sobre o histórico pessoal dos membros da família Sotto Maior. Sabemos que tinham estreitas ligações com Portugal, de onde originaram-se seus primeiros ascendentes estabelecidos no Brasil desde o século XIX. Fundaram na cidade do Rio de Janeiro uma firma comercial de tecidos, chamada Sotto Maior & Cia, que cresceu ao longo do tempo até representar em meados de 1920 uma das maiores<sup>8</sup> atacadistas do gênero.

Em 1895<sup>9</sup> a família Sotto Maior, através da Sotto Maior & Cia, fundou a fábrica de tecidos de algodão Corcovado, instalada no bairro do Jardim Botânico. Em 1929, o *Álbum da Colônia Portuguesa*<sup>10</sup> trouxe as seguintes informações sobre a capacidade produtiva da empresa:

- Área da planta: 430 mil m<sup>2</sup>; contando com 292 casas de operários.
- Consumo de água: 360 mil litros/mês
- Capacidade instalada: 9 caldeiras, 724 motores elétricos, somando um total de 7 mil HP instalados.
- A produção anual atinge 9 milhões de metros de tecidos de algodão, e entre 500 mil a 600 mil metros de tecidos de lã.
- O valor da produção anual gira em torno de 26 mil contos réis.
- A produção é distribuída a todo o país.
- O capital social é de 9 mil contos de réis, distribuídos em 45 mil ações de 200 mil réis cada uma.

O Conselho Fiscal era composto em 1929 por: Sotto Maior & Cia, Afonso Vizeu & Cia, (são ambas empresas de expressão no mercado atacadista de tecidos carioca e de participação na Associação Comercial do Rio de Janeiro, na qualidade de membros da diretoria).

<sup>8</sup> Segundo o *Álbum da Colônia Portuguesa*, de 1929, era a maior firma. Realmente, na amostra de firmas arroladas pelos organizadores deste catálogo a Sotto Maior & Cia. era de longe a de maior capital declarado no seu ramo de atividade. O capital da Sotto Maior era superior até mesmo ao do Banco Português, à Cia. Progresso Industrial (Bangú), e ao Banco Nacional Ultramarino, todos relacionados com a colônia portuguesa. Para maiores informações sobre o perfil econômico da colônia portuguesa no Rio ver o anexo estatístico neste trabalho.

<sup>9</sup> Algumas fontes indicam a data de constituição da sociedade como sendo 1889.

<sup>10</sup> Páginas 185/187. Examine esta fonte em maior profundidade no anexo estatístico deste trabalho.

### O Banco Português do Brasil.

Em março de 1918 um grupo de empresários, portugueses de origem, ou associados à colônia residente no Rio de Janeiro, fundou um banco destinado a "...servir aos interesses da Colônia Portuguesa no Rio de Janeiro..."<sup>11</sup> Em outras palavras, atuar no promissor mercado das remessas de imigrantes para Portugal, e fornecer crédito aos investidores portugueses estabelecidos na cidade. Foram esses os primeiros subscritores da sociedade anônima Banco Português do Brasil em 1918:

#### Acionistas fundadores do Banco Português do Brasil (1918)

NOME:	NÚMERO DE AÇÕES:
Pinto & Sotto Maior	9297
Alberto Guedes	7546
Visconde de Moraes	6817
Bernardino Pinto da Fonseca	2674
Cia.Seguros Luso Bras. Sagres	1800
Joaquim Cunha Sotto Maior	1500
Total Geral <sup>12</sup> :	101047

Fonte: Prontuários do Banco Português do Brasil - Junta Comercial do Rio de Janeiro.

Distribuídos entre os cerca de 940 subscritores iniciais do banco, estão outros membros da família Sotto Maior (ainda que de outros ramos familiares), além de firmas que faziam parte do seu patrimônio. O total de ações pertencentes a subscritores, pessoas físicas e jurídicas, relacionadas ao nome Sotto Maior chega a 15 390, o que faz do grupo o maior acionista fundador da empresa.

A segunda lista de subscritores disponível data de 1921, e nela vê-se que o nome Sotto Maior perdeu posições no conjunto dos acionistas em favor do crescimento de participação do Visconde de Moraes, empresário que acabará por se identificar ao banco durante os anos seguintes, até a sua morte em 1932. O nome Sotto Maior prosseguirá constando das listas de subscritores e atas de assembleias de acionistas do Banco Português do Brasil por toda a década de 1930, até que em setembro de 1944 passará a estar associado a uma nova instituição bancária: o Banco Sotto Maior<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Banco Português do Brasil, primeiro estatuto, depositado na Junta Comercial do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Este total se refere aos subscritores listados no documento depositado na Junta Comercial, que inclui acionistas no Brasil e em Portugal. O total geral de ações emitidas neste primeiro momento do Banco é de 125 mil.

<sup>13</sup> Investiguei a origem do Banco Sotto Maior para examinar a trajetória do grupo nos anos 40. Conclui que o Banco Sotto Maior resulta da compra dos ativos da *Casa Bancária e Administradora de Valores Somaco Ltda.*, por um grupo de empresários captaneados por Antero Simões e Mário Taveira Paixão, onde Jayme Lino Sotto Maior tinha uma pequena participação acionária, e nenhuma participação na administração, contribuindo apenas com prestígio do seu nome para legitimar o novo banco. Ficou registrado na Ata de constituição de capital do Banco Sotto Maior um voto de agradecimento pela autorização para a adoção do nome da família no novo empreendimento.

O destino do Banco Sotto Maior foi a incorporação ao Banco Nacional, hoje UNIBANCO, em meados dos anos 1960. (Fonte: Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro\_ arquivo histórico, organograma de fusões).

O Banco Português existiu até 1973, quando foi incorporado pelo Itaú, mas em particular no início dos anos 30, passou por severa crise de solvência<sup>14</sup>, onde o caso da Cia. Corcovado guarda estreita relação. Exploraremos a seguir a relação entre esta fábrica de tecidos e o banco.

#### Retornando à Fábrica Corcovado.

Considerando a importância do grupo Sotto Maior na administração do Banco Português do Brasil nos seus primeiros anos de existência, explica-se a relação comercial que se estabeleceu entre as duas firmas. O Diário Oficial de 16 de janeiro de 1920 traz uma Ata de Assembleia Extraordinária da Cia. Tecidos Corcovado<sup>15</sup>, realizada em 18 de dezembro do ano anterior. O objetivo da reunião era discutir a proposta de um empréstimo junto ao Banco Português para a aquisição dos bens da Cia. Fiação e Tecidos Andaraí, anteriormente chamada de Botafogo, localizada onde hoje é o bairro do Humaitá e especializada em tecidos de lã. O preço final de compra da fábrica foi de 9 mil e 290 contos, sendo 9 mil contos levantados junto ao Banco Português nas seguintes condições:

Valor total:	9:000:000\$
45 obrigações ao portador	(45 x 200\$)
Juros	(45 x 7% a.a.)
Prazo de resgate (máximo)	30 anos
Amortização anual	300 contos de réis
Primeira amortização	setembro de 1923
Garantia	todos os ativos da companhia

A tomada de decisão sobre o empréstimo não foi realizada unanimemente, um pequeno acionista registrou o seu protesto na Ata, para ele, ao invés de realizar o empréstimo a diretoria deveria ter promovido o aumento de capital em até 18 mil contos. Outro indício de que a decisão pelo investimento via débito, ao invés da tradicional reinversão de lucros retidos, fugia aos padrões empresariais da época, foi a publicação de um manifesto público, em duas ocasiões do mês de janeiro de 1920<sup>16</sup>. Diz o texto do manifesto:

"...A Cia., além das garantias genéricas do dec. 177A, de 15 de setembro de 1893, dá em primeira e especial hipoteca todos os edifícios das suas fábricas aparelhados dos mais modernos maquinismos, habitações para operários..."

<sup>14</sup> A situação do Banco Português do Brasil será examinada com detalhes na dissertação de mestrado, em fase de redação no momento.

<sup>15</sup> Tanto o Conselho Fiscal da Corcovado quanto a Diretoria é composto por sócios do Banco Português do Brasil.

<sup>16</sup> Diário Oficial da União, 25 e 31 de janeiro de 1920.

Assinam o documento pela Cia. Corcovado, os diretores Tomás Silva Cunha, Aníbal Bebiano, e pelo Banco Português, o diretor presidente, Visconde de Moraes.

É razoável imaginar que a decisão da contratação do empréstimo atendes-se a uma estratégia de aprofundar o processo de produção de tecidos pelo grupo. Os Sotto Maior já eram os maiores atacadistas de tecidos da cidade, e possivelmente, com grande capacidade de distribuição de mercadorias no interior da Zona Rio<sup>17</sup>. Podemos supor que buscassem com a compra da nova unidade produzir tecidos de lã ampliar a capacidade de gerar sobre-lucro, sobre o tecido produzido e comercializado. E é possível imaginar que a decisão do empréstimo resultasse de uma leitura otimista dos rumos do mercado de consumo tecidos populares no Brasil.

Que consequências trouxe para a Corcovado a contratação do empréstimo? Veremos mais adiante a situação patrimonial da companhia na segunda metade dos anos 20. Antes vejamos o significado da crise econômica especialmente para o setor industrial de tecidos de algodão.

#### **A crise econômica dos anos 20 e a Cia. Corcovado.**

Flávio Versiani<sup>18</sup> explora com detalhes o impacto da crise econômica dos anos 20 sobre o setor industrial, diz o texto:

“...Três fatores são claramente importantes na explicação do desempenho da indústria no período: o comportamento do setor cafeeiro, a evolução da taxa de câmbio e as políticas monetárias e fiscais seguidas pelo Governo...” pág. 67

Com relação ao setor cafeeiro, o começo da década foi positivo com uma aplicação bem-sucedida de um plano de valorização, associado à desvalorização da moeda nacional. Ambas as políticas são favoráveis ao setor industrial na medida em que alimentam a demanda interna, e foram adotadas até meados de 1923, quando o novo governo Arthur Bernardes implementa medidas ortodoxas visando a contração da expansão monetária. O Governo promoveu a contração na oferta de moeda que levou a uma inevitável recessão econômica e redução nos níveis de consumo.

Supondo-se que administradores da Cia. Corcovado pudessem contornar a dificuldade de crédito de curto prazo através de suas ligações com o Banco Português, possibilitando à empresa suprir a necessidade de capital de giro (fundamental para o financiamento de fornecedores e compradores), dois outros fatores exteriores viriam a comprometer definitivamente a saúde financeira

<sup>17</sup> Conceito formulado por Hildete Mello em sua tese de doutorado. A Zona Rio corresponde a uma região de influência econômica da cidade do Rio de Janeiro que ultrapassa em muito as suas fronteiras geográficas, atingindo o interior do fluminense, o Espírito Santo e o sul de Minas Gerais.

<sup>18</sup> Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, IPEA, abr, 1984.

da companhia. Estes dois outros fatores foram: primeiro, a diminuição no preços dos tecidos importados; segundo, a expansão da produção de tecidos em pequenas fábricas no interior do país.

Imaginando então, que a decisão pela contratação do empréstimo em 1920 tivesse resultado de uma avaliação otimista dos rumos do mercado neste momento, no que diz respeito ao preços de tecidos de algodão importados, parecia realmente uma decisão acertada. Baseados nos dados oferecidos por Versiani<sup>19</sup>, podemos constatar que os preços reais de tecidos de algodão importados vinham desde 1912 até 1921 em expressiva tendência de alta, o que favorecia os produtores internos. Entre 1921 e 1922, observou-se um barateamento dos importados em 23%. O ano seguinte foi benéfico aos produtores nacionais, mas a partir de 1924 até meados de 1927, os preços dos importados caiu sistematicamente, em clara concorrência com os tecidos nacionais. Isto no que se refere aos preços de tecidos importados, para os quais existem estatísticas que comprovam a sua evolução. Mas no que diz respeito ao aumento da produção das pequenas tecelagens do interior, existem apenas relatos de época, mas que apontam consistentemente para a relevância deste fator na crise do setor têxtil tradicional.

O relatório de uma outra companhia de tecidos, a Aliança, onde os Guinle mantinham posição de destaque no quadro acionário, oferece uma cronologia da crise do setor:

“...Desde o mês de outubro de 1925 que a crise geral de tecidos apresenta-se terrível, obrigando-nos a trabalhar apenas quatro dias por semana até o fim do mês de novembro do ano de 1926. Em dezembro recuperou-se a demanda por tecidos...mas foram quatorze meses de agonia para muitas fábricas e principalmente para as nossas que já se vinham arrastando no meio de grandes dificuldades... a produção anual foi de 6,2 milhões de metros e a expedição foi de 4,48 milhões de metros...”<sup>20</sup>

É possível que a Fábrica Corcovado pudesse ter honrado o empréstimo, não fora a grave crise por que passou o setor têxtil desde 1924. A verdade é os encargos financeiros tornaram uma resposta à recessão no mercado de tecidos uma tarefa muito mais difícil para a Corcovado que para outras companhias. Lê-se no Relatório Anual<sup>21</sup> relativo a 1926:

<sup>19</sup> Tabela 5 do referido texto.

<sup>20</sup> Diário Oficial, 26/3/1927. Relatório e balanço anual da Cia. Fiação e Tecidos Aliança, conforme Assembléia de 30 de março de 1927. Afirma ainda que em junho do ano anterior, passou a ser diretor-gerente, o membro do conselho fiscal, Dr. Guilherme Guinle. Ironicamente, apesar das dificuldades gerais do setor, e do também acesso privilegiado ao crédito bancário (neste caso o Banco Boavista), não aparecem no balanço indícios de passivo financeiro semelhante ao da Cia. Corcovado.

<sup>22</sup> Diário Oficial da União, 17 de março de 1927, pág 6 317.

"...Os balanços que ora apresentamos, atestam, pela evidencia dos seus algarismos, o reflexo das conseqüências acarretadas pela formidável crise que há cerca de dois anos vem exaurindo com pertinaz inclemência todas as fontes vitais do comércio e da indústria. No entretanto, temos a consciência tranqüila de que, usando todas as medidas facultadas pelos recursos da companhia, empenhados todos os nossos esforços para atenuar com a maior intensidade os resultados dessa crise; e si não a podemos debelar, pela generalização dos seus efeitos em todos os ramos industriais, resta-nos o consolo de termos desempenhado as nossas funções de acordo com as exigências do momento, vencendo airosoamente todas as dificuldades que se interpunham ao nosso programa, adotando todas as restrições aconselháveis ante tão premente situação e as incertezas do momento, apesar da quase paralisação de todos os negócios. Em suma, cooperamos para manter, sem a menor discrepância, o alto conceito que sempre gozou os créditos da companhia..."

O relatório anual<sup>22</sup> de 1931 descreve uma situação ainda mais sombria:

"...Situação da Companhia

Nos relatórios anteriores têm sido feitas referências à posição financeira da companhia, fortemente agravada pelas condições do mercado de tecidos que não tem permitido negócios compensadores.

As pesadas responsabilidades financeiras que a companhia contraiu, sobrecarregando violentamente o seu curso de produção e colocando-a em patentes condições de inferioridade ante os seus competidores, têm tornado difícilíssima a atuação dos seus dirigentes. Conseqüentemente, a nossa atividade fabril ia enfraquecendo e o nosso aparelhamento industrial perdendo a sua vitalidade.

Os nossos maiores credores, nossos amigos Srs. Sotto Maior & Cia., compreenderam, lucidamente, a nossa situação e propuseram-se, resolutamente a ajudar-nos a vencer as tremendas dificuldades que

<sup>22</sup> Diário Oficial, 26 de março de 1932, pág. 5 650.

ilaqueavam a nossa ação e prejudicavam o rendimento dos nossos esforços.

Assim, magnanimamente, foram-nos relevados os juros do nosso débito desde 1929 e estudaram-se as bases dum negócio que nos libertasse de vultoso passivo flutuante..."

Assina o relatório, Jayme Lino Sotto Maior, controlador da Sotto Maior & Cia. Este documento nos fornece elementos para pensar que a empresa de comércio de tecidos tenha sido avalista no empréstimo.

Neste momento, também o Banco Português não se encontrava em melhor situação. O alto nível de imobilizações e créditos não recuperados, como este da Fábrica Corcovado e outros investimentos desastrosos da própria direção, aliados ao controle governamental mais restrito sobre operações de câmbio, comprometeram a saúde financeira do banco que acabou sendo comprado em 1938 por um outro grupo empresarial sem relações com o grupo fundador<sup>23</sup>. Mas a trajetória do Banco Português será analisada em datalhe em outro lugar.

O relatório relativo ao ano de 1932, publicado no D.O. em 25 de março de 1933, traz a notícia do fechamento da unidade de algodão da Fábrica Corcovado, permanecendo em operação apenas algumas unidades da Fábrica Botafogo, produzindo tecidos de lã. Nesta mesma ocasião os acionistas tomaram conhecimento da liberação dos bens da empresa da hipoteca referente ao empréstimo de 1920, por força da direção da fábrica ter contratado um novo empréstimo caucionado na emissão de debêntures. Toda esta operação visava primeiro, aliviar o peso do passivo flutuante sobre o patrimônio da empresa, alongando o prazo de pagamento da dívida e segundo, garantir o prosseguimento das operações.

Dez anos depois, em assembléia de junho de 1942, a direção da Cia. Tecidos Corcovado informa aos seus acionistas a gradual recuperação do nível de atividade da empresa a ponto da diretoria cogitar na distribuição de dividendos aos acionistas após anos sem remunerá-los.

Em fevereiro de 1945 os Sotto Maior não aparecem em uma lista de subscritores de capital publicada no Diário Oficial. Assumiram o controle da Corcovado: Ricardo Seabra Moura, português de nascimento, e Roberto Grimaldi Seabra, brasileiro. Os Sotto Maior haviam deixado definitivamente de ser industriais.

<sup>23</sup> Por exigência das recentes inovações na prática do registro comercial, foi depositado na Junta Comercial em abril de 1940 a lista nominal dos principais subscritores do Banco Português, seguida da nacionalidade. Segundo este documento, o Conselho Administrativo do Banco passou a ser composto desde outubro de 1938 pelos seguintes nomes: Ernesto Garcides Fontes, brasileiro, 45 anos; Antônio de Almeida Braga, português, 50 anos; Antônio Leite Garcia, brasileiro, 40 anos; Raymundo Castro Maya, brasileiro, 40 anos; Evaristo de Novaes, português, 55 anos; Ruy Lowndes, brasileiro; Genésio Pires, brasileiro.

## Conclusões.

O caso da Fábrica Corcovado ilustra as consequências possíveis de um decisão empresarial que, no caso, levou a empresa ao fracasso e varreu o nome Sotto Maior do cenário empresarial carioca.

Supondo que o Banco Português tivesse adotado como garantia aos créditos concedidos, o critério de concessão de grandes empréstimos a um universo restrito e conhecido de tomadores, em um comportamento coerente com os padrões da época. Imaginando, então, que os Sotto Maior se enquadrassem perfeitamente neste critério, e supondo ainda, que outros empréstimos semelhantes tivessem sido concedidos, arrastando credores e tomadores à insolvência, podemos começar a reconstituir a natureza das dificuldades por que passou o Banco Português na virada dos anos 30. Se acrescentarmos ao caso Corcovado, mais dois investimentos diretos do Banco Português, de grande expressão e que resultaram em elevada imobilização do capital: a Cia. Nacional de Porcelana e os empreendimentos imobiliários na baixada fluminense, começamos a entender por que o Banco Português não foi capaz de responder à retomada do crescimento do mercado interno em meados dos anos 30.

Se os controladores iniciais do Banco Português, comprometidos que estavam em garantir a continuidade da organização em meio a graves problemas financeiros, não tiveram fôlego para assistir ao soerguimento do banco e a participação deste na dinâmica econômica de meados dos anos 30, o grupo<sup>24</sup> que assumiu o seu controle em 1938 o fez.

Se os Sotto Maior não mantiveram a Fábrica Corcovado dentro do patrimônio da família, cedendo o controle a um outro grupo, nem tampouco mantiveram posições no mercado financeiro, deixando o Banco Português e possivelmente a Cia. de Seguros Sagres, restou-lhes, por outro lado, o controle da Sotto Maior & Cia, atacadista de tecidos, ainda operando em 1966, como constatamos pelos registros na Junta Comercial. Mas o que representava ser atacadista de tecidos nos anos 60?

No modelo de firma neoclássica, os empresários baseiam as suas estratégias no livre acesso à informação, que podem obter sem custos e sem restrições. O mundo econômico real está muito mais próximo da tragédia que de outra coisa. A cada decisão empresarial espreitam movimentos do mercado (e de governo), que fogem à capacidade de monitoração do gerente. O destino de um decisão já está estabelecido, mas ignora-o o empresário. Talvez não existam decisões e sim apostas.

Talvez o caso Corcovado e Português nos ajude a explicar é a situação da economia carioca nos anos 40, mas acredito que exemplifica melhor a superação do padrão acumulativo dos anos 20 (baseado no binômio indústria de

<sup>24</sup> Antônio de Almeida Braga, Antônio Leite Garcia, Raimundo Castro Maia e Ernesto Garcides Fontes.

tecidos/comércio de atacado), inclusive pela superação de uma geração de empresários.

## Anexo.

### Alguns dados sobre a colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

A seguir apresentamos um perfil econômico e demográfico da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, que abrange o Distrito Federal e Niterói, extraídos de um catálogo editado em 1929.

Os dados foram extraídos do *Álbum da Colônia Portuguesa*<sup>25</sup>, editado em 1929 por uma empresa gráfica de propriedade de Teófilo Carinhas visando demonstrar a contribuição do empresariado português para o desenvolvimento econômico do Brasil na exposição internacional de Sevilha. Os organizadores do Álbum chegaram à lista de empresas através do envio direto de solicitação de informações às empresas de maior expressão na comunidade, através do envio de pedido de informações aos assinantes do *Jornal Português* - de ampla difusão entre os membros da colônia - bem como através de anúncios em jornais de grande circulação, ao longo de três anos. Os organizadores do catálogo queixam-se da demora no recebimento das informações, de forma que a amostra pode estar subestimada.

Como a resposta às solicitações dos organizadores era voluntária, e não compulsória como em um Censo oficial, pode-se pensar que as firmas que atenderam ao pedido de Teófilo Carinhas foram aquelas que se identificavam com a colônia portuguesa no Rio, ou que mantinham laços comerciais e pessoais com membros da colônia.

Foram utilizadas as seguintes categorias para classificação das empresas por ramo de atividade:

- 1 - Indústria metalúrgica.
  - Fábricas de fogões, cofres, arames.
- 2 - Indústria de produtos alimentícios.
  - Cervejas, refino de açúcar, doces, moinhos de farinha de trigo, moagem de café, etc.
- 3 - Indústria de bebidas.
  - Cervejas, aguardentes.
- 4 - Confecções de vestuário e acessórios.
  - Roupas íntimas, camisarias (confecções), fábrica de calçados, fábrica de luvas, fábrica de chapéus, etc.

<sup>25</sup> O *Álbum* é uma edição luxuosa, em papel refinado, de cerca de 600 páginas. Apresenta um rico conjunto iconográfico que ilustra bem mais do que os membros ilustres da colônia portuguesa no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro. A obra oferece ao pesquisador desde fotos ilustrativas das instituições assistenciais da colônia portuguesa, a fotos do interior das principais indústrias de propriedade de empresários ligados à comunidade portuguesa. Há um conjunto de anúncios de firmas, seguido de uma listagem das principais empresas de portugueses no Distrito Federal, São Paulo e nos demais estados. O referido Álbum está disponível para consulta no *Real Gabinete Português de Leitura*.

- 5 - Indústria têxtil.
  - Fábrica de sacos de aninhagem, indústria de tecidos.
- 6 - Indústria de perfumaria.
  - Fábricas de sabão, fábricas de perfumes, etc.
- 7 - Indústria de borracha.
  - Fábrica de pneus.
- 8 - Indústria de material elétrico e de comunicação.
  - Fábrica de isoladores de cerâmica.
- 9 - Indústria de materiais minerais não-metálicos.
  - Azulejos, louças, fábricas de vidros planos.
- 10 - Indústria de fumo.
- 11 - Indústria de produtos químicos
  - Fábrica de explosivos, formicidas, fósforos, velas etc.
- 12 - Gráficas.
- 13 - Moveleira.
- 14 - Construção naval.
- 15 - Prestação de serviços em geral.
  - Bombeiro-hidráulico, alfaiates, ourives, aluguel de garagens, hotéis.
- 16 - Comércio de varejo.
  - Restaurantes, bares, padarias, armazém, drogarias, confeitarias.
- 17 - Comércio de atacado de tecidos.
- 18 - Comércio de atacado de gêneros.
  - Alimentos, cereais, importados finos, óleos, etc.
- 19 - Comércio atacadista de material de construção.
  - Atacadistas de cimento e ferragens.
- 20 - Intermediação financeira.
  - Bancos, casas bancárias, seguros.
- 21 - Comércio exterior.
  - Firms que explicitamente se definem por importadores e exportadores.
- 22 - Incorporação imobiliária.
- 23 - Comércio de Café.
- 24 - Outros.

### Lista das maiores firmas ligadas a portugueses por ramo de atividade

Ramo	Nome comercial	Capital declarado	Sócio mais importante
2	Fábrica Colombo S.A.	2 000	
2	Cia. Moinho da Luz (seção da Stearica)	2 000	Zeferino de Oliveira
3	Cia. Hanseática	3 000	Zeferino de Oliveira
4	Cia. Calçados Bordallo	5 000	
5	Cia. Fiação e Tecidos Corcovado	9 000	Jayme Lino Sotto Maior; Cândido S. Maior ou Bangú; Manoel Guilherme da Silveira
5	Cia. Progresso Industrial do Brasil	9 000	
5	Cia. Fiação e Tecidos Cometa	3 000	
5	Fábrica Tecidos Esperança S.A.	2 600	
5	Cia. Industrial Alegria	2 350	
5	Cia. Tecidos Bom Pastor	1 500	
6	Cia. Perfumaria Beija-flor	4 500	
6	Granado & Cia	3 500	(11 sócios)
8	Manufatura Nacional de Porcelanas	5 000	Visconde de Moraes / Banco Português
10	Cia. Manufaturas Fumos Veado	2 500	Zeferino de Oliveira
11	Cia. Fábrica Sabonetes San Telmo	1 000	
11	Cia. Luz Stearica (velas)	1 000	Zeferino de Oliveira
12	Cia. Paulista Papéis e Artes Gráf.	2 000	
16	Sendas & Cia	300	Secos e molhados; Domingos Sendas (+3)
17	Sotto Maior & Cia	42 000	Jayme Lino Sotto Maior, Cândido Cunha Sotto Maior
17	Costa, Pereira & Cia	9 000	
17	Caldeira & Cia (tec. nacionais)	8 000	José D. Martins Caldeira
17	Afonso Vizeu & Cia	7 000	Afonso Vizeu, pres. da Ass. Comercial
17	Seabra & Cia	6 000	Antônio Ribeiro Seabra
20	Bco. Nac. Ultramarino	48 000	Matriz em Portugal
20	Banco Português do Brasil	33 000	Visconde de Moraes e Jayme Sotto Maior
20	Garcia da Silva & C. (Casa Banc.)	5 000	
20	Cia. Seguros Sagres	5 000	Família Sotto Maior
20	Cia. Seguros Ipiranga	2 000	
20	Banco Aliança do Rio de Janeiro	1 000	
23	Magalhães & Cia (Casa Comissária)	10 000	filial

Fonte: Álbum da Colônia Portuguesa, págs. 274/280. Valores em mil réis.

### Dados Demográficos

#### População do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro)<sup>26</sup>

1822	120 mil
1889	522 mil
1922	1200 mil
1935	1700 mil

Fonte: Observador Econômico Financeiro, jul/dez 1937, pág. 35.

Considerando portanto, que os dados apresentados pela revista *Observador Econômico Financeiro* representam uma estimativa correta da população

<sup>27</sup> Ainda que a amostra de empresas atinja a cidade de Niterói, restringimo-nos aos dados demográficos do Distrito Federal uma vez que não dispomos de elementos para estimar a população daquela cidade em 1929. Sabemos, contudo, que dos 31 527 portugueses habitantes no Estado do Rio de Janeiro, segundo o *Álbum*, mais de 70% estavam estabelecidos em Niterói.

geral da cidade, e admitindo um crescimento uniforme na população ao longo do período, podemos projetar um incremento anual na ordem de 3%, o que nos permite estimar a população do Distrito Federal em 1929 como próxima a 1 milhão e 400 mil pessoas. Desta forma, a população de origem portuguesa presente na cidade do Rio neste momento atingia 19,45% da população total.

Os seguintes dados foram extraídos do *Álbum da Colônia Portuguesa*, que apresenta duas tabelas diferentes: uma apresenta o número de portugueses entrados no país entre 1908 e 1927, cujo total atinge o número de 592 113 pessoas; e outra apresenta o total de portugueses no Brasil, sem indicação de data, o que atinge o número de 655 696 pessoas. Atribuímos a diferença à idéia de que da segunda tabela participa a população que se identifica culturalmente com Portugal, o que inclui filhos e netos de imigrantes diretos.

#### Portugueses no Brasil

Estado	Total	Homens	Mulheres	Total estrangeiros
Distrito Federal	272 338	201 429	70 909	349 129
Rio de Janeiro	31 527	23 547	7 980	50 831
São Paulo	281 418	201 428	79 990	988 740
Minas Gerais	20 050	14 753	5 297	42 943
Bahia	3 679	2 862	817	10 600
Pará	15 631	12 382	3 249	22 083
TOTAL:	655 696	480 293	175 403	1 754 333

Fonte: *Álbum da Colônia Portuguesa* - pág. 234.

#### Bibliografia.

Obras gerais:

- BIELSCHOWSKY, R. *Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira - uma análise introdutória, (1935/1962)*. Brasília: UNB, tese de mestrado 1975.
- COSTA, Fernando N. *Bancos em Minas Gerais (1889-1961)*. Campinas: UNICAMP, tese de mestrado, 1978.
- FRY, Maxwell. *Money, interest and banking in economic development*. Baltimore: Johns Hopkins, 1995.
- HODGSON, Geoffrey. *Economics and evolution - bringing life back into economics*. Ann Arbor: University of Michigan, 1993.
- KERSTENETZKY, Isaac. Alguns aspectos da economia do Distrito Federal, 1947/1953. in, *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, junho de 1955.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas S.A.*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madrid: Mapfre, 1994.
- MALAN, Pedro. Verbete SUMOC. in, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1983.
- MONTORO, André Franco. *Moeda e sistema financeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

NORTH, Douglass. Government and the cost of exchange in history. *The Journal of Economic History*, jun/1984.

REIS, Jaime. Os bancos portugueses, 1850-1913. in, *Anais da Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, out/1991.

SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil, 1952-1968*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

TAVARES, Maria Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TRINER, Gail. The formation of modern brazilian banking, 1960-1930: opportunities and constraints presented by the public and private sector. *Latin American Studies*, 28, 1996.

VALVERDE, Trajano M. *Sociedades por ações. Comentários ao decreto-lei, 2 627, de 26/9/1940*. Rio de Janeiro: Forense, 1959, 3 vol.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, 14(1), abr, 1984.

Fontes primárias:

CARINHAS, Teófilo (org). *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Carinhas, 1929. 600 p.

Prontuários do Banco Português do Brasil - Junta Comercial do Rio de Janeiro.

Diário Oficial da União, vários anos.

Arquivos históricos do *Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro e Associação Bancária do Rio de Janeiro*.

Periódicos:

*Revista Bancária Brasileira*, vários números, 1933 a 1938.

*Observador Econômico Financeiro*. maio/agosto, 1937.

## GRUPOS FINANCEIROS E A ORGANIZAÇÃO DA BURGUESIA FINANCEIRA NO BRASIL

Ary Cesar Minella\*

### Resumo.

O texto analisa a relação entre os grupos financeiros e a direção dos principais órgãos de representação de classe que articulam interesses político-corporativos do empresariado financeiro no país no período de 1989 a 1995. Essa relação foi pesquisada através da análise da composição das diretorias de dez associações de classe e do mapeamento das vinculações dessas diretorias com os grupos financeiros. Constata-se a expansão desses grupos e sua significativa presença no comando dos órgãos analisados.

\* Doutor em Estudos Latino-Americanos. Professor no Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC. O presente trabalho faz parte de um projeto integrado de pesquisa que conta com apoio do CNPq. Participam no projeto os bolsistas Ana Maria de Medeiros, Andreia da Silva, Luis Cláudio Fernandes e Vanderci Ruschl. Agradeço à Denise Gros pelos pertinentes comentários críticos à primeira versão deste trabalho.

*Financial Groups and the Organizations of the Financial Capitalist in Brazil.*  
*This text analyzes the relationship between financial groups and the leadership of the main representative organizations of this class which expressed the political-corporatist interests of financial leaders in the country from 1989 to 1995. This relationship was studied through an analysis of the composition of the directories of ten financial sector representative organizations and the cherting of their links with the officers of financial groups. An expansion of the role of these groups and of their significant presence in the leadership of the organizations analyzed was found.*

### Introdução.

Uma das características do sistema financeiro no país nas últimas décadas é a diversificação de um conjunto de associações de classe, ao lado da expansão e consolidação de grupos financeiros. Considerando-se as atividades multifacetadas das entidades de representação e a importância dos grupos financeiros<sup>1</sup> na dinâmica atual do capitalismo no Brasil, parece relevante tratar de analisar a relação entre esses grupos e a direção dos órgãos de representação do sistema financeiro.

Nossa experiência na análise das entidades empresariais sugere que, para um entendimento da dinâmica das associações de classe, deve-se ter presente a hipótese que considera, além da possível participação ou vinculação que a sua direção tem com os grandes grupos econômicos e financeiros, a vinculação com órgãos de articulação interburguês de caráter político-ideológico. Tais órgãos contam com a participação ou estão organicamente vinculados a integrantes das elites intelectuais e políticas, e sua abrangência é nacional e internacional.<sup>2</sup> Estabelecem uma rede complexa de relações com organismos diversos de assessoria, consultoria, apoios técnicos, em âmbito privado, universitário, órgãos da grande imprensa e aparatos estatais de decisão, o que lhes garante um enorme potencial de influência sobre as definições das políticas que afetam o setor. Neste âmbito mais global torna-se possível um melhor entendimento do poder da burguesia financeira no país.

Tendo presente tais considerações, o objetivo específico deste trabalho é analisar a presença dos grupos financeiros na direção das principais associações de classe que articulam interesses político-corporativos do empresariado financeiro no país no período de 1989 a 1995. Essa relação foi pesquisada através da análise da composição das diretorias de dez órgãos de representa-

<sup>1</sup> Grupo financeiro será entendido aqui como um conjunto de empresas interligadas atuando em diferentes setores e que inclui uma (ou mais) instituições financeiras, e que normalmente participam no ranking dos maiores grupos nacionais ou estrangeiros. Quando nos referirmos a "conglomerados financeiros" estaremos indicando conjunto de empresas que atuam dentro do sistema financeiro.

<sup>2</sup>No caso específico do sistema financeiro, percebe-se a participação e ou vinculação de importantes empresários em organismos de atuação político-ideológico, como por exemplo, o Instituto Liberal. Aqui o conceito de "elites orgânicas" pode ser especialmente útil. (Cf. Dreifuss, 1986: 21-31)

ção de classe e do mapeamento das vinculações dessas diretorias com os grupos financeiros.

Como pano de fundo, indicamos inicialmente um conjunto de tendências ou acontecimentos relevantes para uma análise do sistema financeiro a partir de uma perspectiva sócio-política: a) ampliou-se a expansão dos grandes grupos financeiros para os diversos setores da economia, incluindo-se a participação no processo de privatização; b) o processo de informatização e terceirização bancárias mantiveram seu curso com impacto sobre a estrutura de emprego no setor; c) apesar dos percalços dos diferentes planos econômicos, o sistema financeiro conseguiu compensar perdas, derivadas principalmente da queda do lucro inflacionário, e manter, em termos gerais, sua rentabilidade, diversificando fontes de receitas e favorecido pela manutenção de taxas de juros elevadas; d) ao mesmo tempo, ficaram expostas, principalmente em 1995, as debilidades do sistema, tanto as relacionadas com o impacto originadas pelo Plano Real, quanto fragilidades históricas que revelaram operações irregulares ou fraudulentas, indicando convivência de autoridades governamentais com instituições financeiras e colocando em cheque a atuação do Banco Central, que utilizou bilhões de Reais através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER<sup>3</sup>, e) o impacto e o custo político de tais medidas foram bastante altos, e se traduziu, entre outros aspectos, na disputa em torno a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), afinal evitada pelo Governo, mas consolidando a percepção da sua relação privilegiada com o sistema financeiro; f) a articulação de diversos interesses logrou bloquear durante os anos 90 a regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do Sistema Financeiro;<sup>4</sup> g) a burguesia financeira no país tornou mais explícita no período uma intensa ação política, participando ativamente no financiamento de campanhas para o Congresso Nacional e para a Presidência da República em 1994;<sup>5</sup> h) além desta participação eleitoral manteve atuante, em termos gerais, um conjunto de órgãos de representação de classe, de cunho corporativo e político.<sup>6</sup>

Essas referências, por certo, não esgotam o quadro de tendências e fatos relevantes no período, mas são suficientes para delimitar o contexto sócio-

<sup>3</sup>O estímulo estatal ao processo de fusão e incorporação de instituições de alguma forma reedita políticas adotadas pelos governos militares no final dos anos 60 e início da década de 70. Desenvolvemos uma análise mais detalhada deste processo em outra parte (Cf. Minella, 1988)

<sup>4</sup>Para uma análise detalhada deste tema ver NEIVA (1995).

<sup>5</sup>Os dados oficiais da contabilidade da campanha do candidato presidencial vitorioso, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1994, indicam que o segmento financeiro doou R\$ 7 milhões e 700 mil reais, ou seja, o equivalente a 23% do total declarado. Instituições financeiras de São Paulo foram também os grandes financiadores da campanha de Romeu Tuma ao Senado Federal.

<sup>6</sup>Em trabalho anterior apontamos outros aspectos relevantes para uma análise do sistema financeiro a partir de uma perspectiva sócio-política e fizemos um estudo mais detalhado do posicionamento dos líderes empresariais que assumiram o comando de alguns órgãos de representação de classe. (Cf. Minella, 1995)

político em que se dá a relação que analisamos. A seguir apresentamos uma caracterização dos grupos financeiros em estudo para em seguida analisar a participação de seus representantes nas associações.

## 2 Os grupos financeiros e sua expansão no contexto atual.

Estudos recentes sobre a economia mundial, e também sobre a América Latina e o Brasil em particular, têm apontado para a necessidade de revitalizar a análise dos grupos econômicos e, particularmente para o que nos interessa aqui, os grupos financeiros.<sup>7</sup> Embora existam algumas divergências conceituais e dificuldades operacionais nos procedimentos empíricos de análise, em termos gerais têm-se destacado dois aspectos: primeiro, a importância dos grupos, tanto como agentes privilegiados das operações econômicas em esfera global, quanto por sua influência ou potencial de influência direta e indireta nas políticas governamentais e, segundo, por seu papel no mundo do entretenimento e da cultura, constituindo-se como grandes artífices da cultura mundial neste final de Século.<sup>8</sup> Nos limites deste trabalho não será possível recuperar a ampla discussão teórica levantada pelos autores que estão trabalhando este tema.

No caso brasileiro, a retomada de estudos sobre os grupos econômicos, leva a uma melhor compreensão da dinâmica econômica e política nos anos recentes (COMIN et al., 1994). Em relação ao sistema financeiro brasileiro, parece extremamente útil superar a análise que enfatiza apenas as empresas ou segmentos financeiros e procurar identificar, de forma mais clara, a conformação de grupos financeiros, entendidos aqui, de forma mais genérica, como um grupo de empresas interligadas entre si e que incluem a participação de uma instituição financeira.<sup>9</sup>

Os dados recentes apontam para uma forte e crescente presença dos grupos financeiros - nos limites acima indicados - entre os trezentos maiores grupos privados do país. Entre 1987 e 1994, os grupos privados nacionais que operavam em atividades financeiras (incluindo as atividades em seguro) passou de 54 para 75 grupos (Gazeta Mercantil, Relatório Anual 1995/96). Esta expansão ampliou o número de pequenos e médios bancos vinculados aos maiores grupos privados nacionais. A situação de alguns grupos financeiros alterou-se no período mais recente, resultando na exclusão do mercado ou absorção por outros grupos.<sup>10</sup>

Considerando-se apenas os grupos em que as atividades no setor financeiro são predominantes, constata-se uma presença significativa e estável entre

<sup>7</sup> Ver especialmente: GONÇALVES (1991), COMIN et al (1994), GRANOVETTER (1994), ALCORTA (1992), PORTUGAL Jr. (1994), STOLOVICH (1993).

<sup>8</sup> Ver especialmente ORTIZ (1994: 147-182) e SCHILLER (1989).

<sup>9</sup> É importante constatar que algumas publicações tratam de recuperar esta dimensão de grupo quando elaboram o ranking empresarial (como Relatório Anual, da Gazeta Mercantil) ou buscam identificar a complexa rede de participações acionárias dos maiores grupos do país (Atlas Financeiro do Brasil, da Editora Interinvest).

<sup>10</sup> O Banco Nacional e o Banco Econômico são os casos mais notórios.

os dois anos considerados: gira em torno de cinco grupos financeiros entre os dez maiores grupos privados, oito entre os vinte maiores e quatorze entre os quarenta maiores grupos privados no país. Porém, de forma mais ampla, incluindo-se os grupos onde as atividades no setor financeiro não são predominantes, observa-se uma nítida expansão no período: de nove grupos financeiros para treze entre os vinte maiores grupos privados, e de 16 para 21 entre os quarenta maiores. Assim, em 1994 mais da metade dos quarenta maiores grupos privados nacionais integravam, em graus diversos de relevância, empresas do setor financeiro dentro do grupo, incluindo os dez maiores bancos privados nacionais.

Entendemos, pois, que a análise sobre os agentes que atuam dentro do sistema financeiro brasileiro, seja do ponto de vista da atuação econômica, seja na perspectiva da atuação no âmbito da representação de interesses corporativos e políticos, deve levar em consideração a existência desses grupos financeiros.

## 3 Órgãos de representação de classe: breve histórico e tendências.

As associações empresariais que representam os diversos segmentos do sistema financeiro foram se constituindo ao longo dos últimos trinta anos. Entre as mais antigas estão a ADEVAL (Associação das Empresas Distribuidoras de Valores), criada em 1965, e a ABECIP (Associação Nacional das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança) organizada em 1966. A FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), de caráter sindical, e a FEBRABAN (Federação Brasileira das Associações de Bancos), de caráter civil, se constituíram respectivamente em 1966 e 1967. Seguiu-se, em 1969, a criação da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento).

Nos anos setenta proliferaram várias entidades de representação: ABEL (Associação Brasileira das Empresas de Leasing), 1970; ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto)<sup>11</sup> em 1971; ANCOR (Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias) em 1972.

Durante os anos oitenta, o movimento associativo da burguesia financeira no Brasil apresentou duas tendências, em parte contrapostas. A primeira, em direção a uma maior articulação e centralização formal da representação, começando pelos bancos, através da fusão prática das duas federações (FENABAN e FEBRABAN) em 1983, e uma sede única em São Paulo a partir de 1986. Seguiu-se a constituição da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), em 1985, reunindo as entidades associativas dos diversos segmentos do sistema financeiro.<sup>12</sup>

O segundo movimento se caracterizou pela criação de novas entidades agregadoras dos bancos, que buscou uma representação específica dentro

<sup>11</sup> Criada em junho de 1971, sob a denominação de Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto, passando em 1975 para a atual denominação. São associados da ANDIMA: bancos comerciais, múltiplos e de investimento, sociedades corretoras e distribuidoras de valores.

<sup>12</sup> Para mais detalhes acerca da constituição da CNF ver Minella, 1994: 512.

do sistema financeiro. Em parte, este movimento significou um questionamento das entidades Federativas dos bancos, criando uma velada disputa pela representação. Assim, em 1983 alguns bancos pequenos e médios articularam a formação da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC). Posteriormente, os bancos múltiplos são incluídos na representação e a denominação da entidade passa a ser Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (mantendo a mesma sigla). Alguns bancos estrangeiros organizaram um movimento paralelo, criando sua própria entidade em 1988: a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI).<sup>13</sup> Em resposta a tais movimentos "dissidentes", a FEBRABAN tratou de agilizar diretorias internas que se encarregaram dos interesses dos pequenos e médios bancos, e dos bancos estrangeiros.

No segmento das Financeiras, que se caracterizou historicamente pela existência de um grande número de instituições independentes ao lado daquelas vinculadas aos grupos ou conglomerados financeiros, e pela existência de várias associações regionais de peso, foi mais difícil constituir uma associação de âmbito nacional. Apenas em 1989 formou-se a ANFIC (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), que foi extinta em agosto de 1993, passando a representação nacional para a ACREFI, com a mesma denominação.

No final dos anos oitenta, portanto, a burguesia financeira no país contava com uma variada gama de entidades de representação. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro passara por transformações institucionais importantes, pela possibilidade de criação dos bancos múltiplos e pela eliminação da carta patente, o que gerou a partir de 1989 o crescimento do número de instituições bancárias atuando dentro do sistema,<sup>14</sup> alargando a presença de pequenos e médios bancos, permitindo a expansão de grupos econômicos para atividades financeiras diretas.

Esta expansão se realiza em grande parte com participação de capitais internacionais, e o processo de abertura econômica dos anos noventa, intensificou a pressão por maior participação externa em segmentos controlados por instituições financeiras nacionais. Na área de atuação das Corretoras, por exemplo, é nítida uma agressiva participação das grandes corretoras internacionais dentro do processo de globalização do sistema financeiro.<sup>15</sup>

<sup>13</sup>A Associação define bancos internacionais de forma bastante ampla, a partir de algum tipo de implantação no exterior, permitindo em princípio a participação de muitas entidades financeiras nacionais.

<sup>14</sup>O número de bancos aumentou de 106 para 179 entre 1988 e final de 1989, dos quais 66 eram comerciais e 113 bancos múltiplos. Em 1995, o número de bancos já era 240, sendo 35 comerciais e 205 múltiplos. (Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 32, Relatório 1995, p. 48)

<sup>15</sup>Em 1966, o presidente da ANCOR demandou proteção para as Sociedades Corretoras, pois estariam sofrendo uma "concorrência descabida das gigantes e poderosas congêneres internacionais". (Cf. Homero Amaral Júnior, "Corretoras Estrangeiras: competição desigual". In: Carta da ANCOR, ano 10, núm. 61, março de 1996, p. 1). Para mais detalhes das transformações nas Bolsas de Valores no período, ver Gonçalves, 1996, p. 141.

Desenvolvendo-se em um contexto econômico inflacionário, esta expansão financeira ganhou fôlego até a implantação do Plano Real, vislumbrando-se a partir daí um redimensionamento do sistema, com diminuição do número de instituições. Durante os anos 90, no entanto, observa-se o fortalecimento de algumas instituições mais ágeis no sentido de operar em um sistema financeiro globalizado, otimizando a rede de contatos externos e o uso de novos instrumentos de engenharia financeira, incluindo derivativos, operando no gerenciamento de recursos internos e externos, e nas oportunidades geradas pela privatização. Nesta última, a participação se realiza pela compra de ações ou pela intermediação do processo. Trata-se, também, de instituições ativas em termos de participação ou controle acionário de empresas de porte dentro do país, competindo também neste terreno com os grupos financeiros tradicionais. Vai-se constituindo, assim, um "novo" tipo de banqueiro.

Um indicador deste processo se manifesta no ranking das instituições financeiras com maior rentabilidade ao longo dos anos noventa. Em termos gerais, elas se caracterizam por atuar no "atacado", com grandes clientes seja pessoa física ou jurídica. Um indicador adicional dessa transformação é o resultado das eleições dos líderes nacionais realizado pela Gazeta Mercantil. A presença de líderes de instituições tradicionais do sistema (como Bradesco, Itaú e Bamerindus), complementa-se com a presença de empresários cujas instituições se consolidaram em anos recentes.<sup>16</sup> A indicação dos líderes setoriais expressa de forma mais nítida esta transformação. Ao lado dos empresários tradicionalmente mencionados (dos grupos Itaú, Bradesco, Bamerindus, Unibanco) aparecem novas indicações a partir de 1993, dando conta da ascensão desses "novos" empresários financeiros.<sup>17</sup> Este fenômeno começa a manifestar-se também na renovação da direção de alguns órgãos de representação de classe, como na ABBC a partir de 1993.<sup>18</sup>

Em termos gerais, portanto, emergem novos elementos dentro da burguesia financeira que, aos poucos, parecem se destacar no cenário econômico e político dos anos noventa. Algumas das novas instituições financeiras se formam com a participação de empresários que transitaram pelos órgãos estatais de decisão econômico-financeiras (especialmente Banco Central) associados a capitais locais e externos, ávidos pelas oportunidades de alta rentabilidade auferidas no sistema financeiro do país.<sup>19</sup>

As transformações ocorridas no sistema nos últimos sete anos poderiam sugerir que os órgãos de representação dos diversos segmentos do sistema

<sup>16</sup>Grupo Itamarati (com banco do mesmo nome) a partir de 1988 e a presença de um empresário do Banco Garantia entre os eleitos de 1994. É importante observar que na eleição de 1995, há uma renovação total dos dez eleitos, não se incluindo nenhum empresário do sistema financeiro. (Cf. Gazeta Mercantil, Balanço Anual 1995/96)

<sup>17</sup>Em 1993 e 1994 foram indicados empresários das seguintes instituições financeiras: Pactual, Banorte, Garantia, Icatu.

<sup>18</sup>Registra-se a participação de bancos como United, Prosper (grupo Peixoto de Castro), Pontual (Grupo Empesca), Paulista e Excel.

<sup>19</sup>Dados levantados por Neiva (1995) permitem identificar algumas dessas associações.

financeiro perderiam espaço de representatividade, dando margem ao fortalecimento de órgãos formalmente mais centralizados. Ao que parece, isto não ocorreu. Em termos gerais, as associações de cada segmento, não só mantiveram sua estrutura e atividades como as expandiram.<sup>20</sup> Uma apreciação mais adequada do verdadeiro grau de articulação do setor em torno de sua entidade representativa principal - a CNF - carece ainda de uma pesquisa mais aprofundada. Apresentaremos a seguir alguns elementos empíricos que pretendem contribuir para o entendimento da dinâmica da representação do setor.

Centramos nossa análise na *composição da diretoria de dez* entidades de representação, abrangendo o período de 1989 a 1995. O procedimento adotado consistiu, primeiro, em relacionar cada instituição financeira que participou na diretoria, buscando em seguida identificar os possíveis vínculos da mesma com grupos financeiros e conglomerados financeiros.<sup>21</sup> Considerando a participação de cada empresa individualmente em um órgão de representação podemos registrar 215 participações. Quando, porém, agregamos as empresas ao seu grupo, este número se reduz para 129. Em outras palavras, este é o número de instituições financeiras, conglomerados e grupos financeiros que participaram na direção das entidades de representação, constatando-se, portanto, um número considerável de empresas participantes que pertencem a um mesmo grupo.<sup>22</sup>

A partir desses dados, buscou-se verificar como se distribuía esta participação, destacando aqueles conglomerados e grupos financeiros que tivessem integrado a diretoria em *três ou mais entidades* de classe.<sup>23</sup> Constatou-se que 23 conglomerados e grupos financeiros respondiam a esta condição, sendo que seis deles participaram em cinco ou mais entidades. (Anexo, quadro 1) Desses 23, pelo menos 18 podem ser considerados como grupos financeiros, tal como o entendemos aqui, outros cinco se enquadrariam como conglomerados financeiros embora os dados sejam insuficientes para uma avaliação mais precisa de alguns deles.<sup>24</sup> Em conjunto, esses 23 grupos e conglomerados

<sup>20</sup>Pode-se tomar como indicadores: manutenção de equipes técnicas especializadas, publicações específicas, ampliação física de infra-estrutura e serviços, interesse dos grandes grupos financeiros em participar da direção dessas entidades.

<sup>21</sup>Associações incluídas na análise: CNF e as associações que a integram - ANDIMA, ANCOR, ABEL, ACREFI, FENABAN/FEBRABAN (por falta de dados não foi incluída a ABECIP). A representação das financeiras junto à CNF deu-se inicialmente através da ANFIC e, com a extinção desta, através da ACREFI a partir de 1993. Além dessas entidades incluiu-se a ABBC e a ABBI. Os cargos de diretoria considerados foram: presidente, vice-presidente e diretores (não foram incluídos diretores regionais). Embora tenha-se conseguido, na maioria dos casos, reagrupar as empresas conforme ao grupo a que estão vinculadas, a ampliação das fontes de pesquisa poderá identificar outras vinculações.

<sup>22</sup>Excluídos quatro casos em que não foi possível identificar a instituição financeira à qual o membro da diretoria estava vinculado.

<sup>23</sup>Nesta etapa do trabalho nos limitamos a registrar unicamente a participação no órgão de classe, sem considerar o número de gestões em que se deu a participação.

<sup>24</sup>Considerou-se como conglomerado: Tcheca e Banqueiroz; dados insuficientes sobre Big Banco, Coinvalores e Banco Paulista.

dos representam 17,8% do conjunto de participantes (total de 129) mas correspondem a 41,4% das participações (sobre um total de 215). (Cf. Anexo, quadro 2)

Considerando os 18 grupos financeiros com participação maior na direção de entidades de representação, constatamos que 16 deles se constituem basicamente como nacionais, embora a maioria apresente vinculações em maior ou menor grau com o capital externo, e que se encontram entre os trezentos maiores grupos privados nacionais (pelo menos 13 grupos se encontram entre os cinquenta maiores - conforme Gazeta Mercantil, Relatório Anual 1995/96). Dois grupos são estrangeiros (Citibank e Banco de Boston) e expressam um grande interesse em participar na direção das entidades de classe do sistema financeiro: o primeiro se fez representar em seis entidades e o segundo em quatro.

Constata-se que os 23 conglomerados e grupos financeiros mais ativos ocuparam quinze vezes a presidência das entidades de classe. Em termos gerais, portanto, observa-se que os grupos financeiros e especialmente os de maior porte, têm desenvolvido uma política de ativa participação nos órgãos de representação do sistema financeiro brasileiro. Além disso, alguns grupos financeiros (quatro em especial)<sup>25</sup> se caracterizam pelo trânsito de seus quadros diretivos para o comando de aparatos de decisão do Estado, especialmente relacionados com a área econômico-financeira (Ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central, e Instituições Financeiras Estatais). Observa-se ainda, que a presença dos mesmos é especialmente significativa em entidades como a FEBRABAN e a ABEL onde o grau de concentração a favor dos grandes grupos se apresenta elevado.<sup>26</sup>

Analisando o conjunto das participações pela perspectiva da renovação nos quadros de direção, verificam-se situações bastante diferenciadas. Por um lado, em algumas Associações os mesmos grupos e/ou empresas se mantêm na direção, com nenhuma renovação significativa no período (o exemplo mais evidente é o da ADEVAL e em menor grau a ABEL, que ampliou o quadro diretivo entre 1991 e 1993, mas reduziu novamente a partir de 1994). Por outro, pelo menos uma associação apresenta uma renovação significativa, como é o caso da ABBC a partir de 1993, em parte expressando o incremento do número de pequenos e médios bancos durante o período.<sup>27</sup>

Embora não seja possível, nos limites deste trabalho, analisar a ação efetiva dos grupos financeiros nas entidades de classe, os dados sinalizam para a

<sup>25</sup>Bamerindus, Bradesco, Econômico, Unibanco. Para mais detalhes sobre o trânsito de autoridades governamentais e o setor financeiro privado, tanto antes como depois de ocupar os postos do aparato estatal ver o levantamento recente de NEIVA (1995: 72-73).

<sup>26</sup>Em janeiro de 1996, 10 empresas de leasing em um total de 63, controlavam 60% do valor da carteira e contratos ativos. As 20 maiores controlavam 80% deste mesmo valor. (Leasing em Notícias, a.18, núm.136, março 1996, encarte interno).

<sup>27</sup>Oito bancos sem participação anterior, integram a diretoria que assumiu em 1993, incluindo alguns dos "novos" banqueiros surgidos a partir de 1989.

existência de um amplo potencial de ação coordenada na participação em Associações segmentadas de representação, além de alguns desses grupos estarem em posição privilegiada no processo de interlocução com as agências estatais estratégicas de definição de políticas econômico-financeiras. Talvez possamos introduzir aqui a percepção da existência de uma *rede transassociativa*, expressão inspirada na literatura que aborda a existência das redes transcorporativas. Neste caso, estaríamos nos referindo especialmente aos grupos financeiros que estendem sua presença na direção de vários órgãos de representação de classe. No caso específico da nossa pesquisa, nos restringimos aos órgãos de representação dentro do sistema financeiro mas pela própria condição de grupo financeiro, esta presença pode ser ampliada para entidades de representação nos demais setores. Por enquanto fica o registro como uma hipótese para futuras pesquisas.

A expansão do sistema financeiro define uma pauta muito diversificada de temas que é tratada de forma exclusiva ou preferencial pelos órgãos específicos de representação. A diversificação crescente de instrumentos financeiros e as alterações da participação relativa de cada um deles no montante global das operações financeiras, ao mesmo tempo que criam novas oportunidades de acumulação, tendem a gerar novas tensões nos interesses dos grupos e empresas que operam dos diversos segmentos do sistema financeiro. Isto se reflete no plano institucional-regulatório (Conselho Monetário Nacional e Banco Central) pela necessidade de regulamentar o volume e as condições operacionais desses instrumentos em um contexto de globalização financeira. A agenda de decisões pontuais sobre o sistema se sobrecarrega, e sobre elas as diferentes entidades de classe do sistema financeiro concentram sua presença.<sup>28</sup>

A manutenção de entidades de representação - com significativa presença ou influência dos grandes grupos financeiros - nos diversos segmentos do sistema financeiro, parece permitir uma estratégia de ação diferenciada e es-

pecífica na relação com o Estado, absorvendo as tensões próprias de cada segmento, devido ao diversificado grau de concentração, à existência de um número maior ou menor de empresas não diretamente vinculadas aos grupos financeiros, e uma exposição diferenciada ao processo de globalização financeira em curso. As entidades mais centralizadas, portanto, não sofreriam o desgaste e o ônus de pleitos mais específicos, reservando-se para si as questões mais gerais do sistema financeiro e a atuação política mais ampla.

#### Bibliografia:

- ALCORTA, Ludovico (1992). *El Nuevo Capital Financiero: grupos financieros y ganancias sistémicas en el Perú*. Lima: Fundación Friedrich Ebert.
- AMARAL Jr., Homero (1996). "Corretoras Estrangeiras: competição desigual". In: Carta da ANCOR, ano 10, núm. 61, março, p. 1.
- ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL (1992). Rio de Janeiro, Editora Interinvest.
- BANCO DE DADOS do Autor.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1966). Relatório 1995, vol. 32.
- COMIN, Alexandre; OLIVEIRA, Francisco de; et al. (1994) "Crise e concentração: quem é quem na indústria de São Paulo". In: *Novos Estudos Cebrap*, núm. 39, julho, pp. 149-171.
- DOCUMENTOS diversos dos órgãos de representação de classe do sistema financeiro.
- DREIFUSS, René (1986). *A Internacional Capitalista*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- GAZETA MERCANTIL (1987 - 1995/96). *Relatório Anual*.
- GONÇALVES, Reinaldo (1991). "Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica". In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 45(4) pp. 491-518.
- GONÇALVES, Reinaldo (1996). "Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da Economia Brasileira". In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Campus/SOBBEET, p. 158-162.
- GRANOVETTER, Mark. (1994) "Business Groups". in: Neil J. SMELSER e Richard SWEDBERG (Eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ, Princeton University Press, pp. 453-475.
- MINELLA, Ary (1988). *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1994). "O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros". In: *Ensaio FEE*, ano 15, no. 2, pp.505-546.
- NEIVA, Pedro P. (1995). Estrutura de poder e processo decisório na regulamentação do sistema financeiro nacional; uma proposta de análise sob a perspectiva da não-decisão. UnB, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Dissertação, dezembro.
- ORTIZ, Renato (1994). *Mundialização e cultura*. 2a ed. São Paulo, Brasiliense.
- PORTUGAL Jr., J.G. et alii. (1994). *Grupos econômicos expressão institucional da unidade empresarial contemporânea*. São Paulo, IESP/FUNDAP, Estudos de Economia do Setor Público 2, dezembro.
- SCHILLER, Herbert (1989) *Culture Inc. The corporate takeover of public expression*. New York, Oxford University Press, 1989.
- STOLOVICH, Luis (1993). *EL poder economico en el Mercosul*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1993.
- ZINI Jr., Álvaro A. (1996). "Política cambial com liberdade de câmbio". In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Campus/SOBBEET, p. 109-131.

<sup>28</sup> Somente em 1995, discutiu-se no âmbito das Resoluções do CMN, por exemplo: questões que envolvem operações já consolidadas no mercado brasileiro (como leasing, e as contínuas alterações de seu âmbito de operação em 1995 - Resolução 2.142 de 22.2.95 alterada pela 2.195 de 31.8.95); operações com contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura (Resolução 2.143 de 22.2.95); operações de factoring (Resolução 2.144 de 22.2.95 do CMN); realização no mercado de balcão de operações com *warrants* (opções não padronizadas) (Resolução 2.149 de 29.3.95 do CMN); financiamento de projetos empreendidos por empresas estrangeiras pelos Bancos de Desenvolvimento (Res. 2.152 de 27.4.95); captação de recursos no mercado externo para financiamento imobiliário (Res.2.170 de 30.6.95); constituição e funcionamento de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento (Res.2.183 de 21.7.95); alterações nos regulamentos que disciplinam as Sociedades de Investimento e Fundos de Investimento de capital estrangeiro (Res. 2.188 de 10.8.95); alterações no direcionamentos dos recursos captados dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (2.190 de 23.8.95); normas para interveniência de sociedades corretoras em operação de câmbio (Resolução 2.202 de 27.9.95); financiamento através do cartão de crédito (2.216 de 29.11.95), além das Resoluções relacionadas com o PROER (Cf. Boletim do Banco Central do Brasil, Relatório 1995, vol.32, 1996, pp. 1830-209).

## Anexo - QUADRO 1

Órgãos de Representação (OR) do Sistema Financeiro - Grupos que participaram na direção de três ou mais entidades Período 1989-1995

Conglomerados e Grupos Financeiros		Núm. de OR	Ranking do Grupo *	Presidencia/ núm. OR
1.	Bradesco	6	3	2
2.	Citibank	6	(Estrang.)	17
3.	Bamerindus	5	13	2
4.	Bozano Simonsen	5	25	3
5.	Bueno Vidigal	5	28	1
6.	Itaú	5	2	1
7.	Big Bco.	4	-	1
8.	Boston	4	(Estrang.)	1
9.	Crédito Nacional (BCN)	4	4	33
10.	Econômico	4	21	
11.	Noroeste	4	47	1
12.	Unibanco	4	19	
13.	Banqueiroz	3	280	
14.	Banorte	3	94	
15.	Boavista (Fam. Paula Machado)		3	85
16.	Cacique	3	260	1
17.	Coinvalores Dtvn Ltda		3	-
18.	Itamarati	3	20	1
19.	Multiplic	3	71	1
20.	Paulista Bco.	3	-	
21.	Real	3	16	
22.	Safra	3	42	
23.	Theca Ccvm Ltda	3	-	1

(\*) Segundo Gazeta Mercantil, Relatório Anual 1995/96. Arypi. dirmaior.doc

## QUADRO 2 - Participação na Diretoria em 10 (dez) Órgãos de Representação de Classe no Sistema Financeiro

Período 1989-1995				
Número de Órgãos de Representação	Número de Grupos/instituições financeiras	Idem Acumulado	Total de participações	Total de Participações (Acumulado)
	B	C	B x A	
6		2	-	12-
5	4	6	20	32
4	6	12	24	56
3	11	23 (17,8%)	33	89 (41,4%)
2	20	43	40	129
1	86	129 (100%)	86	215 (100,%)
TOTAL	129		215	

## LA DEUDA PÚBLICA DEL MÉXICO COLONIAL.

Guillermina del Valle Pavón \*

### Introducción.

Por tradición el Imperio Español se valió de recursos extraordinarios para cubrir los gastos generados por los conflictos bélicos en que participaba. El principal medio para obtener los fondos requeridos, consistió en pedir cuantiosos donativos y préstamos a los individuos y cuerpos acaudalados, entre los que se encontraban los nobles, los grandes comerciantes, los clérigos y burócratas de alto rango, así como los conventos, cofradías y consulados de comercio.<sup>1</sup> En Nueva España, los mercaderes de la ciudad de México se encontraban entre los principales contribuyentes a las demandas gubernamentales, tanto en forma independiente como a través de la corporación en que se agremiaban.<sup>2</sup>

Durante el siglo XVIII y las primeras décadas del siglo XIX, el Consulado de comerciantes de la capital novohispana participó como el principal intermediario financiero de la real Hacienda virreinal, desempeñando un papel similar al que tuvieron los consulados de Cádiz y Sevilla respecto a la tesorería de Madrid.<sup>3</sup> El cuerpo mercantil operó como instrumento institucional para canalizar a la real Hacienda el dinero que le confiaban ciertos rentistas, los cuales generalmente lo invertían con las corporaciones religiosas y los grandes mercaderes.<sup>4</sup> El Consulado operaba de manera similar a un banco de inversión, del que se diferenciaba porque carecía de patrimonio propio, dado que sólo podía recibir depósitos de capitales que devengaban réditos cuando lo autorizaba la corona, ya fuera para auxiliar al erario o para financiar obras de infraestructura como la construcción de caminos.<sup>5</sup> Tales prácticas muestran que el sistema financiero de la época virreinal era bastante más complejo de lo que la historiografía ha sugerido hasta ahora.

El propósito del presente trabajo consiste en hacer una breve presentación del apoyo financiero que prestó el Consulado de México a los últimos gobiernos virreinales, con el objeto de empezar a conocer la forma en que se contrajo la

\* Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, México.

<sup>1</sup> Domínguez Ortiz 1960, p. 297, 303; Hoberman 1991, p. 177-178.

<sup>2</sup> Hoberman expone los beneficios obtenidos por los mercaderes que contribuían a los suplementos demandados por la autoridad virreinal. Hoberman 1991, pp. 176-180. Y Anna afirma que dichos individuos adquirían influencia y prestigio local, en tanto que las corporaciones que otorgaban capitales podían "darle brillo a sus nombres, honor a sus miembros y extender la influencia del grupo...". Anna 1981, p. 170.

<sup>3</sup> Las contribuciones efectuadas por el Consulado de Cádiz de 1555 a 1750, pueden consultarse en Rodríguez Vicente 1977, pp. 220, 221, 214-218; y los empréstitos que otorgaron ambas corporaciones en la década de 1790, en Tinoco Rubiales 1982, pp. 328-355.

<sup>4</sup> Sobre la colocación de capitales con instituciones religiosas y comerciantes pueden consultarse, entre otros, García Aylluardo 1983; Borchart 1984; Lavrin 1985 y 1986; Wobeser 1994.

<sup>5</sup> Acerca de la reconstrucción del camino México-Veracruz por parte del Consulado, mediante la contratación de préstamos, véase Valle Pavón 1992, pp. 65-72.

deuda interna colonial y el ritmo de crecimiento que presentó, ya que los débitos contratados por la corporación mercantil ascendieron al 41% de la mencionada deuda.<sup>6</sup> A efecto de esclarecer el problema, se estableció una periodización, precisando en cada etapa las causas que condujeron a la corporación mercantil a dar su apoyo financiero, los recursos de que se valió para obtener los caudales que le demandaban y los ramos fiscales que se hipotecaron en garantía de los préstamos.

El estudio se enmarca en el debate sobre las causas del brusco cambio que presentó la economía mexicana, al transformarse del virreinato cuya expansión le permitía sostener las posesiones españolas del Caribe y Filipinas, a la joven república que se vio forzada a depender de los agiotistas para sobrevivir. En esta discusión, resulta esclarecedor el conocimiento de la forma en que los empréstitos negociados por el Consulado contribuyeron a la dramática descapitalización que padeció México a fines de la colonia, ya que su intermediación permitió captar aproximadamente la tercera parte de los recursos extraordinarios que demandó la real Hacienda, los cuales se remitieron a la Metrópoli o se perdieron en el combate contra a los insurgentes.

### 1 Los préstamos para contribuir con las guerras europeas.

Nueva España participó activamente en el mantenimiento de las guerras que libró España contra Francia e Inglaterra a fines del siglo XVIII y principios del siglo XIX, mediante el envío de los fondos procedentes de ingresos fiscales crecientes, así como de los donativos y préstamos obtenidos de los súbditos del virreinato.<sup>7</sup> A continuación veremos la forma en que el Consulado de México operó como intermediario de la real Hacienda en la obtención de varios empréstitos para financiar las guerras mencionadas, a través de la recepción de capitales a crédito que inicialmente se cargaron sobre la actividad que desempeñaban los miembros del gremio mercantil y más adelante se impusieron sobre los productos de la renta de Tabaco.

Desde que Carlos III declaró la guerra a los ingleses en junio de 1779, Nueva España contribuyó con los recursos del erario para sostener dicha empresa. En junio de 1782, ante la escasez de fondos en las cajas reales novohispanas y las reiteradas demandas de recursos para apoyar la campaña en el Caribe, el virrey Martín de Mayorga solicitó la intermediación del Tribunal mercantil para obtener un préstamo por un millón de pesos.<sup>8</sup>

El Consulado fue autorizado a recibir depósitos de rentistas al interés del 5%,<sup>9</sup> para lo cual se valió del “depósito irregular”, instrumento que permitía aceptar dinero a crédito otorgando en garantía ingresos por obtener en el

<sup>6</sup> “Sobre la deuda de la Real Hacienda y medio de restablecer su crédito. México, 21 de febrero de 1817.” B.N.Ma., ms. 19.702/23.

<sup>7</sup> Los ingresos hacendarios se incrementaron en el último cuarto del siglo XVIII como resultado del descubrimiento y desarrollo de nuevos centros mineros, de la intensificación de la actividad comercial a raíz de la introducción de la incipiente libertad de comercio y del establecimiento de una reforma general en la real Hacienda. Klein 1985, p. 569 y 1994, pp. 91-97.

<sup>8</sup> A.G.N., A.H.H., caja 683, exp. 34.

<sup>9</sup> A.H.H., caja 683, exp. 34 y caja 1869, exp. 18.

futuro, como era el caso del producto de los impuestos sobre el comercio.<sup>10</sup> Y con el fin de cubrir el pago de réditos, se le dio licencia para imponer una tasa extraordinaria de cuatro al millar al derecho de avería, impuesto que cobraba el Consulado por la introducción de ultramarinos.<sup>11</sup>

En marzo de 1793, Francia declaró la guerra a España con la intención de derrocar a Carlos IV y expandir la revolución en la Península. Aún cuando se tomaron algunas medidas para incrementar los fondos regulares del erario español, los ingresos extraordinarios constituyeron la principal fuente de financiamiento para solventar la guerra. De acuerdo con el historiador Miguel Artola, aproximadamente el 30% de los caudales recaudados entre 1792 y 1796 procedieron de las colonias americanas, correspondiendo la mayor parte a las contribuciones novohispanas.<sup>12</sup>

En septiembre de 1792, Carlos IV había ordenado al virrey de Nueva España que remitiera de inmediato a la Península de seis a ocho millones de pesos,<sup>13</sup> por lo que en enero del siguiente año el segundo conde de Revillagigedo demandó a la corporación mercantil un empréstito “**por la mayor cantidad posible**”.<sup>14</sup> El Consulado propuso solicitar a los rentistas un millón de pesos a réditos, para cuyo pago se autorizó el aumento de una nueva tasa extraordinaria de 5 al millar al derecho de avería.

En septiembre del mismo año, el monarca ordenó al virrey que continuara socorriendo a la Metrópoli con los mayores montos posibles, mandato que reiteró en diciembre y en enero del año siguiente.<sup>15</sup> Sin embargo, en marzo de 1794 Revillagigedo informó al Ministro de Hacienda que los recursos del virreinato se encontraban verdaderamente agotados, y en abril notificó que a pesar de haber recurrido a “**las persuasiones más poderosas**”, el Tribunal del comercio había manifestado que no podían solicitar nuevos préstamos por los altos intereses que pesaban sobre sus fondos y las dificultades para obtener dinero a réditos.<sup>16</sup>

Cuando el marqués de Branciforte se hizo cargo del virreinato en julio de 1794, encontró el erario en la penuria que lo había dejado su antecesor, por lo que solicitó un préstamo al Consulado.<sup>17</sup> La disposición que mostró Branciforte

<sup>10</sup> Wobeser 1994, p.46.

<sup>11</sup> El derecho de avería era una imposición del 6 al millar sobre las mercancías que entraban por mar al virreinato, cuyos productos habían sido otorgados por el rey al Consulado para costear sus gastos corrientes. *Ordenanzas...*, núm. XXIX, pp. 36-42.

<sup>12</sup> Artola 1982, pp. 404, 405.

<sup>13</sup> Real orden del 6 de septiembre de 1792. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2356.

<sup>14</sup> De Revillagigedo al Consulado. México, 4 de enero de 1793. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2358, docto. no. 1.

<sup>15</sup> Real orden del 21 de septiembre de 1793. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2357, s.f. De Revillagigedo a Gardoqui, México, 2 de mayo de 1794, A.G.I., Audiencia de México, leg. 2360, fs. 2-4.

<sup>16</sup> De Revillagigedo a Gardoqui, México, 31 de marzo y 2 de mayo de 1794, A.G.I., Audiencia de México, leg. 2360, fs. 1-4.

<sup>17</sup> De Branciforte al Consulado, México, 24 de julio de 1794. A.G.I., Sección Estado, leg. 22, no. 29, (1c).

<sup>18</sup> Del Consulado a Branciforte, México, 24 de julio de 1794. A.G.I., Sección Estado, leg. 22, no. 29,

para atender las peticiones del gremio mercantil, dio lugar a que su Tribunal acopiara en poco tiempo un millón de pesos al premio, para cuyo pago se aumentó otro 5 al millar de avería extraordinaria.<sup>18</sup>

Las urgencias de la Metrópoli se agudizaron debido a la permanencia de la guerra, por lo que en diciembre de 1794 se ordenó al virrey de Nueva España que recibiera hasta 15 millones de pesos al menor interés, los cuales podían imponerse sobre la renta menos comprometida.<sup>19</sup> Con el objeto de favorecer la captación de caudales, Branciforte comisionó a los Tribunales de comercio y minería para que reunieran los mayores montos posibles e hipotecó los productos de la renta de Tabaco como garantía de los principales y el pago de intereses.<sup>20</sup>

Entre 1780 y 1795 los gastos bélicos dieron lugar a que se triplicara la deuda pública española,<sup>21</sup> de modo que en 1795 la situación del erario era verdaderamente crítica. En agosto, el Tribunal del Consulado informó al virrey que se había **“consumido cuanto dinero había hábil para las imposiciones”**, luego de haber tomado a rédito cerca de 6 millones de pesos junto con el Tribunal de minería.<sup>22</sup> No obstante, continuó abierta la recepción de depósitos sobre la renta de Tabaco con la intención de apoyar la nueva guerra que se había desatado contra los ingleses. Poco después de que se pactara la paz con Inglaterra, en marzo de 1803,<sup>23</sup> se derogó el empréstito por 15 millones de pesos, luego de haberse recibido aproximadamente 6,885,000 pesos.<sup>24</sup>

## 2 Contribuciones a la lucha contra la invasión napoleónica.

La ocupación de la Península por las tropas napoleónicas dio lugar a reiteradas demandas de auxilio económico, gran parte de las cuales fueron satisfechas con préstamos de corto vencimiento que otorgaron los mercaderes del Consulado, y en menor medida con un empréstito a largo plazo que tuvo que suspenderse debido a la relevancia que adquirió el movimiento insurgente. El examen de los suplementos a corto plazo otorgados en este período, muestra el interés de los mercaderes del Consulado de México por mantener la relación colonial y la confianza que depositó en él la Junta Central cuando puso a su cargo el establecimiento de las condiciones de contratación del empréstito de largo vencimiento.

Después de haber recibido los fondos colectados a través de varios donativos, en julio de 1809 la Junta Central de España demandó al virrey

(1d).

<sup>18</sup> Real orden del 12 de diciembre de 1794. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2371.

<sup>19</sup> De Branciforte a Gardoqui, México, 2 de mayo de 1795. A.G.I., Audiencia de México, 2371.

<sup>20</sup> Lynch 1991, p. 372.

<sup>21</sup> Del Consulado a Branciforte, México, 7 de agosto de 1795. A.G.I. Audiencia de México, leg. 2371.

<sup>22</sup> Real orden del 25 de marzo de 1803. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2371.

<sup>23</sup> Sobre la deuda de la real Hacienda y medio de restablecer su crédito, México, 21 de febrero de 1817. B.N.Ma., ms. 19.702/23.

<sup>24</sup> Dicha cantidad debía entregarse en México a Andrés Cochrane-Johnstone, agente financiero de

Francisco Javier Lizana el pago inmediato de tres millones de pesos para saldar una deuda que había contraído con el gobierno inglés.<sup>25</sup> Por carecer de caudales, Lizana solicitó el apoyo del Consulado y sus miembros, los cuales depositaron en las cajas reales casi 2,100,000 pesos, de los 3,167,000 pesos que se reunieron en total.<sup>26</sup> Parte de las aportaciones hechas por los mercaderes fueron restituidas en septiembre del mismo año,<sup>27</sup> ya que muchos de ellos donaron o dejaron depositados los capitales que habían adelantado en contribución al **“préstamo patriótico”** que se abrió en agosto del mismo año, de acuerdo con la cédula del 12 de marzo de 1809.<sup>28</sup>

Ante la escasez de circulante, el virrey ofreció el premio del 6% anual a quienes depositaran capitales para el mencionado **«préstamo patriótico»**, el cual se estableció con la hipoteca de la renta de Tabaco.<sup>29</sup> Las principales aportaciones a dicho préstamo fueron los capitales que habían dejado en las reales cajas los mercaderes, luego de haberlos prestado para saldar el adeudo de la Metrópoli con Inglaterra. Sin embargo, todo indica que dichas contribuciones fueron incluídas en el **“préstamo gratuito”** que solicitó el virrey en diciembre del mismo año para enviar un socorro urgente a la Península en el navío **“Asia”**. Luego de haberse comprometido a restituir el dinero adelantado en cuanto dispusiera de fondos de la tesorería de la capital, Lizana logró reunir poco menos de 1,400,000 pesos.<sup>30</sup>

En enero de 1810, la Junta Central solicitó un préstamo por 20 millones de pesos para satisfacer los crecientes gastos ocasionados por la defensa de España y estableció que el **«cuerpo general de comercio de Nueva España»** formara una junta que se hiciera cargo de ejecutarlo. La junta del préstamo estableció el pago del 6% anual sobre el circulante y al 8% sobre la plata labrada. Como garantía hipotecó el producto de los aumentos al precio del tabaco, al derecho de alcabala y al gravamen sobre los bienes procedentes de Manila, así como el rendimiento de los nuevos impuestos sobre la cera y el cacao que llegaban a México de otros dominios americanos. Luego haberse reunido aproximadamente 1,600,000 pesos,<sup>31</sup> en mayo de 1811 dejó de

<sup>25</sup> Dicha cantidad debía entregarse en México a Andrés Cochrane-Johnstone, agente financiero de la tesorería británica. Jiménez Codinach 1991, pp. 138, 139.

<sup>26</sup> De Lizana al Consulado, México, 24 de julio de 1809 y del Consulado a Lizana, México, 5 de agosto de 1809. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2515.

<sup>27</sup> Representación del Consulado al rey, México, 21 de octubre de 1818. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519. Alamán 1985, t. 1, p. 306.

<sup>28</sup> Por oficio del 13 de septiembre se comunicó al virrey sobre las dádivas de los miembros del Consulado. Representación del Consulado al rey, México, 21 de octubre de 1817. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519.

<sup>29</sup> Bando del 5 de agosto de 1809. C.E.H.M., I-2, leg. 684.

<sup>30</sup> Gazeta de México, 2 de diciembre de 1809. Gracias a la alianza anglo-española, Nueva España pudo contar con los navíos de la armada británica para remitir a España los auxilios con que apoyó al ejército y las guerrillas que resistían a la invasión napoleónica. Jiménez Codinach 1991, pp. 142, 143.

<sup>31</sup> Sobre la deuda de la real Hacienda y medio de restablecer su crédito. México, 21 de febrero de 1817. B.N.Ma., ms. 19.702/23. Manifestación de los capitales que reconoce el Consulado a nombre de la Hacienda pública, México, 30 de junio de 1823. A.G.N., Consulados, leg. 269, exp. 14.

colectarse el empréstito por 20 millones, en razón de la prioridad que adquirió el financiamiento de la guerra contra los insurgentes.<sup>32</sup>

En julio de 1810 la real Audiencia gobernadora se encontró ante la falta de fondos para despachar el navío «**Baluarte**» en el que enviaría los caudales reunidos para auxiliar a España, por lo que demandó un «**préstamo gratuito a corto plazo**» a los comerciantes y otros vecinos pudientes de la ciudad de México, los cuales entregaron aproximadamente 580,000 pesos en unos cuantos días.<sup>33</sup>

Los ingresos de la tesorería general de la ciudad de México empezaron a decaer a fines de 1810, debido a que los oficiales reales de las localidades mineras de «**tierra adentro**» retenían los productos fiscales ante la amenaza de los insurgentes.<sup>34</sup> En noviembre el virrey Francisco Javier Venegas recibió una nueva petición de auxilio económico por parte de España. En razón de la escasez de caudales el virrey volvió a demandar suplementos a corto plazo de los mercaderes, quienes entregaron 2,380,000 pesos, parte de los cuales se destinaron a habilitar el buque en el que se embarcaron los auxilios para la Península.<sup>35</sup>

En marzo de 1811 el virrey pidió un nuevo préstamo a corto plazo a fin de socorrer a la «**madre patria**». Para entonces, la retención de los productos del erario en las provincias había impedido la devolución de gran parte del dinero que había sido adelantado con anterioridad, circunstancia que redujo las contribuciones. Según los datos de que disponemos se recaudaron 742,000 pesos que el virrey esperaba devolver en el término de tres meses, en el que consideraba que llegarían a la capital los productos fiscales del interior.<sup>36</sup> Sin embargo, no se cumplieron las expectativas del virrey, por los que los adeudos a corto plazo tuvieron que ser renegociados.

### 3 Empréstitos para combatir a los insurgentes.

Luego de conocer la particular violencia que ejercían los insurgentes contra los españoles y los comerciantes, el Consulado se transformó en el principal apoyo económico de la autoridad virreinal, cuando la escasez de los ingresos fiscales obligó a recurrir a los arbitrios extraordinarios a fin de sostener las campañas bélicas. Para entonces, los individuos y corporaciones acaudaladas de la ciudad de México habían visto disminuir sus fondos como resultado de la Consolidación, así como de los numerosos empréstitos y donativos solicitados para apoyar la defensa de la Península, no obstante, el virrey logró extraer parte de los capitales que se conservaban mediante el requerimiento de préstamos voluntarios y forzosos obtenidos gracias al apoyo de los líderes del cuerpo mercantil.

<sup>33</sup> A.G.N., A.H.H., caja 1, exp. 7.

<sup>34</sup> TePaske 1991, pp. 127-130 y Gráfica 2, "Remitido a caja matriz de cajas foráneas, 1795-1817", p. 136.

<sup>35</sup> A.G.N., A.H.H., caja 1, exp. 3 y caja 2, exp. 7.

<sup>36</sup> *Ibid.*

<sup>37</sup> Junta de gobierno del Consulado, 14 de noviembre de 1811; Del Consulado a Venegas, México,

Alarmado por la incapacidad de las tropas virreinales para vencer a los sublevados, el Tribunal mercantil pidió auxilio a España en abril de 1811. El Consejo de Regencia aprobó la propuesta del Consulado de Cádiz consistente en enviar una guarnición compuesta por seis mil soldados españoles, siempre que su habilitación corriera a cargo del comercio de México.<sup>37</sup>

El apoderado extraordinario de la corporación mercantil de México en Cádiz, ofreció en su nombre hasta 200,000 pesos para costear la expedición militar y desembolsó 100,000 pesos de su caudal para despachar de inmediato el primer contingente compuesto por dos mil hombres. Con el objeto de reintegrar la suma adelantada y financiar el envío de la segunda remesa de soldados, ya que el comercio de Cádiz se comprometió a remitir por su cuenta la tercera, el Consulado propuso aumentar un nuevo 5 al millar al derecho de avería para de negociar un préstamo por 200,000 pesos. Así, el derecho de avería aumentó hasta el 2.5%, cuando la tasa ordinaria que se cobraba antes del primer préstamo del año de 1782 era del 0.6%.

En diciembre de 1811 se agudizó la escasez de fondos en la tesorería de la ciudad de México. Para entonces había disminuído la recepción de los productos de las cajas regionales por debajo de la mitad de lo que se había recibido en 1810, mientras que los gastos militares se habían incrementado de manera considerable.<sup>38</sup> Ante la imposibilidad de encontrar auxilios voluntarios para costear las expediciones bélicas y el gasto público, Venegas convocó a una junta general extraordinaria a los representantes de los principales cuerpos civiles y eclesiásticos de la capital, a fin de que propusieran los arbitrios que podrían adoptarse para disponer de caudales.<sup>39</sup>

Dicha junta decidió establecer un préstamo ejecutivo por 500,000 pesos, los cuales fueron repartidos entre el clero y los vecinos acaudalados de México, Puebla y Veracruz,<sup>40</sup> y demandar en calidad de préstamo forzoso la mayor parte de los objetos de plata y oro labrados que poseyeran los particulares. Como garantía de ambos empréstitos se estableció e hipotecó la pensión del 10% sobre el arrendamiento de casas.<sup>41</sup>

De acuerdo con los datos de que disponemos, la real Hacienda novohispana enfrentó la mayor crisis de su historia en 1812. Los gastos del erario aumentaron en forma creciente a causa de la intensificación de la guerra, mientras que los ingresos se redujeron de igual manera debido a la caída de la remisión de los

<sup>37</sup> Junta de gobierno del Consulado, 14 de noviembre de 1811; Del Consulado a Venegas, México, 20 de noviembre de 1811; Representación del Consulado al Rey, México, 21 de octubre de 1818. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519.

<sup>38</sup> TePaske 1991, p. 127-130; gráficas 2 y 3, "Remitido a caja matriz de cajas foráneas, 1795-1817" y "Gastos de guerra, caja matriz de México, 1795-1817", p. 136.

<sup>39</sup> Representación del Consulado al rey, México, 21 de octubre de 1818. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519; Alamán 1985, t. 2, pp. 242, 243.

<sup>40</sup> Bando del 30 de enero de 1812 sobre el préstamo forzoso de oro y plata labrados. *Gazeta de México*, 1 y 4 de febrero de 1812.

<sup>41</sup> *Ibid.*; Alamán 1985, t. 3, pp. 137, 138.

productos fiscales del interior,<sup>42</sup> así como a la singular disminución del rendimiento de los derechos que se recaudaban en la aduana de México por la interrupción del tráfico mercantil.<sup>43</sup> En tanto que las contribuciones a los préstamos se entregaban con gran lentitud.<sup>44</sup>

Apremiado por la crisis del erario, en agosto el virrey y la junta extraordinaria de Hacienda acordaron exigir un préstamo forzoso de 700,000 pesos al 5% de interés, el cual sería asegurado con los productos de la recién establecida contribución temporal extraordinaria de guerra que gravaba los efectos de mayor consumo. Sin embargo, la crisis del erario obligó a hacer uso del producto de dicho arbitrio extraordinario.<sup>45</sup>

Los 700,000 pesos del nuevo empréstito fueron distribuidos de acuerdo con una lista elaborada por el Consulado, en la que incluyó a los vecinos de la capital y otros importantes centros mercantiles. Muchos de los elegidos pidieron se reconsiderara su situación por los quebrantos que habían sufrido a causa de la guerra, así como de los numerosos préstamos y donativos con los que habían contribuido. El virrey redujo algunas cuotas e hizo ciertas exenciones, a partir de los informes proporcionados por el Tribunal del Consulado y unos cuantos sujetos de su confianza, de modo que sólo lograron reunirse 443,000 pesos.<sup>46</sup>

Ante la necesidad de reorganizar el ejército e integrar convoyes militares para reactivar la actividad comercial, en marzo de 1813 el virrey Félix María Calleja solicitó la intermediación del Tribunal mercantil a fin de conseguir un préstamo por un millón de pesos, para cuyo seguro se comprometió a hipotecar la mitad de los productos de todos los derechos que se cobraban en la aduana de México y sus receptorías.<sup>47</sup>

El interés de los dirigentes del Consulado en reanimar el comercio, los condujo a emprender activas diligencias para obtener dinero a crédito de los comerciantes y otros vecinos pudientes de la ciudad de México. En junio el Tribunal mercantil entregó al virrey poco más de un millón de pesos,<sup>48</sup> sin embargo, éste no pudo cumplir el compromiso que había contraído, ya que la crisis fiscal obligó a destinar el producto de los ramos hipotecados a otros objetos.<sup>49</sup>

<sup>42</sup> En 1812 se presentó una caída de los envíos de las cajas del interior a la caja matriz. Véase gráfica 2 "Remitido a caja matriz de las cajas foráneas, 1795-1817", TePaske 1991, p. 136.

<sup>43</sup> Los ingresos por concepto de dichos ramos cayeron más que en ningún otro año, con excepción del producto del recién establecido derecho de convoy. Estado de los productos anuales de los ramos que se recaudan en la Aduana de México, 1810-1822. A.G.N., A.H.H., cajas 117 y 367.

<sup>44</sup> Vega 1990, pp. 926, 927; Jáuregui 1994, pp. 274, 275.

<sup>45</sup> Bando del 28 de agosto de 1812 sobre la contribución temporal extraordinaria de guerra. C.E.H.M., I-2, leg. 721; Representación del Consulado al rey, México, 21 de octubre de 1818, A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519, fs. 6 v. y 7; Alamán 1985, t. 3, pp. 263, 264.

<sup>46</sup> A.G.N., Donativos y préstamos, v. 7, fs. 371-429; Alamán 1985, t. 2, pp. 570-572.

<sup>47</sup> Ibid.; Alamán 1985, t. 3, pp. 400, 401.

<sup>48</sup> Manifestación de los capitales que reconoce el Consulado a nombre de la Hacienda pública, 30 de junio de 1823, A.G.N., A.H.H., caja 269, exp. 14.

<sup>49</sup> Representación del Consulado al rey, México, 21 de octubre de 1818. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519.

El empréstito obtenido por el Consulado sólo permitió cubrir los gastos más inmediatos del gobierno, de modo que continuó la urgencia de fondos para llevar a cabo un plan general de operaciones de guerra. A fin de resolver el problema el virrey obtuvo la aprobación de los representantes de las principales corporaciones de México para introducir una contribución directa sobre sueldos, rentas o ganancias, así como para demandar otro préstamo forzoso por dos millones de pesos que sería garantizado con los rendimientos del mencionado impuesto.<sup>50</sup>

La comisión encargada de coleccionar el empréstito distribuyó los dos millones de pesos entre los vecinos de la capital y otros importantes centros mercantiles. En la ciudad de México, luego de varios meses se reunieron con grandes dificultades 625,000 pesos, de los 630,000 pesos que le habían sido asignados.<sup>51</sup> Al poco tiempo de haberse decretado la contribución directa, tuvo que suspenderse por resultar impracticable su cobro. La comisión del préstamo propuso substituir la hipoteca de la contribución directa por el conjunto de la avería extraordinaria, es decir, el 14 al millar establecido a fines del siglo XVIII y el 5 al millar de 1811, cambio que fue aceptado por el virrey.<sup>52</sup>

A fines de noviembre de 1814 el virrey volvió a encontrar vacías las arcas del erario, no queriendo retardar las operaciones de guerra por falta de fondos, solicitó al Tribunal mercantil 500,000 pesos. En razón de la escasez de capitales, el virrey aceptó la propuesta del Consulado de imponer un nuevo préstamo forzoso por dicha cantidad, el cual también fue garantizado con la hipoteca de los productos del conjunto de la avería extraordinaria. En esta ocasión se estableció que se recaudaran 300,000 pesos en la capital y los restantes 200,000 en Puebla.<sup>53</sup> Durante 1815 y 1816 el Tribunal mercantil logró reunir cerca de 295,000 pesos,<sup>54</sup> los cuales fueron depositados en la tesorería del Consulado para que el virrey librara sobre ellos, únicamente para satisfacer los gastos de manutención del ejército.<sup>55</sup>

## Conclusiones

El examen de la cooperación financiera que prestó el Consulado de México a los últimos gobiernos virreinales, permitió empezar a conocer la forma en

C.E.H.M., XLI-1, leg. 954.

<sup>51</sup> A.G.N., Donativos y préstamos, v. 9, exp. 14, f. 194; Sobre la deuda de la real Hacienda y medio de restablecer su crédito. México, 21 de febrero de 1817. B.N. Ma., ms. 19.702/23.

<sup>52</sup> Testimonio de la escritura no. 160 del préstamo forzoso proyectado a fin del año de 1813. A.G.N., Bienes nacionales, v. 1708, exp. 45; Alamán 1985, t. 4, pp. 213-215.

<sup>53</sup> Del Consulado a Calleja, México, 9 de diciembre de 1814. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519. Testimonio de la escritura no. 907 ..., A.G.N., Bienes nacionales, v. 1708, exp. 46. Testimonio de la escritura no. 1311 ..., C.E.H.M., 1819-PIN, 33171.

<sup>54</sup> Manifestación de los capitales que reconoce el Consulado a nombre de la Hacienda pública. A.G.N., Consulados, leg. 269, exp. 14; Alamán 1995, t. 4, p. 216.

<sup>55</sup> De Calleja al Consulado. México, 12 de diciembre de 1814. A.G.I., Audiencia de México, leg. 2519.

que se contrajo la deuda colonial que heredó el México independiente. El papel de intermediario financiero desempeñado por el Tribunal mercantil en el período de las guerras de España contra las potencias europeas, posibilitó a la Metrópoli para extraer gran parte de los recursos disponibles para ser colocados a réditos mediante la contratación de empréstitos. En la etapa que comprende los primeros años de la invasión napoleónica, el Consulado participó en el establecimiento de un «**préstamo patriótico**» destinado a apoyar a las fuerzas que combatían a los franceses, al que se sumaron los adeudos que no pudo pagar la real Hacienda correspondientes a los suplementos a corto plazo que otorgaron los mercaderes para auxiliar de urgencia a España. Y en el período que cubre la guerra contra los insurgentes, los dirigentes del Consulado colaboraron en la exacción forzosa de los empréstitos destinados a financiar las campañas del ejército realista y reactivar la circulación mercantil.

El otorgamiento de empréstitos a través del Consulado se tradujo en el recargo de los derechos sobre la actividad comercial que llevaban a cabo sus miembros, así como en la reducción de parte de los productos que percibía la real Hacienda por concepto de impuestos, como sucedió con la renta de Tabaco. Sin embargo, la garantía de los préstamos mediante la hipoteca de futuros ingresos fiscales ajenos a la administración del Consulado, no pudo sostenerse cuando entró en crisis el erario debido a los problemas para recaudar los impuestos de reciente creación y a que su rendimiento se destinó a sostener al ejército y el gasto público, lo que dio lugar a la imposición de nuevas cargas sobre el comercio de ultramarinos.

La contratación de empréstitos gubernamentales por parte de los Tribunales del Consulado y minería permitió captar aproximadamente 20 millones de pesos que se remitieron a España o se perdieron en la lucha contra los insurgentes. Para conocer el impacto que tuvo la pérdida de dichos caudales sobre la estructura económica y social de México, es necesario conocer quiénes fueron los contribuyentes a cada empréstito, lo que permitirá distinguir a los sectores que efectuaron mayores aportaciones y valorar si parte de dicho circulante pudo haberse reinvertido en la economía.

#### - Siglas y referencias.

- A.G.N. Archivo General de la Nación.  
 A.G.I. Archivo General de Indias.  
 B.N.M. Biblioteca Nacional de México.  
 B.N.Ma. Biblioteca Nacional de Madrid.

#### Bibliografía.

- Alamán, Lucas.  
 1985 Historia de México desde los primeros movimientos que prepararon su Independencia en el año de 1808 hasta la época presente. 5 vols. México, Instituto Cultural Helénico / Fondo de Cultura Económica.

- Anna, Timothy E.  
 1981 La caída del gobierno español en la ciudad de México. México, Fondo de Cultura Económica. Artola, Miguel.  
 1982 La hacienda del antiguo régimen. Alianza Editorial / Banco de España.  
 Borchart de Moreno, Christiana Renate.  
 1984 Los mercaderes y el capitalismo en la ciudad de México: 1759-1778. México, Fondo de Cultura Económica.  
 Domínguez Ortiz, Antonio.  
 1960 Política y hacienda de Felipe IV. Madrid, Editorial de derecho financiero.  
 Dublán, Manuel y José María Lozano.  
 1876 Legislación mexicana o colección completa de las disposiciones legislativas expedidas desde la independencia de la República. México, Imprenta del Comercio, t. I. Flores Caballero, Romeo.  
 1969 La contrarrevolución en la independencia. Los españoles en la vida política, social y económica de México (1804-1838). México, El Colegio de México. Centro de Estudios Históricos. Nueva serie 8. Florescano, Enrique y Fernando Castillo, (compiladores).  
 1975 Controversia sobre la libertad de comercio en Nueva España 1776-1818, México, Instituto Mexicano de Comercio Exterior, Serie fuentes y estadísticas del comercio exterior de México, v. I y II. García-Ayluardo, Clara.  
 1983 «Sociedad, crédito y cofradía en la Nueva España a fines de la época colonial: el caso de Nuestra Señora de Aránzazu», Historias, no.3, enero-marzo, pp. 53-68. Gómez Alvarez, Cristina.  
 1995 «Las arcas de la iglesia al servicio de la guerra contrainsurgente: Puebla, 1810-1812», en Iglesia, Estado y economía. Siglos XVI al XIX, coordinadora Ma. del Pilar Martínez López Cano, México, Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, pp. 263-273.  
 Hamnett, Brian R.  
 1990 Raíces de la insurgencia en México. Historia Regional 1750-1824. México, Fondo de Cultura Económica.  
 1980 «Mexico's Royalist Coalition: The response to Revolution 1808-1821», en Journal of Latin America Studies, 12, no. 1, pp. 55-86.  
 Hoberman, Louisa Schell.  
 1991 Mexico's merchant elite, 1590-1660. Silver, state and society. Durham, Duke University Press. Jáuregui Frías, Luis Antonio.  
 1994 La anatomía del fisco colonial. La estructura administrativa de la real hacienda novohispana 1786-1821. México, El Colegio de México. Centro de Estudios Históricos. Tesis para optar al grado de doctor en historia. Jiménez Codinach, Guadalupe.  
 1991 La Gran Bretaña y la Independencia de México 1808-1821. México, Fondo de Cultura Económica. Klein, Herbert S.  
 1994 Las finanzas americanas del Imperio Español, 1680-1809. México, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora / Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa.  
 1985 «La economía de la Nueva España, 1680-1809: un análisis a partir de las Cajas Reales», en Historia mexicana, Vol. XXXIV, núm. 4, (136), abril junio, pp. 561-609. Ladd, Doris M.

- 1984 La nobleza mexicana en la época de la Independencia, 1780-1826. México, Fondo de Cultura Económica.  
Lavrin, Asunción.
- 1986 «Mundos en contraste: cofradías rurales y urbanas en México a fines del siglo XVIII», en La iglesia en la economía de América Latina siglos XVI al XIX. A.J. Bauer, compilador. México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, pp. 234-276.
- 1985 «El capital eclesiástico y las élites en Nueva España», en Mexican studies/ Estudios Mexicanos, vol. 1, no. 1, pp. 1-28. Lynch, John.
- 1991 El siglo XVIII. Historia de España, XII. Barcelona, Editorial Crítica. Serie Mayor, directores: Josep Fontana y Gonzalo Pontón.
- Marichal, Carlos.
- 1990 «Las Guerras imperiales y los préstamos novohispanos 1781-1804», en Historia Mexicana, vol. XXXIX, núm. 4, (156), abril-junio, pp. 881-908.
- 1989 «La iglesia y la crisis financiera del virreinato, 1780-1808: apuntes sobre un tema viejo y nuevo», en Relaciones. Estudios de historia y sociedad, no. 40. Otoño, pp. 103-129. Merino Navarro, José P.
- 1981 «Hacienda, deuda pública, y desamortización con Carlos IV», Anuario de estudios americanos, separata del tomo XXXVIII, pp. 251 - 259.
- Miño Grijalva, Manuel.
- 1992 «Estructura económica y crecimiento: la historiografía económica colonial mexicana», Historia Mexicana, vol. XLII, núm. 2, octubre-diciembre. Pérez Herrero, Pedro.
- 1988 Plata y libranzas. La articulación comercial del México borbónico. México, El Colegio de México. Pérez Memén, Fernando.
- 1977 El episcopado y la Independencia de México (1810-1836), México, Editorial Jus. Rodríguez Vicente, María Encarnación.
- 1977 «Los cargadores a Indias y su contribución a los gastos de la monarquía 1555-1750», en Anuario de estudios americanos, tomo XXXIV, pp. 211 - 232. Tedde de Lorca, Pedro.
- 1990 «Política financiera y política comercial en el reinado de Carlos III», Actas del Congreso Internacional «Carlos III y la ilustración», Madrid, Siglo XXI.
- Tenenbaum, Barbara A.
- 1985 México en la época de los agiotistas, 1821-1857. México, Fondo de Cultura Económica.
- 1993 «Alternativas de inversión para el Tribunal de la Inquisición en 1766», en Leonor Ludlow y Jorge Silva Riquer (compiladores). Los negocios y las ganancias de la colonia al México moderno, México, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. Instituto de Investigaciones Históricas-U.N.A.M., pp. 85-96.
- 1990 «La inquisición como institución crediticia en el siglo XVIII», en Historia mexicana, v. XXXIX, núm. 4, (156), abril-junio, pp. 849-879. TePaske, John Jay.
- 1991 «La crisis financiera del virreinato de Nueva España a fines de la colonia», Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales, núm. 19, enero-abril, pp. 123-140. Tinoco Rubiales, Santiago.

- 1982 «Capital y crédito en la Baja Andalucía durante la crisis del Antiguo Régimen», en La economía española al final del Antiguo Régimen. III. Comercio y Colonias. Edición e introducción de Josep Fontana, Madrid, Alianza Editorial / Banco de España. Valle Pavón, Guillermina.
- 1992 El camino México-Puebla-Veracruz. Comercio poblano y pugnas entre mercaderes a fines de la época colonial. México, Gobierno del Estado de Puebla / Secretaría de Gobernación. Archivo General de la Nación.
- Vega, Josefa.
- 1990 «Los primeros préstamos de la guerra de Independencia». Historia mexicana, v. XXXIX, núm. 4, (156), abril-junio, pp. 909-931.
- Wobeser, Gisela von.
- 1994 El crédito eclesiástico en la Nueva España. Siglo XVIII. México, Universidad Autónoma de México.

### CUADRO 1 Empréstitos negociados por el Consulado entre 1782 y 1815, su destino y ramos hipotecados.

AÑO	CAPITALES	DESTINO	RAMO HIPOTECADO
PRÉSTAMOS PARA CONTRIBUIR A LAS GUERRAS EUROPEAS			
1782	1,000,000	Guerra contra Gran Bretaña	4 al millar de avería extraordinaria
1793	1,000,000	Guerra contra Francia	5 al millar de avería extraordinaria
1794	1,000,000	Guerra contra Francia	5 al millar de avería extraordinaria
1795	3,080,000	Guerra contra Gran Bretaña	productos de la renta de Tabaco
PRÉSTAMO PARA LUCHAR CONTRA LA INVASIÓN NAPOLEÓNICA			
1810	1,612,000	Combate invasión napoleónica	2% alcabala extraordinaria y bienes de Filipinas, aumentos a tabaco e impuestos en la aduana de México sobre cera y cacao de otros dominios americanos
PRÉSTAMOS PARA COMBATIR A LOS INSURGENTES			
1811	121,600	Conducir tropas de España	0.5% avería extr. cobrada por todos los consulados
1810/2	2,024,000	Deudas invasión-Necesario	10% sobre arrendamiento de fincas
1812	60,000	Contrainsurgencia	metales labrados del prestamo
1812	443,000	Forzoso contrainsurgencia	Arbitrio temporal extraordinario guerra
1813	1,079,900	Forzoso para convoyes	La mitad de los productos de la aduana de Mexico
1814	624,600	Forzoso contrainsurgencia	14 al millar y 0.5% de avería extraordinaria
1815	295,000	Forzoso contrainsurgencia	mismos

## O ENCILHAMENTO E A IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA.

Adalton Franciozo Diniz \*

Ao longo dos cem anos transcorridos desde o término da primeira gestão financeira republicana, exercida por Rui Barbosa entre 15 de novembro de 1889 e 17 de janeiro de 1891, uma viva polêmica formou-se ao seu redor. Apodada pelos contemporâneos de Encilhamento - expressão tirada da gíria do turfe para exprimir a idéia de jogatina que a marcou -, a ela foram conferidos os mais diversos significados pelos políticos, financistas, literatos, historiadores, que por diversas razões a abordaram.

Este artigo discutirá o surgimento, a partir do final da década de 1940, de uma representação do Encilhamento impulsionada pelos esquemas intelectuais da ideologia nacional-desenvolvimentista - a qual inverteu o significado que, até então, os analistas conferiam a esse episódio - e o seu predomínio, contemporaneamente, na historiografia acadêmica.<sup>1</sup>

Até o final da década de 1940, o Encilhamento havia sido representado de maneira desfavorável. A gestão no Ministério da Fazenda era um aspecto da vida de Rui Barbosa que permanecera repudiado. As emissões e a febre de negócios na Bolsa eram apontados pelos seus adversários como sintomas de uma administração inepta; por outro lado, os partidários de Rui Barbosa, além dele próprio, esforçavam-se em encontrar justificativas que o isentassem da responsabilidade por esses fatos. Ambos, adversários e partidários, analisavam a primeira administração financeira republicana pela ótica da ortodoxia econômica.

A representação mais famosa da gestão de Rui Barbosa, o romance *O Encilhamento* de Alfredo de Taunay, publicado originalmente nos folhetins do jornal *Gazeta de Notícias* em 1893, sintetiza grande parte das acusações feitas pelos críticos contemporâneos e posteriores. Nessa obra, o Encilhamento foi representado como um momento de "dissolução moral e econômica",<sup>2</sup> e Rui Barbosa, "a cabeça de todo o Provisório", como um instrumento dos especuladores.<sup>3</sup> Na origem do Encilhamento estariam as "larguíssimas emissões de papel-moeda, conferidas a certos bancos da imediata proteção do

governo ditatorial".<sup>4</sup> O Governo, "com a faca e o queijo na mão", promulgava decretos, concedia privilégios de maneira descontrolada e sem plano.<sup>5</sup> A pretexto de consolidar as novas instituições republicanas, acudir às despesas públicas e estimular as indústrias, o Governo criou bancos que acabaram unicamente por estimular o jogo da bolsa.<sup>6</sup> Tornara-se o Brasil, em consequência, uma verdadeira república plutocrática.<sup>7</sup>

A partir de meados da década de 1920, as representações do Encilhamento sofreram uma mudança de qualidade, mas o seu teor permaneceu sendo desfavorável. Desde essa época as representações passaram a retratar o Encilhamento como uma consequência das transformações sociais e econômicas verificadas no Brasil do final do século XIX. Em contraposição à análise predominante até a década de 1920, centrada apenas nos aspectos doutrinários, essa nova vertente analítica conferiu às suas explicações um caráter notadamente sociológico e econômico. A crise financeira que marcou a transição republicana deixou, então, de ser vista apenas como consequência da aplicação de idéias equivocadas, por parte do ministro da Fazenda do Governo Provisório. Os novos intérpretes estabeleceram relações entre abolição da escravatura, queda do Império e crise financeira ocorrida nos primeiros anos da República.

Talvez seja a conferência que Roberto Simonsen pronunciou em 1938, intitulada *As Conseqüências Econômicas da Abolição*, a obra que melhor represente a mudança qualitativa das análises.<sup>8</sup> Nesse estudo, como o próprio título sugere, predominou a visão de que aquela crise foi uma consequência da maneira como se efetivou a abolição da escravatura no Brasil. Diferentemente do caso norte-americano, em que a abolição se deu num momento em que a escravidão dominava apenas a parte menos próspera do País,<sup>9</sup> no Brasil, em 1888, o escravo era a força de trabalho cujo uso ainda era generalizado: "as atividades que mais rendiam à nação eram as que estavam mais interessadas na manutenção do trabalho servil."<sup>10</sup> Os indivíduos que combatiam a escravidão, eram movidos apenas pelo idealismo, pelo respeito à liberdade humana.<sup>11</sup> Não havia interesses econômicos contrários à escravidão,

<sup>4</sup> *Idem*, pp. 87-88.

<sup>5</sup> Heitor Malheiros (Alfredo d'Escagnolle Taunay) - *O Encilhamento*, vol. 1, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1894, pp. 7-8.

<sup>6</sup> Heitor Malheiros (Alfredo d'Escagnolle Taunay) - *O Encilhamento*, vol. 2..., pp. 88-89.

<sup>7</sup> Heitor Malheiros (Alfredo d'Escagnolle Taunay) - *O Encilhamento*, vol. 1..., p. 200.

<sup>8</sup> Além dessa obra pode-se citar: Caio Prado Jr. - *História Econômica do Brasil*, 1ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1945, pp. 231-236; Dorival Teixeira Vieira - "Evolução do Sistema Monetário Brasileiro". *Revista de Administração*, nº 2, São Paulo, jun. 1947, (edição especial), pp. 122-152 e "Rui Barbosa, o Economista". *Digesto Econômico*, nº 60, São Paulo, nov. 1949, pp. 113-120; e Deolindo Amorim - "Rui e a questão Financeira". *Digesto Econômico*, nº 59, São Paulo, out. 1949, pp. 97-107.

<sup>9</sup> Roberto C. Simonsen - "As Conseqüências Econômicas da Abolição". *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLVII, São Paulo, mai. 1938, pp. 259-260.

<sup>10</sup> *Idem*, pp. 260-261 e 267.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 260.

\* Professor da UNESP de Araraquara.

<sup>1</sup> Os conceitos de representação e esquema intelectual, utilizados neste trabalho, foram retirados de Roger Chartier - *A História Cultural, entre Práticas e Representações*, tradução portuguesa, Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 1990, pp. 16-21.

<sup>2</sup> Heitor Malheiros (Alfredo d'Escagnolle Taunay) - *O Encilhamento*, vol. 2, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1895, p. 188. Taunay, apesar de já ser um autor consagrado, se ocultou sob o pseudônimo de Heitor Malheiros nas duas primeiras edições dessa obra.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 234.

como nos Estados Unidos.<sup>12</sup> Aqui, a Abolição representou a vitória do espírito liberal e do sentimento de justiça sobre os interesses imediatos da nação.<sup>13</sup>

Desse modo, o idealismo dos abolicionistas fez com que a emancipação se efetuasse abruptamente, sem medidas econômicas prévias que auxiliassem os proprietários e amparassem os recém-libertos. Por conseguinte, graves conseqüências econômicas decorreram da Abolição, como o grande deslocamento de fortunas e a ruína de numerosos proprietários agrícolas.<sup>14</sup>

Consequentemente, a Abolição enfraqueceu o Trono ao prejudicar a classe que sustentava a Monarquia. O último ministro da Fazenda do Império desenvolveu, em contrapartida, um extenso programa de medidas financeiras, objetivando fortalecer o governo monárquico, minorar os prejuízos infligidos a muitos lavradores e combater a propaganda republicana. A mobilização dos recursos necessários à implementação desse programa financeiro, aliada à prosperidade econômica de caráter internacional e ao otimismo provocado pela decretação do trabalho livre, provocaram os primeiros sintomas do Encilhamento, ainda sob o Império.<sup>15</sup>

O governo republicano não pôde paralisar o movimento inflacionista já iniciado, e, então, nele não só se envolveu como também concorreu para intensificar o seu ritmo, com uma série de concessões e decretos que levaram o Encilhamento ao auge entre 1890 e 1891.<sup>16</sup>

Para Roberto Simonsen, o Encilhamento foi um período de "delírio progressista" provocado por medidas de caráter inflacionário, adotadas, em razão de fatores políticos, logo após a Abolição. A liquidação do Encilhamento, o maior período de especulação e jogo já registrado na história do Brasil, foi penosa e ultrapassou a primeira década do período republicano.<sup>17</sup>

Até o final da década de 1940, mesmo as representações que não eram contundentemente desfavoráveis, procuraram apenas encontrar justificativas para a crise financeira que marcou os primeiros anos da República e para a adoção de medidas pouco usuais por parte de Rui Barbosa, procurando isentá-lo das responsabilidades pelo Encilhamento.

Esse é o caso da conhecida defesa da gestão de Rui Barbosa produzida por Oscar Bormann em 1947, na qual se afirma que as medidas de Rui Barbosa devem ser inseridas na conjuntura delicada por que o País atravessava para serem interpretadas: a "Abolição e, pouco depois, a República abalaram em seus fundamentos a estrutura nacional: - política e administrativa, econômica e financeira."<sup>18</sup> Sob esse argumento, o autor mais justifica do que defen-

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 259-260.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 267.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 262.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 265.

<sup>17</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>18</sup> Oscar Bormann - "Prefácio do Relatório do Ministro da Fazenda", in *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. XVIII, tomo II, pp. IX e XLIV.

de as medidas financeiras do Governo Provisório. O Encilhamento, provocado pela inflação, não surgiu das reformas financeiras de Rui Barbosa,<sup>19</sup> a inflação começou a se manifestar em 1887,<sup>20</sup> e o ministro da Fazenda do Governo Provisório estava impedido de estancar os seus males devido à delicadeza da situação política.<sup>21</sup>

Os corretivos que o gestor das finanças estaria habilitado a empregar não se adaptariam a uma situação política que surgira revolucionariamente, para mudar de modo integral a forma de governo.<sup>22</sup>

Cabia, portanto, aos sucessores de Rui Barbosa, uma vez reconstitucionalizado o País e consolidada a República, aplicar as medidas capazes de combater a inflação. No entanto, aqueles que substituíram Rui Barbosa procederam à derrama de papel bancário inconvertível<sup>23</sup> e desmantelaram o plano que ele havia começado a executar.<sup>24</sup> Um plano que estava "ajustado a uma seqüência de medidas coordenadas, que se interdependiam e se entrosavam na formação de um todo homogêneo."<sup>25</sup> Apenas Joaquim Murinho conseguiu, passados vários anos, "executar uma deflação lenta e conscienciosa, escorada em orçamentos sem déficit."<sup>26</sup> Na situação delicada em que Rui Barbosa se encontrava, necessitando conquistar adeptos para a República,<sup>27</sup> seria inadmissível proceder como o ministro da Fazenda de Campos Salles e promover a queima de papel-moeda.<sup>28</sup>

Em 1949, contudo, ocorreu o que se pode considerar a mudança mais significativa na história das representações do Encilhamento. O marco dessa mudança foi constituído por quatro obras publicadas nesse ano: *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*, de Humberto Bastos;<sup>29</sup> *Rui, o Financista*, de Roberto Pinto de Souza;<sup>30</sup> *Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade*, de San Tiago Dantas,<sup>31</sup> e, finalmente, um conjunto de três ensaios

<sup>19</sup> *Idem*, p. XXII.

<sup>20</sup> *Idem*, p. XXI.

<sup>21</sup> *Idem*, pp. XXII-XXIII.

<sup>22</sup> *Idem*, p. XXII.

<sup>23</sup> *Idem*, p. LVI.

<sup>24</sup> *Idem*, p. LV.

<sup>25</sup> *Idem*, p. LXIII.

<sup>26</sup> *Idem*, p. XXVI.

<sup>27</sup> *Idem*, p. XII.

<sup>28</sup> *Idem*, p. XXVII.

<sup>29</sup> Humberto Bastos - *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949.

<sup>30</sup> Roberto Pinto de Souza - "Rui, o Financista". *Digesto Econômico*, nº 60, São Paulo, nov. 1949, pp. 90-98. Esta obra foi publicada posteriormente pela Casa de Rui Barbosa: Cf. Roberto Pinto de Souza - *Rui, o Financista*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949.

<sup>31</sup> Francisco. C. de San Tiago Dantas - "Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade". *Digesto Econômico*, nº 61, São Paulo, dez. 1949, pp. 113-124. Publicado também pela Casa de Rui Barbosa: Cf. Francisco. C. de San Tiago Dantas - "Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade", in *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1951, pp. 9-45.

de Aliomar Baleeiro, publicados entre novembro de 1949 e janeiro do ano seguinte na revista *Digesto Econômico*.<sup>32</sup>

De acordo com a nova versão, contida nessas obras, as emissões, a inflação e a especulação na Bolsa, deixaram de ser resultado de medidas equivocadas ou de mudanças bruscas na organização econômica provocadas pela Abolição, para tornarem-se manifestações da luta pelo desenvolvimento industrial do Brasil.

Humberto Bastos, por exemplo, exaltou o Encilhamento como o grande momento do capitalismo brasileiro:

o País experimentou um dos seus grandes momentos. A expansão do meio circulante, arrastando ponderável massa de empreendimentos, denominada de "Encilhamento", foi a grande hora do capitalismo brasileiro.<sup>33</sup>

Para Roberto Pinto de Souza, por sua vez, as emissões que Rui Barbosa promoveu visavam atender às "justas reclamações das classes econômicas" e "ajudar o desenvolvimento da produção".<sup>34</sup> Da mesma maneira que Mauá, Rui Barbosa "era um convicto da necessidade de industrialização de nossa economia."<sup>35</sup>

Rui Barbosa deixou de ser um administrador inapto ou um ministro que, premido pelas circunstâncias, promoveu medidas ocasionais e transitórias, para tornar-se, na obra de San Tiago Dantas, um ideólogo da ascensão social da classe média:

Rui Barbosa foi, entre nós, refletida ou espontaneamente, o ideólogo de uma reforma da sociedade. (...) (Essa) reforma pode ser chamada dentro de limites que indicarei, a ascensão da classe média.<sup>36</sup>

A atuação de Rui Barbosa como ministro da Fazenda foi orientada "no sentido das medidas e reformas reclamadas pelo imperativo da ascensão da classe média."<sup>37</sup> Nenhuma outra política poderia tão nitidamente traduzir o propósito de redistribuição da riqueza em favor da nascente burguesia brasileira.<sup>38</sup> Rui Barbosa tencionava libertar as forças novas que pulsavam no

<sup>32</sup> Aliomar Baleeiro - "As Idéias Financeiras de Rui Barbosa". *Digesto Econômico*, n° 60, São Paulo, nov. 1949, pp. 77-89; "A Reforma Bancária de Rui Barbosa". *Digesto Econômico*, n° 61, São Paulo, dez. 1949, pp. 101-112; "Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda". *Digesto Econômico*, n° 62, São Paulo, jan. 1950, pp. 125-140. Posteriormente esses ensaios foram fundidos em uma única obra publicada pela Casa de Rui Barbosa: Cf. Aliomar Baleeiro - *Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1952.

<sup>33</sup> Humberto Bastos - *Op. cit.*, p. 78.

<sup>34</sup> Roberto Pinto de Souza - *Op. cit.*, p. 94.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>36</sup> Francisco C. de San Tiago Dantas - *Op. cit.*, p. 113.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 116.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 120.

seio da sociedade brasileira, e que substituiriam a estrutura agrária e "feudal" do Império por uma maior diversificação econômica.<sup>39</sup>

Aliomar Baleeiro, por seu turno, afirmou que a política de Rui Barbosa em relação à moeda e aos bancos, fundamentou-se na literatura especializada e na experiência.<sup>40</sup> Ele conhecia a fundo a teoria financeira e as experiências em que se inspirou haviam sido bem sucedidas.<sup>41</sup> Colocado diante dos mesmos problemas enfrentados pelo primeiro secretário do Tesouro norte-americano, Alexander Hamilton, Rui Barbosa nele se inspirou para criar um grande banco nacional, encorajar a indústria e amparar os portadores de apólices da dívida do Governo.<sup>42</sup> Planejando, dessa forma, fortificar as classes médias, concluiu Aliomar Baleeiro, Rui Barbosa lançou, em verdade, os alicerces do capitalismo brasileiro.<sup>43</sup>

Em seu conjunto, as representações contidas nessas obras construíram a imagem de um Rui Barbosa nacionalista, industrialista, representante das classes médias urbanas e do Encilhamento como o momento fundante do processo de industrialização brasileiro. A gestão de Rui Barbosa passou então a ser defendida pelas mesmas razões que, até aquele momento, os analistas a rejeitavam.

Dois fatores contribuíram para que, em 1949, ocorresse essa mudança na interpretação da gestão de Rui Barbosa.

O primeiro foi que, naquele ano, comemorou-se o centenário do nascimento de Rui Barbosa. A data deu ensejo a que surgissem trabalhos destinados a enaltecer a vida e a obra desse importante personagem histórico, que, além do mais, possuía até uma instituição, criada pelo Estado, a Casa de Rui Barbosa, ocupada em cultuar sua memória.<sup>44</sup>

O segundo fator foram as mudanças no ideário econômico predominante no Brasil, motivadas pelas transformações econômicas e sociais ocorridas no País a partir da década de 1930. A crescente importância adquirida por setores da sociedade ligados à indústria e à produção voltada para o mercado interno, promoveu a valorização de proposições econômicas que, até então, tinham sido recusadas pela doutrina liberal, que tradicionalmente dominara o pensamento econômico brasileiro.

Desse modo, paralelamente às transformações econômicas e sociais, surgiu, no Brasil, uma ideologia que sustentava que a industrialização era a forma de superação do atraso e da pobreza. Apesar da multiplicidade de correntes em que se dividia, pode-se afirmar que o traço característico dessa ideologia, conhecida como *desenvolvimentismo*, era o projeto de formação de um capitalismo industrial moderno para o País e a aceitação da intervenção estatal na economia.<sup>45</sup>

<sup>39</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>40</sup> Aliomar Baleeiro - "Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda"..., p. 132.

<sup>41</sup> Aliomar Baleeiro - "A Reforma Bancária de Rui Barbosa"..., p. 107.

<sup>42</sup> Aliomar Baleeiro - "Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda"..., p. 136.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>44</sup> Tornada Fundação Casa de Rui Barbosa pela Lei n° 4943, de 6 de abril de 1966.

<sup>45</sup> Cf. Ricardo Bielschowsky - *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988, p. 91.

De acordo com Ricardo Bielschowsky, no período compreendido entre o final da década de 1940 e início da década de 1960, está contido uma parte importante do ciclo da ideologia desenvolvimentista no pensamento econômico brasileiro. Nesse período, essa ideologia amadureceu, alcançou o seu domínio e iniciou o seu refluxo.<sup>46</sup>

Foi justamente nessa época que surgiu e se desenvolveu a interpretação que harmonizava a gestão de Rui Barbosa com a ideologia desenvolvimentista.

Grande parte dos adeptos do *desenvolvimentismo*, repeliam as políticas de estabilização monetária, acreditando que elas obstruíam o desenvolvimento econômico.<sup>47</sup> O combate à inflação e à política de valorização do meio circulante nacional, por conseguinte, deixaram de ser a meta principal dos gestores da economia e tornou-se parcela de uma política econômica mais ampla, visando o estímulo à acumulação de capital no País.

Os desenvolvimentistas, portanto, com seu repúdio à deflação, com a defesa da sujeição da política monetária à política de desenvolvimento econômico, enfim, com uma concepção econômica que rejeitava a ortodoxia liberal,<sup>48</sup> não possuíam obstáculos doutrinários que os impedissem de instrumentalizar a gestão de Rui Barbosa pelos mesmos “defeitos” por que ela era atacada anteriormente. Dessa maneira, alguns autores puderam torná-lo precursor da política desenvolvimentista brasileira, caracterizando o desempenho do ministro da Fazenda do Governo Provisório, como o de um obcecado pelo progresso econômico nacional, construtor da República, ideólogo da reforma da sociedade ou o de um estadista que lançou as bases do capitalismo brasileiro, como o fizeram, respectivamente, Humberto Bastos, Roberto Pinto de Souza, San Tiago Dantas e Aliomar Baleeiro.

Em um momento em que a discussão sobre política creditícia assumiu extrema importância e a oposição quanto às políticas monetárias restritivas era ampla,<sup>49</sup> os desenvolvimentistas puderam trazer para a sua trincheira esse personagem histórico de grande apelo popular. A gestão de Rui Barbosa era o assunto ideal com o qual se poderia tomar parte da discussão sobre os temas financeiros, de grande importância para a época.

Nesse quadro histórico, marcado por uma data comemorativa e por um ideário econômico tolerante em relação à inflação e à intervenção estatal na economia, emergiram obras que, celebrando a memória de Rui Barbosa, alegaram que ele não tinha sido apenas “o orador” ou “o filólogo”. Mas, muito mais que isso tudo, como sintetizou Humberto Bastos, a “sua vida (esteve) ligada a uma grande tarefa - que tinha sido a de criar riquezas no País.”<sup>50</sup>

No entanto, apesar da inegável projeção que a interpretação desenvolvimentista sobre a gestão de Rui Barbosa alcançou, com sua divulgação por intermédio de artigos publicados em revistas como *Digesto Econômico*, de São Paulo, e *Desenvolvimento & Conjuntura*, do Rio Janeiro, ou por meio de livros editados sob os auspícios da Casa de Rui Barbosa, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960,<sup>51</sup> também surgiram obras que discordavam dessa interpretação.

Além do polêmico livro de Raimundo Magalhães Júnior, *Rui, o Homem e o Mito*,<sup>52</sup> alguns estudos desenvolvidos por pesquisadores ligados a universidades, também produziram, no início da década de 1960, uma interpretação da gestão de Rui Barbosa diferente daquela criada pelos intelectuais influenciados pelos desenvolvimentismo. É o caso dos trabalhos das pesquisadoras Nícia Vilela Luz e Paula Beiguelman. Ainda que seus trabalhos não enfoquem exclusivamente a gestão de Rui Barbosa, as referências que fazem a ela indicam uma interpretação divergente da desenvolvimentista e, o que é mais importante, sem retomar os argumentos conservadores que vigoravam até meados do século XX.

Nícia Vilela Luz abordou a gestão de Rui Barbosa em seu estudo denominado *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro, os Esforços em prol da Industrialização*, publicado em 1959.<sup>53</sup> Nesse estudo, a autora afirmou que Rui Barbosa era um liberal que foi levado a transigir com os seus princípios livre-cambistas e com a sua crença no padrão-ouro para possibilitar a consolidação do novo regime.<sup>54</sup>

Tanto a política alfandegária quanto a política monetária implementada por Rui Barbosa, de acordo com Nícia Vilela Luz, seguiam o caminho já trilhado pelo Império. Por sua vez, a política emissionista de Rui Barbosa não resultou das pressões exercidas pela indústria, ainda que tenha acabado por favorecer o desenvolvimento industrial.<sup>55</sup> O objetivo das emissões era conter a retração do meio circulante que poderia ameaçar a sobrevivência do novo regime.<sup>56</sup> Mas, a condenação da política financeira de Rui Barbosa era “bastante generalizada”. Essa política não sofreu oposição apenas de fazendeiros

<sup>51</sup> Além das quatro obras citadas pode-se mencionar as obras de Pinto de Aguiar (*Rui e a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa, 1973) e Heitor Ferreira Lima (“Rui Barbosa e o Encilhamento” (1ª parte). *Desenvolvimento e Conjuntura*, nº 10, Rio de Janeiro, out. 1964, pp. 7-27; “Rui Barbosa e o Encilhamento” (conclusão). *Desenvolvimento e Conjuntura*, nº 11, Rio de Janeiro, nov. 1964, pp. 5-22).

<sup>52</sup> Raimundo Magalhães Júnior - *Rui, o Homem e o Mito*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

<sup>53</sup> Nas edições posteriores esse estudo recebeu algumas revisões marginais e uma nova denominação, passando a se chamar *A Luta pela Industrialização do Brasil*. (Cf. *A Luta Pela Industrialização do Brasil*, São Paulo, Alfa Omega, 1978)

<sup>54</sup> Nícia Vilela Luz - *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro, os Esforços em prol da Industrialização*. São Paulo, Revista de História-USP, 1959, pp. 128-131.

<sup>55</sup> *Idem*, pp. 129-130.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>46</sup> Ricardo Bielschowsky - *Op. cit.*, pp. 421 e 505.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>48</sup> *Idem*, pp. 13, 25, 155 e 359.

<sup>49</sup> *Idem*, pp. 117-118.

<sup>50</sup> Humberto Bastos - *Op. cit.*, p. 6.

ou comerciantes, os próprios industriais a reprovaram. Só um pequeno grupo de especuladores que se beneficiavam com o jogo defendiam essa política emisionista.<sup>57</sup>

Para Nícia Vilela Luz, a conseqüência dos abusos cometidos pelo Encilhamento foi o rompimento da unanimidade republicana em favor da indústria nacional.<sup>58</sup> Em nome de uma suposta democracia industrial, que Rui Barbosa afirmava defender, constitui-se uma plutocracia enriquecida pelas especulações do Encilhamento.<sup>59</sup>

Paula Beiguelman publicou, em 1966, um ensaio em que questiona a caracterização do período inicial da República como um momento em que a classe média ascendeu ao poder e também como um momento em que foram adotadas medidas econômicas favoráveis ao setor urbano.<sup>60</sup> Segundo essa autora, não há como interpretar a política econômica adotada no início da República como decorrência de uma aliança da burguesia com a classe média no poder, em oposição ao latifúndio.<sup>61</sup> Essa política "se insere num quadro referido à satisfação das exigências criadas pela abolição e a imigração, sem resultar de uma resposta direta aos interesses urbanos."<sup>62</sup> O surto de emissões e de crédito do início da República pode ser interpretado como decorrente da necessidade de numerário que acompanhou a abolição e o estabelecimento da corrente migratória.<sup>63</sup>

Foram as necessidades gerais de uma economia centrada no setor agrário que determinaram aquela política financeira.<sup>64</sup> O setor urbano foi um simples beneficiário provisório de uma operação cujos verdadeiros móveis transcendiam os seus interesses.<sup>65</sup> O processo de emissão estava vinculado, funcionalmente, à dinâmica da economia centrada na agricultura.<sup>66</sup> A política inflacionária, por conseguinte, não configura uma vitória do setor urbano,<sup>67</sup> pois, os interesses desse setor não foram levados em conta na implementação dessa política.<sup>68</sup>

Contudo, a partir da década de 1970, inúmeros trabalhos, produzidos por pesquisadores ligados às universidades, passaram a difundir uma visão favorável em relação à primeira administração financeira da República. Essa nova representação histórica acadêmica sobre a gestão de Rui Barbosa, em gran-

<sup>57</sup> *Idem*, p. 132 e nota 34.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 82.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 83.

<sup>60</sup> Paula Beiguelman - "A Propósito de uma Interpretação da História da República". *Revista Civilização Brasileira*, nº 9-10, set./nov. 1966, p. 255.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 257.

<sup>62</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 252.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 253.

<sup>65</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>66</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>68</sup> *Idem*, *ibidem*.

de parte, passou a reproduzir a mesma interpretação difundida pelas obras produzidas sob o influxo da ideologia desenvolvimentista. De maneira geral, ela conformou-se à idéia de que Rui Barbosa foi um representante das classes médias urbanas, que implementou uma política financeira cuja intenção era promover o desenvolvimento industrial do Brasil.

Essa representação acadêmica, por conseguinte, reforçou a imagem, que começou a ser construída em 1949, de um Rui Barbosa precursor, no Brasil, de uma política desenvolvimentista baseada no estímulo à industrialização. A universidade tornou-se, desse modo, no que diz respeito à crise financeira da transição republicana, uma caixa de ressonância da ideologia nacional desenvolvimentista.

Obras como a de Carlos Manoel Pelaez, Wilson Suzigan,<sup>69</sup> Maria Bárbara Levy,<sup>70</sup> Eulália Maria L. Lobo,<sup>71</sup> Luiz Antonio Tannuri,<sup>72</sup> Reinerio A. Lérias<sup>73</sup> e Gustavo H. B. Franco,<sup>74</sup> reproduzem a visão desenvolvimentista do Encilhamento, colocando-o como um momento fundante do processo de industrialização brasileiro.

Ainda que houvessem surgido interpretações divergentes,<sup>75</sup> pode-se afirmar, seguramente, que cerca de cem anos após o fim da primeira administração financeira republicana havia se consolidado a imagem de que ela representou um esforço de ruptura com o suposto predomínio da estrutura agrária do Império.

E foi essa a visão que ficou cristalizada no verbete "Encilhamento" do *Dicionário de Economia*, de Paulo Sandroni, publicado em 1985:

**ENCILHAMENTO.** Política financeira de estímulo à indústria, adotada por Rui Barbosa quando ministro da Fazenda (novembro de 1889 a janeiro de 1891), após a proclamação da República. Baseava-

<sup>69</sup> Carlos Manuel Pelaez - "As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945". *Revista Brasileira de Economia*, nº 25(3), Rio de Janeiro, jul./set. 1971, pp. 5-18; Carlos Manuel Pelaez & Wilson Suzigan - *História Monetária do Brasil*, Brasília, UNB, 1981, pp. 143-144; Wilson Suzigan - *Indústria Brasileira, Origem e Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 45-48.

<sup>70</sup> Maria Bárbara Levy - *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, pp. 143-181; "O Encilhamento", in *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*, Paulo Neuhaus (org.), Rio de Janeiro, Campus, 1980, pp. 191-255.

<sup>71</sup> Eulália Maria L. Lobo - "O Encilhamento". *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, nº 2(5), mai./ago. 1976, pp. 261-301.

<sup>72</sup> Luiz Antonio Tannuri - *O Encilhamento*, São Paulo/Campinas, Hucitec/Funcamp, 1981, *passim*.

<sup>73</sup> Reinerio Antônio Lérias - *O Encilhamento na Cidade de São Paulo (1890-1891)*, São Paulo, 1988 (mimeo), p. 99-108.

<sup>74</sup> Gustavo H. B. Franco - *Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana*, Rio de Janeiro, BNDES, 1983, *passim*.

<sup>75</sup> Veja, por exemplo, Flávio Rabelo Versiani - "Industrialização e Economia de Exportação: a Experiência Brasileira antes de 1914". *Revista Brasileira de Economia*, nº 34(1), Rio de Janeiro, jan./mar. 1980, *passim*.

se no incremento do meio circulante com a criação de bancos emissores (...). (Os efeitos negativos de suas medidas) foram politicamente usados pelos inimigos de Rui, localizados sobretudo na cafeicultura e nas firmas importadoras, cujos interesses o ministro contrariara.

Rui procurara responder às necessidades do mercado nacional (...). Seu projeto objetivava ainda limitar os privilégios dos cafeicultores, que não pagavam impostos territoriais e eram beneficiados por um sistema cambial fixo que transferia para o conjunto da população os prejuízos causados pelas baixas dos preços do café.<sup>76</sup>

A presença do verbete "Encilhamento" com essa definição, num dos poucos dicionários especializados produzidos no Brasil, é uma forte evidência da força que a representação histórica da gestão de Rui Barbosa - produzidas com intuítos instrumentais pelo nacionalismo desenvolvimentista - alcançou. Pois, de acordo com André Leroi-Gourham, ainda que fragmentada, os dicionários constituem uma forma evoluída de memória.<sup>77</sup>

A mudança dos paradigmas da política econômica e financeira, a partir do final da década de 1940, levou a uma reinterpretação da gestão financeira de Rui Barbosa. A partir desse momento, tornou-se possível estabelecer uma relação entre medidas de cunho inflacionário e de favorecimento a bancos com uma política intencional de estímulo ao desenvolvimento econômico e à industrialização. Construiu-se, a partir desse "esquema intelectual", a imagem de um Rui Barbosa industrialista e do Encilhamento como o momento fundante do processo de industrialização brasileiro.

A cristalização dessa representação em obras de cunho acadêmico, surgidas no início da década de 1970, revelou a permanência e a força dos "esquemas intelectuais" que a geraram.

Contudo, um aspecto merece maiores considerações: a instrumentalização da gestão de Rui Barbosa. Seja como contraponto, quando a política financeira a ser aplicada seguia os cânones ortodoxos, principalmente no período anterior à 1930, seja como paradigma, cumprindo a função de uma "tradição inventada", quando a política econômica seguia a orientação nacionalista e desenvolvimentista; em grande medida, os discursos sobre a gestão de Rui Barbosa foram forjados para legitimar as políticas financeiras do Estado.

Em dois períodos, no entanto, as representações parecem ter sido construídas com um intuito mais compreensivo do que instrumental: o primei-

ro, entre meados da década de 1920 e o final da década de 1940 e o segundo, a partir da década de 1970.

No primeiro período, a tentativa de relacionar a crise financeira que marcou os primeiros anos da República com as mudanças provocadas, principalmente, pela Abolição, parece que foi um caminho que poderia ter aberto amplas possibilidades de compreensão daquele acontecimento. A exploração desse caminho, no entanto, parece ter sido coarctada pelo predomínio das interpretações desenvolvimentistas que, a partir do final da década de 1940, erigiram a imagem de um Rui Barbosa precursor da luta pelo desenvolvimento industrial do Brasil.

O segundo período, marcado pela maior atenção dispensada pela historiografia acadêmica à gestão de Rui Barbosa, também deve ser considerado à parte do discurso meramente instrumental. Em grande parte, pelo compromisso dessa historiografia com a pesquisa científica.

Contudo, contaminada pelos "esquemas intelectuais" nacionalistas e desenvolvimentistas, a historiografia acadêmica parece ter se embrenhado por um terreno pouco firme ao aceitar a tese do Encilhamento como um momento fundante do processo de industrialização brasileiro, em razão dos supostos intuítos industrialistas de Rui Barbosa. Os pressupostos dessa tese foram construídos com o propósito de possibilitar a instrumentalização da imagem de Rui Barbosa e de sua gestão, ao aceitá-los, a historiografia acadêmica pode ter se sujeitado a conclusões que só têm sentido como instrumentos do campo de luta política.

Um exemplo da aceitação dos pressupostos nacionalistas e desenvolvimentistas pela historiografia acadêmica, foi a utilização do próprio discurso de Rui Barbosa como elemento comprobatório de suas intenções. O caso mais gritante foi o uso freqüente de um trecho do *Relatório do Ministro da Fazenda* para demonstrar que Rui Barbosa orientou a sua administração no sentido de estimular o desenvolvimento industrial do País.<sup>78</sup> Nesse trecho Rui Barbosa afirma o seguinte:

o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. (...) A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente.<sup>79</sup> (Grifo de AFD)

<sup>76</sup> Paulo Sandroni (consultor) - *Dicionário de Economia*, São Paulo, Abril, 1985, pp. 139-149.

<sup>77</sup> Citado por Jacques Le Goff - "Memória", in *História e Memória*, Campinas, UNICAMP, 1994, p. 461.

<sup>78</sup> Veja, como exemplo de uso dessa afirmação de Rui Barbosa: Raymundo Faoro - *Os Donos do Poder*, 2ª edição, p. 514; Maria Bárbara Levy - *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, p. 153.

<sup>79</sup> Rui Barbosa - *Obras Completas*, vol XVIII, tomo III, p. 143.

Utilizar essa afirmação como evidência de que Rui Barbosa pretendia promover o desenvolvimento econômico do País, incentivando a industrialização, é ignorar dois pontos importantes: Rui Barbosa tinha de fato intenção de cumprir o que prometia ou a afirmação seria apenas um recurso retórico igual a vários outros tão comuns em seus discursos? Qual o sentido que Rui Barbosa imprimia à palavra indústria?

A primeira questão é de difícil resposta, mas, de qualquer modo, ela deveria acompanhar o historiador em sua análise, de modo a ponderar suas conclusões.

Mas, quanto a segunda, há elementos para demonstrar que, em 1891, data em que foi divulgado o *Relatório*, a palavra indústria poderia ser utilizada num sentido diferente do que a entendemos hoje, ou seja, como sinônimo de moderna fábrica capitalista.

Na edição de 1891 do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, o verbete Indústria traz as seguintes acepções:

Arte, destreza, para granjear a vida. Engenho, traça em lavar, e fazer obras mecânicas e qualquer trabalho, obra útil ao consumo dos homens: em tratar negócios civis, etc. Profissão mecânica, fabril, ou mercantil; arte, ofício, que alguém exerce como modo de vida. Conjunto de fatores que, concorrem para a riqueza nacional. Diz-se das artes manuais; e também da agricultura em oposição ao comércio. Indústria agrícola; os trabalhos da agricultura. Indústria de pesca; os trabalhos da pescaria. Indústria extrativa; os trabalhos com que se extrai a resina ou goma de certas plantas, o minério do seio da terra, etc. De indústria; (loc. adv.) de propósito, acente, de caso pensado. Vieira, "de indústria deixou no campo as pedras" advertidamente. Couto, "Uma indústria cai". Indústria; artimanha, astúcia. Cavalheiro de \_\_\_\_\_; diz-se à má parte, do que vive com artifícios pouco honestos, avelhacados por não ter bens certos de que viva, e ser de mau caráter; embusteiro, traficante.<sup>80</sup> (Grifo de AFD)

De acordo com esse verbete, a palavra indústria poderia ser utilizada com sentidos bastante diferentes do que hoje a compreendemos.

Por outro lado, tomando por base o *Relatório*, no qual se acha a famosa citação, pode-se demonstrar o sentido difuso com que Rui Barbosa utilizou a palavra indústria relacionando-a a vários ramos de atividade econômica.

<sup>80</sup> Antonio de Moraes Silva - *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Empresa Literária Fluminense, 1891. Os grifos assinalam o sentido que parece ter sido o utilizado por Rui Barbosa em sua afirmação.

Como, por exemplo, sinônimo de agricultura:

De outubro de 1888 a novembro de 1889 assinou o Tesouro diversos acordos com estabelecimentos de crédito para empréstimos destinados a ocorrer às necessidades da agricultura. (...) Convencendo-me, porém, eu completamente de que a indústria, que se desejava beneficiar, tirava desse auxílio proveito insignificante e ilusório, o qual não compensava os sacrifícios do Tesouro, ordenei a suspensão dos adiantamentos<sup>81</sup>. (Grifo de AFD)

Ou, num sentido bastante amplo, como sinônimo de atividade produtora de renda:

Todas as fontes da riqueza pública: os bens imobiliários, os capitais em numerário e em créditos ativos, os ofícios, as profissões, as funções, os empregos, todos esses elementos, a capacidade contributiva industrial na sua totalidade, no seu complexo, deve concorrer, em escala equitativamente proporcionada à sua importância comparativa, para a coleta geral.<sup>82</sup> (Grifo de AFD)

Esses sentidos, conferidos por Rui Barbosa à palavra indústria, evidenciam o quanto é perigoso utilizar aquela afirmação como prova dos seus intuitos industrialistas; na acepção moderna. Esse uso, além de ignorar o caráter ambíguo que marcou a atuação política de Rui Barbosa, pode ter incorrido em anacronismo. Tal utilização, por parte de historiadores contemporâneos, só pode ser explicada, por conseguinte, pela força dos pressupostos do nacionalismo desenvolvimentista.

Uma análise compreensiva da gestão de Rui Barbosa, deve levar em conta a ambigüidade e a complexidade de suas idéias; além, é claro, da ambigüidade e complexidade do próprio momento. O intuito da gestão de Rui Barbosa deve ser compreensível dentro do meio que a circundou. Como afirmou Lucien Febvre sobre o homem do Renascimento: "Na verdade, um homem do século XVI deve ser inteligível não relativamente a nós, mas aos seus contemporâneos."<sup>83</sup>

A possibilidade de análise crítica das representações desenvolvimentistas do Encilhamento, como a contida neste estudo, indica que os esquemas intelectuais adotados para a sua construção são inadequados hoje. Da mesma

<sup>81</sup> Rui Barbosa - *Obras Completas*, vol XVIII, tomo III, p. 211.

<sup>82</sup> *Idem*, pp. 29-30.

<sup>83</sup> Citado por Roger Chartier - *Op. cit.*, p. 38.

forma que as análises judiciosas sobre a gestão de Rui Barbosa, aquelas que procuram responsabilizá-lo pela crise, são inaceitáveis, as análises que procuram erigi-lo como precursor do nacionalismo desenvolvimentista deixam transparecer o seu anacronismo.

## RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO PÓS 1945.

*Argelina Cheibub Figueiredo\**

*Fernando Limongi\*\**

O diagnóstico de crise de governabilidade domina as análises sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. As origens da crise são em geral identificadas na fórmula institucional que combina, de um lado, o presidencialismo, com sua intrinsecamente conflitiva relação entre os poderes legislativo e executivo e, de outro, o multipartidarismo, com a sua necessariamente alta fragmentação. Em decorrência, como argumenta de forma típica Mainwaring, a situação do presidencialismo em minoria permanente leva facilmente a impasses entre o executivo e o legislativo — ou seja, a situação em que “o presidente se vê em dificuldade para fazer valer sua agenda no Congresso”. O exame das duas experiências democráticas (45-64 e pós 85) no Brasil, o leva a concluir que “um padrão complexo emerge, mas levando-se tudo em conta é a fraqueza da maioria dos presidentes que ganha saliência”. “Essa combinação — em mais uma sequência lógica do argumento — contribui para a instabilidade da democracia e também para a fragilidade crônica dos partidos brasileiros”.<sup>1</sup>

Estas conclusões, vale frisar, aplicam-se tanto aos governos regidos pela Constituição de 1946 quanto à atual experiência democrática sob a Constituição de 1988. Análises deste tipo informam também as atuais propostas de reforma institucional com sua ênfase na necessidade de atacar as fontes de fragmentação do sistema representativo brasileiro ou, como propõe Lamonier, “reverter a [sua] tendência ao consociativismo exacerbado”<sup>2</sup>. Este tipo de análise não leva em conta uma importante diferença entre as normas constitucionais que regulam as duas experiências de governos democráticos no Brasil: a amplitude dos poderes legislativos do presidente.

Este texto visa mostrar as diferenças entre as normas constitucionais que regem a relação executivo-legislativo sob as duas últimas constituições

\* Professora da UNICAMP e pesquisadora do CEBRAP.

\*\* Professor da USP e pesquisador do CEBRAP.

<sup>1</sup> Mainwaring, Scott. 1993. “Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil”. *Lua Nova*, no. 28/29, pp. 23, 29 e 60.

<sup>2</sup> Lamonier, Bolívar. 1994. “A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hierática” in Reis Velloso, J. P. *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

democráticas no Brasil e seus efeitos sobre a produção legal e o papel do Congresso no sistema político brasileiro.

A Constituição de 1988 não criou um quadro institucional em que um presidente fraco vive à sombra de um congresso poderoso e forte. Antes o contrário. Neste quesito, a Constituição atual apresenta significativos pontos de continuidade com as Constituições vigentes sob o ciclo militar e está longe de representar um retorno aos preceitos da Constituição de 1946. Boa parte das inovações institucionais introduzidas pelos militares com vistas a garantir a prepoderância do Executivo sobre o Legislativo foram mantidas. Poucas são as áreas em que é vedado ao Executivo apresentar projetos de lei, mas, por outro lado, há uma série de matérias específicas em que detém exclusividade da iniciativa. Ademais, o Executivo pode, unilateralmente, por meio do pedido de urgência para a apreciação de determinada matéria, influir na agenda dos trabalhos legislativos. Por último, mas não menos importante, a Constituição brasileira confere poderes legislativos emergenciais ao Executivo, que pode, em situações de relevância e urgência editar medidas provisórias com força de lei. A Constituição de 1946 não previa qualquer destes privilégios.

A partir do exercício dos amplos poderes legislativos que lhe concedeu a Constituição de 1988, o Executivo se tornou o principal legislador *de jure* e *de facto*. Mais do que isto, tais poderes tornaram o Executivo capaz de determinar a agenda do Legislativo: tanto em termos de *timing* quanto de conteúdo, garantindo-lhe uma alta capacidade de aprovação de seus projetos e de sucesso nas suas propostas legislativas. Na verdade, o padrão de produção legislativa observada não se encontra muito distante do que se verifica em regimes parlamentaristas, seja sob o prisma da iniciativa, seja do grau de sucesso das proposições do chefe do Executivo.

O efeito mais direto e visível do quadro institucional descrito acima é a preponderância do executivo na produção legislativa. As alterações constitucionais introduzidas pelo regime militar tiveram como efeito a elevação do executivo à posição de principal fonte de iniciativa legislativa. Na vigência da Constituição de 1946, as leis de iniciativa do executivo corresponderam a 43% do total de leis do período, essa participação passa a 89% no período militar. Após a Constituição de 1988, o padrão do regime militar é mantido: as leis do executivo atingem 85%, entre 1989 e 1994.

Nas seções que se seguem, portanto, será analisada apenas uma das formas por meio das quais o Executivo participa e determina a natureza da produção legislativa, qual seja, aquela de natureza institucional, garantida por força constitucional ou regimental. Veremos que parte considerável da pauta dos trabalhos legislativos é dada exogenamente. O Executivo dita o *timing* e o conteúdo de boa parte das matérias que são objeto de deliberação do Legislativo. Quando não faz uso dos dispositivos institucionais que lhe garantem poder de agenda, o executivo conta com o Colégio de Líderes que pauta os trabalhos legislativos por intermédio da solicitação e aprovação do pedido de urgência para a apreciação de matérias. Existe, porém, uma agenda pró-

pria do Legislativo que não se concretiza, cuja área de regulamentação é basicamente social. Estas matérias não logram aprovação final, quer porque bloqueada no Senado, quer porque vetada pelo presidente. O Congresso Nacional mostra-se incapaz de construir mecanismos eficazes de deliberação e de construção de sua agenda própria, por um lado, e de vir a se constituir em um partícipe mais efetivo do processo legislativo.

### Poderes Institucionais e Natureza da Produção Legal

As normas que garantem a iniciativa exclusiva do Executivo lhe fornecem instrumentos de controle direto sobre a agenda legislativa, através da definição de prazos de apreciação, e indiretos, ao colocá-lo em posição estratégica para pressionar por apreciação prioritária dessas medidas. Mais do que o controle sobre a agenda, esses mecanismos institucionais concedem também ao Executivo uma posição estratégica no que diz respeito à aprovação de seus projetos.

O poder de agenda do Executivo se expressa no impacto deste sobre a produção legal do período.

A Tabela 1 apresenta dados que permitem caracterizar a produção legislativa para o período de vigência da Constituição de 1988. A primeira coluna inclui as leis que são constitucionalmente definidas como de iniciativa exclusiva do Executivo — medidas provisórias, leis orçamentárias e leis “administrativas”<sup>3</sup> (estas últimas dispõem sobre a criação de cargos e funções em empresas públicas, na administração pública e autárquica; remuneração e provimento de cargos de servidores públicos; criação, estruturação e atribuições de ministérios e órgãos da administração pública; e a fixação e modificação de efetivos das Forças Armadas) —, bem como do Judiciário. Na segunda coluna se encontram as leis em que a iniciativa do Executivo e do Legislativo são concorrentes e sobre as quais não há nenhuma determinação prévia sobre prazos ou assuntos.

**TABELA 1** - Leis ordinárias sancionadas, por iniciativa, segundo origem 1989-94

Origem		exclusiva	Iniciativa concorrente	%
Executivo	Orçamento	516	—	41
	Medidas provisórias	229	—	18
	Matérias administrativas	121	—	10
	Matérias concorrentes	—	131	10
Legislativo		—	176	14
Judiciário		86	—	7
<b>Total</b>		<b>952</b>	<b>307</b>	<b>1.259</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap.

<sup>3</sup> A classificação como matéria administrativa foi feita com base na ementa das leis. Pode conter, portanto, imprecisões, tanto quanto a serem efetivamente matérias de natureza administrativa quanto a serem aquelas previstas pelo dispositivo constitucional.

Os dados revelam, de forma inequívoca, o impacto do Executivo na produção legislativa como consequência direta de suas prerrogativas institucionais. Do total de leis do período, cerca de 70% decorrem da iniciativa exclusiva constitucionalmente garantida ao Executivo. As leis originárias de medidas provisórias enviadas pelo Executivo e de projetos versando sobre matéria orçamentária respondem por 60% do total de leis do período. As leis de natureza administrativa respondem por cerca de 10%. Somando a estas a proporção de 7% de leis de iniciativa exclusiva do Judiciário, verifica-se que apenas uma pequena proporção das leis do período (23%) regula matérias e tramita em prazos em que os dois poderes podem concorrer em igualdade de condições.

Vale observar que no caso das medidas provisórias a exclusividade da iniciativa presidencial se refere à oportunidade da proposição, se há urgência ou relevância que justifique a apresentação da medida, e não ao assunto tratado por esta. Em função do assunto de que trata, a proposta poderia ter seguido trâmites normais, isto é, de maneira sequencial pelas duas Casas. Nada teria impedido também que, em vez do presidente, um parlamentar houvesse apresentado a proposta. Nestes termos, a matéria em pauta difere da legislação orçamentária e da proposta de iniciativa do Judiciário: seu objeto é de alçada concorrente, mas foi iniciada e tramitou a partir de prerrogativas exclusivas do Executivo. Portanto, no caso das medidas provisórias, em geral, o Executivo está livre para escolher entre a tramitação ordinária e a excepcional.

Analisaremos a seguir cada um desses conjuntos de leis, com o objetivo de demonstrar que as vantagens institucionais de que dispõe o Executivo para influenciar a agenda e o ritmo dos trabalhos legislativos propiciam-lhe alta taxa de aprovação dos projetos de sua iniciativa.

### Poder de Agenda e de Aprovação.

#### *Leis orçamentárias*

Com a Constituição de 1989, o Congresso Nacional recuperou a capacidade de participar do processo orçamentário, do qual fora alijado ao longo do período militar. Ainda que neste capítulo da Constituição se encontrem os pontos de maior ruptura com o passado autoritário, não é o caso de sobreestimar os novos poderes do Congresso, já que neste quesito são inferiores aos previstos pela Carta de 1946, além do que, uma vez mais, foram preservados os poderes do Executivo atribuídos pelos regimes militares. O resultado é que o processo orçamentário permanece sob o controle do Executivo.

Enquanto a Constituição de 1946 não estabelecia exclusividade na iniciativa das matérias orçamentárias a quaisquer dos dois poderes, a de 1988 a confere ao Executivo. Esta pequena modificação não é inócua, uma vez que matérias orçamentárias devem obedecer a exigências ditadas pelo calendário, e assim o momento de introdução da matéria pode ser usado estrategica-

mente pelo Executivo de forma a diminuir a margem de manobra deixada ao Legislativo. O parágrafo 5º do artigo 166 da Constituição de 1988 faculta ao presidente modificar a mensagem de orçamento enviada enquanto a votação deste não for iniciada. Portanto, há amplas oportunidades para o uso estratégico deste preceito pelo presidente.

Vale frisar que o texto constitucional é omissivo quanto à eventualidade de o ano fiscal ter início sem a aprovação de uma lei orçamentária. Esta eventualidade, em geral, pode ser usada estrategicamente pelo Legislativo, que pode jogar com a ameaça de bloquear ou dificultar a ação do Executivo enquanto o orçamento não é aprovado. Os constituintes foram incapazes de lograr um acordo quanto a este ponto e o deixaram em aberto, à espera de regulamentação ulterior. Todas as leis de diretrizes orçamentárias aprovadas pelo Congresso de 1988 em diante estabelecem que no caso do não-cumprimento dos prazos para a aprovação do orçamento o Executivo está automaticamente autorizado a efetuar gastos à razão de 1/12 ao mês do orçamento enviado.<sup>4</sup> Desta forma, o Legislativo abre mão de seu principal poder de barganha na negociação do orçamento, minimizando a conseqüências para o Executivo da não-aprovação do orçamento em tempo hábil. De fato, usando deste mecanismo, o Executivo pode se ver livre da participação do Legislativo na elaboração do orçamento.

As leis orçamentárias comportam dois grupos distintos: as abrangentes — planos plurianuais, lei de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais —, que regulam a elaboração do orçamento assim como a lei orçamentária anual (no período estudado, corresponderam a um total de 24 leis), e os pedidos de abertura de créditos (suplementares, adicionais, especiais e extraordinários), que modificam a lei orçamentária vigente. Em sua maior parte, estas últimas leis se devem à constatação de excedentes de arrecadação, motivo pelo qual geralmente começam a ser introduzidas no segundo semestre de cada ano. Portanto, este segundo subconjunto de leis é parte integrante e fundamental do processo orçamentário, uma vez que provê as bases legais que autorizam os gastos governamentais em boa parte do ano. No mais das vezes, os pedidos de crédito suplementar apresentam um calendário predefinido para a sua apreciação e as atividades do governo passam praticamente a depender da presteza com que são apreciados. Ademais, quando se aproxima o final do ano a pressão sobre o Legislativo aumenta, pois é preciso obedecer ao exercício orçamentário.

Como mostra a Tabela 1, as 516 leis orçamentárias constituem o maior conjunto de leis aprovadas no período, correspondendo a 41% do total. Dada a situação estrategicamente favorável que o quadro institucional reserva ao Executivo, não é de estranhar que as leis orçamentárias tramitem de maneira

<sup>4</sup> Vale esclarecer que o relator da primeira lei de diretrizes orçamentárias foi o então deputado José Serra. Agradecemos a Antônio Sérgio Rocha esta observação e tantas outras sobre o processo orçamentário.

bastante rápida no Congresso. O tempo médio de tramitação destas é de 52 dias, incluídas neste cálculo as leis orçamentárias abrangentes, cuja tramitação é necessariamente mais longa. Cerca de 70% das leis orçamentárias são aprovadas em prazo inferior a dois meses e não há registros de projetos nesta área que tenham sido rejeitados pelos congressistas.

A importância das ações governamentais que dependem de aprovação de recursos, os prazos do exercício orçamentário e o quadro institucional descrito colocam nas mãos do Executivo recursos cruciais que lhe permitem não só garantir prioridade às leis por ele introduzidas, como também lhe propiciam altas possibilidades de aprovação da proposta inicial. O Congresso Nacional responde aprovando rapidamente os pedidos de crédito suplementar apresentados pelo Executivo.

### Medidas provisórias.

O artigo 62 da Constituição faculta ao presidente da República, em situações de urgência e relevância, emitir medidas provisórias com força de lei no ato de sua promulgação. Uma vez que a decisão quanto a recorrer ou não a este instituto cabe ao próprio Executivo, a medida provisória se constitui no principal mecanismo institucional por meio do qual o Executivo é dotado da capacidade de determinar a agenda dos trabalhos legislativos. Uma vez editadas, as medidas provisórias devem ser apreciadas, de acordo com a Constituição, em trinta dias, findos os quais perde sua eficácia. Ao Legislativo, portanto, cabe reagir em prazo pré-fixado à agenda estabelecida unilateralmente pelo Executivo.

A exigência constitucional de que o recurso a este instituto esteja circunscrito a situações excepcionais, vagamente definidas como de urgência e relevância, não se constitui, por si mesma, em óbice à iniciativa do presidente, uma vez que cabe a este julgar a adequação às condições definidas pela Constituição. A emissão não pode ser impedida por outro poder. Logo, o Executivo pode definir unilateralmente o trabalho do Legislativo, já que este se vê forçado a responder em prazos exíguos à agenda definida pelo Executivo, e, ainda pior, com a medida provisória já em vigor.

Cabe ao Legislativo julgar a procedência do recurso à legislação extraordinária, isto é, admitir ou não o recurso presidencial à legislação extraordinária. Tanto quanto a iniciativa presidencial, este juízo é unilateral e subjetivo. Não cabe recurso contra a decisão do Congresso. As regulamentações do próprio Congresso (ver artigos 4 e 5 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de maio de 1989) dificultam sobremaneira a não-admissão da medida provisória, que depende de voto do plenário em prazos exíguos.<sup>5</sup> Com esta regulamen-

<sup>5</sup> Emitida a medida provisória, instala-se uma comissão mista de senadores e deputados para apreciá-la. Esta tem prazo de cinco dias para oferecer seu parecer de admissibilidade, tendo em vista os pressupostos de urgência e relevância. Caso o parecer seja contrário à admissão, convoca-se sessão conjunta para deliberar sobre a admissibilidade, e em não havendo decisão em duas sessões, consideram-se atendidos os pressupostos constitucionais.

tação, o Congresso praticamente abriu mão de sua capacidade de inibir o uso do instituto pelo Executivo. A adequação aos preceitos constitucionais de urgência e relevância, tudo indica, não entra no cálculo do Executivo ao promulgar uma medida provisória. A probabilidade desta ter negada a sua admissão tende a zero.

Da mesma forma, o Executivo não precisa ter a expectativa de que será capaz de aprovar a medida dentro do prazo constitucionalmente estabelecido. Não há norma legal que vete a reedição das medidas cujo prazo para apreciação tenha expirado. Se a reedição fosse vedada, o Executivo teria que levar em conta a possibilidade de reunir maioria favorável à medida dentro dos trinta dias definidos pela Constituição. Nestas condições, emitir um grande número de medidas provisórias poderia congestionar a pauta e, desta forma, prejudicar as chances de vê-las aprovadas. O recurso à reedição acaba por diluir consideravelmente a principal diferença entre as medidas provisórias e o decreto-lei. Como se sabe, a principal inovação das medidas provisórias consiste justamente na inversão das conseqüências do decurso do prazo constitucional para sua apreciação. O decurso de prazo garantia aprovação aos decretos-leis, enquanto seu efeito para as medidas provisórias é a perda de eficácia. A possibilidade de reedição indefinida faz com que a mudança seja menos fundamental do que parece à primeira vista. Para que a medida provisória permaneça em vigor não é necessário que uma maioria a aprove, basta que uma maioria não a rejeite. Como no caso do decreto-lei, somente uma maioria contrária pode derrubar a medida. O Executivo pode recorrer à obstrução seguida de reedição, com o que o custo da formação da maioria recai sobre a oposição.

Logo, a iniciativa do Executivo mediante este recurso não é limitada quer por considerações relativas ao atendimento dos preceitos constitucionais de relevância e urgência, quer pela expectativa de aprovação da medida dentro do prazo constitucional previamente estabelecido. Sendo assim, a faculdade de editar medidas provisórias permite ao Executivo ditar de forma unilateral a agenda dos trabalhos legislativos.

Uma vez que medidas provisórias podem ser reeditadas, o cômputo do número de medidas provisórias apresentadas precisa discriminar as medidas originais das reedições. A Tabela 2 mostra que, mesmo desconsiderando as reedições, o volume de medidas provisórias propostas no período 1989-95 foi bastante elevado, ficando, em geral, acima de cinco ao mês, à exceção dos anos de 1991 e 1992, quando caiu abaixo de três medidas ao mês. A queda no segundo ano do governo Collor (1991) decorreu, justamente, do conflito entre o Congresso e o presidente em torno da edição e reedição de medidas provisórias. Em função da oposição do Congresso ao uso abusivo que fizera do instituto no ano anterior, Collor se viu forçado a alterar a sua estratégia, passando a apresentar projetos de lei ordinária em lugar de medidas provisórias. Já em 1992 o governo se viu completamente paralisado em razão das acusações contra o presidente, o processo de *impeachment* e a interinidade

de Itamar, após a qual o número de medidas provisórias voltou a crescer. Conclui-se, portanto, que o governo governa fazendo largo uso da edição de medidas provisórias, mas que pode adotar outras alternativas, como o fez Collor em 1992.

**TABELA 2** - Apresentações e reedições de medidas provisórias, segundo anos e governos 1989-95

Anos e governos	Apresentações	Reedições	Total	Média mensal Apresentações	Reedições
1988(1)	15	9	24	7,5	4,5
1989	93	10	103	7,75	0,83
1990	17	3	20	1,42	0,25
Subtotal Sarney	125	22	147	7,1	1,26
1990	76	67	143	6,3	5,58
1991	9	2	11	0,75	0,17
1992	3	0	3	0,25	0
Subtotal Collor	88	69	157	2,8	2,26
1992	4	3	7	0,33	0,25
1993	47	49	96	3,92	4,08
1994	91	314	405	7,58	26,2
Subtotal Itamar	142	366	508	5,1	13,07
1995 (FHC)	32	405	437	2,67	33,75
<b>Total</b>	<b>387</b>	<b>862</b>	<b>1249</b>	<b>4,5</b>	<b>10,02</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

(1) As medidas provisórias começaram a ser editadas nos dois últimos meses de 1988.

As taxas de aprovação das medidas provisórias são altíssimas, variando de 73 a 94% entre 1988 a 1993. Em 1994 e 1995, a taxa de aprovação caiu sem que crescesse a taxa de rejeição. Esta queda é explicada pela longa tramitação de uma série de medidas provisórias sobre as quais, até o final de 1995, não havia qualquer decisão definitiva. De forma geral, o percentual de rejeições é bastante baixo. Da mesma forma, foram poucas as medidas provisórias que perderam eficácia sem ser objeto de reedição.

O tempo de tramitação médio das medidas provisórias, reproduzido na Tabela 3, indica uma alteração radical do comportamento do Congresso. Durante o governo Sarney, a despeito do alto número de medidas provisórias apresentadas, nenhuma tramitou por mais de 63 dias, isto é, nenhuma medida provisória foi editada pela terceira vez. No primeiro ano do governo Collor, o cenário começou a se alterar, com o prazo de tramitação começando a se alongar. Verificaram-se casos de medidas provisórias editadas por sete vezes consecutivas. No entanto, o Congresso não gastou mais de dois meses para deliberar sobre as 29 medidas provisórias a compor o Plano Brasil Novo apresentadas por Collor no seu primeiro dia de governo. Entre as medidas provisórias reeditadas sete vezes se encontravam as mais polêmicas do governo Collor, como a que foi reeditada após ser rejeitada pelo Congresso. Ou seja, o

número crescente de reedições anunciava o confronto entre Collor e o Congresso, que, como notamos, levou à alteração da estratégia presidencial. O tempo médio de tramitação voltou a subir no governo Itamar, em um cenário radicalmente diverso. De fato, o Congresso Nacional, progressivamente, deixava de apreciar as medidas provisórias enviadas pelo governo, que ficava de mãos livres para editá-las e reeditá-las. Há uma medida provisória que tramita no Congresso desde junho de 1993 até o final de 1995. Nada menos que 24 medidas provisórias editadas em 1994 tramitavam no Congresso em fins de 1995. Das medidas provisórias editadas em 1995, somente seis haviam sido objeto de deliberação ao final do ano. Em muitos casos sequer chega a ser instalada a comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a medida provisória editada. Com isto, progressivamente, o Congresso Nacional foi deixando de alterar as medidas provisórias editadas pelo Executivo via apresentação e aprovação de emendas, o que fizera em algo como 50% das medidas provisórias aprovadas até o final de 1993.

**TABELA 3** - Tempo médio de tramitação de medidas provisórias, segundo anos e governos 1989-94 (Em dias)

Anos e governos	Tempo médio	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Nº total de medidas
1988(1)	42,13	21,62	8	60	15
1989	27,87	12,99	2	63	93
1990	32,06	12,49	20	58	17
Subtotal Sarney	30,15	14,83	2	63	125
1990	54,14	46,86	8	222	76
1991	26,56	14,87	11	62	9
1992	62,00	30,61	33	94	3
Subtotal Collor	51,59	44,82	8	222	88
1992	30,00	6,16	21	34	4
1993	133,32	192,56	5	929(2)	47
1994	179,48	158,57	21	642(2)	91
Subtotal Itamar	159,99	170,62	5	929(2)	142
1995 (FHC)	142,03	105,82	25	376	32

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

(1) As medidas provisórias começaram a ser editadas nos dois últimos meses de 1988.

(2) Inclui medidas provisórias ainda em tramitação; portanto, com maior número de dias.

As medidas provisórias, portanto, foram largamente utilizadas no período estudado. O Congresso Nacional não fez uso de sua prerrogativa de julgar a adequação da matéria às exigências constitucionais de urgência e relevância. Na verdade, ao regulamentar o processo de admissibilidade, o Congresso praticamente abriu mão do uso desta prerrogativa. Da mesma forma, a possibilidade de reedição retirou o outro inibidor possível ao recurso à legislação extraordinária. Sendo assim, as medidas provisórias se constituíram em um dos principais veículos para a iniciativa legislativa presidencial. Como entram em vigor no ato de sua promulgação, não há como minimizar o poder de

agenda que conferem ao Executivo. O Legislativo se vê relegado a reagir a fatos consumados.

### Projetos de lei ordinária

Até aqui, analisamos as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo que tramitam pelo Congresso Nacional reunido em sessão conjunta. Resta analisar as propostas legislativas do Executivo que tramitam pelas duas Casas de maneira seqüencial. Entre estas, há ainda matérias em que o Executivo detém exclusividade de iniciativa: as administrativas. Nas demais a tramitar seqüencialmente pelas duas Casas, a competência é concorrente. A Tabela 4 distingue estes dois grupos de matérias por resultado da deliberação.

**TABELA 4** - Distribuição dos projetos apresentados pelo Executivo, por tipo de matéria, segundo resultados 1989-94

Resultados	Matéria administrativa		Matéria concorrente		Total	
	N <sup>os</sup> absolutos	%	N <sup>os</sup> absolutos	%	N <sup>os</sup> absolutos	%
Transformadas em lei	104	55,9	119	43,1	223	48,3
Rejeitadas em plenário	3	1,6	8	2,9	11	2,4
Encerradas	11	5,9	29	10,5	40	8,7
Retiradas pelo autor	28	15,1	40	14,5	68	14,7
Em tramitação	36	19,4	77	27,9	113	24,5
Vetadas totalmente	4	2,2	3	1,1	7	1,5
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>40,3</b>	<b>276</b>	<b>59,7</b>	<b>462</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

Nota-se que a taxa de aprovação dos projetos do Executivo é elevada: 48,3%. Como seria de se esperar, as matérias administrativas, de teor menos controverso, obtêm taxa ainda mais elevada, chegando a 55,9% dos projetos apresentados. A rejeição das propostas feitas pelo Executivo, de outro lado, é fato raro, ocorrendo apenas em onze oportunidades (2,4% do total de casos). Mais uma vez, o caráter menos controverso das matérias administrativas torna a taxa de rejeição destas matérias ainda mais baixa. É também muito baixa a proporção de projetos vetados totalmente, que indicariam alterações do Legislativo e, portanto, dificuldades encontradas pelo Executivo na aprovação de seus projetos.

As outras deliberações merecem comentário à parte e, como mostraremos, não podem ser tomadas como indicadores de dificuldades maiores do presidente em aprovar a sua agenda. Quanto às propostas retiradas pelo próprio presidente, apenas quatorze das 68 matérias com este destino foram

prio presidente, apenas quatorze das 68 matérias com este destino foram retiradas pelo mesmo presidente que as introduziu. A explicação mais plausível para a retirada por um presidente de propostas feitas por um antecessor são as suas diferentes prioridades políticas, e não possíveis dificuldades em aprová-las. Assim, mesmo assumindo que o presidente tenha retirado aquelas quatorze proposições por receio de vê-las rejeitadas, teríamos um número bastante pequeno de matérias presidenciais rejeitadas. No entanto, vale notar que a mesma explicação para a retirada por um presidente da proposta feita por antecessores — diferentes prioridades políticas — pode também se aplicar às medidas retiradas pelo presidente que as introduziu, bastando para isto que tenha havido, por exemplo, alguma mudança ministerial.

Quanto às matérias cuja tramitação foi encerrada (incluídas as matérias anexadas, prejudicadas, arquivadas), verifica-se o mesmo padrão observado para as matérias retiradas, isto é, o encerramento da tramitação tende a ocorrer sob outra administração. Somente doze das quarenta matérias deste grupo tiveram sua tramitação interrompida durante o governo do presidente que as apresentou.

Na verdade, os dois grupos considerados partilham com as matérias que ainda se encontravam tramitando quando da coleta dos dados uma característica comum ainda mais importante, qual seja, o fato de terem tramitado sob regime de tramitação ordinária. Das retiradas pelo presidente, apenas cinco foram objeto de solicitação de urgência por parte da Presidência, enquanto quatro das que tiveram sua tramitação encerrada mereceram tal distinção. Os dados para as matérias em tramitação são ainda mais significativos: só duas das 113 deste grupo tramitaram sob urgência presidencial. É interessante que estas matérias também não foram objeto de atenção especial do próprio Legislativo, que, em geral, as deixou tramitar em regime ordinário.

Tais dados se tornam ainda mais significativos quando comparados aos relativos às matérias que lograram aprovação. Das 66 matérias para as quais o Executivo solicitou tramitação urgente, 49 foram aprovadas. Ressalte-se que a aprovação de uma matéria está fortemente associada à alteração do ritmo de tramitação, provocada seja pelo Executivo, seja pelo Legislativo, ou, ainda, por ambos. Das 223 matérias aprovadas, 198 tramitaram sob alguma forma de urgência, das quais 160 foram aprovadas, isto é, 80,8% dos casos sob urgência foram aprovados. A urgência praticamente assegura a aprovação da matéria. A aprovação com tramitação ordinária é mais difícil — 63 casos em 264 possíveis, ou 24%.

A aprovação das matérias do Executivo tende a depender mais do pedido de urgência do Legislativo que do próprio Executivo. A tramitação urgente por deliberação do plenário após requerimento apresentado por líderes será objeto de discussão na terceira parte deste trabalho. No momento, basta sublinhar que este pedido indica a disposição do Legislativo em cooperar com o Executivo, priorizando as matérias introduzidas por este.

O poder de veto é usado de forma extensiva, e raramente o Legislativo reverte a decisão do Executivo. No período 1989-94, 146 projetos foram vetados totalmente, dos quais apenas treze foram rejeitados e portanto, se transformaram em lei. Isto significa que 133 projetos que haviam sido aprovados pelas duas casas do Congresso foram arquivados em consequência de vetos presidenciais. Por outro lado, 160 leis sancionadas no período foram objeto de vetos parciais. A Tabela 5 organiza esses dados de acordo com os governos do período.

**TABELA 5** - Vetos totais e parciais, por deliberação posterior da Câmara, segundo governos 1989-94

Governos	Veto total		Veto parcial		Total	Média mensal
	Rejeitado	Mantido	Rejeitado	Mantido		
Sarney	12	29	—	30	69	5,7
Collor	1	65	1	75	142	4,3
Itamar	—	41(1)	1	53(2)	95	3,5
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>135</b>	<b>2</b>	<b>158</b>	<b>306</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

(1) Três ainda em tramitação.

(2) Sete ainda em tramitação.

Observa-se que o governo Sarney foi o que mais vetou e também o que teve o maior número de vetos rejeitados. Os vetos parciais e totais, na realidade, são usados de forma diferenciada segundo a origem do projeto, como mostra a Tabela 6. Os vetos totais incidem basicamente sobre projetos do Legislativo, correspondendo a quase 80% dos vetos, e os parciais, sobre projetos do Executivo, muito provavelmente sobre mudanças feitas pelo Legislativo.

**TABELA 6** - Projetos com vetos totais e parciais, segundo origem 1989-94

Origem	Vetos totais		Vetos parciais	
	No absoluto	%	No absoluto	%
Executivo	17	11,6	100	62,5
Legislativo	114	78,8	41	26,2
Judiciário	15	10,2	18	11,2
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>100,0</b>	<b>160</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

Os dados das Tabelas 5 e 6 não deixam dúvidas sobre a importância do poder de veto nos resultados legislativos. Dada a baixa capacidade do Congresso em reverter as decisões de veto, um grande número de projetos

de origem do Legislativo deixa de ser transformado em lei. Dos 290 projetos iniciados por parlamentares enviados à sanção presidencial, 114 foram vetados integralmente.

Os vetos parciais incidem sobre 12,7% das leis ordinárias do período. Na medida em que apenas dois vetos foram rejeitados, as leis foram sancionadas sem os dispositivos vetados. Estes vetos muito provavelmente incidiram sobre as alterações feitas pelo Legislativo. A proporção de vetos em relação ao número de leis não varia muito ao longo do período. Apenas o presidente Itamar vetou um número significativamente menor de leis no seu primeiro ano de governo.

A incidência de 12,7% de vetos parciais sobre 1.259 leis não é em si muito significativa. Cabe lembrar que o veto parcial constitui importante instrumento de barganha entre os dois poderes e pode influenciar o comportamento parlamentar mesmo quando não é utilizado. A mera possibilidade de seu uso pode levar a mudanças antecipadas na legislação. Sendo assim, a influência do veto parcial no resultado legislativo final não pode ser avaliada apenas a partir dos vetos que de fato ocorrem.

De qualquer forma, os vetos parciais incidem em proporções diferentes segundo o tipo de lei, conforme mostram os dados da Tabela 7. O Executivo praticamente não veta as leis relativas a matérias orçamentárias, que correspondem à maior proporção das leis do período. Por isso, é baixa a proporção geral de vetos. Já um quarto das medidas provisórias que são modificadas pelo Congresso (os projetos de lei de conversão) e as leis sobre matérias concorrentes e administrativas sofrem vetos parciais.

**TABELA 7 - Leis ordinárias vetadas parcialmente, segundo tipos de projetos e leis 1989-94**

Leis e projetos de lei	Vetos		Leis ordinárias		A/B (%)
	Parciais	Totais	Vetadas(A)	Total (B)	
Projetos de lei de conversão (1)	29	—	29	113	25,6
Leis orçamentárias	13	—	13	516	2,5
Leis sobre matérias administrativas e concorrentes	118	13	131	514	25,5
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>13</b>	<b>173</b>	<b>1.259</b>	<b>13,7</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

(1) Por razões óbvias foram excluídas as medidas provisórias integralmente aprovadas.

A Tabela 8 exclui as leis orçamentárias e organiza as demais por áreas de regulação, de forma a apresentar a distribuição de vetos nas diferentes áreas.

**TABELA 8 - Vetos parciais e leis ordinárias, por origem, segundo áreas 1989-94**

Áreas	Vetos por origem			Total(A)	Leis (B)	A/B (%)
	Executivo	Legislativo	Judiciário			
Econômica	42	9	—	51	155	34,1
Administrativa	24	5	18	47	252	22,2
Social	20	25	—	45	196	23,9
Outras	1	3	—	4	23	17,4
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>147</b>	<b>626(1)</b>	<b>23,5</b>

Fonte: Prodasen, Banco de Dados Cebrap.

(1) Exclui as leis orçamentárias e as medidas provisórias que não foram modificadas; uma sem informação.

Vistos em conjunto, os dados indicam que o Executivo, por via de vetos parciais, é capaz de limitar a participação do Legislativo na produção de leis que ele próprio propõe. De outra parte, o Executivo barra as leis propostas por parlamentares vetando integralmente as leis que recebe para sanção.

#### A Agenda do Executivo e do Legislativo

Até aqui mostramos a capacidade de agenda, em termos de *timing*, e o sucesso do Poder Executivo na aprovação de seus projetos. O Executivo determina o ritmo de trabalhos no Congresso e domina a produção legal do período. Nesta seção analisamos o conteúdo substantivo desta agenda mediante comparação das agendas do Executivo e Legislativo, diferenciando por autoria os projetos apresentados.

A Tabela 9 distingue três conjuntos de projetos — sancionados, rejeitados e aprovados pela Câmara e que aguardam pronunciamento do Senado —, distribuídos de acordo com sua autoria e áreas de regulamentação a que se referem.

**TABELA 9 - Leis sancionadas e projetos de lei apreciados em plenário, por origem, segundo áreas 1989-94 (%)**

Áreas	Leis sancionadas			Projetos de lei aprov. CD s/ decisão SF		Proj. de lei rejeitados CD ou SF	
	Legisl. %	Exec. MP %	Outras** %	Legisl. %	Exec. %	Legisl. %	Exec. %
Econômica	24	48	22	9	26	15	27
Administ.	11	27	48	6	24	22	37
Social	57	21	29	76	40	42	27
Pol.inst.	1	3,5	0,3	1	-	9	-
Homenagens	7	0,5	0,6	3	8	12	-
Não ident.	-	-	0,3	4	2	-	9
Total	100	100	100	100	100	100	100
	(176)	(197)*	(252)	(317)	(38)	(158)	(11)

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

(1) Exclui 32 leis relativas a matérias orçamentárias que foram enviadas como medidas provisórias, a despeito de proibição constitucional nesse sentido.

Nota-se que os dois poderes têm agendas legislativas distintas. As atenções do Legislativo se dirigem preferencialmente à área social. Quer tenham sido sancionados, quer estejam "parados" no Senado, quer tenham sido rejeitados, os projetos da área social são aqueles em que mais incide a iniciativa do Legislativo. Já a atuação do Executivo concentra-se nas áreas econômicas e administrativas. Se incluirmos as matérias orçamentárias neste cômputo, veremos que as matérias desta natureza iniciadas pelo Executivo dominam o grosso da produção legislativa do período.

Em boa medida, a produção legal originária das iniciativas do Executivo se ocupa das atividades rotineiras do governo, como se observa pelo alto volume de matérias administrativas e relativas ao orçamento propostas e aprovadas no período. Nestes termos, poder-se-ia argumentar que a preponderância legislativa do Executivo é tão-somente quantitativa, uma vez que se traduz na aprovação de leis anódinas, destituídas de significado para as políticas públicas. A produção legal do Executivo sobrepujaria a do Legislativo porque este se ocuparia de tocar o dia-a-dia do governo. No entanto, cabe notar a importância das matérias iniciadas e aprovadas pelo Executivo na área econômica, a qual se constituiu na sua principal área de atuação no período. Muito da legislação social e administrativa iniciada pelo Executivo tem caráter complementar às suas medidas econômicas, como as diversas tentativas de reestruturar a máquina administrativa e iniciar projetos de privatização. O dia-a-dia do governo no período voltou-se primordialmente ao persistente desequilíbrio macroeconômico enfrentado pelo país.

Em geral, a participação do Legislativo nesta área foi bastante reduzida. Não apenas porque iniciou e aprovou poucos projetos, mas também porque sua atuação nos projetos oriundos do Executivo foi tímida. Como mostra a Tabela 10, tende a ser bastante curto o tempo médio de tramitação legislativa dos projetos aprovados iniciados pelo Executivo. Ademais, como indicam os dados relativos à incidência dos vetos presidenciais, onde houve interferência do Legislativo, o Executivo pôde, fazendo uso do poder de veto parcial, restaurar seu projeto inicial.

**TABELA 10** - Tempo médio de tramitação de leis, por origem e condição de urgência, segundo áreas 1989-94

Áreas	Leis ordinárias Legislativo Urgência	(em dias)	
		Sem urgência	Executivo Urgência
Econômica	570	603	175
Administrativa	285	1.623	157
Social	778	1.519	353
Outras	256	1.717	—
<b>Total</b>	<b>602</b>	<b>1.460</b>	<b>210</b>
			Sem urgência
			<b>643</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

Não restam dúvidas de que, além dos mecanismos institucionais discutidos acima, o teor substantivo das matérias em pauta, isto é, a premência das questões econômicas em um contexto que se avizinhava da hiperinflação, contribuiu para reforçar a preponderância do Executivo e a posição subordinada a que se viu relegado o Legislativo. Ainda que se queira dar primazia ao conteúdo sobre o contexto institucional, vale frisar que o Executivo se encontrava institucionalmente municiado para enfrentar a situação: as medidas provisórias se constituíram ao longo do período no principal instrumento por meio do qual o Executivo legislou em matérias de ordem econômica.

A hipótese segundo a qual o Legislativo foi um óbice às pretensões legislativas presidenciais não se sustenta frente aos dados relativos ao tempo de tramitação, taxas de aprovação e incidência do veto parcial sobre as matérias iniciadas pelo Executivo. Na verdade, verificou-se o contrário disso. Os dados sobre pedidos de urgência por parte do Legislativo para as matérias iniciadas pelo Executivo mostram que o Congresso se mostrou inclinado a colaborar com o Executivo.

**TABELA 11** - Leis de iniciativa do Executivo, por condição de urgência e origem, segundo áreas

Condição de urgência		Áreas				Total
		Econômica	Administrativa	Social	Outras	
Urgência	Executivo	10	7	16	1	34
	Legislativo	35	66	33	—	134
Sem urgência		9	48	24	3	84
<b>Total</b>		<b>54</b>	<b>121</b>	<b>73</b>	<b>4</b>	<b>252</b>

Fonte: Prodasen; Banco de Dados Cebrap

Em uma palavra, coube ao Executivo enfrentar a crise econômica vivida pelo país, e para tanto legislou intensamente, não encontrando no Legislativo barreiras intransponíveis às suas pretensões. O insucesso ou sucesso dos diferentes planos, da mesma forma, dependeu, basicamente, da competência do Executivo. A área social é a única em que, em termos absolutos, a produção do Legislativo se aproxima da do Executivo. Proporcionalmente, é a principal área de atuação do Legislativo, comparável ao significado para o Executivo das matérias econômicas sobre o total de medidas provisórias e das matérias administrativas sobre o total de matérias apresentadas à Câmara. Quanto à atuação do Executivo na área social, cabe uma vez mais afirmar sua dependência em relação às matérias econômicas, sobretudo naquelas iniciadas via medidas provisórias, uma vez que tendem a alterar, criar ou regulamentar fundos sociais ou alíquotas de contribuições para programas sociais. De outra parte, a legislação social iniciada por parlamentares não confirma o estereótipo

corrente acerca das preferências legislativas destes. As leis sociais se referem, em sua maioria, à definição e à ampliação de direitos de cidadania. O número de leis sociais de caráter universal ou que atingem amplas camadas sociais é três vezes superior ao das leis que se aplicam a categorias e grupos específicos. Neste tipo de lei, a iniciativa do Legislativo supera a do Executivo. Dito de maneira inversa, o Executivo também se ocupa da legislação sobre categorias específicas, como a extensão de 13º salário e 30% de férias para o pessoal civil e militar a serviço da União no exterior; autorização de filiação à Previdência como autônomos dos médicos residentes; concessão de seguro-desemprego a pescadores artesanais; regulamentação das relações de trabalho do treinador profissional de futebol etc.

As leis sociais que definem ou ampliam direitos apresentadas por parlamentares não implicam necessariamente gastos. Em sua maioria, estabelecem direitos civis e de cidadania e regulam a aplicação de justiça. É também significativo o número de leis de proteção ao meio ambiente e aos direitos do consumidor. Entre as primeiras estão as que estabelecem crimes resultantes de preconceito de raça ou cor; gratuidade na concessão de certidão de nascimento e óbito; normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados; normas e disposições processuais para crimes de seqüestro; uniformização e agilização das ações penais nos tribunais de justiça dos estados e Distrito Federal etc.

Mesmo algumas leis que implicam gastos dificilmente poderiam ser contestadas em seu mérito. Em suma, leis sociais de inegável importância tiveram origem no Legislativo. Eis alguns exemplos: a lei que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária; o Estatuto da Criança e do Adolescente, que se tornou pedra de toque da política social do governo Collor; a lei que cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador; as leis que aperfeiçoam o seguro-desemprego; a lei que concede ao trabalhador o poder de fiscalização do Fundo de Garantia e torna obrigatória a divulgação de seus benefícios; a lei que institucionaliza o crédito educativo a estudantes carentes etc.

A agenda social do Congresso revela-se também no grande número de projetos de lei aprovados pela Câmara que aguardavam decisão do Senado em maio de 1994. Este número supera em muito o de leis sancionadas. São 360 projetos de lei, dos quais apenas 41 vieram do Executivo. Esses projetos são também predominantemente sociais e seu conteúdo muito se assemelha ao das leis sancionadas originárias do Legislativo. Mas o Congresso tem dificuldades em concluir a tramitação desses projetos: 77% tramitavam há mais de dois anos quando os dados foram coletados. Esses projetos seguiram também uma rota diferente na Câmara: dois terços foram aprovados via poder terminativo das comissões e poucos foram objeto de pedidos de urgência pelo Colégio de Líderes. A ausência de produção legislativa de monta caracteriza as duas áreas restantes. Quanto à área político-institucional, o baixo número de matérias aprovadas contrasta vivamente com o intenso debate institucional do período. A grande maioria das leis a recair sobre esta rubrica visou regular as eleições

ocorridas no período. Quanto às leis relativas a homenagens, ainda que em sua maioria sejam provenientes da ação dos parlamentares, sua incidência é bastante limitada e, mais uma vez, em flagrante desacordo com o que se diz ser a principal preocupação dos parlamentares brasileiros. O conteúdo das leis sancionadas no período pós-Constituinte aponta, portanto, para a existência de duas agendas substantivas: a do Executivo e a do Legislativo. As normas institucionais vigentes asseguram a aprovação da agenda do Executivo. Já a agenda do Congresso encontra dificuldades para lograr aprovação.

### POPULAÇÃO E ABASTECIMENTO : A FAMÍLIA CAMPONESA E A PRODUÇÃO AGROALIMENTAR NO PARANÁ (1850-1920).

*Carlos Roberto A. dos Santos \**

O presente trabalho constitui um desdobramento do projeto maior "Colonização Agrícola e Política de Abastecimento no Paraná", e está vinculado à história da população produtora de alimentos, no caso, a família camponesa. No Paraná a produção de subsistência e o abastecimento, ainda que voltados para o consumo interno, sempre estiveram subordinados aos interesses da agricultura de exportação. Entretanto privilegiar a história da agricultura de subsistência significa tratar de olhar a agricultura prà dentro, voltada para o mercado local, regional e inter-regional, com todas as suas complexidades e particularidades, sem perder a noção de totalidade como via de acesso ao conhecimento do desenvolvimento regional e nacional.

A presente pesquisa busca estudar a nível local e regional, as relações sociais de produção que emanam do universo da subsistência e do abastecimento, incorporando a questão agroalimentar nas suas fases de produção, distribuição e consumo. Neste sentido, são evidenciados os gêneros básicos como o arroz, feijão, milho, mandioca, carne verde, trigo e a ervamate, produzidos nos núcleos agrícolas paranaenses.

No Paraná, ao longo da 2ª metade do séc. XIX até as duas primeiras décadas do séc. XX, a construção de uma estrutura agroalimentar implicou no estabelecimento de políticas de abastecimento voltadas para a organização de um sistema produtivo regional. A tese acima parte de algumas premissas importantes:

- de que neste período se encontra em gestação um projeto visando introduzir a Província do Paraná numa fase de modernidade e desenvolvimento, sendo que a formação de uma estrutura agroalimentar constituía uma das medidas essenciais para tanto;

\* Depto. História- SCHLA/UFPR

- de que o sistema produtivo deveria ser definido a partir da dinâmica da produção agroalimentar, com implicações na formação e/ou regulamentação de mercados locais, regionais e inter-regionais;

- de que a expansão do setor de exportação (pecuária e erva-mate), criou uma série de efeitos, com retorno positivos para a subsistência, isto é, o movimento da exportação trouxe acentuada dinâmica ao setor de produção de alimentos.

A implementação dos mecanismos acima, passava obrigatoriamente por 2 eixos principais, quais sejam, a emancipação dos escravos e a implantação de um novo sistema de colonização e imigração, no sentido de se constituir um sistema produtivo regional. Tal sistema incorporava variáveis como: colonização, imigração, produção de gêneros alimentícios, novas rotas de abastecimento e formação e/ou dinamização dos mercados.

Portanto, o projeto de modernidade e desenvolvimento, no período analisado, abrigava decisões importantes: o incentivo à colonização com imigrantes europeus e a aceleração do processo de abolição progressiva da escravidão.

Em relação à colonização, pode-se destacar as seguintes características:

a) implantação de formas de fixação do camponês ao campo (população "laboriosa e morigerada");

b) divisão de terras agriculturáveis em pequenos lotes;

c) localização de novas colônias próximas as rotas e ferrovias que demandavam para os grandes centros mercantis;

d) construção de estradas vicinais;

e) implementação de escolas agrícolas, no sentido de, segundo os discursos dos governantes, "retirar o camponês do estado contemplativo e estático";

f) novas formas de tratamento da terra.

Na concepção do Presidente Lamemha Lins, havia uma trílogia que permitia gerar o progresso: colonização, indústria e capital. Nesse sentido, a agricultura para o referido Presidente demandava "atividade, inteligência e força que se traduzem por braços que só a colonização pode dar; instrumentos aratórios que só a esclarecida indústria pode ministrar e capitais que só as instituições de crédito podem fornecer".

Historicamente, o processo de colonização agrícola foi impulsionado após a aprovação da Lei nº 601 de Terras, datada de 18/09/1850, através da qual se criou um instrumento legal que definiu as formas de acesso à propriedade da terra e implicitamente uma política de colonização, voltada para a mão-de-obra imigrante.

Na Província do Paraná a criação de comunidades agrícolas (o Ato Adicional de 1834 deu competência às Províncias de promover e estimular o estabelecimento de colônias) como consequência da política de colonização (com base na mão-de-obra imigrante), deu-se nos arredores dos centros urbanos, onde foram estabelecidas pequenas colônias. E mais para o interior

foram estabelecidas as grandes colônias e os aldeamentos, todas com o objetivo básico de produzir os alimentos necessários para o abastecimento e dinamização do mercado interno. Tal decisão deveu-se, dentre outros, à situação de penúria na produção de alimentos porque passava o Paraná, tendo que importar gêneros básicos da praça do Rio de Janeiro, provocando grande carestia.

Na segunda metade do século XIX, os produtos de largo consumo pela população paranaense eram o arroz, o feijão, a carne, a farinha de mandioca, o milho e a erva mate. Daí ser importante definir as formas de articulação entre a lavoura de exportação (do mate) e a lavoura de subsistência (gêneros alimentícios), isto é, como os movimentos da agricultura de exportação influíram no desenvolvimento da subsistência e vice-versa, nos limites impostos pela grande produção.

O declínio da economia da pecuária e a ascensão da economia do mate, permitindo um processo de substituição dos mandos políticos da sociedade campeira para a sociedade ervateira fez deslanchar o desenvolvimento urbano. E os centros urbanos passaram a receber maiores contingentes populacionais, exigindo abastecimento de gêneros alimentícios para uma demanda cada vez mais crescente.

As formas pelas quais se implantou a colonização agrícola e a política de abastecimento na Província do Paraná constituíram estratégias visando portanto estimular o povoamento do sul do Brasil com a vinda de imigrantes, e aumentar a produção de alimentos básicos. Nesse sentido, deu-se a firmação da estrutura interna, funcionamento e dinâmica do mercado interno aonde as feirinhas e a figura do "atravessador" constituem pontos importantes.

O presente trabalho abrange mais uma etapa da pesquisa maior que estamos desenvolvendo e destaca: as formas de produção de subsistência; gêneros alimentícios essenciais à população; a questão do abastecimento e sua fase de crise/penúria/carestia; os preços e salários e as condições de acesso da população aos gêneros de primeira necessidade; o lugar ocupado pelo abastecimento na política sócio/econômica do Governo provincial e a função do processo de colonização e imigração estrangeira na Província do Paraná (sendo que este tema engloba a família camponesa, e deverá ser tratado na fase seguinte do presente projeto de pesquisa).

A historiografia brasileira tem desenvolvido pesquisas nos setores da política, das instituições, econômica (setor de exportação), das mentalidades, da sexualidade, da produção, da cultura e outros, sendo esses considerados como domínios "maiores". Entretanto os estudos a níveis sócio-econômicos que envolvem problemáticas da subsistência e abastecimento foram muito poucos contemplados pelos historiadores. A questão agrária envolvendo a pequena produção, tem sido objeto de estudos pelos sociólogos, antropólogos e economistas, sendo este um campo pouco atrativo aos historiadores.

Em verdade, temas como subsistência, abastecimento/mercado interno

ocuparam no âmbito de uma historiografia voltada para a agricultura de exportação o lugar de "pequena história", isto é, uma história mal vislumbrada, escondida nos setores dominantes do social.

Daí a importância desta história da população camponesa, da produção de alimentos, do abastecimento e do mercado interno que só pode ser estudada a nível local e regional, ainda que suas coordenadas estejam voltadas ao social e inseridas no global.

O presente estudo nesta etapa trata de conhecer as implicações da política econômica e social do Império e após, República brasileira. Estudos sobre a economia e a sociedade paranaense, evidenciam uma estrutura alicerçada em três setores: o da exportação baseada na erva-mate, da subsistência (gêneros alimentícios) e da pecuária, voltada para um mercado do tipo inter-regional. Nesse sentido, a nível regional, ainda no período provincial, se configurou uma política econômica de apoio à exportação de produtos, no caso a erva-mate, em detrimento da produção de alimentos básicos à população, o qual se constituiu num mercado local e restrito.

A manutenção do Paraná em tal modelo, se explica a partir de compreensão das diretrizes do Império para o conjunto das províncias que orientava: 1. Uma política econômica de incentivo às exportações, na busca de divisas; 2. política financeira que definiu as fontes de receita geral e permitiu maior arrecadação de impostos a nível local e regional. Entretanto a estratégia objetivava o estabelecimento da centralização das rendas públicas, pois o Governo Imperial necessitava dos saldos provinciais para gerir sua máquina política e administrativa. Tal política caracterizou uma forma de intervenção do Governo Central no sentido de manter o controle político sobre os poderes locais e regionais.

A política econômica em vigor privilegia a exportação, sem levar em conta a produção de alimentos básicos à população. Assim no Paraná se repete o modelo primário-exportador, próprio do Brasil do século XIX, constituindo uma economia "reflexa", isto é, uma economia cujo desenvolvimento, voltado acima de tudo para o Exterior, importa de alguma forma as crises e as flutuações de preços e demanda do mercado internacional.

A exportação da erva-mate tornou-se a atividade principal da economia do Paraná no século XIX, sendo base de receita pública e dinamizadora do setor de importação, e, até certo ponto, da própria subsistência. Cumpre salientar que durante parte da segunda metade do século XIX a erva paranaense prevaleceu sobre os mercados do Prata, destacando-se a Argentina como o seu mais importante comprador. Entretanto, a conjuntura político-econômica deste período, a nível internacional, nacional e regional provocou crises que atingiram o conjunto das províncias brasileiras: a crise econômica européia que provocou a redução das exportações do Prata; a guerra civil do Uruguai, fechando um importante mercado para o mate paranaense; o processo de beneficiamento, por parte da Argentina, do mate que consumia e que até então importava, já beneficiado, do Paraná; o final do tráfico de escravos; o processo

contínuo da abolição da escravidão e a não inserção simultânea dessa mão de obra no mercado de trabalho; os deslocamentos de grande parte da produção de alimentos para as necessidades da Guerra com o Paraguai; a inflação de 1875 que elevou acentuadamente os custos dos gêneros alimentícios, e a formação, principalmente no Rio de Janeiro, de inúmeros monopólios que controlavam o comércio de subsistência. Tal situação de crise emanou, na segunda metade do século XIX, uma carestia sem precedentes de alimentos básicos à população. Entretanto, é importante salientar que não existiu propriamente uma crise no abastecimento interno, porque a carestia foi produzida artificialmente, em função da ação especuladora do capital comercial.

Diante de tal conjuntura, a economia paranaense voltada para a atividade extrativa aonde a formação e realocação de capitais era bastante limitada e com produtividade pouco considerável, se viu atingida pela situação de crise. Desta maneira a renda gerada pela exportação de erva-mate tinha o seu fluxo voltado para o exterior, em função das necessidades de importação de alimentos e bens de consumo não produzidos localmente ou produzidos insuficientemente. E como o valor das exportações, desde os tempos de Comarca, não permitiram que a Província do Paraná cobrisse o necessário para a importação de alimentos e bens de consumo, a balança do comércio externo, com exceção do quadriênio 1855/1859, sempre foi deficitária. Desta forma, a Província do Paraná se organiza com base numa economia agrário-exportadora e num carente setor de subsistência, fechado sobre si mesmo e operando com baixo teor de produtividade.

De maneira geral, as características da economia de subsistência do Paraná se identificavam com a situação dos setores de produção de alimentos de grande parte das províncias brasileiras, no período analisado. Entretanto, este não foi o caso para a Província de Minas Gerais, que conseguiu reorganizar sua economia, após o ciclo da mineração, inclusive com a produção de alimentos. Diversas mudanças se efetuaram no sul de Minas que se especializara na produção de alimentos para o abastecimento das Gerais, viabilizando uma estrutura econômica já alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. A comparação entre os setores de subsistência das economias provinciais mostra, de um lado, concretamente, a integração do Centro-Sul a partir da estrutura econômica do sul de Minas Gerais, e de outro, o caso das Províncias do Brasil Meridional, caracterizadas pelos desequilíbrios de seus setores econômicos um tanto semelhantes, isto é, apoio à exportação em detrimento da subsistência. Nesse sentido, pode-se indagar até que ponto tal desequilíbrio permitiu ou obstaculizou a integração regional e inter-regional. Essa é uma das questões postas pela presente pesquisa.

A organização da sociedade paranaense a partir da década de 1860, configurou uma elite aristocrática rural (pecuária) e urbana (mate) que em função das condições periféricas de sua economia ficou distanciada dos quadros de decisão nacional, então de hegemonia cafeeira. E no âmbito da Província do Paraná as relações de poder permitiram o estabelecimento de

uma série de práticas administrativas, também de interesse do Governo Central, que incluíam a aristocracia local, um certo clientelismo e outros elementos, essenciais para a preservação da estrutura de poder. Os laços do clientelismo representaram ao mesmo tempo mudança e permanência: mudança, na medida em que a clientela pode se proliferar ou se desagregar; permanência, no sentido de que o clientelismo mesmo revestido desse caráter flutuante, torna-se logo uma prática administrativa e política, essencial para a manutenção dos interesses nacionais, regionais e locais. Nesse sentido, a política econômica e fiscal do Governo Imperial, contribuiu ao jogo de interesse a nível local e regional, bem como, ao centralizar as arrecadações provinciais, determinou a criação de laços de dependência irrestritas das Províncias ao Poder Central.

Um estudo sobre o mandonismo no Paraná, na segunda metade do século XIX, pode revelar o grau de penetração na esfera do poder do setor de subsistência e, principalmente, do comércio de abastecimento, até então excluídos, e, neste caso, a projeção dos seus representantes políticos no quadro. A conjuntura da crise de gêneros alimentícios e, em parte, do comércio de abastecimento provocando carestia e penúria, constituíram novos desafios aos sucessivos Governos da Província do Paraná para resolver os problemas da subsistência a nível local, e ao mesmo tempo, guardar seus interesses políticos e econômicos. Daí a implantação de uma política de imigração com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos. As novas formas de ocupação do solo e o desenvolvimento das forças produtivas no âmbito de novas revelações de produção aí postas, possivelmente alteraram em parte as estruturas do poder vigentes.

Nesta fase da pesquisa, foi dada ênfase à problemática da colonização agrícola com a vinda de imigrantes para o Paraná, como suporte estabelecido pelos governos provinciais visando ao enfrentamento da questão da penúria e carestia de alimentos básicos à população. Nesse sentido, a colonização agrícola, o estabelecimento de colônias e as rotas de abastecimento constituíram as estratégias estabelecidas na Província do Paraná, como também, de maneira geral, pelos governos das Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No âmbito da Província do Paraná, as crises cíclicas que passaram a atingir a economia do mate (principal produto de exportação) e afetavam sobremaneira geral da Província, levaram as autoridades a entender melhor os perigos da não diversificação da produção. Diante desta constatação os governantes paranaenses procuraram definir uma política imigratória com o estabelecimento de núcleos agrícolas voltados para a produção da subsistência, tendo a família imigrante como unidade econômica. De acordo com os dados levantados nesta etapa do plano de estudos proposto, o Governo Laménha Lins (1875/1877) havia constatado que as experiências colonizadoras que foram demasiadamente interiorizadas (colônias agrícolas e militares) não surtiram os efeitos desejados, proporcionando a decadência destes núcleos. E que

portanto era necessário estabelecer uma nova política imigratória, com o estabelecimento de novas colônias aos arredores dos grandes centros urbanos com produção voltada exclusivamente para o consumo local (daí vem a idéia de fazer destas colônias uma espécie de "cinturão verde" de Curitiba). E a decisão tomada por Laménha Lins foi promulgar a Lei nº 451 de 06 de abril de 1876, que estabelecia grupos de estudos sobre a imigração com a finalidade de localizar e fixar os imigrantes em colônias aos arredores dos centros urbanos.

Já em 1876, a pesquisa mostra que o Governo Laménha Lins havia estabelecido 12 colônias aos arredores de Curitiba, aonde se estabeleceram 4000 colonos. Os 509 lotes ocupados mediam 8 hectares cada, com casas construídas (ainda que provisórias). Dentro do novo plano de colonização agrícola foram abertos, ainda, 103 quilômetros de estradas de rodagem, gerais e vicinais, sendo que as gerais possuíam 6,00 metros de largura com a finalidade de unir as colônias à Curitiba, e as vicinais possuíam 4,40 metros de largura para ligar os lotes entre si. A decisão tomada pelo Governo Provincial visava suprir os centros urbanos através da agricultura de subsistência, e com isto garantir o abastecimento. E nesse sentido as colônias passaram a produzir milho, arroz, feijão, mandioca e outros produtos, plantados por alemães, poloneses, suíços, franceses, suecos e outros. E dentro da política de abastecimento geral para a Província haviam as grandes colônias e aldeamentos (Parapanema, Eufrásia e Pereira, São Jerônimo, São Pedro de Alcântara, Colônia Militar de Jatahy, Nossa Senhora do Porto e do Assunguy) que passaram a receber também estímulos dentro da nova política de colonização.

A pesquisa tem evoluído no sentido de conhecer as estruturas internas das colônias (densidade demográfica, especificidades da família camponesa, produção, circulação de mercadorias, níveis de preços e outros). E tais estudos, na etapa seguinte da pesquisa, poderão revelar as alterações nos níveis de ofertas de bens necessários ao consumo, bem como a rearticulação e desenvolvimento dos mercados locais, em função da nova política de imigração estabelecida pelos governos da Província do Paraná a partir da segunda metade do século XIX.

A conjuntura de crise trazida de maneira geral pela economia ervateira, afetou, acima de tudo, o mercado de gêneros alimentícios básicos à população. E dentro de uma conjuntura de penúria e carestia os desafios lançados aos governantes paranaenses tinham um duplo sentido: A) encaminhar medidas visando amenizar o problema da oferta de alimentos; B) guardar seus interesses políticos e econômicos. E as intenções de conciliar os interesses da população com os seus próprios interesses, acabaram por alterar, a longo prazo, as estruturas de poder vigentes.

A ligação dos produtores de alimentos com os mercados realça, a nível provincial a figura do comerciante, como um novo agente econômico, uma espécie de agente capitalista, com poderes cada vez mais determinantes no processo de produção das colônias.

A incorporação dos núcleos agrícolas ao mercado, estabelece novas relações sociais de produção, sob a égide da administração provincial que transformará a pequena produção de subsistência em produção de mercadorias, estabelecendo ao mesmo tempo a circulação de novos capitais no sentido de dinamizar o mercado interno.

Ao longo do século XIX e início do séc. XX, destacaram-se no Brasil duas concepções latentes, próprias do liberalismo econômico:

1) aquela arraigada à herança colonial do estado metropolitano paternalista, como o grande regulador do mercado;

2) e a outra, que evoluirá diante das realidades de produção, comércio e consumo, através de abalos e conflitos, na busca daquilo que se pregava em termos de modernidade e desenvolvimento.

No último quartel do séc. XIX, no Paraná, os discursos oficiais apontam para:

- organização de mercados competitivos;
- diversificação da produção agrícola;
- investimentos na indústria nascente.

Portanto, a formação e organização de mercados agrícolas no Paraná no séc. XIX, passa por contradições, avanços e impasses, inerentes às suas próprias complexidades. Afinal de contas, como se diz, o mercado não é um dado da natureza, mas um produto organizado pelas culturas humanas.